

Márcia Moura da Silva

ANÁLISE DE TERMOS INDÍGENAS NAS TRADUÇÕES
HISPANO-AMERICANA, INGLESA E ITALIANA DE
MACUNÁIMA: ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO DO PONTO DE
VISTA CULTURAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Tradução. Área de concentração: História, Crítica e Teoria da Tradução.

Orientador: Prof. Dr. Markus J. Weininger

Florianópolis
2013

Márcia Moura da Silva

**ANÁLISE DE TERMOS INDÍGENAS NAS TRADUÇÕES
HISPANO-AMERICANA, INGLESA E ITALIANA DE
MACUNÁIMA: ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO DO PONTO DE
VISTA CULTURAL**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de DOUTORA EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO e aprovada em sua forma final pelo curso de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2013.

Profa. Dra. Andréia Guerini
Coordenadora do curso

Banca examinadora:

Prof. Dr. Markus J. Weininger
Orientador e Presidente
Universidade Federal de Santa
Catarina

Profa. Dra. Maria Lúcia
Vasconcellos
Universidade Federal de Santa
Catarina

Profa. Dra. Evelyn S. Zea
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dr. Lynn Mario M. de Souza
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Liane Schneider
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Werner Heidermann
(Suplente)
Universidade Federal de Santa
Catarina

Para Júlia e Mateus, os faróis de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A

Meus pais, que teriam ficado muito orgulhosos por esta minha jornada, por terem me ensinado a seguir sempre em frente.

Mateus, meu companheirinho de viagem, por ter pacientemente esperado que eu terminasse esta tese para voltarmos a brincar como antes.

Júlia, pelas reflexões antropológicas.

Minha irmã Rosa Maria, pela infindável confiança em meu potencial.

Minha família em São Paulo por, possivelmente, ter me perdoado a ausência.

CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado nos primeiros dois anos e pela bolsa de doutorado-sanduíche, passado na University of Manchester, no Reino Unido, de janeiro a dezembro de 2011.

CNPQ, pela concessão de bolsa de doutorado no último ano do doutorado.

Mona Baker, que me acolheu no Centre for Translation and Intercultural Studies (CTIS) da University of Manchester, pela atenção e por ter me aconselhado a olhar as estratégias de tradução de maneira tridimensional.

Lúcia Sá, chefe do departamento de Spanish, Portuguese and Latin American Studies da University of Manchester, por ter compartilhado comigo seu conhecimento de Macunaíma e por ter me recebido sempre com muito carinho.

Eliana Ávila e Lincoln Fernandes pela leitura e sugestões na Qualificação.

Grupo de estudos da professora Viviane Heberle, onde tive oportunidade de compartilhar dúvidas “multimodais”.

PGET, por ter feito esse meu trajeto possível.

Minhas queridas amigas, pelo carinho e apoio (moral e “logístico”) nos vários estágios da minha formação acadêmica - Aurora de Fátima Grizzo, Charlotte Maule-Oatway, Cris Vidal, Denise Tigg, Higinia Courtney, Márcia Danielsson, Márcia Tarcha, Maria de Fátima Castanheira, Mariana Silva de Campos Almeida, Mylene Queiroz; Silvana Mizel, Sílvia Biehl, Susana Bortolon e Thaís Collet.

Markus Weininger, claro, que já vem me orientando por algum tempo, pelo estímulo intelectual e por ter me dado vírgulas onde eu colocava pontos.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os termos de origem indígena em *Macunaíma* nas traduções inglesa, italiana e hispano-americana, essa última já objeto de minha dissertação de mestrado. A análise parte da construção de um *corpus* no programa Excel que possibilitou a verificação das estratégias de tradução usadas pelos tradutores, discutidas à luz de teorias dos Estudos da Tradução. Os resultados da análise da tradução hispano-americana, na qual o tradutor, como Mário de Andrade, fez uso de termos de várias etnias latino-americanas, apontaram a relevância de trazer as teorias pós-colonialistas para reforçar a análise de traduções de culturas de colonizadores e colonizados. Verificou-se, igualmente, se comparado ao tradutor de um país que compartilha com o Brasil a experiência colonial, os tradutores das culturas centrais, inglesa e italiana, teriam usado estratégias de tradução diferentes para os termos indígenas, tratados aqui como sendo culturalmente marcados. Os resultados indicam que o tradutor inglês usou, sobretudo, termos não indígenas e a italiana um grande número de empréstimos e notas de rodapé. Visto que os termos indígenas exercem um papel-chave no texto de partida, ficou claro que as escolhas tradutórias para esses elementos estabelecem o tom, o espírito tradutório e a tônica ideológica subjacentes a cada tradução.

Palavras-chave: Macunaíma, estratégias de tradução, termos de origem indígena, termos culturalmente marcados, pós-colonialismo.

ABSTRACT

This research describes the analysis of indigenous terms, here regarded as cultural markers, in three translations of the canonical work *Macunaíma* by modernist author Mário de Andrade — the English, Italian and Hispanic translations, the latter already object of my MA dissertation. A parallel corpus was built using Microsoft Excel spreadsheet in order to verify the strategies used by the translators. The results of the Hispanic translation, where the translator followed Andrade's proposition of using indigenous terms of various Latin American ethnic groups indicated the relevance of bringing in post-colonial theories in order to support the analysis of translations created within former colonized and colonizing cultures. Moreover, the initial hypothesis that the translators of the core cultures — English and Italian — used different strategies when compared to the choices of a translator from a country that shares with Brazil the colonial experience was also verified. The results show that the English translator used mainly non-indigenous terms and the Italian translator used a considerable number of loans and footnotes, which indicates a significant difference in the treatment of these terms. As the indigenous terms play a key role in the source text, it became clear that the choices of strategies set the mode, the translational spirit, and the ideological leaning underlying each translation.

Keywords: *Macunaíma*, translation strategies, indigenous terms, cultural markers, post-colonialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Termos de origem tupi vs outras línguas indígenas	219
Figura 2 — Termos de origem tupi.....	219
Figura 3 — Termos em outras línguas indígenas.....	220
Figura 4 — Antropônimos (incluindo nome Macunaíma).....	236
Figura 5 — Antropônimos (excluindo nome Macunaíma)	237
Figura 6 — Topônimos	239
Figura 7 — Estratégias usadas para os OTI.....	246

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Comparação entre alguns termos tupis e guaranis	51
Quadro 2 — Ex. termos tupis e suas formas portuguesas	53
Quadro 3 — Ex. palavras do tronco macro-jê.....	54
Quadro 4 — Ex. palavras nas língua karajá.....	55
Quadro 5 — Ex. de palavras nas línguas situadas ao norte do rio Amazonas... 56	
Quadro 6 — Ex. palavras em algumas línguas da família Aruák	57
Quadro 7 — Ex. palavras nas línguas da família Arawá.....	58
Quadro 8 — Ex. estratégias usadas pelos tradutores	64
Quadro 9 — Modelo de tradução de Torop	83
Quadro 10 — Parâmetros de traduzibilidade de Torop.....	87
Quadro 11 — parâmetros apresentados por Aixelá	104
Quadro 12 — Ex. tradução para “urubu”.....	178
Quadro 13 — Ex. tradução de enumerações – trad. inglesa.....	183
Quadro 14 — Ex. termos retirados do <i>corpus</i> — TP	184
Quadro 15 — Ex. termos retirados do <i>corpus</i> — traduções.....	184
Quadro 16 — Ex. de troca de classe de palavras - transposição	186
Quadro 17 — Ex. termos das categorias “folklore”, “costumes” e “religião” ..	188
Quadro 18 — Ex. termos estratégias definidas pelo nome científico	194
Quadro 19 — Ex. notas de rodapé – trad. italiana	217
Quadro 20 — Ex. de adição e omissão	222
Quadro 21 — Ex. cópia ou empréstimo.....	223
Quadro 22 — Ex. cópia com adaptação gráfica.....	223
Quadro 23 — Ex. cópia com explicitação	224
Quadro 24 — Ex. cópia com explicitação por hiperônimo	224
Quadro 25 — Ex. cópia + tradução.....	224
Quadro 26 — Ex. cópia + nota de rodapé.....	225
Quadro 27 — Ex. mudança de nível	225
Quadro 28 — Ex. paráfrase	226
Quadro 29 — Ex. substituição	227
Quadro 30 — Ex. tradução	228
Quadro 31 — Ex. tradução por hiperônimo.....	228
Quadro 32 — Ex. tradução + explicitação	228
Quadro 33 — Ex. tradução + explicitação por hiperônimo	229
Quadro 34 — Ex. transposição	229
Quadro 35 — Ex. mudança de conteúdo	230
Quadro 36 — Ex. cópia simples: antropônimos	231
Quadro 37 — Ex. cópia simples: nome <i>Macunaíma</i>	233
Quadro 38 — Ex. cópia com adaptação gráfica: antropônimos	233
Quadro 39 — Ex. cópia + tradução: antropônimos.....	234
Quadro 40 — Ex. cópia + nota de rodapé: antropônimos	234
Quadro 41 — Ex. outras estratégias: antropônimos.....	235
Quadro 42 — Estratégias usadas: antropônimos.....	236
Quadro 43 — Ex. estratégias: topônimos	238

Quadro 44 — Total ocorrências de estratégias: topônimos	239
Quadro 45 — Ex. cópia simples ou com mudança gráfica: OTI	240
Quadro 46 — Ex. cópia + explicitação: OTI	240
Quadro 47 — Ex. cópia + explicitação por hiperônimo: OTI.....	240
Quadro 48 — Ex. cópia + nota de rodapé: OTI.....	241
Quadro 49 — Ex. cópia + tradução: OTI.....	241
Quadro 50 — Ex. mudança de nível: OTI	241
Quadro 51 — Ex. omissão: OTI	242
Quadro 52 — Ex. paráfrase: OTI.....	242
Quadro 53 — Ex. substituição: OTI	242
Quadro 54 — Ex. tradução: OTI	243
Quadro 55 — Ex. Tradução por hiperônimo: OTI.....	243
Quadro 56 — Ex. Tradução + explicitação: OTI.....	243
Quadro 57 — Ex. de outras estratégias usadas com OTI: trad. inglesa	244
Quadro 58 — Estratégias usadas para os OTI	244
Quadro 59 — Ex. paráfrase – trad. inglesa: OTI	251
Quadro 60 — Tradução de <i>cunhã</i> e <i>cunhatã</i> : trad. inglesa.....	255
Quadro 61 — Outros termos usados para <i>cunhã</i> e <i>cunhatã</i> : trad. inglesa	255
Quadro 62 — Traduções cantiga	258

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AL. = América Latina
Ad. = Adição
Au. = Dicionário Aurélio (versão eletrônica)
Cap. = Capítulo
CP. = Cavalcanti Proença (como fonte dicionarística)
ET. = Estudos da Tradução
Expl. = Explicitação
Ex. = Exemplo (s); por exemplo
Fig. = Figura
Hip. = Hiperônimo
Ho. = Dicionário Houaiss
Int. = Internet
LC = Língua de chegada
LP = Língua de partida
Mcon = mudança de conteúdo
Mniv = mudança de nível
NR = Nota de rodapé
Omis. = Omissão
OTI = Outros termos indígenas
Pfr = Paráfrase
Subst. = Substituição
Subst. OE) = Substituição por elemento de outra espécie
Subst. (+fam) = Substituição por elemento mais familiar Subst.
Subst. (OF) = Substituição por elemento de outra família
Subst. (Ofi) – Substituição por elemento de outro filo
Subst. (OG) = Substituição por elemento de outro gênero
Subst. (OI) = Substituição por outro elemento indígena
Subst. (TC) = Substituição por termo caracterizador
Subst. (Tge) = Substituição por termo generalizador
TC = Texto de chegada
TCM = Termo(s) culturalmente marcado(s)
TOI = Termo(s) de origem indígena
TP = Texto de partida
Trad = Tradução
Trp = Transposição
Vs = Versus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E OBJETO DA PESQUISA.....	23
1.1 INTRODUÇÃO.....	23
1.1.1 Justificativa.....	28
1.1.2 Objetivos.....	29
1.1.3 Categorização dos Termos Indígenas.....	31
1.1.3.1 Termos de Origem Indígena.....	31
1.1.3.2 Onomástica.....	32
1.1.3.3 Outros Termos Indígenas.....	33
1.1.4 Apresentação do trabalho.....	33
1.2 TUPI OR NOT TUPI: <i>MACUNAÍMA</i> , O MODERNISMO E A NARRATIVA INDÍGENA.....	34
1.3 LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	46
1.3.1 Família Tupi-Guarani.....	51
1.3.2 Outras Famílias.....	54
1.3.2.1 Família Jê.....	54
1.3.2.2 Família Karíb.....	55
1.3.2.3 Famílias Aruák e Arawá.....	57
2. EMBASAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA.....	59
2.1 ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO.....	60
2.1.1 Estratégias, Procedimentos e Técnicas de Tradução.....	61
2.1.2 Classificação.....	63
2.2 A TRADUÇÃO TOTAL DE PEETER TOROP.....	65
2.2.1 A semiosfera e a semiótica da cultura.....	67
2.2.1.1 Definições de semiosfera.....	67
2.2.1.2 Organização da semiosfera.....	68
2.2.1.3 Fronteiras semióticas e as características da semiosfera ...	69
2.2.1.4 O diálogo dentro da semiosfera.....	72
2.2.1.5 O texto.....	74
2.2.1.6 A semiosfera como mecanismo de tradução.....	76
2.2.2 Total' nyj perevod.....	78
2.2.2.1 Cronotopo e dominante.....	79
2.2.2.2 Tipos de tradução.....	80
2.2.2.3 Análise e síntese.....	81
2.2.2.4 Plano da expressão e plano do conteúdo.....	81
2.2.2.5 Modelo de tradução adequada.....	82
2.2.2.6 Traduzibilidade.....	85
2.3 TERMOS CULTURALMENTE MARCADOS.....	92
2.3.1 Conceito de cultura.....	93

2.3.2	Conceitos de TCM	97
2.3.3	Tradução dos TCM.....	100
2.3.4	Estratégias de tradução usadas com os TCM.....	101
2.3.5	Parâmetros de tradução	103
2.4	TRADUÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS	106
2.4.1	Valor semântico e semiótico dos nomes próprios.....	106
2.4.2	Considerações sobre os aspectos fonológicos.....	109
2.4.3	A ideologia dos nomes próprios.....	110
2.4.4	Estratégias de tradução usadas com nomes próprios	111
2.5	MULTIMODALIDADE	113
2.6	TEORIAS PÓS-COLONIALISTAS	120
2.6.1	Do porquê do uso do pós-colonial.....	120
2.6.2	A representação da América.....	125
2.6.2.1	Relatos de viagem	126
2.6.2.1.1	Pero Vaz de Caminha	126
2.6.2.1.2	Jean de Léry	127
2.6.2.2	Canibalismo	130
2.6.2.3	Imagens iconográficas.....	132
2.6.2.4	Representação da natureza	134
2.6.2.5	Oportunidade comercial	135
2.6.3	A transculturação e o Terceiro Espaço.....	139
2.6.3.1	Transculturação.....	139
2.6.3.2	Representação e transmissão.....	143
2.6.3.3	O Terceiro Espaço.....	146
2.6.4	Relações de poder	150
2.6.4.1	Panopticon.....	151
2.6.4.2	O estereótipo colonial	153
2.6.4.3	Centro e periferia	159
2.6.4.4	O poder da língua.....	161
2.6.5	Pós-Colonialismo e Tradução	164
2.6.5.1	Metonímia da Tradução	165
2.6.5.2	O tradutor no espaço pós-colonial.....	168
2.6.5.3	Tradução e pós-colonialismo na América Latina.....	170
3.	METODOLOGIA E ANÁLISE DAS TRADUÇÕES.....	173
3.1	METODOLOGIA	173
3.1.1	Extração dos TOI no texto original e nas traduções.....	176
3.1.2	Análise da classe de palavras	185
3.1.3	Classificação por categorias semânticas	186
3.1.4	Análise da origem linguística étnica dos TOI do TP.....	188
3.1.5	Elaboração de uma definição dos TOI.....	191
3.1.6	Análise da grafia dos TOI	194

3.1.7 Análise da estratégia de tradução aplicada.....	196
3.2 ANÁLISE DAS TRADUÇÕES	199
3.2.1 Análise dos Paratextos	200
3.2.2 Capas.....	201
3.2.2.1 Capa da Tradução Hispano-americana	201
3.2.2.2 Capa da Tradução Inglesa	203
3.2.2.3 Capa da Tradução Italiana	206
3.2.3 Notas, prefácios e notas de rodapé.....	207
3.2.3.1 Tradução Hispano-americana	207
3.2.3.2 Tradução Inglesa	211
3.2.3.3 Tradução Italiana.....	214
3.2.4 Ocorrência de Termos Tupi	218
3.2.5 Estratégias Usadas pelos Tradutores	220
3.2.6 Análise dos antropônimos	230
3.2.7 Análise dos Topônimos	237
3.2.8 Análise dos Outros Termos Indígenas.....	240
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	
.....	259
RESUMO DO RESULTADO DA ANÁLISE	259
Antropônimos e Topônimos	259
Outros Termos Indígenas.....	260
Tradução Expressiva	261
OS RESULTADOS À LUZ DAS TEORIAS.....	263
HIPÓTESE INICIAL	267
LIMITAÇÕES DA PRESENTE TESE E PERSPECTIVAS PARA	
FUTURAS PESQUISAS.....	270
REFERÊNCIAS	273
ANEXO A – CAPA DA TRADUÇÃO HISPANO-AMERICANA	289
ANEXO B – CONTRACAPA DA TRADUÇÃO HISPANO-	
AMERICANA.....	291
ANEXO C – CAPA DA TRADUÇÃO INGLESA	293
ANEXO D – CONTRACAPA DA TRADUÇÃO INGLESA.....	295
ANEXO E – CAPA DA TRADUÇÃO ITALIANA	297
ANEXO F.....	299
ANEXO G	301
ANEXO H	303

1. INTRODUÇÃO E OBJETO DA PESQUISA

In the act of wholesale translation into English there can be a betrayal of the democratic ideal into the law of the strongest. This happens when all the literature of the Third World gets translated into a sort of with-it translateese, so that the literature by a woman in Palestine begins to resemble, in the feel of its prose, something by a man in Taiwan [...] For the student, this tedious translateese cannot compete with the spectacular stylistic experiments of a Monique Wittig or an Alice Walker. (SPIVAK, 2000, p. 182).

1.1 INTRODUÇÃO

O texto original objeto da presente pesquisa, *Macunaíma*, de Mário de Andrade, ocupa, incontestavelmente, lugar de destaque no cânone literário brasileiro. Entre outras características que lhe conferem tal posição, está o uso pioneiro da linguagem oral e de termos de origem indígena e africana que dialogam de igual para igual com o português escrito.

Não só a obra não foi aclamada desde sua publicação, como será mostrado no próximo capítulo, mas também essa miscigenada composição linguística se traduziu em dificuldades de compreensão do texto mesmo pelos falantes de língua portuguesa. Dito isso, porém, quando nós, brasileiros, lemos *Macunaíma*, mesmo que não saibamos o significado exato dessa ou daquela palavra, conseguimos identificar o texto como sendo “nosso”; de alguma maneira, sabemos que se não conhecemos um determinado termo, há pessoas, em alguma parte de nosso vasto país, que o conhecem. Dificuldades à parte, reconhecemos que o texto tem um “não sei o quê” de brasileiro — e é exatamente esse elemento de imprecisa definição que nos permite seguir adiante na leitura e é o que torna a obra tão singular. Mas como traduzir tal singularidade? Como manter a exuberância linguística do original? Como traduzir elementos que causam dificuldades mesmo na cultura de partida?

Conquanto o objetivo da presente pesquisa não seja responder à essas perguntas diretamente, visto não ter ela caráter prescritivo, espera-se que a análise aqui proposta consiga pressupor comportamentos tradutórios nessa direção. Para executar tal tarefa, a presente pesquisa

propõe analisar três traduções de *Macunaíma* — a hispano-americana¹ de Héctor Olea (2004, publicada pela primeira vez em 1977), a inglesa de E.A. Goodland (1984) e a italiana de Giuliana Segre Giorgi (2006, publicada pela primeira vez em 1982) — delimitando como objeto de estudo os termos de origem indígena (TOI), aqui tratados como termos culturalmente marcados (TCM). Objetiva-se com tal análise, descrever as estratégias de tradução usadas por cada um dos tradutores para tais termos e debater os efeitos dessas escolhas nos textos de chegada (TC) à luz de conceitos teóricos no campo dos Estudos da Tradução (ET).

Como a presente pesquisa retoma, amplia e aprofunda a minha pesquisa de mestrado (SILVA, 2009), na qual também analisei as estratégias de tradução dos termos indígenas na tradução hispano-americana, parte da abordagem teórica dessa última será revisitada. Depois da inclusão das duas outras traduções, a discussão das teorias é a principal expansão do doutorado em comparação ao mestrado. Dada a natureza dessas pesquisas, foi, e continua a ser, inevitável o diálogo com teorias que lidem com estratégias de tradução e com TCM.

É importante salientar, contudo, que não se selecionaram teorias de tradução que explicassem estratégias de tradução pressupostas. Em vez disso, os termos de origem indígena do original, juntamente com os correspondentes na tradução de Olea, foram incluídos no *corpus* paralelo, criado no programa Excel. As estratégias usadas pelo tradutor foram analisadas e, somente depois, foram consultadas teorias que melhor explicassem as escolhas do tradutor. O trabalho de Torop é uma exceção a essa sistemática. Dada a sua abrangência e aplicabilidade direta a textos literários, ele foi escolhido como ponto de partida para a discussão proposta.

Se por um lado espera-se que a abordagem das estratégias possibilite uma base classificatória para as escolhas dos tradutores, por outro, com a discussão dos TCM, objetiva-se, primeiramente, identificá-los enquanto problemas de tradução. Segundo Nord (2001, p. 64), esses não podem ser confundidos com as dificuldades subjetivas de tradução. Tais dificuldades caracterizam-se como aquelas que um tradutor em particular pode encontrar ao traduzir devido à sua própria deficiência linguística, cultural ou tradutória. Para a autora, problemas de tradução serão sempre problemas de tradução, mesmo que o tradutor já possua a habilidade de lidar com eles de maneira rápida e eficaz. Na presente

¹ Como a tradução de Olea, um renomado escritor mexicano, faz uso de grande variedade de termos e expressões usadas em vários países da América Latina, preferi denominar sua tradução como sendo “hispano-americana”, visto que o termo “espanhola” limitaria o escopo cultural da tradução.

pesquisa, julgou-se apropriado tratar os termos de origem indígena como TCM porque verificou-se que tais termos representam, em sua maioria, nomes próprios, nomes de lugares e elementos da fauna e da flora, termos que representam um problema de tradução em potencial — ou por não existirem na cultura de chegada, ou por possuírem valor diferente entre as culturas em questão.

Ademais, objetiva-se com a discussão em torno dos TCM, descrever a prática tradutória em relação a esses elementos, indicando as estratégias de tradução mais comumente usadas.

A abordagem tipológica de Peeter Torop², apresentada em seu livro *Total' nyj perevod* (em português, “tradução total”), prima por sua abrangência. A pesquisa do teórico visa expandir o conceito de tradução a todos os processos tradutórios além daquele da tradução interlingual (tradução de uma língua para outra).

Foi a abordagem desse teórico, por exemplo, que possibilitou uma leitura mais pontual dos resultados da análise da tradução hispano-americana, em que se pôde concluir que o uso de estratégias que substituíram os termos originais por termos de outras etnias indígenas não tornou o texto mais acessível para os leitores de chegada, como era de se esperar, inviabilizando, desta maneira, uma classificação da tradução usando a dicotomia domesticante/estrangeirizante. Foram esses resultados, por sua vez, que indicaram a pertinência de trazer ao debate teorias que se ocupem com aspectos culturais da tradução.

Com base na proposta marioandradiana de usar termos de origem indígena, sobretudo, tupi-guarani, como representação de elementos não trazidos pelos colonizadores, destacando, dessa maneira, os aspectos culturais genuinamente brasileiros, observou-se que Olea fez o mesmo uso sistemático de termos de origem indígena de diferentes etnias latino-americanas, mantendo o indígena e transportando-o a um ambiente mais hispano-americano que compartilha com o Brasil as agruras e sequelas das nações colonizadas. A adição das traduções inglesa e italiana que, em momentos distintos, representariam culturas de colonizadores europeus, irá enriquecer o debate cultural a cerca de estratégias de tradução. Debate esse que terá como base conceitos debatidos pelas

² Teórico estoniano que passou a chefiar, em 1993, o Departamento de Semiótica da Universidade de Tartu (a segunda maior cidade da Estônia) após a morte de seu fundador, Yuri Lotman, discípulo de Roman Jakobson e membro do formalismo russo. Torop vem consolidando o legado de Lotman no campo da semiótica e apresenta em seu livro *Total' nyj perevod* (1995) um modelo para a análise do processo tradutório. O livro foi escrito originalmente em russo e foi traduzido para o italiano por Bruno Osimo (2000). A versão consultada para a presente pesquisa é uma edição revisada e publicada em 2010.

teorias pós-colonialistas como transculturação³, centro vs periferia e relações de poder.

Como nos lembra Young (2003, p. 6–7), a chamada teoria pós-colonial não é uma teoria no sentido científico, formada por um conjunto de princípios que podem prever os resultados de um determinado fenômeno. Em vez disso, o pós-colonialismo compreende

a related set of perspectives, which are juxtaposed against one another, on occasion contradictorily. It involves issues that are often the preoccupation of other disciplines and activities, particularly to do with the position of women, of development, of ecology, of social justice, of socialism in its broadest sense. Above all, postcolonialism seeks to intervene, to force its alternative knowledges into the power structures of the west as well as the non-west. It seeks to change the way people think, the way they behave, to produce a more just and equitable relation between the different peoples of the world. (YOUNG, 2003, p. 6)

Como aponta Robinson (1997, p. 13), o escopo exato dos Estudos Pós-colonialistas é bastante controverso. A área desenvolveu-se, lado a lado, com os Estudos Culturais, estabelecendo uma relação próxima e frutífera. A presente pesquisa irá debater, sobretudo, as teorias pós-colonialistas que, como definido em Robinson (1997, p. 14), ocupam-se do

[...] study of all cultures/societies/countries/nations in terms of their power relations with other cultures, etc; how conquered cultures have responded to, accommodated, resisted or overcome that coercion. 'Postcolonial' here refers to our late-twentieth-century perspective on political and cultural power relations. The historical period covered is all human history. (ROBINSON, 1997, p. 13).

Dentro desse escopo, prestar-se-á particular atenção à abordagem denominada “*power-relations studies*”, na qual, segundo o autor, pós-

³ Apresentado em Pratt (1992) como sendo a maneira “*how subordinated or marginal groups select and invent from material transmitted to them by a dominant or metropolitan culture*”. *While subjugated people cannot readily control what emanates from the dominant culture, they do determine to varying extents what they absorb into their own, and what they use it for.*” (PRATT, 1992, p.6)

colonialismo é

a way of looking at the intercultural power, the psychosocial transformations brought about by the intertwined dynamics of dominance and submission, geographical and linguistic displacement. It does not attempt to explain everything in the world; only this one neglected phenomenon, the control of one culture by another. (ROBINSON, 1997, p. 16).

Shohat (1992, p. 105) questiona a adequação do termo “pós-colonial”, pois acredita que o termo implica o fim do colonialismo, desconsiderando, assim, os vestígios do colonialismo nos âmbitos econômico, político e cultural nos dias atuais. Para a autora, termos como “neo-colonialismo” e “pós-independência” sugerem menor distância do colonialismo do que o termo “pós-colonial”.

Contudo, a presente pesquisa não se atará a questões de subdivisões terminológicas e apoia-se no fato de que nas chamadas teorias pós-colonialistas existe um acalorado debate que expõe, não só as relações passadas entre colonizador e colonizado, mas também o legado do colonialismo e as relações desiguais de poder entre as sociedades contemporâneas.

Como apontam Simon e St-Pierre (2000, p. 13), o termo “pós-colonial”, no contexto dos ET, “remains useful in suggesting two essential ideas. The first is the *global dimension* of research in translation studies; the second the necessary attention to the framework through which we understand *power relations* and *relations of alterity*”. (SIMON e ST-PIERRE, 2000, p. 13).

Ademais, os autores indicam que o termo evoca a imagem do mapa, pois

to enter into the postcolonial world is to see relations which operates across continents. For translation studies and literary study in general, adopting a postcolonial frame means enlarging the map which has traditionally bound literary and cultural studies [...] But this excursion into new domains of culture – India, Africa, South America, Asia – must take into account the profound scars of colonialism and its sequels, scars which have shaped not only its victims but also its perpetrators. And so “we” must understand our own place on the map. Where “we” belong, where are “we”

speaking from, and on the basis of what particular kind of knowledge? (SIMON e ST-PIERRE, 2000, p. 13).

Visto que a tradução é o pilar sobre o qual se sustenta a presente pesquisa, é importante evocar o paralelo traçado por Robinson (1997, p. 8) entre tradução e império. Apesar de aparentemente inconciliáveis, lembra-nos o teórico, império e tradução fazem parte de uma longa parceria. A construção do império, entendido, grosso modo, como sendo um sistema político baseado no domínio militar e econômico — no qual um grupo se expande e consolida seu poder sobre muitos outros — é tradicionalmente justificada com base em ganhos econômicos. Até a segunda metade do século XX, um império era motivo de orgulho, e muitos daqueles subjugados a ele também se sentiam orgulhosos por a ele pertencerem. Porém, com o início dos movimentos de independência, houve uma mudança de direção, e império passa a ser visto, primordialmente, como fonte de domínio militar e político, exploração econômica e hegemonia cultural.

A relação entre tradução e império dá-se por meio da percepção que tradução foi sempre um canal indispensável de conquista e ocupação imperial, pois, como aponta Robinson (1997): “[...] *not only must the imperial conquerors find some effective way of communicating with their new subjects; they must develop new ways of subjecting them, converting them into docile or ‘cooperative’ subjects*”. (ROBINSON, 1997, p. 10). O teórico sugere que, para se explorar as implicações entre império–tradução–império, é necessário olhar a tradução como sendo mais que uma atividade linguística e textual, em consonância, portanto, com a proposta da presente pesquisa.

1.1.1 Justificativa

Para mim, a mais conhecida obra marioandradiana jamais perdeu o fascínio da primeira leitura feita nos tempos da escola média, e é com grande prazer pessoal que pesquiso os elementos que foram habilmente costurados à grande colcha de retalhos que é a cultura brasileira, sobretudo, da perspectiva do crescente e não menos fascinante campo dos ET. Ainda que a primeira tradução lida da obra tenha sido a inglesa de E.A. Goodland, foi a tradução hispano-americana de Héctor Olea, cuja análise das estratégias na minha dissertação de mestrado servirá como base comparativa na presente pesquisa, que deu início à minha incursão como pesquisadora pelo mundo de *Macunaíma*. Os surpreendentes resultados da análise da tradução de Olea suscitaram

minha decisão de retomar minha pesquisa de mestrado com a inclusão das traduções inglesa e italiana, trazendo para o debate a comunhão de estratégias de tradução com aspectos culturais da tradução. Não só tal inclusão irá, certamente, reforçar a discussão em torno das estratégias de tradução, visto que a análise preliminar indica que os três tradutores usaram estratégias bem divergentes, como também irá alimentar um debate atualizado das teorias pós-colonialistas do ponto de vista das culturas periféricas, pois, como aponta Robinson (1997):

[d]ecolonization is already under way; the voice of the subaltern is being heard more and more than ever before; but the legacy of colonialism survives (among other places) in the uneasy fact that much postcolonial translation theory is written by first world-scholars. (ROBINSON, 1997, p. 38).

Por fim, ainda que existam vários trabalhos acadêmicos sobre *Macunaíma*, faltam pesquisas que coloquem os termos indígenas da obra marioandradiana como foco principal de análise. O autor faz uso extensivo de tais termos em sua obra, o que viabilizou a construção de um *corpus*, ainda que pequeno em tamanho, com um número bastante significativo de palavras no que diz respeito à representatividade desse *corpus*. Parece-me, pois, bastante pertinente pesquisar os termos de origem indígena, uma vez que esses ocupam papel de destaque, não só no trabalho do autor, como também no movimento modernista, como será discutido mais avante. A relevância de tais termos em *Macunaíma* parece ainda maior se considerarmos que Mário de Andrade os usa, sobretudo, para nomes próprios e elementos da fauna e flora. Enquanto os primeiros possuem forte significado cultural, os elementos da fauna e flora têm grande importância na vida diária dos povos ameríndios.

Como já mencionado, os termos indígenas representam um problema de tradução considerável, especialmente se levarmos em conta que são como uma segunda língua dentro do TP, para qual o tradutor também tem que encontrar soluções. Assim como a análise de três traduções pode trazer importantes contribuições para a discussão sobre estratégias de tradução, essa mesma análise pode, igualmente, contribuir para a discussão acerca dos TCM.

1.1.2 Objetivos

A presente pesquisa tem como principais objetivos:

- a) analisar as estratégias de tradução usadas pelos tradutores da versão inglesa e italiana para traduzir os elementos de origem indígena em *Macunaíma*;
- b) analisar os paratextos dos textos traduzidos, aqui representados pelas capas, notas, prefácios e notas de rodapé;
- c) verificar como os resultados da análise empírica dialogam com as teorias do campo dos ET;
- d) fazer um cotejo das estratégias usadas por Olea, já analisadas na dissertação de Mestrado, com as estratégias usadas por Goodland e Giorgi;
- e) valendo-se das teorias pós-colonialistas como fio condutor, verificar a hipótese inicial de que, em comparação com o tradutor de um país com experiência de colonização semelhante a do Brasil, os tradutores das culturas centrais, da Inglaterra e da Itália, usariam outras estratégias de tradução para os TCM.

Uma vez analisadas as estratégias das traduções inglesa e italiana, e discutidos os resultados à luz dos conceitos de estratégias de tradução, de TCM e da tipologia de Peeter Torop, os resultados da tradução hispano-americana serão retomados para que se possam comparar as escolhas tradutórias que, como já mencionado, são bastante divergentes, tendo as teorias pós-colonialistas como base.

Em relação à tradução hispano-americana, com a análise das estratégias usadas pelo tradutor e dos paratextos (capa, notas e prefácio), observou-se que Olea seguiu um bem elaborado projeto de tradução, cujo objetivo central era manter o elemento indígena e recriar *Macunaíma* como um herói hispano-americano. Para reproduzir um ambiente comparável ao apresentado no TP, o tradutor empenhou-se em uma extensa pesquisa da taxonomia de etnias indígenas de países hispano-americanos em catálogos especializados e consultas a especialistas da área da Botânica e Zoologia.

A proposta foi materializada, sobretudo, por meio do uso das estratégias de tradução e substituição⁴ e pelo uso de termos de diferentes regiões da América Latina. Esse uso de palavras de diferentes regiões

⁴ Por ora, ateno-me a definir essas duas estratégias de maneira bastante generalizada, pois elas serão definidas mais detalhadamente no capítulo 3. Para efeitos da presente pesquisa, usaram-se as definições dessas estratégias com base no trabalho de Chesterman (2000). A “tradução”, ou “tradução literal”, seria quando o termo traduzido é o mais próximo possível do original, e a “substituição”, quando itens do TP são traduzidos por “equivalentes funcionais” no TC, de maneira a conformar com as normas da LC.

reproduz exatamente a variação de sinônimos usada por Mário de Andrade, que o fez intencionalmente para dar a ideia de um *Macunaíma* que pertence a todos os lugares e, ao mesmo tempo, a nenhum lugar em particular.

Ao usar termos de origem de diferentes etnias indígenas, Olea reforça sua recriação de *Macunaíma* como um herói hispano-americano, criando um ambiente que se corresponde mais de perto com a(s) cultura(s) de chegada. É importante ressaltar, porém, que tal proximidade não produziu um texto domesticante, pelo contrário, o texto de Olea é tão “exótico” para o leitor da LC como o original é para o leitor da LP, causando similar dificuldade semântica.

Vale mencionar ainda que os nomes dos personagens foram, na grande maioria, reproduzidos sem mudanças no texto traduzido. O tradutor fez, no entanto, apenas algumas adaptações gráficas para maior conformidade com a ortografia espanhola. Tal estratégia, longe de significar que nomes próprios não são traduzidos⁵, também está em linha com a proposta tradutória em manter o elemento indígena.

1.1.3 Categorização dos Termos Indígenas

Apresenta-se, a seguir, uma breve definição de termos indígenas adotada para efeito da presente pesquisa, assim como as categorias nas quais tais termos foram incluídos no *corpus*.

1.1.3.1 Termos de Origem Indígena

Toma-se como base para a definição dos termos de origem indígena em *Macunaíma* a definição de “índio” apresentada no Dicionário Aurélio:

Historicamente, designação genérica dada às populações que habitavam a América quando da chegada dos conquistadores europeus; atualmente, aplica-se a qualquer indivíduo que pertence a grupo étnico descendente ou supostamente descendente daquelas populações (FERREIRA, 1999)

⁵ Hipótese inicial apresentada na dissertação de mestrado, cujo debate trouxe várias vezes dentro dos ET que coadunam com a ideia de que tradutores, ao redor do mundo, usam diferentes estratégias na tradução de nomes próprios, principalmente, devido à carga semântica e semiótica que podem possuir.

Incluíram-se no *corpus*, não só os termos que aparecem como sendo diretamente de origem indígena (“tupi”, “tupi-guarani”, “quéchua”, “náuatle”, entre outros), mas também, termos que naquele dicionário aparecem, simplesmente, como sendo de origem brasileira, mas que remetam a verbetes de origem indígena, ou apareçam em outras fontes como sendo de origem indígena. O termo “curumim”, por exemplo, aparece no Dicionário Aurélio como sendo de origem brasileira, que por sua vez é originário do tupi “*curumi*”; em Rodrigues (1994, p. 22), o termo aparece diretamente como palavra de origem tupi e em Proença (1987, p. 260), como de origem guarani (“*columi*”).

Incluíram-se também termos cuja origem foi dada como supostamente indígena em qualquer uma das fontes de consulta da presente pesquisa, quando não foi possível obter uma confirmação de origem.

1.1.3.2 Onomástica

De acordo com definição apresentada no Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), a “onomástica” é o “estudo e investigação da etimologia, transformações, morfologia, etc., dos nomes próprios de pessoas e lugares”. A onomástica se divide em duas vertentes, a saber: a antroponímia, que se dedica aos nomes de pessoas, incluindo prenomes, sobrenomes ou apelidos de família, e a toponímia, que se dedica aos nomes de lugares.

No presente trabalho, adotou-se, em parte, a divisão proposta pela ciência, ou seja, considerou-se os nomes de pessoas como sendo antropônimos, desde que designem, “*the name of a specific individual or of a set of individuals distinguished only by their having that name*”⁶. Assim, nomes comuns usados por Mário de Andrade para designar personagens foram também tratados como antropônimos, como é o caso de *Curupira*, da mitologia popular; *Pauí-Podole*, da mitologia indígena; e *Piaimã*, gigante da mitologia taulipáng.

Em relação aos topônimos, embora *stricto sensu* designem o nome de um lugar, usa-se na presente pesquisa o mesmo critério empregado por Cunha (1999, p. 10): a noção de “topônimo” é ampliada para abarcar nomes de lugares e de acidentes geográficos (geônimos), como *Uraricoera*, *Jaraguá* e *Tietê*. Da mesma maneira que Mário de

⁶ MATTHEWS, Peter Concise Oxford Dictionary of Linguistics, Oxford: Oxford University Press, p. 61, 1997.

Andrade usou nomes comuns para se referir a nomes de pessoas, ele também os usou para designar lugares ou acidentes geográficos. O nome “*chuí*”, de origem maxuruna, por exemplo, foi usado pelo autor tanto para designar o órgão genital masculino (III/21) quanto para o nome do rio (XI/85). Os termos foram incluídos nas categorias “anatomia” e “topônimos”, respectivamente.

1.1.3.3 Outros Termos Indígenas

Consideram-se OTI todos os elementos de origem indígena extraídos de *Macunaíma* que não façam parte do grupo dos antropônimos nem dos topônimos, e que se enquadrem na definição de termo indígena dada acima.

Dessa forma, nessa classificação, incluem-se nomes comuns e adjetivos⁷, divididos nas categorias: a) anatomia, *maissó* (XIII/95); b) artefato, *muiraquitã* (III/22); c) bebida, *mocororó* (VI/42); d) costumes, *taba* (XV/107); e) culinária, *tacacá* (VI/39); f) estado, *jururu* (XVI/123); g) etnias, *carajá* (XVII/127); h) fauna, *guaimuns* (I/9); i) flora, *cunambi* (XVII/130); j) folclore, *saci* (II/15); l) geografia, *igarapé* (XI/82); m) geologia, *itá* (XVII/131); n) grau de parentesco, *cunhã* (II/13) e o) religião, *jurupari* (V/31)⁸.

1.1.4 Apresentação do trabalho

O presente trabalho está dividido em três grandes capítulos. O Capítulo 1, além da introdução, apresenta uma breve análise da obra marioandradiana, inserindo-a no Modernismo, movimento de cunho nacionalista e avesso ao legado do colonialismo do qual Mário de Andrade foi um dos principais expoentes, tendo dele emprestado algumas características e ideologias ao tecer sua obra. É importante trazer à luz tal relação, pois ela é determinante em explicar o papel dos termos indígenas em *Macunaíma*. Esse capítulo também apresenta um panorama das línguas indígenas, com sua evolução, algumas de suas contribuições para o português falado no Brasil e sua propagação pelo território latino-americano, o que promoveu a pluralidade linguística que se vê atualmente na região. Pelo número maior de ocorrências de termos de origem tupi no texto original, dar-se-á ênfase à família tupi-guarani.

⁷ Todos os termos extraídos do texto original caem nas classes dos substantivos ou adjetivos.

⁸ Com exceção de “tacacá”, termo de origem caribenha, todos os outros termos são de origem tupi.

O capítulo 2 traz toda a discussão teórica que serve como base para a presente análise. Nele, discutir-se-ão conceitos de estratégias de tradução, tradução de nomes próprios e TCM. Visto que as estratégias de tradução formam o cerne da presente pesquisa, objetiva-se traçar um paralelo entre diferentes vozes dentro dos ET que possam explicar os resultados da análise das traduções aqui estudadas. Em relação à classificação, dar-se-á ênfase às estratégias de tradução usadas pelos três tradutores. Os trabalhos de Chesterman (2000); Aubert (2003) e Aixelá (2005) mostraram-se particularmente relevantes em relação à tal classificação.

Discutir-se-á ainda nesse capítulo, a “tradução total” de Peeter Torop, destacando-se seus “parâmetros de traduzibilidade” e o conceito de “semiosfera”⁹, apresentado por Lotman e que ocupa papel de destaque no trabalho de Torop. O capítulo traz também conceitos das teorias pós-colonialistas considerados pertinentes para a presente discussão, os quais constituem uma das principais adições a esta tese de doutorado, em comparação à dissertação de mestrado.

No capítulo 3, serão descritos, detalhadamente, além da definição da linha de pesquisa da presente análise, os estágios da elaboração do *corpus* — esse criado a partir do *corpus* que, originalmente, continha somente os termos do TP e seus correspondentes da tradução hispano-americana. Naturalmente, o *corpus* formado por termos de três traduções ganhou volume considerável se comparado ao *corpus* original e será, sem dúvida, uma fonte ainda mais sólida de análise do comportamento tradutório, no que diz respeito a escolhas de estratégias de tradução. Nesse capítulo também se insere a análise propriamente dita, na qual os dados obtidos a partir do *corpus*, juntamente com os elementos paratextuais, serão analisados e discutidos, à luz das teorias apresentadas no capítulo 2. Nesse capítulo, retomam-se ainda os resultados da análise da tradução hispano-americana como base para o cotejo das escolhas tradutórias feitas pelos três tradutores.

1.2 TUPI OR NOT TUPI: *MACUNAÍMA*, O MODERNISMO E A NARRATIVA INDÍGENA

Macunaíma, categorizada pelo próprio autor como sendo uma rapsódia¹⁰, é a história de um índio que nasce na tribo dos tapanhumas

⁹ Termo associado ao conceito de “biosfera” que, grosso modo, designa o espaço cultural que possibilita os processos de comunicação em diferentes domínios.

¹⁰ Um amálgama de romance, conto popular, trechos de contos da carochinha, logo, uma mistura de vários gêneros e estilos. (cf. Souza Eneida Maria de. A subversão linguística de

(tribo de índios de pele negra), na região de Roraima, às margens do Rio Uraricoera. Ainda menino, faz “coisas de sarapantar”¹¹, mostrando desde muito cedo sua tendência à preguiça e ao erotismo. Macunaíma está constantemente pregando peças nos irmãos mais velhos, Maanape e Jiguê, e seduzindo as mulheres do último. Conhece Ci, a mãe do mato, da tribo das Icamiabas (amazonas), e ao possuí-la, transforma-se em imperador da floresta. Juntos têm um filho, que morre ainda bebê. Ci morre de tristeza, mas antes entrega a Macunaíma um amuleto, a muiraquitã, que Macunaíma perde e acaba nas mãos do Piaimã Venceslau Pietro Pietra, o “gigante comedor de gente”. Para recuperar a pedra, única lembrança de sua amada, Macunaíma, juntamente com os dois irmãos, decide partir para São Paulo, onde mora o gigante. No caminho de transição entre a floresta e a cidade, Macunaíma vira loiro de olhos azuis, enquanto um irmão permanece negro e o outro índio. Depois de várias aventuras na cidade grande — para citar algumas: Macunaíma se relaciona com diversas mulheres, conta várias histórias de sua terra, morre e ressuscita — o herói consegue recuperar o amuleto e matar o canibal. Ao voltarem para a floresta, os irmãos se deparam com uma grande desolação, não encontrando mais ninguém. Jiguê se transforma em uma sombra leprosa e acaba convertendo a todos na cabeça do Pai do Urubu, exceto Macunaíma, que consegue fugir da sombra. Triste e sozinho, Macunaíma se deixa enganar por Vei, a Sol que, por vingança, conduz o herói para os braços da Uiara que nada em um rio. Macunaíma a confunde com uma “cunhã lindíssima, alvinha”, e no desejo de possuir mais uma mulher, ele se joga no rio. O herói é quase morto, saindo da água sem partes do corpo e sem a muiraquitã. Cansado da vida, ele decide virar estrela e ir morar no céu com sua amada Ci. Acabada a tribo dos tapanhumas, “um silêncio imenso dormia à beira-rio do Uraricoera”, sobrando somente um papagaio que, falando “numa fala mansa, muito nova [...] que possuía a traição das frutas desconhecidas do mato”, conta as aventuras do grande Macunaíma imperador para um homem ali passando, o homem que nos conta a história.

Apesar da trôpega recepção,¹² *Macunaíma*, escrito em 1926 e

Macunaíma. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 11. Ago.2008. Ed.268. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2021&secao=268>. Acessado em 12. Set. 2011).

¹¹ Os trechos entre aspas foram retirados *ipsis litteris* do texto original.

¹² A obra recebeu inúmeras críticas negativas, entre elas, as de João Ribeiro e de Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde). As críticas, geralmente, giravam em torno do amálgama

publicado em 1928, no apogeu do Modernismo, tornou-se uma das obras mais conhecidas e reverenciadas da literatura brasileira. A obra gerou, e ainda gera, inúmeros trabalhos acadêmicos e críticos, assim como um filme, de 1969 (direção de Joaquim Pedro de Andrade), inúmeras peças teatrais (a primeira em 1978, de Antunes Filho), e nove traduções¹³.

O Modernismo coincidiu com o rápido desenvolvimento industrial que gerou uma relativa mecanização da vida cotidiana. Máquinas e novas construções passaram a fazer parte do dia a dia do habitante urbano. Como o principal polo industrial do país, São Paulo destacou-se dos demais centros urbanos do Brasil. Foi nesse ambiente industrializado que os modernistas buscaram inspiração para seus discursos “futuristas”. Como aponta Jaffe (2001, p. 52), São Paulo era um dos temas favoritos de Mário de Andrade, uma cidade que representava o moderno como nenhuma outra — centro industrial e econômico, a cidade das grandes imigrações, de tendências políticas e misturas sociais, raciais e religiosas, a cidade dos grandes contrastes.

Segundo Alambert (1999, p. 28), o início do Modernismo brasileiro se deu possivelmente em 1912, quando Oswald de Andrade retornou da Europa impregnado com as ideias do futurismo, movimento intelectual artístico italiano, encabeçado pelo poeta Marinetti, que almejava “uma arte ligada à nova civilização tecnológica que surgia”. A passagem de Oswald pela Europa teria-lhe mostrado a necessidade de mudanças e renovações artísticas em seu próprio país.

Contudo, o auge do movimento se deu na agora clássica Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, quando representantes das diversas artes se uniram para apresentar, no Teatro Municipal de São Paulo, leituras de poesia e prosa, espetáculos de dança e música e exposições de arte. “A Semana”, como o evento ficou também conhecido, atraiu grande atenção, e ocupou as páginas dos jornais nos dias que se seguiram, com reações tanto de euforia como de reprovação, como atesta Alambert (1999, p. 44).

Apesar da grandiosidade dos acontecimentos que marcaram a Semana, como aponta Bosi (1987, p. 387), não houve coesão dentro do

línguístico, da imoralidade e da imagem negativa passada pela apresentação de Macunaíma como um suposto símbolo do brasileiro (LOPEZ, 1988, p. XXVIII).

¹³ A tradução inglesa de Margaret Richardson Hollingsworth e a espanhola de Carybé e Raúl Brié continuam inéditas. As publicadas foram, a italiana, de Giuliana Segre Giorgi; a francesa, de Jacques Thiériot; a alemã, de Curt-Meyer-Clason; a húngara, de Pál Ferenc; a inglesa de E.A. Goodland e a hispano-americana de Héctor Olea. Há também uma outra tradução inglesa de Larry Wayne Gordon, que aguarda publicação (cf. Lopez, 1988, p. 429-431).

movimento e surgiram correntes com tendências próprias, nem sempre convergentes. Destacam-se entre essas correntes os movimentos Pau-Brasil (1924–1925), o Verdeamarelismo (1926–1929) e o Antropofagismo (1928–1929), todos pertencentes ao que se denominou “primeira fase” do Modernismo, da qual fez parte Mário de Andrade. Essa fase foi a mais radical, pois no início houve a necessidade de definições e de ruptura com as estruturas passadas. Entre as principais características dessa primeira fase estão: a busca pelo moderno, original e polêmico, um nacionalismo multifacetado, a valorização do índio brasileiro, e o resgate da “língua brasileira” (aquela falada nas ruas).

Foi em 1928 que Oswald de Andrade escreveu o *Manifesto Antropófago*¹⁴, com a conhecida “*Tupi, or not tupi that is the question*”, que “devora”¹⁵ a frase shakesperiana, representando, pontualmente, o espírito do Antropofagismo, visto que a proposta de Oswald era que “tudo de útil que a cultura ocidental possa oferecer seja devorado a fim de que seja modificado e submetido à ‘ortodoxia de um Brasil original.’” (ALAMBERT, 1999, p. 74). Para os modernistas, o tupi passa a ser a língua símbolo da busca por esse “Brasil original” de Oswald de Andrade, idealizada por algumas das correntes do movimento como a verdadeira língua brasileira. O tupi ocupou lugar de destaque em várias obras, como, por exemplo, na pré-modernista, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto¹⁶ (1915), e no quadro símbolo do movimento antropofágico, *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral, que significa “homem que come”, em tupi.

Sobre o *Manifesto* oswaldiano, Vieira (1999) aponta que:

In the overt attempt at freeing Brazilian culture from mental colonialism, the Manifesto redirects the flow of Eurocentric historiography. The New World, by means of the permanent ‘Caraíba’ revolution, becomes the source of revolutions and changes (...) through a reading of history from a reverse angle, the Christian missionaries who are traditionally said to have gone to Brazil to save the population are recast in the Manifesto as runaways

¹⁴ Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>>. Acesso em 01 set. 2011.

¹⁵ Termo usado sobretudo dentro do movimento Antropofágico, inspirado em um capítulo, “De canibalis”, do livro *Ensaio*, do filósofo francês Montaigne, que reconta a história da “deglutição do Bispo Sardinha” por índios tupinambá.

¹⁶ A “proposta” do personagem central dessa obra, Policarpo Quaresma, é a adoção do tupi como língua oficial.

from a civilization Brazilians are now, in turn, dissecting.
(VIEIRA, 1999, p. 98-99).

A autora lembra que o reverso da história culmina com a data da composição do *Manifesto* usada por Oswald Andrade: “ano 374 da deglutição do Bispo Sardinha”, que contradiz tanto o calendário cristão como a historiografia ortodoxa, para quem o ano de 1500 é o ano da descoberta e da origem do Brasil, o que, para a autora, metaforicamente marca “*the synthesis of the European and autochthonous elements, signposting the emergence of Brazilian culture*”.

Figura respeitada e de grande importância dentro do Modernismo, Mário de Andrade não concordava, contudo, com todos os seus preceitos e, embora haja uma certa tendência em aproximá-lo mais do movimento antropofágico, o autor discordava exatamente da proposta oswaldiana de absorver influências externas. Nesse sentido, Jaffe (2001, p. 14) cita Darcy Ribeiro, para quem *Macunaíma* não é antropofágico à maneira “clássica” do Modernismo, e sim, endofágico, pois não se trata “do Brasil engolindo e transformando o estrangeiro, mas do Brasil sendo engolido por si mesmo”.

Sua resposta à carta do pupilo e amigo Carlos Drummond de Andrade mostra a busca do autor por um Brasil que se influencia internamente:

De que maneira nós podemos concorrer pra grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isso já está na civilização. O nosso contingente tem que ser brasileiro. O dia em que nós formos inteiramente brasileiros, só brasileiros, a humanidade estará rica de mais uma raça, rica numa nova combinação de qualidades humanas.¹⁷

No final da década de 1920, o Modernismo assumiria feições primitivistas, como afirma Bosi (1988, p. 173), o que teria exercido grande influência em Mário de Andrade. O crítico define o chamado “primitivismo estético” da época como sendo uma

¹⁷ Parte da coletânea *Carlos & Mário* da Editora Bem-Te-Vi. Excerto disponível em <http://veja.abril.com.br/181202/p_154.html>. Acesso 05 set. 2011.

reviravolta nos processos de mimesis literária... Um fastio das estilizações brilhantes e afetadas que povoavam a cena da “Belle Époque” tem como correlato a sondagem do mundo onírico individual e, em mais ampla esfera, o encontro maravilhado com imagens e ritmos das culturas não-européias. É o momento da África, de art nègre, e, logo depois, do jazz afro-americano. Na América Latina, a hora é de redescobrir as fontes pré-colombianas. (BOSI, 1988, p. 173).

Segundo o crítico, Mário de Andrade teria empregado processos de composição e de linguagem da narrativa oral indígena e popular de maneira nunca vista na literatura brasileira. E teria sido exatamente esse ineditismo que mais causou estranheza entre críticos e leitores.

Em relação à mistura insólita do moderno com o primitivo, bem observou Héctor Olea (p. 39) nas notas de prefácio de sua tradução de *Macunaíma*, que “*la parodia modernista, con todos los artilugios de que es capaz, muestra el conflicto del hombre natural-tecnologizado.*”.

Apesar da acepção de que *Macunaíma* seria a representação do homem brasileiro, o herói parece passear livremente entre as fronteiras geográficas de nosso país e carregar consigo um linguajar mestiço que se propaga pelo continente. Tal propagação não o torna menos nosso, mas sim, compartilha-o com os outros. O próprio Mário de Andrade parece vê-lo de maneira mais ampliada na passagem que diz: “Então o herói pegou na consciência dum hispano-americano, botou na cabeça e se deu bem da mesma forma.” (ANDRADE, p. 118).

Ao representar esse homem múltiplo, Mário de Andrade promove uma verdadeira “desgeograficação”¹⁸, não só fazendo alusão a diversas regiões, como também utilizando nomes de plantas e animais de vários lugares do Brasil, o que gerou um texto bastante “exótico” que apresenta dificuldades semânticas para os próprios falantes do português. Contudo, como a maioria dos termos indígenas se encontra em dicionários de português falado no Brasil, eles fazem parte da língua oficial do país, sendo que Mário de Andrade parece lembrar a seus leitores brasileiros que a língua por ele utilizada é parte de sua própria cultura, é parte de quem são. Assim sendo, os termos indígenas seriam um elemento de consciência cultural.

Quanto à origem dos termos indígenas, embora haja

¹⁸ Termo cunhado pelo próprio autor a fim de retratar um Brasil sem fronteiras e de rica diversidade linguística.

predominância de termos do grupo étnico tupi-guarani, como será mostrado mais adiante, o autor também se vale de termos de várias línguas ameríndias para tecer sua obra, como é o exemplo do náuatle do México (ex. *sapotilha*); do quéchua da Argentina, Bolívia, Equador e Peru (ex. *inhapa*), do caráíba do Brasil, Venezuela e Guianas (ex. *piroga*) do bororo do Brasil (ex. *bacororó*) entre outras.

Uma outra polêmica gerada à época da publicação de *Macunaíma* foi que o autor teria plagiado o relato etnográfico do alemão Theodor Koch-Grünberg para compor a rapsódia. Mário de Andrade não nega nenhuma influência, pelo contrário, ele amplia a lista de “copiados”, como mostra a carta aberta publicada no Diário Nacional¹⁹ que o autor escreveu em resposta à defesa do escritor Raimundo Moraes contra tais alegações:

Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Gruenberg, quando copiei todos. E até o sr. na cena da Boiúna. Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. Quer saber mesmo? Não copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mais ainda, na CARTA PRAS ICAMIABAS, pus frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, dos cronistas portugueses coloniais, e devastei a tão preciosa quão solene língua dos colaboradores da Revista de Língua Portuguesa. Isso era inevitável pois que o meu... isto é, o herói de Koch-Gruenberg, estava com pretensões a escrever um português de lei.

Antelo (1988) aponta outras obras nas quais Mário de Andrade teria se inspirado, como *Supersticiones y leyendas*, de Juan B. Ambrosetti, *Reseña histórico-descriptiva de antiguas y modernas supersticiones del Rio de la Plata*, de Daniel Granada, entre outras, além de obras que o autor de *Macunaíma* teria lido para a revisão do original para a segunda edição de *Macunaíma*, publicada em 1937, como é o caso das *Leyendas de los indios Guaraníes*, de César Felisberto Oliveira e *Leyendas de Guatemala*²⁰, de Miguel Angel Astúrias. A consulta de

¹⁹ Nota da edição: carta aberta publicada por Mário de Andrade no Diário Nacional a. 5, no. 1.262. São Paulo, domingo, 20 set. 1931, p. 3.

²⁰ Escritas a partir da tradução francesa do *Popul-Vuh*, livro sagrado dos índios quiché.

obras de outros autores latino americanos é, para Antelo, prova de que Mário de Andrade, leitor voraz, “satura-se de textos que lhe permitam agora equacionar o primitivo com uma concepção mais larga de universalidade.” (ANTELO, 1988, p. 257).

Apesar das diversas fontes nas quais Mário de Andrade buscou inspiração, nenhuma obra o teria inspirado mais que o trabalho de Koch-Grünberg, *Vom Roroima zum Orinoco – Mythen und Legenden der Taulipang und Arekuná Indianern*, vol. II, publicado na Alemanha em 1924²¹. Os empréstimos feitos por Mário de Andrade vão muito além de adotar o nome *Macunaíma* com base nos relatos do etnólogo. Como observa Sá (2004, p. 40), além dos nomes dos personagens principais, *Macunaíma* compartilha com os textos karíb²² a maior parte de seu enredo. De fato, nas histórias que aparecem no volume II do trabalho de Koch-Grünberg²³, narradas por dois índios, um da tribo taulipáng e outra da tribo arekuná²⁴ está um Makunaíma²⁵ igualmente heroico e ardiloso que se transforma em adulto toda vez que deseja possuir a cunhada. Mais importante que os irmãos, Zigé e Ma'nápe, esse “grande transformador”, como o define Koch-Grünberg, passeia por uma selva mágica, repleta de animais que “já foram gente”²⁶, convertendo em pedra os homens e os animais, ora para castigá-los, ora para satisfazer seu desejo de fazer maldade. Entre outros personagens e episódios

²¹ Embora se tenha consciência que tais relatos passaram por vários processos tradutórios e, conseqüentemente, estão sujeitos a um certo grau de adaptações, não se buscou na presente pesquisa mirá-los de maneira avaliativa. Os relatos são aqui considerados como o texto que inequivocamente serviu como base na feitura de *Macunaíma*.

²² Grupo linguístico ao qual pertencem os povos Taulipáng (ou Taurepang) e Arekuná. Tais povos, juntamente com os Kamarakoto e Macuxi, habitantes das fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana, autodenominam-se “*pemon*”, termo que significa “povo”, “gente”. Na presente pesquisa, usar-se-ão os termos “taulipáng” e “arekuná” quando houver necessidade de se diferenciar entre tais povos, do contrário, a denominação “pemon” será usada como referência geral. (Cf. **Povos indígenas no Brasil – taurepang**. Disponível em <<http://piib.socioambiental.org/pt/povo/taurepang/112>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

²³ Esse volume consta de um prólogo e uma introdução, ambos escritos por Koch-Grünberg, cinquenta e três histórias narradas pelos índios Mõseciaípi e Mayuluaípu, transmitidas a Koch-Grünberg tanto em língua original como em português; onze textos originais com sua tradução (no caso da edição aqui usada, o espanhol) e um texto sobre as semelhanças e paralelismos das lendas indígenas entre as tribos da região do Orinoco, também escrito pelo etnólogo.

²⁴ Vale mencionar que existe grande proximidade entre as histórias dos dois índios, sendo que muitos elementos e personagens se entrelaçam. Segundo Koch-Grünberg, não é possível separar as lendas, pois pertencem a um grupo reduzido de lendas, ademais, aponta que as lendas das tribos Karíb também têm grande relação com as lendas tupi-guarani.

²⁵ Quando referência for feita ao trabalho de Koch-Grünberg, usar-se-á a grafia dos nomes como é ali apresentada.

²⁶ Em nota introdutória (p. 29), Koch-Grünberg aponta que a personificação dos animais e plantas se baseia na crença indígena de que tais elementos têm alma. Todos os animais nascem, crescem e depois da morte vão para o *Keyeme*, o “pai de todos os animais”.

análogos, lá estão também a wazabá (Dzalaúra-Iegue, em *Macunaíma*), a árvore que dá todos os frutos do mundo e Piai'má, o grande feiticeiro, considerado como o pai da tribo dos Ingarikó²⁷, uma tribo que, segundo os narradores, já foi inimiga mortal dos Taulipáng e Arekuná.

Observou-se, porém, que alguns episódios protagonizados pelo herói marioandradiano, nos relatos dos colaboradores de Koch-Grünberg, são protagonizados por outros personagens. No episódio em que Macunaíma é convencido por um macaco a bater nos testículos com uma pedra (ANDRADE, p. 92), por exemplo, na lenda no. 49, intitulada “Kone’wo” (KOCH-GRÜNBERG, p. 123) é Kone’wo, um homem, que convence o jaguar, e não Makunaíma, a fazê-lo. Na obra *Macunaíma*, Piai'má carrega Macunaíma nas costas, pois deseja levá-lo para casa com intenção de comê-lo (ANDRADE, p. 104). Na lenda no. 26 de Koch-Grünberg, intitulada “A Morte de Piai'ma” (KOCH-GRÜNBERG, p. 73), o feiticeiro carrega vários homens nas costas com intuito de canibalizá-los (mas não há menção a Makunaíma). No final, o feiticeiro é morto pelo único jovem sobrevivente, e não por Makunaíma como acontece na obra de Mário de Andrade. Essa maior atribuição de ações a Macunaíma parece consolidá-lo ainda mais como um herói de caráter conflitante.

Além dos personagens e do enredo, Mário de Andrade também emprestou a estrutura dos textos pemon que, segundo Sá (2004, p. 50), baseiam-se na narrativa etiológica, que por explicar a origem das coisas, normalmente, possui valor sacro na literatura pemon, que também faz emprego de elementos cômicos. A autora aponta também que apesar de não possuir a característica sacra da narrativas etiológicas, o texto marioandradiano

share with the Pemon narrative their humor, their amusing way of explaining how things came into existence. Moreover, they also serve to depict a world in which things are always being created, re-created, and changed, and Macunaíma, the

²⁷ Na presente pesquisa, a grafia dos nomes de povos indígenas e suas línguas segue convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que estabelece ser os nomes de povos e línguas indígenas invariáveis (ex.: os tupinambá). É também estabelecido que os nomes tribais sejam usados com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso dela quando tomados como adjetivos. O

Acordo está disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73556272/Convencao-da-ABA-de-1953-para-grafia-de-nomes-indigenas>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

*transformer*²⁸, is responsible for many of these changes. (SÁ, 2004, p. 50).

Outra característica do texto karíb reproduzida por Mário de Andrade são as inúmeras listas de palavras com nomes de plantas ou de animais que aparecem no texto, como mostram os exemplos abaixo:

Todos los pajaritos, “harialipezámui”, “dákupi”, “elekéike”, “kuradzi”, “uraíke”, “kariánalu”, “bakakag”, “kéluma”, “kúyakeg”, “wó’la”, “pálpali, llorabam por el árbol porque éste era su tío. (KOCH-GRÜNBERG, p. 90).

E eram muitos mosquitos piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas marigüis borrachudos varejas, toda essa mosquitada. (ANDRADE, p. 14).

É importante ressaltar que Mário de Andrade deu preferência a termos de origem tupi (como é o caso da lista acima), reservando as línguas pemon para os nomes dos personagens. Além do encadeamento de elementos de classe semelhante, geralmente seguidos de fragmento explicativo, muitas vezes o autor também se preocupou com a musicalidade e rima desses elementos²⁹. A predominância do tupi entre os termos indígenas empregados por Mário de Andrade estaria em linha com as propostas modernistas. Assim, o autor teria se valido dos textos karib, mas suplementado o texto em português com elementos de uma das línguas mais prontamente relacionadas à figura do indígena, a língua que foi também falada pelos colonizadores com intuito de catequizar os índios, como mostrar-se-á na discussão sobre as línguas indígenas.

Em vista das evidências do grande paralelismo entre o texto marioandradiano e as histórias contadas pelos colaboradores de Koch-Grünberg, Sá (2004, p. 40) propõe que olhemos para os textos indígenas como o material que teria diretamente influenciado a composição de *Macunaíma*, em vez de olhá-los simplesmente como “*unworked raw*

²⁸ Sá (2004, p. 17-23) inicia um interessante debate sobre o papel de Macunaíma como transformador e “*trickster*”, termo primeiramente usado na literatura norte-americana para definir um personagem com atributos típicos de um herói mesclados àqueles de um bufão, pois, como observa a autora, Macunaíma não se encaixa nos moldes de narrativas que classicam um personagem como sendo de natureza boa ou má, pois o herói marioandradiano é ambos em diferentes momentos da história.

²⁹ “E os sabiás, o sabiacica o sabiapoca o sabiaúna o sabiapiranga o sabiangongá que quando come não me dá [...]”(p.30)

material that only becomes manufactured in the hands of nondindigenous intellectual.”. A autora vai além, apontando que o próprio Mário de Andrade era contra tal redução da importância dos textos indígenas quando, em carta ao poeta Carlos Drummond de Andrade³⁰, disse estarem as lendas tradicionais indígenas entre as melhores histórias, contos e prosas já criadas.

A autora (2004, p. 45) também questiona a leitura de *Macunaíma* como sendo “*the adventures of a hero who loses, and after several adventures, recovers the muiraquitã*”³¹, pois tal leitura seria prova da não compreensão da importância das várias histórias que compõe a obra, uma tradição das narrativas dos povos nativos das Américas, composição essa que seria uma das maiores inovações literárias de *Macunaíma*.

A presente pesquisa não ignora que existam críticas aos relatos “românticos” de Koch-Grünberg e, por extensão à obra marioandradiana, que indicam que as descrições de uma selva envolta em magia preterem a situação de uma região, como afirma Faria (2006), “com uma vasta história de disputas coloniais e submissão dos povos indígenas³²”. Em relação à obra marioandradiana em particular, Faria aponta que

[d]esde os bancos escolares, mais recentemente, aprendemos que Mário de Andrade foi um grande estudioso da realidade nacional, e que ler suas obras seria uma das melhores chaves para a interpretação da brasilidade. Mas uma parte da dita realidade foi sonogada, encoberta pela beleza e sedução de um texto que apresenta uma natureza imune aos males da civilização. (FARIA, 2006, p. 273).

Mas, se por um lado, Mário de Andrade possa ter reproduzido o ambiente apolítico retratado pelo etnólogo alemão, assim, não aludindo à longa história de subjugação dos povos indígenas, por outro lado, não se pode negar que o uso de termos e da narrativa indígena pelo escritor podem prestar um papel que transpassa o campo formal, considerando-

³⁰Cf Lopez 1988, 394-395)

³¹ Aqui a autora se refere a uma das principais acepções feitas por Haroldo de Campo em seu trabalho *Morfologia do Macunaíma*, publicado em 1973.

³² Em conversa pessoal com Lúcia Sá, Chefe do Spanish, Portuguese, and Latin American Studies na School of Languages, Linguistics and Cultures da University of Manchester, a autora observou que, ainda que timidamente, Koch-Grünberg faz menção a disputas entre índios e não índios na região do Orinoco em outros volumes de sua obra.

se que a língua é um dos elementos mais culturalmente marcantes de um povo, como aponta Tymoczko (1999), que discute a submissão linguística sofrida pelos irlandeses durante o processo de colonização da Irlanda pelos ingleses: “*Language and culture are intertwined: with a language a child learns not only a material culture but cultural dispositions and attitudes. Thus, the language contributes to creating and constituting the child’s self as well as the culture the child is born into.*” (TYMOCZKO, 1999, p. 163).

Não seria uma conscientização o trazer à tona de elementos que se perderam ao longo da colonização, e que hoje se encontram camuflados na única língua oficial de um Brasil onde ainda se falam quase duzentas línguas? E, ao nos presentear com uma linguagem tão pulsante e uma narrativa repleta de magia e reviravoltas, não estaria o autor fazendo com que nos orgulhássemos dessa parte que se oculta dentro de nós sem que percebamos que lá está? Não estaria ele nos sinalizando que apesar de todo o discurso de unidade, o que existe é, de fato, um grande abismo entre o povo brasileiro, criado por séculos de colonização, e que somente o “devorar” de nós mesmos poderia tornar o abismo menos profundo?

Talvez o ufanismo modernista, como querem seus críticos, tenha mesmo negligenciado o cenário de desigualdade deixado pelos colonizadores, assim como as disputas territoriais, até hoje não resolvidas. Talvez *Macunaíma*, enquanto obra literária e, logo, de alcance restrito a uma classe mais intelectualizada, da qual boa parte sente grande orgulho de nosso legado europeu, jamais tenha conseguido chamar atenção para as causas indígenas. Tampouco a política brasileira o fez, visto que os povos indígenas continuam a ser tratados com o mesmo descaso que eram tratados em tempos coloniais. Ao menos com *Macunaíma*, Mário de Andrade nos faz repensar a língua que tão automaticamente atribuímos a Portugal e faz do índio, figura tão repudiada; um herói complexo, que pode não aparecer em luta corpo a corpo com o homem branco que o subjuga, mas que, certamente, luta com o homem branco que existe dentro de si mesmo.

Como visto, apesar de ter buscado *Macunaíma* em Koch-Grünberg, Mário de Andrade aumentou o campo de ação de seu herói, ora índio, ora branco, e o fez passear livremente para além das fronteiras nacionais, o que fez, sobretudo, usando termos das diversas etnias ameríndias, como será demonstrado mais detalhadamente na análise dos resultados desta pesquisa, com maior ênfase ao tupi. Os termos indígenas se encaixam no propósito do primitivismo estético, como descrito por Bosi, mas sua cuidadosa mescla com o português escrito e

falado os transforma em parte da nossa língua — um lembrete de nossa origem.

Embora qualquer análise do comportamento tradutório em relação à estrutura narrativa de *Macunaíma* esteja fora do escopo da presente pesquisa, acredita-se que o breve olhar sobre a influência das narrativas indígenas no texto marioandradiano sirva para contextualizar os termos indígenas e confirmá-los como representantes da valorização de elementos que não vieram dos colonizadores, o que segue a tônica primitivista dos modernistas, funcionando como pilares para a construção do espírito de brasilidade. Espera-se que a exposição possa ajudar na leitura da análise das estratégias usadas pelos tradutores para lidar com elementos tão representativos dessa brasilidade.

O foco da presente pesquisa é a análise dos termos indígenas, não considerado aqui o complexo trabalho de recriação empregado por Mário de Andrade do “herói de Koch-Grünberg”, trabalho esse extensamente revisto pela crítica literária, campo que disponibiliza vários e importantes trabalhos sobre a obra marioandradiana, parte dos quais é listada na seção bibliográfica do presente texto. *Macunaíma* ofereceu e oferece a possibilidade de múltiplos olhares, e a breve leitura aqui exposta é somente uma que se junta a esse amálgama de leituras possíveis.

O próximo capítulo traz um panorama das línguas indígenas brasileira, destacando-se o grupo tupi-guarani.

1.3 LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

[...] no limiar do século XXI, ainda é bastante difundida a ideia de que o Brasil é um país monolíngue e de cultura única. Entretanto, aos 500 anos de penoso contato, violências e discriminações, sobreviveram mais de duzentos povos indígenas, com suas crenças, costumes, organização social e visão de mundo próprios, falantes de cerca de 180 distintas línguas. (SEKI, 2000, p. 234).

Segundo Rodrigues (1994),

[o]s índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas,

crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos e distinguem-se também de nós e entre si por falarem diferentes línguas. (RODRIGUES, 1994, p. 17).

Rodrigues (1994, p. 2005) aponta que no tempo da chegada dos portugueses ao Brasil havia um número bem superior de línguas indígenas em comparação às estimadas 180³³ línguas existentes atualmente. O autor sugere que essa redução no número de línguas se deu, sobretudo, pelo desaparecimento dos povos que as falavam, boa parte do qual em decorrência

de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. (RODRIGUES, 2005, p. 36).

Algumas dessas línguas desaparecidas, como observa Rodrigues (1994, p. 20), foram bem documentadas, ao passo que outras possuem apenas poucas palavras registradas. O tupinambá, ou tupi antigo, documentado no século XVI, teve os primeiros textos vernaculares publicados pelos franceses em 1575 e 1578. Em 1595, foi editada *a arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, elaborada pelo padre José de Anchieta. Essa língua, como era conhecida àquela época, falada essencialmente pelos índios tupinambás, também deixou de ser falada, embora continuasse em sua forma alterada, o tupi, que se transformou em Língua Geral³⁴.

Apesar do número de línguas que se falavam no Brasil na época

³³ Segundo Rodrigues (2005, p. 35), a última estimativa do número de línguas faladas antes da chegada dos colonizadores foi a apresentada em 1992 na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Segundo essa estimativa, falavam-se cerca de 1, 2 mil línguas indígenas em nosso território.

³⁴ Rodrigues (1994, p. 99) aponta que “língua geral” foi usada pelos portugueses e espanhóis desde o século XVI para qualificar línguas indígenas de grande difusão em uma determinada área. No Brasil, entretanto, a expressão só começou a ser usada depois dos dois primeiros séculos da colonização, ainda que já no século XVI o tupinambá fosse falado sobre grande extensão territorial.

da chegada dos europeus, como observa Seki (2000, p. 235), o primeiro contato dos colonizadores em terras brasileiras foi com povos tupi e, durante os primeiros trezentos anos, com exceção do kariri, o tupi foi a única língua estudada³⁵, pois as demais línguas eram consideradas como sendo de difícil entendimento. A autora aponta que devido ao contato mais próximo ao tupi, criou-se uma ideia errônea, até hoje difundida, de que no Brasil só havia o tupi, ou tupi-guarani. Foi somente a partir do século XIX, atesta a autora, que por meio de trabalhos de missionários e estudiosos que se teve contato com falantes de outras línguas.

Para Rodrigues (1994, p. 21), a importância do tupi se deve principalmente ao fato de ter sido a única língua de fato falada pelos colonizadores e de ter sido amplamente registrada, tendo contribuído de maneira bastante significativa na formação de inúmeros vocábulos da língua portuguesa do Brasil.

Soares (1955), cujo trabalho foi elaborado no período que vai de 1875 a 1888, mas publicado somente em 1955, destaca a influência do tupi-guarani sobre a língua portuguesa:

Guaranis e tupis, contudo, se podem gabar de terem fornecido aos seus conquistadores não somente palavras destacadas, porém, frases inteiras; não um vocabulário apenas, porém mesmo algumas formas gramaticais; e por dezenas de palavras que receberam dos invasores, lhes deram milhares! São, principalmente, essas novidades indígenas que fazem do castelhano e do português da América uma língua já assaz diferente do castelhano e do português da Europa. É, por aí, mais do que pelas instituições políticas, que o Brasil e as repúblicas espanholas vão afirmando sua individualidade, sua independência, sua nacionalidade. (SOARES, 1955, p. XXIV).

Uma das maiores contribuições do tupi antigo, como indica Rodrigues (1994, p. 21), foi em relação aos nomes geográficos, entre os quais se incluem os topônimos, como *y-guaçu*³⁶: “rio grande” (Iguaçu); *y-piráng-a*: “rio vermelho” (Ipiranga); *itá-ting-a*: “pedra branca” (Itatinga); *jacaré-y*: “rio dos jacarés” (Jacareí); *tejú-guaçu*: “lagarto

³⁵ A autora faz menção à gramática tupi do padre José de Anchieta e a do padre Luis Figueira e as observações deixados pelo francês Jean de Léry sobre essa língua.

³⁶ A grafia dos exemplos de tupi antigo aqui mostrados é a apresentada em Rodrigues (1994) como sendo a usada pelos jesuítas no século XVII.

grande” (Tijuaçu); e também aos nomes de animais e de plantas, que “constituem a maior parte dos vocábulos portugueses de procedência tupi.” (CUNHA, 1999, p. 19).

Com base na variedade étnica de termos indígenas usada por Mário de Andrade, apresentar-se-á a seguir um panorama de algumas famílias linguísticas, porém, dar-se-á destaque particular ao grupo tupi-guarani por constituir a maior parte do *corpus* da presente pesquisa. Procura-se aqui destacar alguns aspectos que levem à percepção da influência das línguas indígenas no português do Brasil e de algumas adaptações sofridas antes de sua incorporação a essa língua. Ademais, espera-se que essa breve apresentação possa levar a uma melhor compreensão das dificuldades de classificação de origem dos termos indígenas aqui analisados.

Uma família linguística, conforme definição de Rodrigues (1994), “é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior.” (RODRIGUES, 1994, p. 29). Como são línguas milenares — ao invés de seculares —, ao se falar das línguas indígenas, fala-se de uma origem bem remota, o que, na maioria das vezes, permite uma associação baseada mais em hipóteses levantadas a partir de estudos histórico-comparativos entre duas ou mais línguas do que em evidências objetivas.

Vale ressaltar que o fato de dois povos indígenas falarem línguas de uma mesma família não significa que seus membros se entendam, como é o exemplo do português e o francês, em que ambas as línguas são classificadas como línguas românicas, ou neolatinas, mas não há de fato entendimento entre seus falantes.³⁷

Segundo Rodrigues (2005, p. 35), atualmente, distinguem-se 43 famílias linguísticas. Algumas delas consistem em uma única língua, o que se denomina “língua isolada”, caso da língua tikúna, falada no alto Solimões, que é, segundo Rodrigues (2005, p. 36), a língua com o maior número de falantes (pouco mais de 30 mil). O autor não vê, porém, grande expressividade no uso do termo “isolada”, visto que para ele tal isolamento deve-se muitas vezes por ações históricas, como é o caso do processo de colonização no Brasil, quando se exterminaram povos que falavam outras línguas de uma mesma família. Algumas famílias, continua o autor, embora possam ser determinadas com base em

³⁷ Cf. Povos Indígenas. FUNAI. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

documentação de séculos passados, já não possuem línguas vivas e estão, conseqüentemente, também mortas, como é o caso do karirí, a kamakã e a purí.

Rodrigues (2005, p. 36) observa que, no plano mundial, qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas encontra-se em risco de extinção. Segundo o autor, no Brasil, todas as línguas indígenas têm menos de 40 mil falantes, três quartos (76%) das quais são faladas por, no máximo, mil pessoas. Segundo a Fundação Nacional do Índio,³⁸ “o desaparecimento de tantas línguas representa uma enorme perda para a humanidade, pois cada uma delas expressa todo um universo cultural, uma vasta gama de conhecimentos, uma forma única de se encarar a vida e o mundo.”

Vale mencionar que no campo das pesquisas com línguas indígenas, Seki (2000) lamenta o fato de que

tradicionalmente tanto a pesquisa de línguas indígenas quanto o desenvolvimento de ações educacionais são realizados por representantes da sociedade dominante, que detêm o monopólio sobre as técnicas de investigação e aos quais cabe definir os aspectos a serem investigados, assim como a forma de apresentação dos resultados, sendo as decisões determinadas por fins acadêmicos ou religiosos, geralmente alheios aos interesses das comunidades. Em geral os falantes não têm participação ativa na pesquisa, cabendo-lhes apenas produzir enunciados em sua língua conforme elicitados pelo pesquisador. (SEKI, 2000, p. 247).

Segundo a autora, a consequência de tal disposição é a assimetria gerada nas relações interétnicas, em que se nega ao indígena seu passado histórico e sua identidade cultural específica. A autora sugere que os falantes participem ativamente das investigações de suas línguas para que eventualmente desenvolvam “a reflexão sobre suas línguas, a conscientização sobre o seu funcionamento e sua importância enquanto meio de identificação, expressão e transmissão.” (SEKI, 2000, p. 247).

³⁸ ibid

1.3.1 Família Tupi-Guarani

Rodrigues (1994, p.30) mostra que por meio da análise comparativa do tupi antigo (tupinambá) e do guarani antigo, conseguiu-se estabelecer parentesco entre elas e conseqüentemente, inclui-las no que se denomina “família tupi-guarani”. Essa é uma das famílias do chamado tronco tupi³⁹, o maior e mais conhecido, e que inclui dez famílias no total. O autor apresenta alguns exemplos de palavras que se assemelham nas duas línguas, como se mostra no Quadro 1.

Quadro 1 — Comparação entre alguns termos tupis e guaranis

	Tupi	Guarani
pedra	íta	itá
tatu	tatu	Tatú
mão dele	ipó	ipó
eu corri	aián	aiã

Essa família destaca-se das demais famílias latino-americanas pela extensão territorial por onde se espalham. Hoje, línguas dessa família são faladas em estados brasileiros que vão do norte ao sul do país, bem como na Guiana Francesa, Venezuela, Paraguai, Colômbia, Bolívia e na Argentina.

No Brasil, as línguas mais representativas dessa família, tomando como critério o número de pessoas que as falam atualmente, conforme apresentado por Rodrigues (2005, p. 37), são: guarani (kaiwá, mbyá, nhandéva), ES, MS, PR, RJ, RS, SC e SP;⁴⁰ guajajára, MA; língua geral amazônica (nheengatú, tupi moderno), AM.

Em relação à contribuição específica da língua tupi para o português, em seu prefácio no trabalho de Cunha (1999), escrito originalmente em 1976, Antônio Houaiss observa:

Essa língua [...] contribuiu com algo para o português, em particular na sua variedade brasileira, e talvez não apenas na área lexical

³⁹ Segundo Rodrigues (1994, p. 42), um tronco linguístico é uma família de línguas ancestrais, ou proto-línguas, que num passado remoto constituíram uma família com seu próprio ancestral comum. No caso do tronco tupi, essa língua ancestral comum é o que convencionalmente se chama de prototupi, um idioma pré-histórico. Enquanto a família tupi-guarani abrange línguas faladas em vários países da América do Sul, as demais famílias desse tronco situam-se, exclusivamente, dentro dos limites do Brasil. Outras famílias desse tronco são o mundurukú, arikém e mondé.

⁴⁰ Seguido das línguas aparecem as siglas dos estados onde são faladas.

estrita; [...] é importante distinguir nessa contribuição a modalidade falada e a escrita. É que a guerra linguística de que o Brasil foi teatro, do século XVI ao século XIX (e por que não XX, em certas áreas?), na seqüela da conquista, da escravidão e da imposição, parece ter-se manifestado na modalidade falada sob a mesma distinção de que o próprio português aqui passou a distinguir-se, falado, da modalidade escrita. (CUNHA, 1999, p. 8).

A partir do exemplo do par *ananás – abacaxi*, Houaiss⁴¹ ilustra alguns dos registros de Cunha (1999) em relação à origem e evolução desses termos. Enquanto o primeiro consta de documentação a partir de 1557, a primeira documentação mostrando *abacaxi*, data de 1833. Ele nos chama a atenção para o fato de que o termo *abacaxi* não teria sido tupinismo forjado tardiamente, mas sim, termo usado sempre e sistematicamente associado à mesma fruta, mas que somente mais tarde teria sido acolhido na forma escrita.

O prefaciador aponta três possíveis causas para essa documentação tardia de alguns termos de origem tupi. A primeira seria que, apesar de faladas no Brasil, essas palavras teriam sido tardiamente documentadas em obras literárias. A segunda seria o fato de que dicionários brasileiros, relativamente recentes, registraram palavras de origem tupi que não foram acolhidas nos textos literários, mas sendo palavras vivas, foram usadas em trabalhos linguísticos de coleta regional ou de campo, onde acabaram por servir a escritores experimentais como Mário de Andrade e Guimarães Rosa, grandes leitores de dicionários, preocupados com lexicalidades. A terceira seria o fato de que muitas dessas palavras ainda precisam ter sua real origem confirmada, sendo sempre possível tratar-se de tupinização criada pela aculturação ou mesmo estilização ao tupi.

No caso específico de *Macunaíma*, os termos de origem indígena que lá aparecem nem sempre obedecem à forma apresentada em dicionários. Mário de Andrade usava termos que conhecia somente por meio da tradição oral. Além disso, os termos indígenas, sobretudo os termos tupi, sofreram ao longo dos anos várias modificações gráficas e fonológicas ao serem incorporados ao português.

O dicionário de Cunha (1999, p. 359-397) apresenta três índices que facilitam a consulta dos termos no dicionário, assim como oferecem

⁴¹ In: Cunha, 1999, p. 8-9.

uma visão ampla e nítida das adaptações sofridas pelo tupi na sua incorporação ao português. O quadro 2 foi elaborado com base no *índice analítico dos étimos tupi* e no *índice das palavras portuguesas e suas variantes* e mostra algumas palavras que fazem parte do *corpus* aqui analisado. Às formas apresentadas por Cunha, acrescentaram-se também as formas que aparecem em *Macunaíma*, pois servem para ilustrar que o autor não utilizou somente termos dicionarizados e que usou mais de uma grafia para um mesmo termo. As formas tupis, segundo o próprio Cunha, seguem aquelas documentadas nos textos portugueses dos séculos XVI e XVII.

Na coluna B, variantes encontradas em dicionários comuns da língua portuguesa⁴² são seguidas por um (d). Embora muitas variantes sejam encontradas em dicionários, a classificação de variantes/termo português segue aquela adotada por Cunha⁴³ (1999, p. 16). Na coluna D, (p) indica que os termos que Mário de Andrade usou são os termos em português; (v) indica que usou variantes e (n/a) indica que usou grafia que não consta em dicionários ou que não é reconhecida como variante.

Quadro 2 — Ex. termos tupis e suas formas portuguesas

A	B	C	D
Forma Tupi	Variantes	Forma portuguesa	Forma usada em <i>Macunaíma</i>
ai'pĩ	aipi (d); aipiy; aipij	aipim	aipim (p)
aiu'ru	-	ajuru	ajuru (p)
aku'ti	cotia (d); cotía; acuti (d); aguti (d)	cutia	cotia(v), aguti (v)
*a'niña	-	aninga	aninga (p)
aka'ra	acara	acará	acará (p)
*iara'pe	-	igarapé	igarapé (p)
kaa'pora	caapora(d); caapóra	caipora	caipora (p); caapora (v)
*kañi'ru	-	candiru	candiru (p)
mañi'oka	mandioqua; mandiocha; mandiocaí;	mandioca	mandioca (p)

⁴² Dicionário Aurélio.

⁴³ O autor indica que, sempre que possível, adotou-se como título do verbete, a ortografia recomendada pelo vocabulário ortográfico oficial.; contudo, ressalva que, muitas vezes, adotaram-se formas divergentes em vista de abundante documentação histórica que justifica uma ou outra modificação nos critérios ortográficos tradicionalmente fixados.

	mandiôca; mandiôca		
pa'ie	-	pajé	pajé (p)
peki'a	pequiã	pequiá	piquiá (n/a)
saui'a	sabiã; sabia;	Sabiá	sabiá (p)
te'iu	teju (d); tejú	teíú	teju (v)
tuui'saqa	tuxáua; tuxauha	tuxaua	tuxáua (v)

1.3.2 Outras Famílias

Objetiva-se com esta seção dar uma visão geral de algumas outras famílias linguísticas, visto que o foco da presente pesquisa, como mencionado, recai sobre a família tupi-guarani por serem os termos de origem tupi os de maior representatividade no *corpus* analisado.

1.3.2.1 Família Jê

Família pertencente ao tronco linguístico macro-jê, cujas línguas são faladas, principalmente, nas regiões de campos cerrados nos estados do Maranhão, Pará, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É a maior família linguística com cerca de 25 línguas.

Algumas das línguas dessa família incluem o canela, o apinayé, o xavante, o xerente, o kaingáng, o karajá, e o bororó. Há várias outras famílias pertencentes ao tronco macro-jê, mas, em muitos casos, há poucas evidências dessa relação. Muitas das línguas desse tronco já deixaram de ser faladas. Entre as línguas vivas estão o maxakali, o bororó, o karajá, o guató e o ofayé.

O Quadro 3⁴⁴ mostra algumas palavras em algumas das línguas do tronco macro-jê.

Quadro 3 — Ex. palavras do tronco macro-jê

	Xavante	Kaingáng	Karajá	Bororó	Guató
braço	pano	pê	-	-	pò
pé	paara	pên	waa	byre	bó
flecha	-	Puñ	wyhy	boi	-
cinza	-	mrêi	bry-by	-	-
mel	pĩ	mỹ	bâdi	-	pagwa

⁴⁴ Baseada no quadro apresentado em Rodrigues (1994, p. 50).

Segundo Rodrigues (1994, p. 50), devido à documentação precária de muitas das línguas desse tronco, é difícil compor uma série completa de palavras da mesma origem, sendo a série para *pé* a única a ser documentada em todas as línguas. Tais palavras são tidas como possíveis cognatas pela sua constituição fonética que permite supor que sejam derivadas por modificações graduais de uma só palavra de uma língua ancestral. Na série “braço/pé/flecha”, por exemplo, as línguas apresentam no início uma consoante labial não nasal (*p* ou *b* ou *w* ou *f*). Além de correspondências entre sons e da identidade histórica, as línguas dessa família ainda têm algumas características gramaticais semelhantes, como, por exemplo, a distinção entre duas terceiras pessoas possuidoras, além da primeira (“meu”) e da segunda (“teu”). Há uma forma não reflexiva (“dele”) e uma reflexiva (“dele mesmo”). Ex. “João machucou a mão dele”, isto é, de uma outra pessoa e “João machucou a mão dele mesmo”, isto é, sua própria mão.

Outras línguas, como assinala Seki (2000, p. 242), marcam a distinção do sexo do falante, como é o caso da língua karajá, onde há itens lexicais nas falas das mulheres que estão ausentes nas falas dos homens, como mostram os exemplos do Quadro 4.

Quadro 4 — Ex. palavras nas língua karajá

Fala feminina	Fala masculina	
kuɛ	uɛ	capivara
anõna	aõna	coisa
hawoko	hawo	canoa
kawaru	awaru	cavalo
kabɛ	abɛ	café

1.3.2.2 Família Karíb

Como observa Rodrigues (1994, p. 57), karíb é o nome usado para designar um povo indígena que ocupou, nos séculos passados, parte da costa norte da América do Sul e as Pequenas Antilhas, estendendo-se desde o norte da foz do Amazonas, passando pela Guiana Francesa, pelo Suriname, pela Guiana até a Venezuela. Esse povo teve contato com os europeus desde o século XVII, início da colonização das Pequenas Antilhas, da Venezuela e das Guianas, tornando-se bastante conhecidos. No Brasil, esse povo é representado pelos Galibí, do Amapá. O nome, como aconteceu com o tupinambá, passou a ser usado para também designar a língua falada por esses povos, assim como para designar a

família de línguas que apresentam parentesco genético com a língua karíb.

As línguas dessa família concentram-se na grande região guianesa, que compreende a Guiana Francesa, Suriname, a Guiana Inglesa (Guiana), Guiana Venezuelana (do limite com a Guiana até o rio Orinoco) e a Guiana Brasileira (do norte do rio Amazonas, da costa atlântica até o oeste de Roraima).

Algumas línguas dessa família são o galibí, o apalaí, o wayâna, o hixkaryâna e o taulipáng e o arekuná, ao norte do rio Amazonas; o arára, txikão, kalapálo, kuikúru e nahukwá, ao sul do rio Amazonas. Outras línguas dessa família estão associadas, em maior ou menor grau, com uma dessas línguas.

O Quadro 5, baseado no quadro apresentado por Rodrigues (1994, p. 58) mostra algumas palavras nas línguas situadas ao norte do rio Amazonas.

Quadro 5 — Ex. de palavras nas línguas situadas ao norte do rio Amazonas

	Galibí	Apalaí	Wayâna	Hixkaryâna	Taulipáng
lua	nuno	nuno	nunuy	nuno	kapyi
sol	wéiu	xixi	xixi	kamymy	wéi
água	tuna	tuna	tuna	tuna	tuna, paru
chuva	konopo	konopo	kopo	tuna	kono'
céu	kapu	kapu	kapu	kahe	ka'
onça	kaituxi	kaikuxi	kaikui	kamara	kaikuse

De acordo com Rodrigues (1994, p. 61) há indícios de que esta família esteja relacionada às famílias aruák e tupi-guarani, mas, como ocorre com outras línguas indígenas, mais informação é necessária para que se tenha maior conhecimento linguístico de suas línguas.

Da família aruák, detectaram-se nomes de plantas e animais em comum com línguas aruák da Guiana e línguas karíb norte-amazônicas, o que seria indicativo de contato entre elas, em algum período no passado, num dado ambiente ecológico, mas sem implicar em origem comum das línguas. Contudo, o autor indica que existe uma relação ainda mais estreita entre as famílias karíb/tupi do que entre as famílias karíb/aruák, assim, notam-se

- palavras transmitidas de uma língua karíb a uma língua tupi ou vice-versa, cuja transferência teria acontecido, sobretudo, devido à migração dos povos;

- palavras comuns a grande número de línguas karíb, especialmente as norte-amazônicas, e à totalidade das línguas da família tupi-guarani, que incluem plantas (ex. *maracujá*), animais (ex. *maracajá*) e objetos culturais (ex. *maracá*), que teriam sido transmitidas de uma família à outra, certamente em período anterior à chegada dos europeus, possivelmente, por meio de contato entre falantes das línguas ancestrais das duas famílias;
- correspondências sonoras e de vocabulário menos óbvias, mas sistemáticas e relativamente numerosas, entre a totalidade das línguas karíb e a totalidade das línguas do tronco tupi.

1.3.2.3 Famílias Aruák e Arawá

O aruák, como assinala Rodrigues (1994, p. 65), é a língua falada na costa guianesa da América do Sul, na Venezuela, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa, e foi também falada em algumas ilhas antilhanas, como Trinidad. No início da colonização do Caribe pelos europeus, os povos Aruák disputavam o mesmo espaço com os povos Karíb. O nome também passou a designar o conjunto de línguas encontradas no interior do continente, aparentadas à língua aruák. Outras línguas dessa família se encontram no nordeste amazônico da Bolívia; no oeste do Mato Grosso e no Brasil Central.

Rodrigues aponta que as relações entre as línguas dessa família ainda são pouco conhecidas.

As línguas da família aruák faladas no noroeste do Brasil incluem o baniwa do Içana, o warekéna, o tariána e o baré. A língua mais meridional dessa família, o teréna, é falada no Estado do Mato Grosso do Sul. Um grupo de índios teréna foi transferido na primeira metade do século XX para o estado de São Paulo, para a área onde viviam os índios nhandéva (guarani), perto de Bauru. Assim, desde então, o teréna é também falado nessa região.

O Quadro 6 apresenta alguns exemplos de palavras em algumas das línguas da família Aruák.

Quadro 6 — Ex. palavras em algumas línguas da família Aruák

	Warekéna	Tariána	Baré	Teréna
sol	kamoi	kamoi	kamuhu	(kaxe)
água	one	uni	uni	Une
pedra	ipa	hipada	tiba	-
anta	ema	hema	tema	maiane

				kamo
língua	inene	enene	nene	nene

Rodrigues (1994, p. 69), indica que “*maiane kamo*” significa “animal semelhante ao cavalo”. Originalmente, o termo “*kamo*” significava “*anta*”, mas com o aparecimento do cavalo, introduzido pelos europeus, o termo começou a também ser usado para esse animal. Com o tempo, o cavalo passou a ser mais familiar aos *teréna* que a própria *anta*.

O termo em parênteses, no Quadro 6, indica que o termo original foi substituído por outro. Nesse caso, a palavra mostrada no quadro é a palavra substituída.

A família arawá é hoje representada pelas línguas *kulina*, *deni*, *yamamadi*, *paumari*, *banavá-jafí*, *jarawára* e *kanamanti*, no estado do Amazonas. Com exceção da língua *paumari*, as línguas dessa família são muito semelhantes entre si, como se vê na comparação de algumas dessas línguas, no Quadro 7.

Quadro 7 — Ex. palavras nas línguas da família Arawá

	Deni	Kulina	Yamamadi	Paumari
peixe	aba	aba	aba	apa
anta	avi	awi	awi	dama
água	pasu	pasu	paha	paha
Sol	mahi	mahi	mahi	safini
Fogo	zipu	zipu	dzipu	sihu

À parte as famílias aqui descritas, há também as famílias *tukáno*, *makú* e *yanomámi*, assim como famílias linguísticas menores, no sul do Amazonas, que não se incluem em nenhum dos grandes agrupamentos genéricos (*tupi*, *macro-jê*, *karib* e *aruák*). Segundo Seki (2000, p. 239), há ainda 10 línguas das chamadas “*isoladas*”, que constituem tipos linguísticos únicos (*tikúna*, *irantxé/münkü*, *trumái*, *máku*, *aikaná*, *arikapú*, *jabutí*, *kanôê* e *koaiá* ou *kwazá*).

Espera-se que o panorama aqui apresentado tenha devidamente mostrado, ainda que de forma sucinta, a atual situação de algumas línguas indígenas do Brasil, a maneira como se propagaram pelo território latino-americano e como influenciaram e foram influenciadas pela língua portuguesa. Alguns pontos apresentados servirão como elemento de análise na comparação entre o uso de termos indígenas feito por Mário de Andrade e as escolhas tradutórias.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem por objetivo ampliar alguns dos conceitos teóricos da análise da tradução hispano-americana de *Macunaíma*, abordados em minha dissertação de mestrado. Dessa maneira, conceitos como estratégias de tradução, tradução de nomes próprios e de TCM, assim como a abordagem tipológica de Peeter Torop (2010), serão aqui retomados para possibilitar o cotejo entre as três traduções, numa tentativa de pontualmente descrever o comportamento tradutório nos textos analisados.

Com base no trabalho de Torop, para quem a análise tradutória consiste em um processo holístico, no qual não somente o texto é passível de análise, mas também qualquer forma de paratexto, soma-se aos conceitos debatidos nos ET, um breve modelo de análise imagética, proposto por Kress and van Leeuwen (2006), que irá corroborar a análise das capas das traduções de *Macunaíma*.

Em termos teóricos, a principal ampliação, contudo, ficará por conta da inclusão de conceitos tratados nas teorias pós-colonialistas, como relação de poder, centro e periferia, transculturação e o papel da tradução no cenário pós-colonial, cuja pertinência se fez clara a partir dos resultados da análise da tradução de Olea, que se mostrou em sintonia com os ideais modernistas de repúdio aos elementos trazidos pelo colonizadores.

Como será mostrado neste capítulo, a tradução teve e continua a ter um papel central na formação e perpetuação da desigualdade existente entre colonizador e colonizado. A partir de uma perspectiva de relações de poder, pode-se verificar como culturas hegemônicas traduzem as culturas periféricas. Assim, ao trazer alguns dos conceitos dessas teorias, espera-se poder proporcionar uma visão um pouco mais crítica do comportamento tradutório no geral e dos tradutores de *Macunaíma* em particular, e talvez abrir espaço para que se questione a imparcialidade das escolhas tradutórias.

Reconhece-se que devido ao caráter multidisciplinar desta análise, que acabou por gerar um referencial teórico de certa amplitude, a apresentação das teorias relacionadas foi feita, de fato, de maneira sucinta. Porém, acredita-se, que os conceitos aqui debatidos se complementam, oferecendo uma visão mais ampla e crítica dos resultados da presente análise.

2.1 ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO

Segundo Hurtado Albir (2011, p. 272), a noção de *estratégia* tem origem na psicologia cognitiva. Para diferenciá-la de *procedimento*, a autora se baseia na distinção feita entre conhecimento declarativo (what you know) e conhecimento operativo (know-how)⁴⁵, sendo que os procedimentos fazem parte deste último, relacionando-se, pois, ao “saber fazer” e à capacidade de agir com o objetivo de alcançar uma meta. Ao evocar Pozo e Postigo (1993), a autora assinala que *procedimentos* incluem desde o uso de técnicas simples ao uso de estratégias. Assim, a autora vê as estratégias como um tipo particular de procedimento, que servem para resolver problemas ou alcançar objetivos. As estratégias, continua, “*son procedimientos que permiten subsanar deficiencias y hacer un uso más efetivo de las habilidades disponibles al realizar una tarea determinada, constituyendo una habilidad general del individuo.*”⁴⁶ (HURTADO ALBIR, 2011, p. 272).

Hurtado Albir (2011, p. 274) aponta que a noção de estratégias de tradução foi introduzida aos Estudos da Tradução por Hönig e Kussmaul, em *Strategie der Übersetzung*, de 1982, que as definem prescritivamente como sendo os procedimentos que levam a uma solução eficaz de um problema de tradução. A autora assinala que para Lörcher (1991)⁴⁷, a estratégia de tradução é também vista como um procedimento utilizado na solução de um problema de tradução, mas o teórico destaca seu caráter individual e consciente, assim como o elemento de planejamento e a busca por objetivos. Ademais, as estratégias de tradução estariam relacionadas a uma série de ações desenvolvidas durante o processo de aquisição desses objetivos.

Chesterman (2000, p. 89), que também se baseia em Lörcher

⁴⁵ “Anderson (1976, 1983, 1993) underlines that knowledge starts with declarative actions, the conscious and control; and this control paves the way for procedural processes. Moreover, he argues that declarative knowledge forms the basis of knowledge transfers. Procedural knowledge, on the other hand, has significant roles in structuring concepts and obtaining declarative knowledge (Lawson, at all, 2000; Lawson, 1991). Procedural knowledge is about how to think (Sahdra & Thagard, 2003; Heyworth, 1999). It is linked with the performance change in knowledge, skills and tasks (Willingham, Nissen & Bullemer, 1989; Berge & Hezevíjk, 1999; LeFevre, at all, 2006; Phillips & Carr, 1987). It is the knowledge that explains how to perform an action within the framework of clear procedures (Özenli, 1999).” (YILMAZ & YALÇIN, 2012, p. 50).

⁴⁶ “são procedimentos que permitem corrigir deficiências e fazer um uso mais eficaz das habilidades disponíveis para se executar uma determinada tarefa, consistindo em uma capacidade geral do indivíduo.”

⁴⁷ LÖRSCHER, Wolfgang. Translation performance, translation process and translation strategies: a psycholinguistic investigation. Tübingen: Narr, 1991.

(1991) ao definir estratégias de tradução, aponta a distinção feita por esse teórico entre comportamento “não estratégico” e “estratégico”, no que tange ao processo tradutório. O primeiro denota os períodos em que o tradutor trabalha, de maneira automática, sem necessidade de interrupções para consultas; o segundo diz respeito aos períodos nos quais o tradutor tem que pensar de maneira fora do rotineiro, valendo-se, assim, de estratégias. Chesterman sugere que é, principalmente, ao se deparar com problemas que o tradutor parece recorrer às estratégias, como uma maneira de superar obstáculos temporários no processo de tradução.

Com acentuado destaque para seu caráter operativo, voltado à solução de problemas de tradução, Hurtado Albir (2011) define as estratégias de tradução como sendo

*los procedimientos individuales, conscientes y no conscientes, verbales y no verbales, internos (cognitivos) y externos utilizados por el traductor para resolver los problemas encontrados en el proceso traductor y mejorar su eficacia en función de sus necesidades específicas [...] interatuando con el conocimiento general del traductor*⁴⁸. (HURTADO ALBIR, 2011, p. 276).

2.1.1 Estratégias, Procedimentos e Técnicas de Tradução

Para Molina e Hurtado (2002, p. 498) há ainda a necessidade de se diferenciar *estratégias* de *técnicas de tradução*. Objeto de controvérsia entre estudiosos dos ET, as técnicas de tradução recebem diferentes nomes e conceitos. Não há consenso nem mesmo em relação à nomenclatura das categorias, que ora são denominadas “técnicas”, ora “procedimentos” e ora “estratégias”; várias classificações foram propostas e alguns termos se sobrepõem. Preocupadas com tamanha disparidade, Molina e Hurtado (2002) propõem uma nomenclatura própria e a revisão de alguns conceitos.

Para as autoras, a fim de se compreender o funcionamento da tradução é necessário lançar mão de três categorias de análise, a saber: a) categorias textuais; b) categorias contextuais e c) categorias

⁴⁸ os procedimentos individuais, conscientes ou inconscientes, verbais ou não verbais, internos (cognitivos) ou externos, utilizados pelo tradutor para sanar os problemas encontrados durante o processo tradutório e para melhorar sua eficácia em função de necessidades específicas [...], interagindo com o conhecimento geral do tradutor.

processuais, que se referem ao texto, contexto e ao processo tradutório, respectivamente. As categorias textuais descrevem mecanismos de coerência, coesão e progressão temática; as categorias contextuais introduzem os elementos extratextuais que se relacionam com o contexto do TP e com a produção da tradução; já as categorias processuais incumbem-se de responder qual foi o método escolhido (quais opções foram escolhidas pelo tradutor para executar seu projeto de tradução?) e as estratégias escolhidas (como o tradutor resolveu os problemas que surgiram durante o processo de tradução?).

As autoras ressaltam, contudo, que a categoria textual e a contextual não são suficientes para a identificação, classificação e nomeação das microunidades textuais, quanto às opções tradutórias para cada unidade estudada. Assim, propõem as chamadas “técnicas de tradução” que, segundo as autoras, permitem descrever as escolhas tradutórias para cada microunidade textual, assim como obter informação a respeito das opções metodológicas escolhidas.

Entre os pontos com os quais não concordam, essas mesmas autoras (2002, p. 506) citam a nomenclatura e as definições de conceitos apresentadas por Vinay e Darbelnet (1969), sobretudo o uso feito pelos teóricos do termo “procedimento”. Para as autoras, confunde-se o termo com estratégias de tradução.

Dessa maneira, as autoras sugerem que, em relação à solução de problemas tradutórios, uma distinção teria que ser feita entre técnicas e estratégias. Como aqui apresentado, as estratégias relacionam-se aos mecanismos usados ao longo do processo tradutório para encontrar a solução dos problemas com os quais os tradutores se deparam, culminando com a escolha de uma unidade tradutória satisfatória. Tais soluções concretizar-se-ão, uma vez que uma técnica em particular seja usada. As técnicas, por sua vez, têm a ver com o resultado, e podem ser utilizadas na classificação de diferentes tipos de soluções tradutórias. Em suma, as estratégias seriam parte do processo, e as técnicas afetariam o resultado.

A discussão iniciada por Molina e Hurtado (2002) serve, certamente, para registrar algumas das muitas divergências em torno da nomenclatura e conceitos que envolvem as escolhas feitas por tradutores como solução para problemas de tradução. Porém, embora a diferenciação proposta pelas autoras entre técnica e estratégia seja sensata, a presente pesquisa não se ocupará da distinção entre processo e resultado. Assim, tanto as soluções encontradas pelos tradutores de *Macunaíma* quanto os resultados obtidos com suas escolhas, são levados em consideração como um todo. Nesse sentido, utiliza-se aqui a

classificação apresentada em Chesterman (2000) para as estratégias de tradução, que servirão como base para a discussão dos resultados da análise das traduções

2.1.2 Classificação

Chesterman (2000, p. 90) propõe uma distinção entre dois níveis de estratégias⁴⁹: as estratégias globais, que se referem a como traduzir um certo texto ou tipo de texto; e as estratégias locais, que se referem a como traduzir uma dada estrutura, ideia ou item. As estratégias locais ainda são subdivididas em três grupos: a) estratégias sintáticas, b) semânticas e c) pragmáticas. Segundo o autor, é com as estratégias globais que o tradutor toma sua decisão inicial em relação à maneira mais apropriada de lidar com a relação TP/TC, qual o grau de liberdade que poderá tomar em sua tradução, entre outras decisões. O segundo grupo lida com “problemas locais” de tradução, e serão as estratégias desse grupo que servirão de base para a análise apresentada neste trabalho. Vale mencionar, contudo, que a partir da análise do paratexto e das estratégias locais usadas pelos tradutores de *Macunaíma* é igualmente possível supor estratégias de natureza global. Esse ponto será discutido no capítulo que trata da análise propriamente dita.

Chesterman (2000, p. 94) apresenta uma divisão bastante abrangente das diferentes estratégias de tradução. Porém, na presente pesquisa, dar-se-á destaque àquelas usadas pelos tradutores de *Macunaíma*. Seguem uma descrição dos três grupos de traduções locais e alguns exemplos retirado do *corpus*.

a) estratégias sintáticas: referem-se a mudanças puramente sintáticas, sendo que mudanças maiores podem envolver outras mudanças menores também. Tais estratégias manipulam sobretudo a forma. Nessa categoria incluem-se, entre outras, a *tradução literal*, i.e., a tradução mais próxima possível da forma da língua de partida (LP); o *empréstimo* (cobre tanto o empréstimo individual como o empréstimo de sintagma), que representa um termo da LP que é adotado na LC; a *transposição*, que envolve qualquer mudança de classe de palavra, por exemplo, de substantivo para verbo, de adjetivo para advérbio;

⁴⁹ O autor baseia-se em JÄÄSLELÄINEN, Riitta. Investigating translation strategies. In. TIRKKONEM-CONDIT, S e LAFFLING, J. (eds). **Recent trends in empirical translation research**. Joensuu: University of Joensuu, 1993, p. 99-119.

b) estratégias semânticas: referem-se a mudanças semântico-lexicais, assim como aspectos no significado da oração, como a ênfase. Algumas das estratégias nessa categoria são a *mudança de abstração*, quando uma escolha diferente do nível de abstração pode mudar do abstrato para o mais concreto e vice-versa; *mudança na ênfase*, que adiciona, reduz ou altera a ênfase ou o foco temático; e a *paráfrase*, que resulta num TC mais livre. Nessa estratégia, componentes do nível semântico-lexical tendem a ser desconsiderados em favor do sentido mais geral da oração;

c) estratégias pragmáticas: referem-se à seleção de informação no TP, a qual é guiada pelo conhecimento do tradutor sobre os potenciais leitores de sua tradução. Algumas das estratégias desse grupo são *mudança de explicitação/implicação* — na *explicitação*, o tradutor adiciona, de maneira explícita, no TC, componentes que estariam somente implícitos no TP (a *implicação* corresponde ao procedimento inverso); *mudança de informação*, que cobre tanto a *adição* de informação no TC onde não havia nada no TP, como a *omissão* no TC de informação que aparece no TP.

Quadro 8 — Ex. estratégias usadas pelos tradutores

Termo original/ capítulo/pag	Tradução	Estratégia	Grupo de estratégia
nandioca (I/9)	yuca (h.americana)	tradução literal	Sintática
muiraquitã (XVII/130)	muiraquitã (italiana)	empréstimo	
macuco (V/34)	it (inglesa)	transposição	
mangarás (VI/38)	corimbos de plátanos (h.americana)	paráfrase	Semântica
arapaçu (XV/108)	termo omitido (inglesa)	mudança de informação (omissão)	Pragmática
jenipapo (III/19)	succo di jenipapo (italiana)	cópia + explicitação	

Uma lista com todas as estratégias utilizadas pelos tradutores, suas definições e exemplos retirados do *corpus* será apresentada no capítulo 3. Devido à grande variedade na nomenclatura das estratégias de tradução, busquei as definições que melhor auxiliam a descrever as

escolhas feitas pelos tradutores de *Macunaíma*. Por exemplo, devido à alta ocorrência da estratégia do empréstimo, escolhi o trabalho de Aubert (2003) pela discussão pontual dessa estratégia e suas variações. No presente trabalho, essa estratégia é referida como “empréstimo” ou “cópia”.

Segundo o autor, alguns teóricos da tradução, como Wills, em trabalho intitulado *The Science of translation: problems and methods*, de 1982, não chegam nem mesmo a considerar o empréstimo uma estratégia propriamente dita, pois acreditam que a escolha não exige muito do tradutor. Para Aubert (2003), entretanto, tal estratégia não é tão simples e impensada como pode parecer à primeira vista.

Aubert (2003, p. 30) propõe um olhar sobre o empréstimo que vai além da mera cópia — esta seria chamada de transcrição e corresponderia a uma simples cópia de um termo comum entre as duas línguas (por exemplo, fórmulas matemáticas ou químicas). O empréstimo, segundo o pesquisador, pode tanto denotar proximidade ao TC (quando ocorre em formas variadas e em combinação com outros procedimentos), como ao TP, quando usado isoladamente. Tal estratégia, de acordo com o autor, pode tanto ser a única solução para um dado problema, quando o tradutor pode recorrer à combinação com outros procedimentos, como também ser opção deliberada, usada pelo tradutor em busca de um determinado efeito no texto.

Contudo, Fernandes (2006, p. 50) chama a atenção para o fato de que copiar um nome de uma língua para outra não pode ser visto, inteiramente, como uma estratégia que favorece uma maior aproximação ao TP, visto que há nomes que são iguais nas duas línguas; da mesma maneira que, por outro lado, alguns nomes adaptados continuam a soar estranhos na LC.

Na próxima seção, apresento o modelo tradutológico do teórico estoniano Peeter Torop e algumas considerações sobre a semiótica da cultura na qual se baseiam seus estudos.

2.2 A TRADUÇÃO TOTAL DE PEETER TOROP

O trabalho de Torop (2010) é fortemente influenciado pelas propostas de Lotman⁵⁰, cujo foco está na semiótica da cultura,

⁵⁰ Fundador da Escola de Semiótica de Tartu, deu importante contribuição à traduologia e à definição do conceito de “traduzibilidade” do ponto de vista semiótico. Russo de origem judaica, foi discípulo de Roman Jakobson e membro do formalismo russo. Por uma sucessão de eventos casuais ligados à sua origem, inicia sua carreira universitária em Tartu, segunda maior cidade da Estônia. A cidade é sede de uma das revistas (*Trudy po znakovym sistemam*)

desenvolvida pela escola de semiótica de Tartu. Em seu prefácio ao trabalho de Torop (2010, p. XV), o tradutor Bruno Osimo indica que a semiótica da cultura ocupa-se das relações entre as várias culturas e seus produtos (verbais e não verbais) e, assim como a semiótica geral, seu campo de pesquisa se estende a todas as linguagens.

Vale mencionar que, para os semioticistas russos, há três campos bem definidos na linguagem:

as línguas naturais; as línguas artificiais (linguagem científica, código morse, sinais de trânsito); as linguagens secundárias estruturadas e sobrepostas à língua natural como a arte, o mito, a religião. Linguagem é também entendida como a que se expressa não por signos linguísticos mas por outros signos, seja através da arte, da técnica de representação e de expressão gráfica, da imagem de um tema real ou imaginário, em suas várias formas e objetivos (sejam eles lúdico artístico, científico, técnico e pedagógico). Esse é o contexto do desenho entendido como linguagem (REHEM, 1998).

Osimo ainda aponta que, para Torop, a cultura também é vista como uma pré-tradução; cada texto

*è percepibile da una cultura diversa da quella che l'ha prodotto, e questa stessa percezione (filtrata) ne è una traduzione a priori. Dato che ognuno di noi appartiene a culture collettive e individuali, per ognuno di noi vi sono tante pretraduzioni quante sono le culture a cui ci si sente appartenenti.*⁵¹ (TOROP, 2010, p. XV)

Tal fenômeno é bastante importante para o estudo da tradução, continua Osimo, pois significa que o tradutor, antes de escrever a primeira palavra de sua tradução, já pré-traduziu o texto na própria

mais importantes para a semiótica mundial. Morre em 1993 e a cátedra de Semiótica fica a cargo de Peeter Torop. (Cf. Osimo, 2008).

⁵¹ “é perceptível por uma cultura diversa daquela que o produziu, e essa mesma percepção (filtrada) é uma tradução *a priori*. Dado que cada um de nós pertence a culturas coletivas e individuais, há para cada um de nós tantas pré-traduições quanto o número de culturas às quais sentimos pertencer.” (todas as traduções aqui apresentadas são de minha autoria, a menos que se indique o contrário)

mente (na própria cultura).

Para Torop (2002, p. 593), a cultura opera, sobretudo, por meio da atividade da tradução, pois *“only by the inclusion of new texts into culture can the culture undergo innovations as well as perceive its specificity”*. O teórico também observa que com a virada do século começou-se a melhor entender o valor cultural da tradução e a se valorizar o conceito de identidade por meio da cultura: *“no society wishing to enact its specificity can escape the consideration of cultural identity.”* (p. 594).

Para melhor entender o papel da tradução na produção de novos textos e a identidade cultural, como vistos pelos teóricos da escola de Tartu, apresentam-se a seguir algumas considerações sobre a semiótica da cultura e a semiosfera.

2.2.1 A semiosfera e a semiótica da cultura

2.2.1.1 Definições de semiosfera

Do ponto de vista terminológico, Torop (2005, p. 159) aponta que a semiosfera tem importantes associações com os conceitos de “biosfera”, “noosfera” e “logosfera”, e está também associada aos conceitos de “holismo” e de “parte/todo”.

Como coloca Lotman (1996, p. 11), a biosfera — o espaço da vida que envolve o planeta Terra — transforma a energia do sol em energia química e física, que se dirige à transformação da matéria inerte do nosso planeta. A noosfera⁵² forma-se quando nesse processo a razão do homem é predominante. A noosfera é, pois, uma etapa no desenvolvimento da biosfera vinculada à atividade racional do homem.

Como observa Izzo (2009, p. 3), noosfera é o espaço onde se desenvolvem as “idéias gerais acerca da vida engendrada pela coletividade e pelo indivíduo. Tais idéias são intrínsecas ao homem, que cria individualmente e coletivamente imagens, conceitos, seres imaginários, mitos e significados”.

Enquanto a noosfera tem uma existência material e espacial e envolve parte do planeta, Lotman (1996, p. 11) afirma que o espaço ocupado pela semiosfera tem um caráter mais abstrato. É somente dentro do espaço da semiosfera que se torna possível realizar os

⁵² A esfera da consciência humana e da atividade mental, especialmente no que diz respeito a sua influência sobre a biosfera e à evolução. (cf. Dicionário Merriam-Webster, disponível em <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/noosphere>> Acesso em 10 dez. 2012.

processos comunicativos e a produção de informações novas.
Segundo Machado (2006),

[a]ssim como biosfera designa a esfera da vida no planeta, tal como formulara o geoquímico Vladímir Ivanovich Vernádski, semiosfera designa o espaço cultural habitado pelos signos. Fora dele, nem os processos de comunicação, nem o desenvolvimento de códigos e de linguagens em diferentes domínios da cultura seriam possíveis. Nesse sentido, semiosfera é o espaço de encontros entre diferentes culturas. (MACHADO, 2006).

Já o conceito de “logosfera”⁵³, criado por Roland Barthes, refere-se ao mundo da língua enquanto realidade dinâmica que abrange um conjunto de diferentes falares sociais que se confrontam constantemente na vida em sociedade. Análogo a esse conceito, o espaço da semiosfera é marcado pela dinâmica de diferentes culturas que nele interagem, garantindo, assim, a vida dos signos.

Rehem (1998) define “semiosfera” como sendo “um espaço que possibilita a realização dos processos comunicativos e a produção de novas informações, funcionando como um conjunto de diferentes textos e linguagens”.

2.2.1.2 Organização da semiosfera

Segundo Lotman (1996, p. 17), a semiosfera organiza-se, internamente, em núcleo e periferia, e é no primeiro que se encontram os sistemas semióticos dominantes. As formas dessa divisão, todavia, são relativas, pois dependem do ponto de vista do observador (externo ou interno em relação a uma dada semiosfera). Por exemplo, em seu artigo *Esbozo de la semiosfera del té*, Herrera (2009/2010) traça o percurso do chá chinês dentro do espaço da semiosfera⁵⁴. O autor sugere que quando o chá deixa de ser exclusividade do território chinês (espaço semiótico

⁵³

(Cf.

<http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=941&Itemid=2>. Acesso em: 05 dez. 2012.

⁵⁴ O autor descreve a trajetória de mais de 2500 anos do chá chinês, que antes de se tornar a bebida hoje conhecida e centro de uma elaborada cerimônia (*Chaji*) no Japão, ele já teve uso medicinal e também foi consumido como comida. De sua origem no sul do país, foi transportado para o norte antes de se espalhar para outros países e continentes. Teve seu auge entre os anos 618 e 907 da nossa era sob a dinastia Tang.

do chá), ele cruza os limites do espaço interno, saindo para a periferia de outras semiosferas. O espaço externo da semiosfera é, nesse caso, todo o espaço (ou espaços) cultural que não seja a China, onde a planta do chá (*Camellia Sinensis*) não exista nem cresça, onde não haja chá, ou onde não se conheça o seu uso.

As formações periféricas podem estar representadas por fragmentos de estruturas fechadas (linguagens) ou por textos isolados. Em seu papel de “alheio” ao sistema, esses textos estimulam o mecanismo total da semiosfera. Por um lado, há uma intensa formação de sentido na fronteira com um texto alheio; por outro, todo fragmento de uma estrutura semiótica ou todo texto isolado conserva os mecanismos de reconstrução de todo o sistema. A destruição da totalidade provoca um processo acelerado de reconstrução do todo semiótico por uma de suas partes, processo que leva praticamente à criação de uma nova linguagem.

É importante mencionar, como observa Herrera (2009/2010), que em um sistema semiótico há sempre uma estrutura mais complexa que aquela existente em um signo isolado, pois os signos são sempre parte de um sistema maior, denominado por Lotman “texto”, que inclui tanto o discurso verbal como todas as produções semióticas.

Para Lotman (1996, p. 20), as diferentes subestruturas da semiosfera estão vinculadas em uma interação e apoiam umas as outras. Assim,

*la semiosfera del mundo contemporáneo, que, ensanchándose constantemente en el espacio a lo largo de siglos, ha adquirido en la actualidad un carácter global, incluye dentro de sí tanto las señales de los satélites como los versos de los poetas y los gritos de los animales. La interconexión de todos los elementos del espacio semiótico no es una metáfora, sino una realidad.*⁵⁵
(LOTMAN, 1996, p. 20).

2.2.1.3 Fronteiras semióticas e as características da semiosfera

As fronteiras semióticas dividem o espaço interno da semiosfera

⁵⁵ “a semiosfera do mundo contemporâneo, que constantemente se amplia no espaço ao longo dos séculos, adquiriu ultimamente um caráter global; inclui dentro de si tanto os sinais dos satélites como os versos dos poetas e os gritos dos animais. A interconexão de todos os elementos do espaço semiótico não é uma metáfora e sim uma realidade.”

do espaço externo. Pode-se falar em diversos tipos de fronteiras, como as fronteiras temporais, espaciais, de personalidade, entre outros tipos. Se retornarmos ao exemplo da semiosfera do chá chinês de Herrera (2009/2010), a fronteira temporal compreende o eixo do passado e um período de governo importante na história do chá. A fronteira espacial compreende a saída do chá do sul da China para o norte e, em seguida, para fora do país. A fronteira de personalidade compreende os diferentes membros da dinastia Qin responsável por “atravessar” o espaço semiótico pela primeira vez, transmitindo seu primeiro uso (medicinal) para o norte do país.

Segundo Lotman (1990, p. 12), a semiosfera se caracteriza por uma série de traços distintos, e que destaco adiante.

a) Homogeneidade/individualidade semiótica

Em seu caráter delimitado, o conceito de semiosfera estaria ligado a determinada homogeneidade e individualidade semiótica, o que a separa dos não textos e dos textos alossemiótico⁵⁶ que a rodeiam, sendo a fronteira um dos conceitos fundamentais de seu caráter delimitado. Para que esses textos tornem-se reais para a semiosfera, é necessário traduzi-los a uma das linguagens de seu espaço interno, ou semiotizar os feitos não semióticos. Lotman (1990, p. 13) aponta que a fronteira da pessoa enquanto fenômeno da semiótica histórico-cultural depende do modo de codificação. Dessa maneira, conforme exemplo do próprio teórico, em alguns sistemas a mulher, as crianças, os empregados não livres e os vassalos podem ser incluídos na pessoa do marido, do amo, do patrão, necessitando de uma individualidade independente, mas em outros sistemas, elas são consideradas como sendo pessoas isoladas. Quando Ivan, o Terrível, condenava alguém à execução, junto com ele era executada toda a família, assim como seus criados, pois, juridicamente, todos constituíam uma só pessoa com o chefe da família.

Lotman ratifica que a fronteira do espaço semiótico não é um conceito artificial e, sim, de importante posição funcional e estrutural; ela é um mecanismo bilíngue que traduz as mensagens externas à linguagem interna da semiosfera e vice-versa. Sua função é limitar a penetração do externo no interno, filtrando-o e adaptando-o. Tramas como a de Romeu e Julieta, de Shakespeare, sobre o relacionamento amoroso que une espaços culturais inimigos, revela, segundo Lotman, a

⁵⁶ O termo grego “állos” quer dizer “outro”, “diferente”, “estranho”. Espaço alossemiótico é aquele que se constitui como um outro em relação a um dado sistema. (FIORIN, 2007).

essência do mecanismo de fronteira.

Entretanto, Lotman (1990, p. 15) observa que, por um lado, a fronteira une as esferas da semiose, mas, por outro, a partir da autoconsciência semiótica, ela as separa.

*Tomar conciencia de sí mismo en el sentido semiótico-cultural, significa tomar conciencia de la propia especificidad, de la propia contraposición a otras esferas. Esto hace acentuar el carácter absoluto de la línea con que la esfera dada está contorneada.*⁵⁷.

b) Irregularidade semiótica

Outro caráter da semiosfera apontado por Lotman (1990, p. 16) é sua irregularidade semiótica. Para o teórico, dependendo de onde passa a fronteira de uma dada cultura, o observador terá uma determinada posição — o espaço não semiótico pode ser o espaço de outra semiótica, o que significa que, do ponto de vista interno de uma determinada cultura, tal espaço tem o aspecto de um mundo não semiótico externo; do ponto de vista de um observador externo, entretanto, o espaço pode se apresentar como periferia semiótica de tal cultura.

Na semiosfera, observa Lotman (1990, p.16), viola-se a hierarquia das linguagens e dos textos, que se chocam como linguagens e textos que estão no mesmo nível. “*Los textos se ven sumergidos en lenguajes que no corresponden a ellos, y los códigos que los descifran pueden estar ausentes del todo*”⁵⁸. O teórico exemplifica valendo-se da imagem de uma sala de museu, onde diferentes vitrinas exibem objetos de séculos diferentes com inscrições em línguas conhecidas e desconhecidas, instruções para a decifração, um texto sobre a exposição, esquemas para as rotas de visitas e regras de conduta dos visitantes. Se ali se adicionarem os próprios visitantes munidos de sua bagagem semiótica, “*obtendremos algo que recordará un cuadro de la semiosfera*”⁵⁹.

A falta de homogeneidade estrutural do espaço semiótico, prossegue Lotman (1990, p. 16), “*forma reservas de procesos dinámicos y es uno de los mecanismos de producción de nueva información dentro*

⁵⁷ “Tornar-se consciente de si mesmo, no sentido semiótico-cultural, significa tornar-se consciente da própria especificidade, da própria contraposição a outras esferas. Isso enfatiza o caráter absoluto da linha com a qual a esfera dada está contornada.”

⁵⁸ “Os textos se veem submergidos em linguagens que não correspondem a eles e os códigos que os decifram podem estar completamente ausentes”

⁵⁹ “obteremos algo similar a um retrato da semiosfera”

de la esfera”⁶⁰. Esses processos dinâmicos encontram menos resistência nos setores periféricos e, conseqüentemente, desenvolvem-se mais rapidamente. A criação de autodescrições metaestruturais (gramáticas), assevera o teórico, “*es un factor que aumenta bruscamente la rigidez de la estructura y hace más lento el desarrollo de ésta*”⁶¹, ao passo que os setores que não tenham sido descritos, ou que tenham sido descritos em categorias de uma gramática “alheia”, desenvolvem-se com maior rapidez.

2.2.1.4 O diálogo dentro da semiosfera

Segundo Torop (2005, p. 163), a semiosfera aproxima-se do princípio de dialogismo de Bakhtin⁶², que vê o diálogo como sendo a interação entre o locutor e seu interlocutor. Por um lado, o locutor enuncia em função da existência de um interlocutor e requer deste uma atitude responsiva. Do outro lado, no recebimento de uma enunciação significativa, o receptor lança uma réplica (concordância, discordância, ação, etc), na qual busca correspondência com uma série de palavras já dele conhecidas. A reação que a enunciação desperta no receptor é o que estabelece a compreensão, que não equivale ao reconhecimento da forma linguística ou a um processo de identificação, mas sim à interação entre o significado e o conteúdo ideológico das palavras. Compreende-se “diálogo” não somente na forma de comunicação em voz alta, face a face, mas qualquer tipo de comunicação verbal (ato de fala impresso como livros, críticas, resenhas), também passível de interação. “Diálogo” refere-se a qualquer tipo de discurso, seja como parte de relações do cotidiano ou em textos artísticos ou literários. Para Bakhtin, todo gênero é dialógico, pois tanto o diálogo exterior (da interação face a face) como no interior da consciência ou escrito realizam-se na linguagem.

Como assinala Arán (2005, p. 7), Lotman retoma a ideia do dialogismo de Bakhtin no que se refere à necessidade de um interlocutor para que o texto, gerador de sentido, seja posto em ação. Porém, enquanto em Bakhtin a situação de resposta é dialógica, em Lotman ela

⁶⁰“cria reservas de processos dinâmicos e é um dos mecanismos de produção de informação nova”.

⁶¹ “é um fator que aumenta bruscamente a rigidez da estrutura e torna seu desenvolvimento mais lento”.

⁶² (Cf. RECHDAN, Maria L.A. **Dialogismo ou polifonia?** Disponível em <<http://site.unitau.br/scripts/prpbg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

é sistêmica, ou seja,

*el funcionamiento de los textos no está analizado por motivos de lucha de clases, o por motivos ideológicos, políticos, económicos, sino desde la tipología de las culturas que reinterpreta la estructura inmanente del texto original, según su propia capacidad de traducir los lenguajes.*⁶³ (ARÁN, 2005, p. 7).

Arán (2005) assinala ainda que, enquanto Bakhtin vê a cultura como construção do sentido do fazer humano, para Lotman “*la lucha de las culturas es por el control de la información, generación de conocimiento, modelización del mundo que permite intervenir en la realidad material.*”⁶⁴ (ARÁN, 2005, p. 4).

A luta por informação como entendida por Lotman, continua a autora, é a síntese da história da cultura,

*[p]uesto que la información es poder y control sobre el sistema, las luchas y conflictos, históricos, políticos, sociales o de clase han sido luchas por el monopolio y control de las múltiples y variadas formas o lenguajes en que la interacción semiótica se traduce en el incremento del conocimiento. Los grupos luchan por el monopolio de la información utilizando textos y códigos, de diversas clases y diversos grupos sociales, las lenguas ‘secretas’ profesionales, religiosas, científicas, artísticas. Toda cultura se recorta sobre el fondo de aquello que define como Naturaleza o No cultura y desde el modelo histórico que produce, ejercita sus políticas sobre los individuos, las prácticas y las instituciones, tanto hacia el interior como hacia el exterior del propio colectivo.*⁶⁵ (ARÁN, 2005, p. 4).

⁶³ “o funcionamento dos textos não é analisado por razão de luta de classes, fins ideológicos, políticos e econômicos, mas a partir da tipologia das culturas que reinterpreta a estrutura imamente do texto original, de acordo com sua própria capacidade de traduzir as linguagens.”

⁶⁴ “[...] a luta das culturas é pelo controle da informação, geração de conhecimento e modelização do mundo, que permitem intervir na realidade material.”

⁶⁵ “Visto que a informação é poder e controle sobre o sistema, as lutas e conflitos, históricos, políticos, sociais ou de classe têm sido lutas pelo monopólio e controle das múltiplas e variadas formas ou linguagens nas quais a interação semiótica se traduz no incremento do conhecimento. Os grupos lutam pelo monopólio da informação utilizando textos e códigos, de

Em relação à identidade, Lotman (1990, p. 21) evoca o conceito de “enantiomorfismo”, no qual duas formas não podem se sobrepor e que são simétricas em relação a um plano, como é o caso da imagem especular, em que ambas as partes são especularmente iguais, mas diferentes se postas uma sobre a outra, ou seja, relacionam-se entre si como direito e esquerdo. Tal relação, assevera o autor, “*crea esa diferencia correlacionable que se distingue tanto de la identidad que hace el diálogo, como de la diferencia no correlacionable que lo hace imposible.*”⁶⁶(LOTMAN, 1990, p. 21).

A simetria especular, continua Lotman (1990), cria as necessárias relações de diversidade e semelhança estrutural que permitem construir as relações dialógicas:

*Por una parte, los sistemas no son idénticos y emiten textos diferentes, y, por otra, se transforman fácilmente uno en otro, lo cual les garantiza a los textos una traducibilidad mutua. Si podemos decir que, para que sea posible el diálogo, sus participantes deben ser diferentes y, a la vez, tener en su estructura la imagen semiótica de su contraparte [...] entonces el enantiomorfismo es una ideal «máquina» elemental de diálogo.*⁶⁷ (LOTMAN, 1990, p. 21).

2.2.1.5 O texto

Arán (2005, p. 6) afirma que, para os estudos semióticos, Lotman privilegia os textos que desempenham uma função ativa no mecanismo da cultura; textos geradores de um modelo de mundo, organizados em sistemas, como rituais, mitologias, religiões, jogos e especialmente

diversas classes e diversos grupos sociais, as línguas “secretas” profissionais, religiosas, científicas e artísticas. Toda cultura se recorta sobre o fundo daquilo que define como natureza ou não cultura e, a partir do modelo histórico que produz, exercita suas políticas sobre os indivíduos, as práticas e as instituições, tanto para o interior como para o exterior do próprio coletivo.”

⁶⁶ “[...] cria essa diferença correlacionável que se distingue tanto da identidade que possibilita o diálogo, como da diferença não correlacionável que o torna impossível.”

⁶⁷ Por um lado, os sistemas não são idênticos e produzem textos diferentes e, por outro, eles se transformam facilmente um em outro, o que garante aos textos uma traduzibilidade mútua. Se podemos dizer que para o diálogo ser possível seus participantes devem ser diferentes e, ao mesmo tempo, terem em sua estrutura a imagem semiótica de seu contraparte [...] então o enantiomorfismo é uma “máquina” elementar de diálogo. (grifo do autor).

textos artísticos (verbais e não verbais).

Esses sistemas modelizantes, como explica Rehem (2008), são “sistemas relacionais constituídos por elementos e por regras combinatórias no sentido de criar uma estruturalidade que se define, assim, como uma fonte ou um modelo”. A linguagem natural é um sistema modelizante primário dotada de estruturalidade e a partir dela pode-se compreender outros sistemas de cultura (sistemas secundários). Todos os sistemas seriam modelizáveis, posto que se prestam ao conhecimento e à explicação do mundo.

Nos sistemas modelizantes secundários, como mostra Arán (2005, p. 5), os objetos textuais funcionam como um dispositivo dotado de princípios de auto-organização que desempenham certas funções. Esse “dispositivo pensante” não funciona isoladamente. O texto, para funcionar, deve aceitar a inclusão de um outro texto, seja ele na forma de leitor, analista ou contexto cultural. Segundo Arán (2005), a proposta de Lotman é de olhar para o texto como uma “pessoa semiótica” ou uma “consciência semiótica”:

*El texto trabaja siempre cuando se conecta con otro texto, otra conciencia semiótica que interactúa de muy diferentes formas, que puede ser o no homogénea con el texto y que puede ‘traducir’ dicho texto.*⁶⁸ (ARÁN, 2005, p. 5).

Com a semiótica da cultura, como observa Torop (2005, p. 167), em vez da noção de decifrar o texto com o termo “comunicação”, Lotman passa a descrever a circulação do texto na cultura e a relação texto/leitor ao criar uma tipologia de processos diferentes, ainda que complementares: a) a comunicação entre emissor e destinatário; b) a comunicação entre a audiência e a tradição cultural; c) a comunicação do leitor consigo mesmo; d) a comunicação do leitor com o texto; e e) a comunicação entre o texto e a tradição cultural.

Após combinar possibilidades diferentes de análises, Lotman julgou necessário criar uma tipologia que unisse o individual ao geral, a parte ao todo, a descrição à autodescrição. Em 1978, apresentou uma tipologia que distinguia os aspectos estáticos dos dinâmicos das linguagens culturais. Nos aspectos estáticos, as linguagens culturais se dividem em a) discretas e b) contínuas. As linguagens discretas

⁶⁸ “O texto sempre funciona quando se conecta a outro texto, outra consciência semiótica que interage de diferentes maneiras, que pode ser ou não homogênea com o texto e que pode “traduzir” tal texto” (grifo da autora).

caracterizam-se por signos que podem ser decompostos, como é o caso das línguas verbais. Nas linguagens contínuas, os signos não podem ser percebidos senão em sua totalidade, pois perdem o sentido se decompostos. É o caso, sobretudo, do signo visual, como a fotografia ou a pintura.

Por sua vez, nos aspectos dinâmicos há simultaneidade na criação de autodescrições e descrições que partem da cultura como um todo, uma integração a partir de autonomias. Por outro lado, lembra-nos Torop (2005), as linguagens culturais

diffuse and become creolised due to the communication between different parts of culture. Creolisation is a feature of dynamism and an intermediary stage at reaching a new autonomy or pure (self) description. (TOROP, 2005, p. 168).

2.2.1.6 A semiosfera como mecanismo de tradução

Como observa Osimo, “tal como acontece com o mundo geográfico, é a noção de ‘fronteira’ que reclama o conceito de ‘tradução’. Onde não há fronteiras, não há necessidade de tradução.” (2008, p. 29)⁶⁹. Assim, a semiosfera seria um enorme organismo tradutivo e a tradução seria a base da geração de sentido e do nascimento de informação nova.

Segundo o autor, a função de qualquer fronteira é a de limitar a penetração, e filtrar o que entra no espaço semiótico. No nível da semiosfera isso significa

uma distinção entre o próprio e o alheio; um filtro das comunicações externas e sua tradução para a própria língua, assim como a transformação da não-comunicação externa em comunicação, ou seja, a semiotização do que provém de fora e sua transformação em informação. Segundo este ponto de vista, todos os mecanismos de tradução a serviço dos contatos com o exterior pertencem à estrutura da semiosfera. (OSIMO, 2008, p. 29).

Como observa Torop (2005, p. 164) “*borders separate and thus*

⁶⁹ Visto que o curso de tradução apresentado pelo autor não apresenta paginação, o número que segue depois do ano indica o número da unidade do curso.

create identities, but borders also connect and construe these identities by juxtaposing the own and the alien”. Portanto, continua Torop, um dos traços mais importantes das fronteiras da semiosfera seria seu funcionamento como mecanismo de tradução. A consciência estaria relacionada a esse mesmo mecanismo, uma vez que para determinar sua identidade, o indivíduo precisa primeiramente descrevê-la para si mesmo; atividade que aciona os mecanismos de tradução, o que leva Lotman à conclusão de que o pensamento é também tradução.

Osimo (2008, p. 29) nos lembra que qualquer coisa (fato, fenômeno, acontecimento) que se encontre dentro de um sistema, ainda que permaneça sem ser descrito, situa-se no espaço externo da semiosfera e pertence ao mundo extrasemiótico. Para que adquira sentido fora da psique individual deve ser traduzido para algum tipo de código, e continuará a ser o “outro” até que seja incorporado pelo mundo da semiose.

Para Osimo, mediante o mecanismo que se opera dentro e fora da semiosfera, o conceito de traduzibilidade adquire novas dimensões porque

A diferença entre sistemas já não é o problema por excelência dos tradutores. Pelo contrário, a presença de tal diferença é necessária para a vida do mundo cultural. O resíduo tradutivo deixa de ser visto como uma carga incômoda, cuja gestão cria problemas aos tradutores. O fato de não ser possível traduzi-lo todo garante a conservação das diferenças e da vida cultural. O tradutor é, assim, o instrumento da vida na semiosfera, a traduzibilidade é um conceito relativo, mas um nível mínimo de traduzibilidade é garantido pela continuidade de muitos sistemas, ou muitas semiosferas, dentro do universo. (OSIMO, 2008, p. 29).

Como visto, dentro do espaço da semiosfera idealizado por Lotman, o texto é um sistema maior que, ativo, estrutura-se para criar diferentes modelos. Os textos se auto-organizam para desempenhar certas funções e somente funcionam quando se conectam a outros textos. O diálogo travado dentro do espaço semiótico é regido por uma relação enantiomorfa, em que diferença e semelhança se inter-relacionam. Tal inter-relação é atingida pela tradução, que seria, de fato, o mecanismo diretamente relacionado à geração de sentido e do

nascimento de informação nova, esta última a grande responsável pelo dinamismo dentro do espaço da semiosfera.

Dado o importante papel ocupado pela tradução na geração de sentido, Torop propõe um modelo tradutológico que considera a tradução como um todo, daí a denominação “tradução total”. A seguir, discutir-se-á essa tipologia que ampliará o escopo de análise das traduções objeto da presente pesquisa.

2.2.2 Total’ nyj perevod

Por “tradução total”, Torop (2010) entende uma maior abrangência do processo tradutório. Assim, o teórico propõe que miremos para além da tradução interlingual (tradução de uma língua para outra), como definida por Jakobson⁷⁰, incluindo também a tradução textual, a metatextual, a inter/intratextual e a extratextual, que serão discutidas mais avante. O autor faz questão de distinguir o seu modelo de tradução total de uma tradução completa:

*Per «traduzione completa» s'intende la traduzione integrale di un testo completo (ossia di tutte le sue componenti). Per «traduzione totale», invece, s'intende un processo in cui, benché a ciascun livello della lingua dell'originale venga sostituito materiale testuale nella lingua ricevente, ciò non significa necessariamente che a tutti i livelli tale sostituzione avvenga mediante «equivalenti».*⁷¹ (TOROP, 2010, p. 8).

Além dessa maior abrangência do processo tradutório, um segundo objetivo da tradução total é a criação de uma metodologia abarcadora e unificadora que possa lidar com todos os aspectos do processo tradutório, a partir da qual estudos possam ser desenvolvidos em um contexto cientificamente mais homogêneo e que consequentemente possa levar a uma maior compreensão entre os

⁷⁰ Além da tradução interlingual, o linguista russo também propôs as traduções intralingual (tradução de signos verbais através de outros signos da mesma língua) e intersemiótica (interpretação de signos verbais por meio de signos de sistemas não verbais).

⁷¹ “Entende-se por ‘tradução completa’ a tradução integral de um texto completo (ou seja, de todos os seus componentes). A ‘tradução total’, por outro lado, é um processo no qual, ainda que cada nível da língua do original seja substituído por material textual na língua de chegada, não significa necessariamente que em todos os níveis essas substituições sejam feitas na base de ‘equivalentes’”. (grifo do autor).

teóricos e pesquisadores de tradução.

Torop (2010) traz, assim, uma nomenclatura própria para descrever as diferentes etapas do processo tradutório, como é o caso do uso de prototexto e metatexto ao invés de texto de partida (TP) e texto de chegada (TC) para designar o texto original e o texto traduzido. Embora o uso de uma nomenclatura diferenciada seja parte da proposta de sua tradução total, optou-se na presente pesquisa por usar os termos TP e TC, termos esses já consolidados dentro dos ET. Sempre que necessário for, menção será feita a variações terminológicas propostas pelo teórico.

O enfoque dado ao processo tradutório, como indica Osimo (2008, p. 19), visa ao seu entendimento global, e não à sua classificação como elemento complementar do produto da tradução, visto que já há na atividade tradutória uma relação entre o TP e o TC.

A pesquisa de Torop não tem nenhum caráter avaliativo, e sim, puramente descritivo, sendo a descrição do processo tradutório peça fundamental em seu trabalho. Assim sendo, o teórico rejeita a classificação de uma tradução livre ou literal, simplesmente por ser tal classificação avaliativa e, conseqüentemente, não permitir uma descrição mais ágil e completa dos diversos aspectos da tradução. Ao assumir tal posicionamento, o teórico põe em foco o tradutor e sua personalidade criativa.

2.2.2.1 Cronotopo e dominante

O conceito de “cronotopo”, de origem bakhtiniana, é parte importante no trabalho de Torop. Em Bakhtin, o cronotopo (literalmente “tempo-espaço) refere-se às coordenadas espaço-temporais como caracterizantes de uma certa forma de romance. O conceito ganha maior abrangência em Torop (2010, p. 214), que o entende como coordenadas culturais de um texto, ou seja, tempo, espaço e cultura onde ele é gerado ou para a qual ele é traduzido. Dessa maneira, na análise tradutológica os cronotopos possibilitam estabelecer com precisão a relação diacrônica (histórica, distante no tempo), espacial, psicológica e cultural entre o leitor-modelo do TP e o leitor-modelo do TC (cronotopo topográfico); analisar o mundo subjetivo dos personagens (cronotopo psicológico) e o mundo imaginário do autor (cronotopo metafísico).

Outro conceito defendido pelo teórico é o conceito de “dominante”, de origem jakobsoniana, que se refere a um elemento do texto considerado inabdicável por ser ele caracterizador do próprio texto. A estratégia de tradução estaria atrelada a tal elemento, à procura

de todos os meios necessários para traduzi-lo, se necessário for, sacrificando elementos secundários. Porém, é importante frisar que o teórico não descarta a tradução de nenhum elemento do texto, visto que o cerne da tradução total é “traduzir tudo”. Assim, ele sugere que elementos secundários podem ser traduzidos em forma de nota, indicação em prefácio ou posfácio, ou qualquer outra forma que esteja fora do texto propriamente dito.

2.2.2.2 Tipos de tradução

Ao criar um modelo de processo tradutório que julga ser possível descrever qualquer tipo de atividade tradutória, Torop (2010, p. 11-12) propõe uma série de parâmetros do processo tradutório. No âmbito da tradução total, como já mencionado, o teórico amplia os tipos de tradução para além da tradução interlingual, a saber:

1. Tradução textual: é o processo no qual um texto se transforma em outro texto, não havendo distinção entre tradução interlingual e intralingual. A paráfrase é um exemplo de tradução textual. Embora ela constitua com o TP dois textos, eles são compostos com o mesmo código;
2. Tradução metatextual: esse tipo de tradução indica a penetração do TP em uma outra cultura por meio da imagem geral que se cria desse texto nessa outra cultura (valendo-se do próprio texto e pelo que se diz desse texto nessa cultura). Assim, qualquer alusão feita ao texto, verbal ou escrita, textos críticos, citações, publicidade e outros meios afins, são elementos que contribuem para a criação da imagem geral que se tem do texto na cultura de chegada.

Osimo (2008, p. 17) chama a atenção para a existência de uma sobreposição terminológica, pois no trabalho de Torop, “metatexto” é usado como o “resultado de um processo de tradução textual” (texto de chegada) e também como “processo da tradução metatextual”.

3. Tradução intertextual e intratextual: estão ligadas à ideia de que não existem textos “puros”, pois, tanto o autor, como o tradutor e o leitor possuem uma memória textual, produto das interações culturais (vivenciadas no espaço da semiosfera). Assim, quando um autor escreve um texto, tal texto é fruto tanto de influências externas como de reflexões pessoais. A criatividade do autor não se manifesta somente no que diz respeito à reflexão pessoal, mas

também à sua capacidade de síntese do material alheio. Ao tradutor, cabe notar a presença do texto alheio e torná-lo reconhecível para o leitor do TC. A tradução intertextual realiza-se quando ocorre a assimilação (intertexto), implícita ou explícita, consciente ou inconsciente, de outros textos. A tradução intratextual está mais voltada aos vínculos do autor consigo mesmo, de sua poética.

4. Tradução extratextual: similar à tradução intersemiótica, de Jakobson, nela o material verbal do TP é construído com imagens visuais, estáticas ou móveis, como um filme, no TC, ou vice-versa.

2.2.2.3 Análise e síntese

Na base da atividade tradutória, como observa Osimo (2008, p. 19), o tradutor privilegia um elemento de maior importância em detrimento de outros, ou seja, “o texto deve ser analisado com os critérios mais objetivos possíveis para isolar um elemento, o dominante, que constitua a entidade principal em torno da qual se constrói a identificação do resto do texto”. Com a ideia do dominante em mente, Torop divide o processo tradutório em uma fase de análise e outra de síntese. Durante a primeira, o tradutor vai ao TP para entender todos os seus aspectos, enquanto na segunda, o tradutor projeta o TP para o que ele considera o “típico” leitor do TC, ou seja, o “leitor-modelo”.

Visto rejeitar a dicotomia tradução literal vs. tradução livre, Torop dá preferência ao conceito de dominante para se referir aos mecanismos do processo tradutório. Quando o dominante for o interesse do autor do TP ou do tradutor, o processo tradutório está voltado à etapa da análise; quando o dominante for o interesse do leitor idealizado do TC, o processo está voltado à etapa da síntese. Osimo (2008, p. 20) assinala que esses dois polos correspondem ao eixo de adequação (*adequacy*) e aceitabilidade (*acceptability*) de Toury⁷², respectivamente.

2.2.2.4 Plano da expressão e plano do conteúdo

Torop também faz distinção entre dois processos no âmbito tradutório que se ocupam em diferenciar a transferência do plano da expressão (“recodificação”) da do plano do conteúdo (“transposição”).

⁷² “[...] whereas adherence to source norms determines a translation’s *adequacy* as compared to the source text, subscription to norms originating in the target culture determines its *acceptability*” (TOURY, 1995, p. 56-57, grifo do autor).

Enquanto a “recodificação” é um processo linguístico, formal e estilístico, a “transposição” é um processo artístico-literário que privilegia a compreensão do modelo poético, da estrutura do conteúdo do texto.

Osimo (2008, p. 21) descreve o modelo do estudioso dinamarquês Hjelmslev⁷³, no qual se baseia Torop para distinguir os dois planos. Tais planos dividiriam o texto em conteúdo e expressão, cada um dos quais subdividido em duas partes (substância e forma). Enquanto a substância do conteúdo não varia de língua para língua, e refere-se a características intrínsecas (ex.: a noção que se tem de certas cores, como verde, vermelho, preto, branco etc.); a forma do conteúdo varia de uma língua para outra, indicando que não há uma correspondência perfeita entre os campos semânticos de formas de conteúdo similares em idiomas distintos (ex.: a palavra portuguesa “aborto”, que cobre o espectro semântico das palavras inglesas “*abortion*” — “aborto induzido” — e “*miscarriage*” — “aborto natural”).

A substância da expressão é a expressão gráfica e fônica do conteúdo, e a forma da expressão é o modo em que se atualiza a substância da expressão, ou seja, o modo como se pronuncia uma forma gráfica ou se escreve uma forma fônica. No caso de uma substância expressiva gráfica, sua forma expressiva é fônica e vice-versa.

Osimo (2008, p. 21) cita o exemplo de Hjelmslev, para ilustrar a relação entre os planos de conteúdo e expressão: o som /got/, que corresponde a diferentes formas de expressão e substância de conteúdo dependendo da língua. A pronúncia de “*got*” é a forma gráfica da expressão que, em inglês, corresponde à substância de conteúdo “passado de *get*”, mas também corresponde à pronúncia de “*Gott*”, a forma gráfica da substância de conteúdo do alemão “Deus”, e é como a pronúncia de “*godt*”, forma gráfica da expressão que em dinamarquês corresponde à substância de conteúdo de “bem”.

2.2.2.5 Modelo de tradução adequada

Com a distinção entre as fases de análise e de síntese e da distinção entre os processos de recodificação e transposição, Torop cria uma quadripartição de traduções possíveis, que se desenvolve em um

⁷³ 43 HJELMSLEV L. *I fondamenti della teoria del linguaggio*. Edit. Giulio C. Lepschy. Turín, Einaudi, 1975. Ed. or. *Omkring Sprogteoriens Grundlæggelse*, København, Festschrift udg. af Københavns Universitet, 1943. Tradução para o inglês: *Prolegomena to a Theory of Language*, ed. de F. J. Whitfield, University of Wisconsin, 1961.

modelo taxonômico bastante abrangente quando a ela se soma o conceito de dominante.

Osimo (2008, p. 21) observa que para Torop, “tradução adequada” é “uma tradução na qual a transposição e a recodificação atravessam as fases de análise e síntese conservando a inter-relação peculiar entre os planos de expressão e conteúdo de um texto determinado; em outras palavras, se conserva o dominante do original”. Há vários instrumentos que podem ser usados para que esse dominante seja preservado e, dependendo dos meios escolhidos, é possível se ter várias traduções igualmente “adequadas”.

Torop (2000, 1, p. 21) divide a tradução “adequada” em i) “autônoma”, que tem por objetivo transmitir somente um dos planos do TP, por exemplo, a tradução de um poema em prosa; e ii) “centrada no dominante”, que é a tradução baseada em uma única dominante.

O Quadro 9 ilustra o modelo de Torop com oito tipos de traduções adequadas. A ela se seguem as definições dos tipos de tradução, apresentadas em Torop (2010, p. 102-103), e explicitadas em Osimo (2008, p. 22-23).

Quadro 9 — Modelo de tradução de Torop

tradução adequada							
Recodificação				Transposição			
Análise		Síntese		Análise		Síntese	
dominante	autônoma	dominante	autônoma	dominante	autônoma	dominante	autônoma
macroestilística	precisa	microestilística	citação	temática	descritiva	expressiva	livre
1	2	3	4	5	6	7	8

Como observa Osimo, e conforme já mencionado anteriormente, a primeira divisão feita por Torop é entre “recodificação” e “transposição”, que diferencia a transferência do plano da expressão (“recodificação”), que privilegia os aspectos formais, da do plano do conteúdo (“transposição”). A fase da análise, como já visto, é a parte do processo tradutório centrada no original, enquanto a síntese, refere-se à projeção do TP no TC.

No plano da recodificação, Torop apresenta os seguintes tipos de tradução:

1. Tradução macroestilística: é uma recodificação analítica, na qual a

dominante da tradução está no plano de expressão do texto original, que serve de base para também recriar o plano do conteúdo do TC. Essa tradução não se preocupa com elementos isolados, e sim, em reconstruir, de maneira global, os elementos estilísticos gerais do TP. No caso da poesia, por exemplo, a estrutura formal é preservada, com a consequente perda do conteúdo semântico;

2. Tradução precisa: é uma recodificação analítica autônoma, em que a dominante do TP se torna um dominante absoluto do TC, ofuscando qualquer outro dominante. Torop aponta que a chamada “tradução interlinear” pertence a esse tipo. Aqui, as formas estilística e sintática do texto de chegada são totalmente recriadas a partir das formas do TP, sendo que as normas de construção do idioma de chegada são submetidas às do idioma de partida. Um exemplo de tal tradução é a publicação de poesia acompanhada da tradução, sendo essa última ilegível enquanto texto, sendo útil somente como “nota explicativa” do original;
3. Tradução microestilística: é uma recodificação sintética com dominante no plano da expressão. Objetiva-se com essa tradução a recriação dos mecanismos de expressão próprios do autor. Encontram-se nessa categoria as traduções: “exotizante”, ou seja, quando há preservação de expressões culturais, ou *realia*, que indicam ao leitor a distância cultural do TP; “de localização”, ou seja, substituição da *realia* por expressões culturais similares da cultura de chegada a fim de reduzir a distância cultural do TC; e “trópica” (*tropica*), que é a reprodução das figuras retóricas do texto original. Este último tipo de tradução é assim denominado porque se refere à reprodução não do estilo formal do texto original, e sim de suas características estilísticas singulares;
4. Tradução-citação: é uma recodificação sintética autônoma. Nesse tipo de tradução, o dominante do TP adquire uma presença absoluta no TC, obscurecendo os demais elementos, sendo a precisão lexical seu principal objetivo. A diferença entre a “tradução precisa” e a “tradução-citação” é que a primeira é interlinear, não respeita norma sintática alguma da LC (centrada no original), enquanto a segunda é lexicalmente exata, respeitando as limitações formais impostas pela LC (considera a legibilidade). Osimo (2008, p. 22) indica que, em certos casos, a tradução-citação recebe o nome de “literal”, mas apressa-se em classificar tal nomenclatura como vaga e imprecisa.

No plano da transposição, os quatro tipos restantes de tradução propostos por Torop são:

1. Tradução temática: é uma transposição analítica com a dominante no plano do conteúdo. Nessa tradução, o plano de expressão está sujeito ao plano de conteúdo. Sacrifica-se a forma em nome da compreensão do conteúdo. O tradutor adota esse procedimento para facilitar a recepção do conteúdo pelo leitor. Osimo (2008, p. 23) abre um parêntese para salientar que, embora o conteúdo seja facilitado ao leitor, não se deve considerar esse tipo de tradução como sendo mais “próxima do leitor”, pois fala-se aqui de uma versão simplificada que não contém todas as características formais do original, das quais o leitor foi privado;
2. Tradução descritiva: é uma transposição autônoma analítica. Aqui, a dominante (neste caso, o conteúdo) se destaca de maneira absoluta em detrimento da forma, negando-se a possibilidade de traduzir o texto na íntegra. Um exemplo desse tipo é a tradução de um poema em prosa;
3. Tradução expressiva (ou receptiva): é uma transposição sintética com dominante no plano do conteúdo. Nesta tradução, a dominante do TC coincide com a expressividade do original. Com o “leitor ideal” em mente, o tradutor produz um texto que, teoricamente, causará efeito semelhante entre os leitores dos texto de partida e chegada. Esse tipo de transposição encontra correspondência com o conceito de “equivalência dinâmica” de Nida;⁷⁴
4. Tradução livre: é uma transposição sintética autônoma. Tal tipo de tradução limita-se à interpretação livre do plano do conteúdo do texto original, tratando-se mais de uma nova versão. Normalmente identificada com expressões como “tradução livre de...” ou “inspirada em...”.

2.2.2.6 Traduzibilidade

Ao se referir à traduzibilidade, Torop (2010, p. 55) declara que “*in linea de principio, la lingua umana possiede tutti i mezzi per superare qualsiasi situazione di intraducibilità.*”⁷⁵.

Como a tradução é vista por Torop (2010, p. 60), sobretudo,

⁷⁴Vide 3.2.5 abaixo, onde esse conceito de Nida é relacionado à estratégia de substituição.

⁷⁵ “a princípio, a língua humana possui todos os meios para superar qualquer situação de intraduzibilidade”.

como um fenômeno cultural, Osimo (2008, p. 24) aponta que é necessário clarificar como os conceitos de “idioma” e “cultura” são vistos pelo teórico. O autor sugere que já não é mais possível conceber a tradução sob um enfoque puramente linguístico, assim como não se deve focar unicamente nas diferentes culturas. Para analisar a atividade tradutiva, observa Osimo (2008, p. 24), deve-se ter em mente três conceitos de “idioma”: a) ele pode entender toda a cultura, o que pode ser representado na figura retórica da sinédoque, que consiste em tomar uma parte (idioma) pelo todo (cultura); b) é uma metalinguagem — uma língua usada como meio para descrever e expressar outro código (o código cultural); ou c) é um dos muitos sistemas semióticos existentes nas culturas (ex. música, pintura, linguagem natural). E acrescenta:

Qualquer que seja o método que se adote para a análise da traduzibilidade de um texto para outro idioma/cultura, é importante recordar que, até nas condições mais adversas (distância cultural ou linguística, complexidade e heterogeneidade do texto), o instrumento linguístico, a linguagem natural, a linguagem humana, em teoria, será sempre capaz de expressar elementos que pertençam a outro idioma ou cultura. Portanto, o requisito prévio para que um texto seja traduzível é a compreensão do tradutor: este deve conhecer as diferenças entre idiomas e culturas para definir estratégias capazes de resolver os distintos problemas relativos à tradução. (OSIMO, 2008, p. 24).

Contudo, Osimo (2008, p. 27) nos remete à proposta de Torop de aproveitar as oportunidades oferecidas por um texto traduzido que se apresenta em forma de uma publicação, pois, qualquer elemento intraduzível ou de difícil compreensão pode ser traduzido por meio de comentários, glossários, nota de prefácio, ilustrações e outros recursos.

A traduzibilidade da cultura para Torop é, enfim, um conceito complementar que compreende uma série de parâmetros distintos, cada um dos quais correspondendo a estratégias de tradução diferentes, como se mostra a seguir.

Torop identifica outros seis parâmetros de traduzibilidade da cultura (língua, tempo, espaço, texto, obra e manipulação social). Esses

parâmetros estão representados no Quadro 10⁷⁶. A descrição de cada parâmetro encontra-se na coluna da esquerda, com as estratégias de tradução correspondentes na coluna da direita. Ao quadro, segue-se uma descrição de cada um desses parâmetros.

A Traduzibilidade da Cultura

Quadro 10 — Parâmetros de traduzibilidade de Torop

Parâmetros de traduzibilidade	Estratégias de tradução
Língua: categorias gramaticais realia (expressões culturais) normas de conversação associações imagem do mundo discurso	nacionalização (naturalização) transnacionalização desnacionalização mescla
Tempo: histórico do autor dos fatos cultural	arcaização historicização modernização neutralização
Espaço: social geográfico psicológico	concretização perceptiva: localização visualização naturalização exotização neutralização
Texto: sinais de gênero níveis cronotópicos narrador e narração aura expressiva do personagem léxico do autor e sintaxe sistema de meio de expressão	conservação/não conservação da estrutura (hierarquia de elementos e de níveis) conservação/não conservação da coerência
Obra: complementaridade do metatexto (livro): pressuposição interpretação reação dos leitores	versão dos leitores esclarecimento intratextual comentários interlineares comentários especiais ao final comentários sistemáticos gerais compensação metatextual

⁷⁶ Quadro proposto por Osimo (2008, 31).

Manipulação sociopolítica: normas e proibições (<i>editio purificata</i>) tendenciosidade da tradução	depuração (tendenciosa) dos textos orientação do texto
--	---

1. Parâmetro da língua:

1.1 categorias gramaticais: essa categoria é importante na tradução, principalmente em relação a problemas com existência/ausência de gênero, de artigo definido ou indefinido, assim como declinações verbais, preposições, e outras questões de ordem gramatical;

1.2 realia, ou expressões culturais: são palavras que, normalmente, só existem em uma certa cultura, como “*spaghetti*” em italiano, “*balalaika*” em russo e assim por diante. Para traduzir tais termos, o tradutor pode usar a transcrição (ou transliteração se os alfabetos forem distintos) da palavra; a tradução (aqui se pode, inclusive, criar um neologismo); a substituição por outra expressão cultural (normalmente as da cultura de chegada), a tradução contextual, a tradução aproximada (substituição de gênero e de aspecto, o análogo funcional, a descrição, a explicação);

1.3 normas de conversação: casos especiais de *realia* que se referem a certos tipos implícitos de relações como, por exemplo, a maneira com a qual as línguas lidam com a noção de formalidade/informalidade na forma de tratamento. No inglês, “*you*” pode ser tanto familiar quanto formal, dependendo da circunstância, enquanto no italiano, usa-se o pronome da terceira pessoa “*lei*” para maior formalidade, entre outros exemplos;

1.4 associações: palavras que representam problema no plano do símbolo, difíceis de serem compreendidas na transferência para outro idioma, como, por exemplo, a imagem de pobreza ou riqueza associada a certos produtos, ou conotações atribuídas a cores, como ciúmes, paixão, luto e tantas outras;

1.5 imagem do mundo: constitui um problema particular de tradução no que se refere à diferença que existe no par linguístico entre aspectos implícitos e explícitos e cultura explícita. Torop toma o haikai japonês como exemplo para ilustrar a grande dificuldade de tradução para o inglês, por ser essa uma língua mais explícita (e menos figurativa);

1.6 discurso: relaciona-se à compreensão dos problemas de tradução específicos relacionados com o jargão científico ou técnico.

Na coluna da direita são enumeradas as estratégias possíveis para o parâmetro da língua; estratégias voltadas à familiarização, como a nacionalização, e as que combinam elementos de diferentes culturas.

2. Parâmetro do Tempo

Esse parâmetro faz distinção entre o tempo histórico e o cultural. O primeiro subdivide-se em tempo do autor e tempo dos acontecimentos narrados, ou fatos.

2.1 Tempo histórico:

2.1.1 tempo do autor: é o tempo em que o texto foi escrito. Aqui surge a questão da modernização ou conservação (“arcaização”) da distância temporal, ou até mesmo da recriação da distância entre tradutor e leitor comparável à distância entre o autor do original e seu leitor contemporâneo (“historicização”). Denomina-se “neutralização” quando a distância histórica é negada;

2.1.2 tempo dos acontecimentos narrados: este se torna um grande problema quando o original une diversas épocas, cada qual com sua linguagem própria;

2.2 tempo cultural: é ligado à presença ou ausência de meios estilísticos para lidar com determinados estilos. Torop (2010, p. 72) indica que, quando grandes culturas são traduzidas para culturas menores, as lacunas no desenvolvimento das menores ou o ritmo diverso da evolução cultural são bastante evidentes.

3. Parâmetro do espaço

Esse parâmetro cobre os problemas dos espaços social, geográfico e psicológico.

3.1 espaço social: reflete os problemas com a tradução dos socioletos. Ainda que seja possível associar usos dialéticos ou jargões à cultura de chegada, visto que as diferenças sociais variam de cultura para cultura, o resultado nunca é totalmente satisfatório;

3.2 espaço geográfico: ocupa-se com problemas de tradução dos dialetos territoriais;

3.3 espaço psicológico: lida com a ausência de unidade interna do texto que, para Torop (2010, p. 73), é uma das causas do envelhecimento da tradução. Tal unidade pode ser alcançada por meio da coesão linguística, assim como a partir da representatividade e visibilidade do texto, que podem ser alcançadas pelo tradutor, o qual pode reconstruir de modo evidente o mundo imaginário descrito pelo original.

Entre as estratégias possíveis nesse parâmetro estão a

“localização” (tradução comentada, com a introdução de intervenções do tradutor); “visualização” (representação gráfica das situações); “naturalização” (adaptação a lugares reconhecíveis pelo leitor do TC); “exotização” (conservação de características específicas de outra cultura), e “neutralização” (generalização das peculiaridades locais, padronização).

4. Parâmetro do texto

Esse parâmetro está relacionado com a poética e a técnica literária.

4.1 convenções de tipos textuais: são de particular importância aqui, pois certas expressões refletem uma formulação típica de um gênero literário. Ao tradutor cabe perceber essa formulação e reproduzi-la em sua tradução. Um exemplo típico é a expressão “era uma vez”, que nos remete aos contos de fadas. Os maiores problemas de tradução nesse parâmetro advêm da inexistência de certos gêneros literários na cultura de chegada;

4.2 níveis cronotrópicos: nesses níveis, o tradutor, idealmente, deve explicitar os problema de tradução ligados ao “cronotopo da trama”, como mundo e língua da narração e do narrador, ao “cronotopo psicológico” (ou pessoal) como a aura expressiva dos personagens, e ao “cronotopo metafísico”, como o léxico do autor;

4.2.1 narração e narrador: os maiores problemas de traduzibilidade estão relacionados com o narrador e o tipo de narração em uma situação de complexidade da estrutura linguística ou da estrutura poética do texto;

4.2.2 aura expressiva do personagem: entende-se pelas características que o acompanham

constantemente, um campo lexical do personagem que define a sua unidade de percepção ou, como apresenta Osimo (2008, p. 33), uma “coerência perceptiva”, coerência essa que é inicialmente de responsabilidade do autor, e depois do tradutor, que, se não a produz, faz com que o leitor não possa individualizar o personagem com a mesma clareza do original. Para Torop, a aura expressiva de um personagem pode, por vezes, estar no nome, quando esse for significativo.

4.2.3 léxico do autor: os problemas de traduzibilidade aqui se referem ao

uso de palavras ou imagens favoritas ou de sua percepção pessoal do mundo. Há peculiaridades léxicas relacionadas a correntes literárias que devem ser identificadas pelo tradutor.

4.2.4 sistema de meio de expressão: refere-se ao ritmo do texto, à repetição de elementos,

motivos, metáforas e conotações, sendo imprescindível que o tradutor seja capaz de manejar um sistema de vínculos intratextuais.

5. Parâmetro da obra

Este parâmetro diz respeito à criação da tradução em forma de livro, como um volume publicado, no qual, por vezes, incluem-se textos críticos, notas, prefácios e outros paratextos. A presença desses elementos é, em certos casos, indispensável. Esse parâmetro exerce influência na percepção da obra pelo público, e enquanto interpretação do texto original, a tradução pode se basear na ideia que o público já tem da obra, ou pode até mesmo recriá-la para estimular uma reação diferente por parte do leitor. Torop (2010, p. 76) aponta que, embora muitos acreditem que os paratextos limitem a liberdade do leitor, por outro lado, eles podem suprir a falta dos conhecimentos necessários para que o leitor compreenda a polissemia do texto, seus mecanismos e seus dominantes. Em termos práticos, os paratextos podem funcionar como compensação aos elementos intraduzíveis do texto.

6. Parâmetro da manipulação sociopolítica

Esse parâmetro se refere às formas de censura e de manipulação ideológica da tradução. De um lado, o tradutor é vítima de censura e modificação de seu texto, e de outro, ele produz um texto diferente do original, seguindo sua própria ideologia.

Em relação à aplicabilidade dos parâmetros que propõe, Torop (2010, p. 77) conclui:

[...] possiamo considerare il problema della traducibilità come una tipologia di parametri che si trovano in relazioni di complementarità. Questi parametri, presi insieme, possono divenire parte della complessa analisi dell'attività traduttiva e possono, in linea di principio, risultare impiegabili anche nell'analisi dell'attività della traduzione totale nella cultura, tanto nell'ambito di una sola lingua, che negli scambi tra diversi

*linguaggi naturali, come anche tra sistemi di segni eterogenei.*⁷⁷ (TOROP, 2010, p. 77).

Os tipos de tradução e os parâmetros de traduzibilidade de Torop aqui apresentados serão retomados durante a avaliação dos resultados, no capítulo 3.

2.3 TERMOS CULTURALMENTE MARCADOS

The fact that for any case and for any moment, translation mixes two or more cultures [...] implies an unstable balance of power, a balance which will depend to a great extent on the relative weight of the exporting culture as it is felt in the receiving culture, the one in whose language the target text is nearly always elaborated, and, therefore, the one that generally takes the decisions concerning the way a translation is done (beginning with the decision as to whether a text is translated at all). (AIXELÁ, 1996, p. 52).

Apresentam-se, a seguir, algumas reflexões sobre o que constitui um TCM e as estratégias de tradução que são comumente usadas com tal elemento. Buscou-se para isso os trabalhos de Aubert (2006) e Aixelá (2005), este último de particular relevância em relação às estratégias. Embora o conceito por trás de algumas das estratégias não difira daqueles já apresentados neste trabalho, configurando, na maioria dos casos, uma diferenciação em nomenclatura, julgou-se pertinente trazer as reflexões de Aixelá no que diz respeito, principalmente, aos possíveis motivos que levam tradutores a escolher certas estratégias. O autor apresenta uma divisão em parâmetros, que de certa maneira assemelha-se àquela apresentada por Torop, embora de menor abrangência. Antes de passar aos TCM, faz-se necessário trazer algumas definições do conceito de cultura.

⁷⁷ “[...] podemos considerar o problema da traduzibilidade como uma tipologia de parâmetros que se encontram em relação de complementação. Esses parâmetros, juntos, podem se tornar parte da complexa análise da atividade tradutiva e podem também, a princípio, ser utilizáveis na análise da atividade da tradução total na cultura, tanto no âmbito de uma única língua, como na troca entre diversas línguas naturais, como também entre sistemas de signos heterogêneos.”

2.3.1 Conceito de cultura

De sua origem etimológica do latim antigo, *colere*, cultura relaciona-se aos verbos “cuidar” e “cultivar”, este último, por sua vez, empregado para designar o preparo da terra para o plantio e colheita. Dessa acepção, no início do século XIX, o conceito de cultura passou também a designar “*cultivation of the mind, faculties, or manners*”⁷⁸. Desde então o conceito de cultura vem passando por diversas readaptações e sendo usado em diversas áreas do saber.

Como observa Cunha (2009, p. 354), no sentido antropológico, o termo “cultura” foi empregado pela primeira vez na Alemanha setecentista e estava então relacionado

à noção de alguma qualidade original, um espírito ou essência que aglutinaria as pessoas em nações e separaria as nações uma das outras. Relacionava-se também à ideia de que essa originalidade nasceria das distintas visões de mundo de diferentes povos. Concebia-se que os povos seriam os “autores” dessas visões de mundo. (CUNHA, 2009, p. 354-355)

Segundo a autora, tal visão endógena permaneceria até hoje.

Uma das definições acadêmicas mais antigas de “cultura”, que destaca seu valor de aprendizado, foi dada pelo antropólogo inglês Sir Edward Tylor em seu livro *Primitive Cultures*, originalmente escrito em 1871. Para o antropólogo, em seu sentido etimológico mais amplo, “cultura” é “*that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, customs and other capabilities and habits acquired by man as a member of society*” (TYLOR, 1920, p. 1).

Como observa Laraia (1986, p. 28), foi primeiro com Tylor e depois com Kroeber, com seu artigo *O Superorgânico*, de 1949, que se consolidou o afastamento do domínio cultural do domínio natural. O homem foi, então, diferenciado dos demais animais pela possibilidade da comunicação oral e pela capacidade de fabricar instrumentos.

A partir dessa cisão entre cultural e natural, a cultura será definida de diversas perspectivas, entre as quais a organizacional, a linguística, a social, a hermenêutica e a simbólica.

Para o antropólogo teuto-americano Franz Boas, por exemplo, a

⁷⁸ Fonte: Oxford Dictionary. Disponível em

<<http://oxforddictionaries.com/definition/english/culture?q=culture>> Acesso em: 7 jan. 2013.

cultura “*embraces all the manifestations of social habits of a community, the reactions of the individual as affected by the habits of the group in which he lives, and the product of human activities as determined by these habits.*”⁷⁹.

Como apontam Dourado e Posnar (2007), foi Boas que lançou a base para o determinismo linguístico, que vê a língua como determinante do pensamento, perspectiva essa que seria mais tarde desenvolvida por Sapir e Whorf⁸⁰ na chamada Hipótese Sapir e Whorf.

Já a definição do antropólogo Ward Goodland destaca os aspectos de conhecimento e percepção:

[...] a society's culture consists of whatever it is one has to know or believe in order to operate in a manner acceptable to its members, and do so in any role that they accept for any one of themselves. Culture, being what people have to learn as distinct from their biological heritage, must consist of the end product of learning: knowledge, in a most general, if relative, sense of term. By this definition, we should note that culture is not a material phenomenon: it does not consist of things, people, behavior, or emotions. It is rather an organization of these things. It is the forms of things that people have in mind, their models of perceiving, relating, and otherwise interpreting them (GOODENOUGH, 1964, p. 36).

Ao destacar o aspecto simbólico da cultura, Geertz (1977, p. 89) assinala:

[culture] denotes an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms, by means of which men communicate, perpetuate, and develop their

⁷⁹ Citação feita na Encyclopedia of the Social Sciences, 1930. Fonte: <http://rhetoric.sdsu.edu/lore/1_3/progress_culture.htm>. Acesso em: 14 jan. 2013.

⁸⁰ Ao estudarem as línguas indígenas da América do Norte, os antropólogos Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf formularam a tese, nos anos 20 do século XX, na qual preconizam não ser a língua um instrumento de comunicação, mas, sim um fator decisivo na formação da visão do mundo. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$hipotese-de-sapir-e-whorf](http://www.infopedia.pt/$hipotese-de-sapir-e-whorf)>. Acesso em: 7 jan. 2013.

knowledge about and attitudes toward life.
(GEERTZ, 1977, p. 89)

O teórico e sociólogo jamaicano Stuart Hall destaca os aspectos de socialização e interpretação da cultura:

In recent years, and in a more 'social context', the world 'culture' is used to refer to whatever is distinctive about the 'way of life' of a people, community, nation or social group. This has come to be known as the 'anthropological' definition. Alternatively, the word can be used to describe the 'shared values' of a group or of society — which is like anthropological definition, only with a more sociological emphasis [...] Primarily, culture is concerned with the production and the exchange of meanings — the 'giving and taking of meaning' — between the members of a society or group. To say that two people belong to the same culture is to say that they interpret the world in roughly the same ways and can express themselves, their thoughts and feelings about the world, in ways which will be understood by each other. (HALL, 1997, p. 1)

No cenário da Antropologia brasileira, Laraia (1986, p. 99) chama a atenção para o aspecto dinâmico da cultura ao refutar a percepção errônea de que não se veem mudanças em algumas sociedades indígenas: “O espaço de quatro séculos seria suficiente para demonstrar que a referida sociedade indígena mudou, porque os homens, ao contrário das formigas, têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los.” (LARAIA, 1986, p. 99). O autor ainda acrescenta:

[...] há dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro [...] é praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. (LARAIA, 1986, p. 100).

Para DaMatta (1981, p. 2), a cultura é vista “ como um mapa, um receituário, um código por meio do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam e modificam o mundo e a si mesmas.”

Cunha (2010) diferencia essa cultura das várias definições da “cultura” (com aspas), cuja definição a autora desenvolve a partir de algumas perguntas, entre as quais:

[...] como é que os povos indígenas reconciliam prática e intelectualmente sua própria imaginação com a imaginação limitada que se espera que eles ponham em cena? Como é que esses povos ajustam contas com os conceitos metropolitanos, em particular com as percepções metropolitanas de conhecimento e de cultura? (CUNHA, 2009, p. 355).

Essa cultura com aspas, como aponta Cunha, “tem a propriedade de uma metalinguagem: é uma noção reflexiva que de certo modo fala de si mesma”. (CUNHA, 2009, p. 356). E é por meio desse instrumento discursivo, adotado e renovado na periferia, que reivindicações no plano cultural, social e político, assim como reivindicações étnicas e identitárias, são feitas. Como coloca a autora, “há mais regimes de conhecimento e de cultura do que supõe nossa vã imaginação metropolitana” (CUNHA, 2009, p. 329).

Nesse sentido, “cultura” oferece aos povos indígenas uma ferramenta para “afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional” (CUNHA, 2009 p. 373).

Visto que, em *Macunaíma*, Mário de Andrade propõe uma conscientização nacional de uma identidade que se revela em termos que são estranhos aos brasileiros, interessa, sim, à presente pesquisa, olhar a cultura como um todo complexo que atrai um sem-número de descrições que ora convergem, ora divergem, ora se completam, mas, sobretudo, como um espaço de criação de identidades, produto das relações travadas dentro e fora de uma cultura dada, no confronto entre o próprio e o Outro.

Assim, para os fins da análise deste trabalho, proponho a seguinte definição para cultura: “conjunto de conhecimento e valores acumulados e compartilhados entre os membros de uma sociedade, que interpretam o mundo a partir de símbolos e signos nela criados. Dinâmica, nela se negociam as diferenças e criam-se identidades. Como nenhuma cultura

está livre da influência de culturas externas, essas identidades são criadas e remodeladas a partir do confronto entre o próprio e o alheio.”

2.3.2 Conceitos de TCM

Aixelá (1996) define os termos culturalmente marcados como sendo

[t]hose textually actualized items whose function and connotations in a source text involve a translation problem in their transference to a target text, whenever this problem is a product of the nonexistence of the referred item or of its different intertextual status in the cultural system of the readers of the target text. (AIXELÁ, 1996, p. 58).

Segundo o autor, a amplitude de tal definição cria um sem-número de possibilidades de se classificar um termo como sendo culturalmente marcado por tal classificação também depender de como um termo é visto na cultura de chegada. Mas tal abertura não só é inevitável, mas é também desejável, continua o autor, “*if we wish to keep the notion of CSI [culture-specific itens] open to intercultural evolution among linguistic communities*”.

Para ilustrar essa ligação da tradução dos TCM ao par linguístico, uma vez que um termo pode ser um TCM em uma língua, mas não na outra, o autor dá o agora clássico exemplo da discussão em torno de como traduzir o termo “cordeiro”⁸¹, como aparece na Bíblia, para línguas de culturas onde esse animal não existe ou não tem a mesma conotação de inocência e desamparo. O termo “cordeiro” constituiria, pois, um problema de tradução quando traduzido para tais línguas e seria, em princípio, classificado como sendo um TCM. Porém, como observa Aixelá (1996, p. 57-58), o mesmo termo não constituiria um TCM para aquelas culturas onde o cordeiro existe e tem a mesma conotação.

Nord (2001, p. 34) aponta que “*a culture-specific phenomenon is [...] one that is found to exist in a particular form or function in only one of the two cultures being compared*”. Contudo, isso não implica,

⁸¹ Discussão apresentada por Nida (1964), na qual se propõe que a expressão “*Lamb of God*” seja traduzida por “*Seal of God*”, na língua esquimó, visto ser o cordeiro um animal desconhecido nas regiões polares.

prossigue a autora, que tal elemento exista somente naquela cultura em particular, pois ele pode ser observável em outras culturas à parte das duas culturas em questão.

Para a autora, visto que tradutores interpretam o TP a partir do seu próprio conhecimento das especificidades daquela cultura, uma cultura estrangeira somente pode ser percebida ao ser comparada com a própria. Dessa maneira, tudo que se observa como sendo diferente da própria cultura, é considerado como sendo específico da outra cultura.

Nord (2001, p. 34) salienta ainda que nossa atenção tende a se voltar para elementos que sejam diferentes de nossa cultura, onde se esperava similaridade, ou similares à nossa cultura, onde se esperava diferença.

Aubert (2006, p. 24) sugere que se partimos do pressuposto de que toda língua é um fato cultural, em princípio, tudo na língua

porta em si uma ou mais marcas reveladoras deste vínculo cultural, traços que remetem a conjuntos de valores, de padrões comportamentais, linguísticos e extralinguísticos que, tanto quanto os traços pertinentes fonológicos, gramaticais e semânticos, individualizam e caracterizam ou tipificam determinado complexo língua/cultura em relação a outras línguas/culturas, próximas ou distantes. (AUBERT, 2006, p. 24).

Assim, aponta o autor, até mesmo aspectos da dimensão gramatical contém marcas culturais, como é o exemplo da marcação de gênero, número e grau.

Segundo o autor, no plano referencial das línguas existem marcas que remetem aos universos ecológicos (flora, fauna, topografia e outros), da cultura material (objetos e espaços criados pelo homem), da cultura social (relações sociais de toda ordem) e da cultura ideológica (referências a sistemas de crenças). Os termos de origem indígena em *Macunaíma*, por exemplo, encaixam-se em tal classificação: *jandaia*, *tajás*, *igarapé* (ecológico); *macuru*, *puça*, *tembetá* (cultura material); *taba*, *tuxaúá*, *taputinga* (cultura social); *pajé*, *pajelança*, *Tupã* (cultura ideológica).

No plano interlingual, prossigue o autor, determinados textos, como obras literárias de grande difusão, religiosos, canções populares, filmes, novelas, entre outros, são indicativos de que pertencem a um grupo sociolinguístico específico, e constituem, dessa forma, sinais de

reconhecimento mútuo. Os aspectos muitas vezes específicos desses textos também têm potencial de gerar problemas de tradução.

Contudo, Aubert (2006, p. 33) acredita não ser fácil determinar o que venha a ser de fato um TCM. Assim como a própria tradução, sua identificação não é de caráter exclusivamente interlingual, havendo variações perceptíveis também no plano intralingual, como é o caso dos pronomes de tratamento “tu” e “você”, que podem remeter a diversos marcadores culturais, de natureza situacional, estilística ou dialetal, mas que serão somente considerados como marcadores culturais se outros fatores, como interlocutores, seu lugar no tempo e no espaço, forem levados em consideração. Assim, o pronome “tu” não seria percebido como sendo culturalmente marcado em um contexto lusitano ou gaúcho, por exemplo, pois seu uso é comum em tais contextos. A situação de diferenciação seria, pois, o condicionante para a percepção da existência da marca cultural:

[o] marcador cultural não é perceptível na expressão linguística tomada em isolamento, nem se encontra confinado dentro do seu universo discursivo original. O marcador cultural somente se torna visível (e, portanto, se atualiza) se esse discurso original (a) incorporar em si uma diferenciação ou (b) for colocado em uma situação que faça sobressair a diferenciação. (AUBERT, 2006, p. 32).

Aubert (2006, p. 33) sugere, assim, que a percepção de marcadores culturais é feita a partir da ótica da diferenciação, percebida do ponto de vista do pesquisador.

Como já mencionado anteriormente, no caso de *Macunaíma*, os termos de origem indígena podem ser considerados TCM até mesmo para a cultura de partida, visto que, ainda que tais termos apareçam integrados ao português, eles ainda fazem parte de um código linguístico que não é totalmente assimilado por boa parte dos falantes do português.

No plano interlingual, pela proximidade das línguas e pelo fato dos países latinos compartilharem uma tradição indígena com o Brasil, poderia-se argumentar que alguns termos não sejam estranhos para alguns leitores da cultura de chegada da tradução hispano-americana, não consistindo, assim, TCM, segundo os critérios aqui apresentados. Porém, devido à própria diversidade cultural dos possíveis leitores de chegada, tais termos podem, sim, ser um problema de tradução, levando

o tradutor a lidar com palavras que não têm correspondentes em outras línguas ameríndias, bem como com aquelas que possam apresentar mais de uma forma correspondente, originárias de diferentes línguas, o que forçaria o tradutor a ter que fazer escolhas tradutórias, ou seja, acionar um “comportamento estratégico”, como definido em 2.2 acima. Da perspectiva das culturas de chegada das traduções inglesa e italiana, tais termos, indubitavelmente, constituem um problema de tradução.

No caso de *Macunaíma*, os termos de origem indígenas foram considerados como sendo culturalmente marcados por constituírem em sua maioria um claro problema de tradução, no sentido de Nord (2001, p. 64), pois estão fortemente arraigados às culturas indígenas, distantes de boa parte dos possíveis leitores do TC⁸². Ainda assim, Mário de Andrade os utilizou como se fossem TCM da própria cultura brasileira, numa espécie de aculturação do homem branco a favor de uma identidade cultural descolonizante.

2.3.3 Tradução dos TCM

Em relação à tradução dos TCM, baseado nos resultados de pesquisas empíricas entre originais e respectivas traduções, Aubert (2006, p. 25) aponta que parece haver uma certa disposição, dependendo do par linguístico, ao uso da tradução palavra por palavra e da transposição (definida por ele como sendo “tradução literal”, no sentido lato), com níveis de literalidade que variam entre 60 e 80% entre o português brasileiro e as línguas neolatinas e entre 40 e 55% entre o português brasileiro e as línguas anglo-germânicas.

Para Aixelá (2005, p. 53), a transferência cultural é hoje reconhecidamente fundamental:

Each linguistic or national-linguistic community has at its disposal a series of habits, value judgments, classification systems, etc. which sometimes are clearly different and sometimes overlap. This way, cultures create a variability factor the translator will have to take into account. (AIXELÁ, 2005, p. 53).

Para o autor, frente às diferenças que vêm do “outro” e a uma

⁸²Pressupõe-se que tais termos representariam um problema (exceto itens já totalmente integrados ao português brasileiro, como abacaxi, guri, cacique, tatu, etc.), sobretudo, para o leitor urbano, em relação análoga àquela apresentada entre o original e seus leitores.

série de marcas culturais capazes de negar e/ou questionar nossa própria maneira de viver, a tradução oferece à cultura de chegada uma variedade de estratégias que vão desde a “conservação” (ou seja, a aceitação da diferença ao se reproduzir as marcas culturais) até a “naturalização”, que seria “*the transformation of the other into a cultural replica*” (p. 54).

Aixelá (2005, p. 54) vê a escolha de estratégias de tradução usadas com marcas culturais como termômetro, entre outros fatores, do grau de tolerância da cultura de chegada e sua própria solidez. Com base em estudos nessa área, ele aponta que há no mundo ocidental uma tendência em direção à máxima aceitabilidade, com clara exceção dos termos técnicos.

Porém, observa o autor, ocorre exatamente o oposto quando o foco é o polo anglo-saxão. Como consequência da crescente importação de itens de consumo, seja material ou cultural, dos Estados Unidos, muitas culturas não só já estão familiarizadas com a visão de mundo anglo-saxã, mas também encontram-se em processo gradual de aceitação dos seus valores, o que se vê refletido nas estratégias de tradução usadas em diferentes áreas culturais.

2.3.4 Estratégias de tradução usadas com os TCM

Aixelá (2005, p. 60-64) apresenta uma série de estratégias aplicáveis aos TCM que, segundo ele, baseiam-se no grau de manipulação intercultural, o que possibilitaria observar se a tradução tende a ser “*a representation of a source text*” ou “*a valid text in itself*”:

a) repetição: nessa estratégia, usada com a maioria dos topônimos, o tradutor mantém o máximo possível da referência original. Aixelá aponta que, paradoxalmente, esta estratégia “respeitosa” envolve, em muitos casos, um aumento no teor “exótico” do TCM, que acaba sendo considerado mais estrangeiro pelo leitor da língua de chegada. O teórico salienta que o fato de termos absolutamente idênticos poderem ser completamente diferentes na recepção coletiva, só vem a mostrar as armadilhas por trás da noção de equivalência. Alguns exemplos de termos que aparecem em *Macunaíma*, transpostos sem nenhuma modificação para as traduções: “Ceará-Mirim/Sergipe” (tradução hispano americana); “Tietê/Cunani” (tradução inglesa) e “Roraima/Araguaia” (tradução italiana);

b) adaptação ortográfica: essa estratégia envolve procedimentos como transcrição e transliteração, e é empregada principalmente quando

a referência original é expressa em um alfabeto diferente daquele dos leitores de chegada. Tal estratégia, segundo Aixelá, é mais usada hoje em dia para integrar referências das culturas dos chamados países do terceiro mundo (como, por exemplo, na tradução de nomes russos para o inglês). Em *Macunaíma*, temos alguns exemplos como “Jiguê” e “tapanhumas”, transpostos como “*Yiguê*” e “*tapañumas*” (tradução hispano-americana); “cachiri” e “Piaimã” para “*cassiri*” e “*Piaiman*” (tradução inglesa) e “tucupi” e “pajelança” para “*tucupi*” e “*pagelança*” (tradução italiana);

c) tradução linguística: quando o tradutor escolhe uma referência que é, denotativamente, bem próxima do termo original, mas que aumenta a compreensão pela oferta de uma versão na LC que ainda possa ser reconhecida como pertencente ao sistema cultural do texto de partida. As unidades de medida e moedas são exemplos típicos desse tipo de estratégia, como “*dollars*” e “*inch*”, traduzidos para o espanhol como “*dólares*” e “*pulgada*”, respectivamente;

d) nota extratextual: ocorre quando, em adição às estratégias mencionadas acima, o tradutor julga necessário incluir explicação do significado ou implicações do TCM fora do corpo do texto, por meio de notas de rodapé, notas no final do texto, glossário, comentário, tradução entre aspas, em itálico e outros recursos. Segundo Aixelá, tal estratégia é frequentemente usada no tratamento de citações em uma terceira língua. Em *Macunaíma*, apenas Giorgi usou notas de rodapé para alguns termos e Olea comentou alguns termos em seu prefácio.

e) nota intratextual: equivalente à anterior, mas o recurso textual faz parte do texto principal. Tal estratégia é também conhecida como explicitação, e consiste em explicitar algo que se revela parcialmente no TP. Na tradução de Olea, por exemplo, “Paranaguara” aparece como “*Sierra Paranaguara*”; na tradução de Goodland, “Uraricoera” é muitas vezes explicitado como “*River Uraricoera*” e em Giorgi, “*saúva*” é por vezes explicitada como “*formica saúva*”.

f) sinônimia: estratégia voltada ao plano estilístico, na qual o tradutor usa sinônimos ou referências paralelas para evitar repetição, como seria, por exemplo, casos em que tanto Olea como Goodland fazem uso de “*héroe*” e “*hero*”, respectivamente, para traduzir *Macunaíma*, ou quando Giorgi usou o termo “*negra*” para traduzir “tapanhumas”;

g) universalização limitada: usada quando o tradutor considera o TCM obscuro para seus leitores, ou quando acredita haver uma possibilidade mais comum. Nas traduções de *Macunaíma*, o tradutor inglês e a tradutora italiana, por exemplo, traduziram “macacheira” como “*cassava*” e “*manioca*”, respectivamente, que, ainda que não muito difundidos, são termos menos estranhos que o original para os leitores de chegada.

h) universalização absoluta: é basicamente idêntica à universalização limitada, mas ocorre quando o tradutor não encontra um TCM conhecido ou prefere apagar qualquer conotação estrangeira, escolhendo, assim, uma referência neutra para seus leitores. É o exemplo de algumas das escolhas tradutórias para o termo tupi “cunhãs”: “*doñas*” (hispano-americana); “*woman*” (inglesa) e “*ragazza*” (italiana);

i) naturalização: quando o tradutor decide trazer o TCM para o *corpus* intertextual considerado como sendo específico pela cultura da LC. Olea, por exemplo, substituiu a “Curupira” do original por “*Poira*”, ente de uma lenda de povos indígenas da Colômbia.

j) omissão (deletion): o TCM é omitido no TC porque o tradutor o considera inaceitável do ponto de vista ideológico, ou por razões de estilo, ou por acreditar que o termo é irrelevante para a compreensão dos leitores;

k) criação autônoma: estratégia, segundo Aixelá, pouco usada pelos tradutores, que consiste em acrescentar uma referência cultural que não existia no TP. O autor aponta, contudo, que na Espanha tal estratégia é bastante usada na tradução de títulos de filmes, como mostra o exemplo de *The Maltese Falcon* traduzido para o espanhol como *El halcón del rey de España*.

Além dessas estratégias, o autor ainda cita outras possíveis estratégias, como a compensação e a atenuação.

2.3.5 Parâmetros de tradução

Como aponta Aixelá (2006, p. 64), há vários motivos por trás das escolhas de estratégias de tradução das quais faz uso o tradutor. Nesse sentido, o autor apresenta uma divisão em três parâmetros, a saber:

supratextual, textual e intratextual, para os quais propõe uma série de aspectos que auxiliariam na compreensão das escolhas feitas pelo tradutor, como ilustra o Quadro 11.

Quadro 11 — parâmetros apresentados por Aixelá

Parâmetros	Aspectos observáveis
Supratextual	i) grau de prescritivismo linguístico; ii) natureza e expectativas dos leitores em potencial; iii) natureza e objetivos dos iniciadores; e iv) condições de trabalho, treinamento e status social do tradutor;
Textual	i) limites textuais materiais; traduções prévias; canonização; a natureza dos TCM; traduções pré-estabelecidas; transparência do TCM; status ideológico; referências de terceiras partes;
Intratextual	i) considerações culturais dentro do TP; ii) relevância do TCM; iii) recorrência do TCM e iv) coerência do TC.

- a) parâmetro supratextual: Aixelá (2006, p. 65) discute aqui a) aspectos que se relacionam com a existência de grupos ou instituições que se dedicam à preservação das convenções linguísticas ou estilísticas, como as Academias de Letras, na LC; b) expectativas de potenciais leitores que podem fazer com que o TP seja tratado de maneira diferente, por exemplo, para levar uma certa faixa etária em consideração; c) objetivos de editores vs. objetivos do tradutor; e, finalmente, d) as condições precárias nas quais muitos tradutores são forçados a trabalhar, com prazos curtos, o que, juntamente com a falta de treinamento apropriado, gera traduções inadequadas, produto de estratégias mal empregadas.
- b) parâmetro textual: Aixelá (2006, p. 67) aponta a existência de algum tipo de imagem que acompanha o texto. O fato de ser um cânone literário ou de ter gerado outras traduções pode gerar limitações que influenciem diretamente a maneira de traduzir do tradutor. Assim como aspectos voltados diretamente ao TCM, como sua natureza, transparência, status ideológico, referências a terceiros e traduções pré-estabelecidas. O autor chama a atenção para as referências a terceiras culturas, pois consituem um caso à

parte, visto que TCM transnacionais, como instituições compartilhadas por vários países, normalmente têm traduções pré-estabelecidas, como é o caso de algumas abreviações como ONU, NATO e UNICEF. Nesse parâmetro, incluem-se também referências feitas no TP de aspectos da cultura de chegada. Se um texto em inglês, por exemplo, menciona que a cidade de São Paulo está localizada no sudeste brasileiro, o tradutor para o português certamente escolherá omitir tal detalhe.

- c) parâmetro intratextual: Aixelá (2006, p. 69) indica que o tratamento do TCM depende de sua função textual no TP e, embora a função do elemento traduzido não tenha que ser a mesma do original, o autor indica que há uma tendência nessa direção, o que, naturalmente, afeta a margem de liberdade do tradutor, particularmente por razões envolvendo a credibilidade e a coerência interna da tradução.

Segundo Aixelá (2006, p. 70) os TCM podem também ser marcados no TP (referências técnicas, minoritárias e transnacionais). Assim, não seria incomum encontrar alguma forma de explicitação no TP. Aixelá salienta que a existência de uma nota explicativa no original evita possíveis omissões no TC.

Essa observação do autor é particularmente válida para *Macunaíma*, obra na qual a grande maioria dos termos de origem indígena, como já mencionado, funciona como TCM para o leitor do texto original. Mário de Andrade, inclusive, faz uso de explicitação, sobretudo, nas várias enumerações que usa: “Porém respeitava os velhos e freqüentava com aplicação a murua a poracê o torê o bacorocô a cucuicogue, todas essas danças religiosas da tribo” (ANDRADE, 1984a, p. 9).

Outros fatores importantes nesse parâmetro são a relevância e a recorrência do TCM no TP. Quanto mais frequente for o TCM, maior será a percepção de sua relevância e, conseqüentemente, a tendência será a de conservá-lo no TC. Segundo Aixelá, o fator da recorrência está ligado às convenções de estilo da cultura de chegada, sendo que em países de fala inglesa haveria uma maior tendência a repetições lexicais e explicitações do sujeito, enquanto em outras culturas, como é o caso da espanhola, o “bom estilo” exige menos repetição de termos similares próximos uns aos outros.

Como mencionado, há uma certa repetição conceitual ao se falar em estratégias, porém, espero que o aqui exposto tenha servido como

complemento às estratégias apresentadas em 2.2 acima e, sobretudo, tenha conseguido mostrar a grande variedade de escolhas tradutórias que podem ser usadas especificamente com TCM, bem como os diferentes efeitos que tais escolhas podem acarretar.

2.4 TRADUÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS

Apresentam-se a seguir algumas reflexões sobre a tradução de nomes próprios, tida por alguns estudiosos como inexistente, e algumas estratégias usadas por tradutores para lidar com esses elementos.

Segundo Hermans (1988, p. 11), a noção de que nomes próprios não são traduzidos já é antiga. Uma das primeiras declarações dessa impossibilidade teria sido a de Sir John Trevisa, em 1387, ao comentar sua tradução de *Polychronicon*, de Ralph Higden, onde teria declarado ser possível fazer várias mudanças em um texto traduzido, desde que se mantenha o significado do original; contudo, nomes de países, cidades, rios e similares devem permanecer inalterados. Para Hermans, essa linha de pensamento é defendida até os dias atuais por muitos estudiosos.

Existe uma visão generalizada, como aponta Hermans (1988, p. 11), de que nomes próprios indicam um referente singular e concreto e que, ao contrário dos nomes comuns, não possuem um “significado” real, servindo unicamente como identificação. Porém, o autor chama a atenção para o potencial dos nomes próprios em adquirir carga semântica e serem, assim, candidatos à tradução.

2.4.1 Valor semântico e semiótico dos nomes próprios

Para Hermans, os textos literários “*probably show a greater concentration of ‘motivated’ or consciously ‘loaded’ names than non-literary texts, if only because assigning a text to the class of literary works affects the reader’s — and for that matter the translator’s — perception of every element in it*”. (HERMANS, 1988, p. 13)

O autor sugere que os nomes próprios podem ser divididos em duas categorias, a saber: a) nomes convencionais (*convencional names*) — aqueles criados sem um motivo específico e, conseqüentemente, sem “significado”; e b) nomes “carregados” (*‘loaded’ names*) — aqueles vistos como sendo “motivados”, subdivididos em “sugestivos” e “expressivos”, este último com uma carga semântica mais acentuada.

Segundo Aixelá (1996, p. 59), a menos que haja uma tradução predeterminada baseada em tradição (importantes topônimos, nomes históricos fictícios ou não fictícios, como santos, reis e afins), há uma

tendência de se manter os nomes convencionais inalterados na tradução, enquanto os nomes “marcados”, embora possuam maior margem de indeterminação, tendem a ser traduzidos quanto maior for sua expressividade.

Ao se referir, particularmente, à literatura infantil, Fernandes (2006) assinala que, de um ponto de vista semântico, os nomes próprios ocupam papel de destaque, pois “*they usually have their meaning potential activated in order to describe a certain quality of a particular narrative element and/or create some comic effects*”. (FERNANDES, 2006, p. 46). Já de um ponto de vista semiótico, os nomes próprios funcionam em muitas culturas como símbolos, gerando associações com outras fontes, sejam elas históricas, de gênero, de nacionalidade, mitológica, dentre outros tipos.

Para Fernandes (2006, p. 47), as dificuldades para se traduzir nomes estão relacionadas à complexidade de se traduzir TCM. Porém, como salienta o autor, nem todos os nomes semioticamente marcados apresentam obstáculos à tradução, visto que alguns deles podem ser convencionalmente adotados pela cultura de chegada na mesma forma conhecida pela cultura de partida, como é o caso de nomes como “Oxford”⁸³ e “Big Ben”,⁸⁴ que são assim conhecidos também em outras línguas. Há outros nomes que existem na mesma forma, tanto na cultura de partida, quanto na de chegada e são, pois, mantidos inalterados no texto traduzido, muito embora a pronúncia seja diferente, como é o exemplo do nome “Mabel”, que tem a mesma forma em inglês e português.

Os chamados “exônimos”, continua o autor, são outro caso de nomes que não representam problemas de tradução. Um exônimo é um nome pelo qual um nome próprio é conhecido em outra língua que não aquela falada nativamente, ou seja, são nomes estrangeiros para nomes próprios. Os topônimos “Londres”, “Moscou” e “Pequim”, por exemplo,

⁸³ Na língua inglesa, o sufixo “ford” em nomes de cidades e vilas indica estarem elas localizadas próximo a importantes travessias de rios. Quanto ao “ox” da palavra “Oxford”, indica que a travessia costumava ser usada para conduzir boiada. Disponível em <http://wiki.answers.com/Q/What_is_the_origin_of_the_city_name_Oxford> Acesso em: 3 jan. 2013.

⁸⁴ Originalmente, o nome foi dado a um dos sinos (o das horas) da torre do Parlamento inglês e somente depois teria passado a designar o nome do relógio. O nome teria sido dado em homenagem a Sir Benjamin Hall, quem encomendou o trabalho na época que o sino foi moldado. Disponível em <<http://atlantacllockrepair.blogspot.com.br/2012/05/how-did-big-ben-get-its-name.html>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

são exônimos para as cidades de “*London*”, “*Moskva*” e “*Beijing*”,⁸⁵ respectivamente.

Para Nord (2003, p. 184), em textos de não ficção parece haver a convenção de se usar exônimos da cultura de chegada, caso existam. Assim, usa-se “Nova York” em vez de “New York”, ou “EUA” em vez de “USA”. Porém, a autora indica que manter um nome como aparece no TP não constitui, tampouco, um problema, desde que fique claro a que lugar o nome em questão se refere.

Nord (2003, p. 183) sugere que os nomes próprios, ao contrário dos nomes comuns, são monorreferenciais, mas de forma alguma são não informativos. Dependendo da familiaridade que se tem com um nome, prossegue a autora, ele pode indicar se o referente é do sexo masculino ou feminino, sua possível idade (visto que, pessoas podem ser nomeadas seguindo tendências de época e nomes de personalidades), se o nome é de algum bicho de estimação e outras indicações. Em ficção, a teórica acredita que tais fatores podem denotar intencionalidade por parte do autor.

No caso de *Macunaíma*, por exemplo, alguns dos nomes usados por Mário de Andrade já apareciam nos relatos de Koch-Grünberg, como é o caso do nome do protagonista. Como aponta Proença (1987, p. 8), Makunaíma (“o grande mau”) foi uma entidade divina para alguns grupos indígenas da serra Roraima e Alto Rio Branco, como os Macuxi, Acavi, Arekuná e Taulipáng. Mais tarde, a tradução da Bíblia para o idioma karaib divulgaria Makunaíma como sinônimo de Deus. O Deus indígena teria sido, pois, “adotado” por Mário de Andrade, juntamente com algumas de suas notórias características, como a esperteza, a falta de maturidade, preguiça, dentre outras. Vale também lembrar que os nomes em obras literárias nunca são aleatórios, pois o autor, consciente ou inconscientemente, escolhe nomes próprios que ajudam a caracterizar a personagem, seja por uma questão de sonoridade, aspectos culturais, sociolinguísticos, históricos e outras.

Como apontado ao longo do trabalho de Proença (1997), a maioria dos nomes dos personagens da obra é oriunda de lendas indígenas ou do folclore brasileiro. Ci, a companheira e eterna amada do herói, por exemplo, significa “mãe”, em tupi (Cy), e representa a origem de todas as criaturas, animadas ou não. O Currupira e a Caapora são a transformação da menos conhecida Caamanha, a “Mãe do Mato”, que protege as florestas e os animais silvestres, punindo os desmatamentos,

⁸⁵ Fonte: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/ex%C3%B4nimo/4754/>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

as queimadas, e as violências contra a natureza.

Assim, assumindo que todo nome fictício tem uma função informativa, por menor que ela seja, Nord (2003, p. 184) aponta que o nome pode ser traduzido, se a informação que ele carrega for explícita. Porém, adverte a autora, se a informação for implícita, ou se o aspecto da marca cultural do nome for mais relevante do que o informativo, esse será perdido em tradução, a menos que o tradutor compense tal perda fornecendo a informação no contexto.

Hermans (1988) também discorre sobre a marca cultural dos nomes próprios. Ao se referir à tradução inglesa da obra *De Witte*, do holandês Ernest Claes, o teórico observa que o tradutor, Charles Dowsett, “*highlights the foreign cultural setting and provenance of the novel by allowing the original names to stand out as recognizably ‘foreign’ items*” (HERMANS, 1988, p. 15, grifo do autor). Para Hermans, a escolha do tradutor em copiar os nomes como aparecem no original, até mesmo aqueles reconhecidos como sendo sugestivos ou expressivos, indica a intenção do tradutor em manter o contexto “etnológico” do TP.

2.4.2 Considerações sobre os aspectos fonológicos

Tymoczko (1999) considera o aspecto fonológico como sendo uma das principais considerações na tradução dessa categoria dos nomes próprios. Para a teórica,

a fundamental feature of languages is that they have different sound repertoires not only different phonetics but, more importantly, different phonemics. Hence sounds and sound sequences of one language do not always exist in another, and signifying sounds vary widely between languages (TYMOCZKO, 1999, p. 224).

A autora destaca a importância dessa diferença fonológica na tradução de nomes próprios, pois se a sequência de sons de um dado nome na LP não existe como um padrão fonético na LC, o tradutor se vê em um dilema, visto que, se de um lado, qualquer adaptação fonológica de um nome se iguala à criação de um novo nome, de outro, se um nome é mantido inalterado, na mesma sequência de sons, deixa-se de traduzir.

Tymoczko (1999, p. 225) sugere que, em tais casos, o tradutor pode levar o leitor até o texto (manter o nome na sequência fonológica

do original, talvez acompanhado de uma representação ortográfica ou de um guia de pronúncia), ou levar o texto ao leitor (adaptar o nome de alguma forma de maneira a acomodar o contexto fonológico, ortográfico e sociolinguístico do leitor), assim como adaptar a sequência de sons para as normas fonológicas da cultura de chegada.

A teórica adverte sobre os vários problemas em se transpor nomes inalterados. Além das convenções ortográficas, não só as culturas lidam de maneira diferente com a importação de elementos estrangeiros, como também podem surgir problemas com o aspecto informativo do nome, uma vez que a presença de muitos nomes com os quais o leitor não tem familiaridade e abundância de sequências fonéticas diferentes podem sobrecarregar a comunicação. Além disso, ainda segundo a mesma autora, nomes próprios têm uma função referencial que pressupõe fácil reconhecimento e memorização, aspectos que podem ser prejudicados com a presença de nomes com sons e ortografia estrangeiras. Portanto,

in addition to serving as labels and having semantic content and semiotic functions, proper names must in some way be memorable so as to serve their function as indicators of unique objects (i.e. the person, character, or place named). In order to fulfill this function, a name itself must have a certain distinctness or uniqueness, and it is easy to see that memorability might be put in jeopardy by certain phonological transposition or transferences in the receptor language. (TYMOCZKO, 1999, p. 225).

Contudo, Tymoczko (1999, p. 226) questiona se um nome próprio transposto sem adaptações para o TC ainda seria o mesmo nome do TP. Para ela, se o nome for pronunciado seguindo a fonologia da cultura de chegada e decodificado de acordo com as regras ortográficas dessa cultura, esse nome, com certeza, não teria a mesma sequência de sons do original.

2.4.3 A ideologia dos nomes próprios

Se por um lado Tymoczko (1999) apresenta toda essa problemática em relação à transposição de nomes próprios sem alterações gráficas ou fônicas, por outro lado, a autora critica a prática em traduções anglo-americanas de adaptar nomes semanticamente

carregados para as normas fônicas e ortográficas de suas culturas, como é o caso, por exemplo, dos nomes irlandeses e os clássicos gregos e romanos, “[t]he current convention of translating names in classical texts into English is to treat the names as if they are “opaque” — semantically empty — thus assimilating Greek and Roman naming practices to dominant practices in English-language culture” (TYMOCZKO, 1999, p. 234).

Segundo Tymoczko (1999, p. 234) tal exemplo, que recai no “levar o texto até o leitor”, indica que as convenções em relação aos nomes são adaptadas às normas da cultura de chegada, provavelmente, porque as normas da cultura receptora representam uma gradação positiva no status cultural. No caso dos nomes gregos e romanos, as conotações sociológicas de nomes semanticamente carregados em inglês associariam os nomes semanticamente carregados dos textos gregos e romanos a nomes, textos e culturas de povos colonizados de status inferior, o que, acredita Tymoczko, “*from a dominant ideological perspective in English-language cultures, the people in such classical texts would, thus, ironically seem to be ‘the barbarians’, hardly a tenable position for the ‘founders’ of Western civilization*” (TYMOCZKO, 1999, p. 234).

Para a teórica, problemas em relação à tradução de nomes próprios geralmente afetam as culturas marginalizadas, que são rotuladas de exóticas e excêntricas. Assim, as culturas dominantes são as que estabelecem as normas e, nas traduções, simplificam os nomes próprios que, afinal, são “*dense signifiers, signs of essential structures of human societies [...]. Naming is seen as potent in part because to name something is to have power over it*” (TYMOCZKO, 1999, p. 236).

2.4.4 Estratégias de tradução usadas com nomes próprios

A transposição de nomes próprios como aparecem no original, com ou sem adaptações gráficas e fônicas parece ser uma prática bastante popular entre tradutores, mas de forma alguma é a única estratégia usada. Hermans (1988, p. 13) sugere que, teoricamente, além da cópia (reproduções tal qual aparecem no TP) e transcrição (transliterações ou adaptações gráficas e fonéticas etc), os nomes próprios podem ainda ser substituídos, onde um nome sem relação com o nome no TP pode ser usado no TC, como é o exemplo do uso de “Mimi”, na tradução brasileira de *Alice no País das Maravilhas*, para o

original “Dinah”⁸⁶, ou podem ser traduzidos, desde que o nome próprio esteja emaranhado no léxico da LP, adquirindo desta maneira “significado”. O autor sugere que combinações dessas quatro estratégias são possíveis, uma vez que nomes próprios podem ser, por exemplo, copiados ou transcritos, seguidos de tradução nas notas do tradutor.

Ainda existe um conjunto de nomes mais ou menos compartilhados em determinadas culturas, como, por exemplo, nomes cristãos em países predominantemente cristãos (Jorge, George, Giorgio, Jörg, Georg, ou João, John, Johann, Jean, Jan, Juan, Giovanni etc.). Nesse caso, a escolha do tradutor de usar o nome original ou o respectivo equivalente pode marcar ou mascarar o contexto cultural original.

Nord (2003, p. 185) também fornece um exemplo de nomes que podem mascarar o contexto cultural. Ao traduzir uma história em quadrinhos do espanhol para o alemão com seus alunos, os nomes dos irmãos *Hugo* e *Miguelito* trouxeram à tona um problema de tradução, pois enquanto *Miguelito* é um nome facilmente reconhecível como sendo de origem espanhola, observa a autora, *Hugo* é um nome que pode ser identificado com o alemão. Para evitar que se crie a impressão errônea de um ambiente bicultural, a autora sugere, a depender da intenção de querer criar um texto mais familiar ou mais exótico para a cultura receptora, substituir *Miguelito* por um nome acentuadamente germânico, ou substituir *Hugo* por um nome tipicamente espanhol.

Hermans (1988, p. 13) sugere que, além dessas opções, há outras possibilidades do ponto de vista teórico, tais como: a não tradução, ou seja, a omissão do nome próprio na tradução; a troca do nome próprio por um comum (ou vice-versa) e a adição de um nome próprio onde não havia nada no TP.

Fernandes (2006, p. 52) propõe dez maneiras de se trabalhar com material onomástico em tradução. Além de *tradução*, *cópia*, *transcrição*, *substituição*, *omissão* e *adição*, o autor acrescenta a) a *recriação*, que seria a recriação de um nome inventado no TP, caso em que o tradutor tentaria reproduzir em um outro ambiente cultural de chegada, efeito similar ao referente recém-criado;⁸⁷ b) a *transposição*, ou seja, a substituição de uma classe de palavra por outra, por exemplo, “Philosopher”⁸⁸ (substantivo), por “filosofal” (adjetivo); c) *substituição*

⁸⁶ Cf. Nord (2003).

⁸⁷ Fernandes ressalta que essa estratégia não seria o mesmo que a substituição, pois na recriação o item lexical não existe nem na LP nem na LC.

⁸⁸ Exemplo dado pelo autor, referindo-se ao título de uma dos livros da série *Harry Potter*, *Harry Potter and the Philosopher's Stone* (*Harry Potter e a Pedra Filosofal*). Fernandes

fonológica, que ocorreria quando o nome no TC tenta imitar as características fonológicas do nome do TP, substituindo-o por um termo existente na LC que, de alguma forma, evoque a imagem do som do nome da LP, por exemplo, o nome “Myrtle” por “Murta”⁸⁹; d) e, finalmente, *convencionalismo*, que seria quando um nome na LC é convencionalmente aceito como sendo a tradução de um dado nome na LP. Tal estratégia seria mais comumente usada com nomes históricos ou literários e localizações geográficas, ou seja, os exônimos, como já previamente mencionado.

Com essa variedade de estratégias de tradução, os nomes próprios, como bem descrito por Tymoczko (1999), estão longe de representar

islands of repose — unproblematic bits to be passed intact without effort into the new linguistic texture being created — translated in the sense of carried across the language gap without alteration, in the sense that a saint’s relics are translated from one resting place to another (TYMOCZKO, 1999, p. 223, grifos da autora).

Aspectos da reflexão sobre a tradução de nomes próprios aqui apresentados serão evocados no capítulo 3.2.6 e 3.2.7 abaixo, onde analisar-se-á, respectivamente, a tradução dos antropônimos e topônimos de origem indígena que aparecem em *Macunaíma*. A próxima seção se ocupa de descrever sucintamente a gramática visual de Kress e Van Leeuwen (2006), que servirá como base para a análise das capas das traduções de *Macunaíma*.

2.5 MULTIMODALIDADE

Para Kress e van Leeuwen (2006, p. 41), da mesma forma que um texto oral não é somente verbal, mas também visual, em uma combinação de gestos, expressões faciais, postura etc., o texto escrito também combina elementos verbais e visuais — ele é escrito em algum

incluiu títulos na análise de nomes, baseado na definição de “*title*” dada pelo *Concise Oxford Dictionary* (1964 [1995] 1462) como sendo “names” given to — among other things — “books”. (grifos de Fernandes).

⁸⁹ Exemplos dados por Fernandes, retirados também de *Harry Potter and the Philosopher’s Stone*. Aqui, o autor nos adverte que a substituição fonológica não deve ser confundida com a transcrição. Enquanto esta envolve adaptação de um nome da LP para a fonologia/morfologia da LC, aquela implica na substituição de um nome da LP por um da LC que seja fonética e grafologicamente análogo ao primeiro.

material (papel, madeira, metal etc), com alguma coisa (tinta, grafite etc.) e as letras são formadas de acordo com tipos de fonte que obedecem um determinado formato — o que lhe confere o caráter multimodal. No entanto, segundo os autores, apesar de sermos bombardeados com imagens oriundas de uma variedade de fontes, a multimodalidade de textos escritos continua a ser ignorada, sendo os aspectos linguísticos sempre favorecidos em termos de análise.

Como uma maneira de compensar a desigualdade de ferramentas disponíveis para analisar elementos linguísticos e imagens, Kress e van Leeuwen (2006, p. 1) propõem uma “gramática” visual para descrever como os elementos representados — pessoas, lugares e coisas — “[...] combine in visual ‘statements’ of greater or lesser complexity and extension.”. Essa gramática visual é baseada na Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday (LSF)⁹⁰ que se ocupa, grosso modo, com a relação entre língua e o ambiente social.

É importante mencionar que mesmo que a gramática visual siga moldes ocidentais na proposta de suas análises (leitura da esquerda para direita, significação de cores etc), os teóricos nos lembram que sua leitura pode ser adaptada às diversas realidades. Contudo, lembram-nos igualmente que a unidade do desenho ocidental

derives from a long history of cultural connection and interchange, as well as now from the global power of the Western mass media and culture industries and their technologies. In many parts of the world, Western visual communication exists side by side with local forms. (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p. 4).

Os autores apontam terem emprestado da Linguística a sua abordagem geral, pois, como a linguagem, imagens apresentam certas regularidades passíveis de descrição formal, daí o uso do termo “gramática” para registrar as regularidades produzidas culturalmente. Mais especificamente, afirmam terem emprestado dessa abordagem suas “orientações semióticas” (*semiotic orientations*), que seriam as características consideradas como sendo parte da fabricação de sentido de todos os seres humanos. Como apontam Nascimento, Bezerra e

⁹⁰ Para um estudo mais detalhado da LSF, vide HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 1985/2004 e HALLIDAY, M. A. K. **Halliday: system and function in language – Selected papers**. Ed. G R Kress. Oxford: Oxford University Press, 1976.

Heberle (2011, p. 532),

as imagens, assim como a linguagem verbal, devem ser entendidas enquanto um sistema semiótico, ou seja, um conjunto de signos socialmente compartilhados e regidos por determinados princípios e regularidades, que utilizamos para representar nossas experiências e negociar nossa relação com os outros. (NASCIMENTO; BEZERRA; HEBERLE, 2011, p. 532)

Embora reconheçam a importância das diferenças individuais, Kress e van Leeuwen (2006, p. 4) acreditam ser a base social da abordagem de sua gramática visual um de seus pontos principais, visto que os significados produzidos por falantes, escritores, gráficos, fotógrafos, pintores etc., são, sobretudo, de caráter social. Para os autores, o mesmo aspecto variado e, muitas vezes, contraditório que caracteriza a vida social se reflete nas mensagens produzidas pelos indivíduos.

Os autores veem a representação das imagens como sendo

a process in which the makers of signs, whether child or adult, seek to make a representation of some object or entity, whether physical or semiotic, and in which their interest in the object, at the point of making the representation, is a complex one, arising out of the cultural, social and psychological history of the sign-maker, and focused by the specific context in which the signmaker produces the sign. (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p.7).

O que entendem os autores por criação de signos? A partir do exemplo de um desenho feito por uma criança de três anos que desenhou apenas uma série de círculos e denominou-os “carro”, Kress e Van Leeuwen (2006, p. 7) observam que, para a criança, o interesse por carros, provavelmente relacionado a brinquedos com rodas e mesmo carros reais, era para ela “*plausibly condensed into and expressed as an interest in wheel*”. Por sua vez, as rodas podem, com base em sua aparência, ser representadas por círculos e, com base nos movimentos circulares necessários para desenhá-las, representar a ideia de girar. Para

os autores, o objeto todo nunca é representado, e sim apenas alguns de seus aspectos críticos. Desta forma, o processo de criação de signo “*is the process of the constitution of a sign/metaphor in two steps: ‘a car is (most like) wheels’ and ‘wheels are (most like) circles’*” (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p. 7).

Para Kress e van Leeuwen (2006, p. 8), naquele ponto da criação de signo, as rodas foram o foco de interesse da criança, que por um processo de analogia construiu essas duas metáforas/signos. Por sua vez, lembram os teóricos, analogia é um processo de classificação no qual

x is like y (in criterial ways). Which metaphors (and, ‘behind’ the metaphors, which classifications) carry the day and pass into the semiotic system as conventional, and then as naturalized, and then as ‘natural’, neutral classifications, is governed by social relations of power. (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p. 8).

Os autores afirmam não verem o signo como sendo arbitrário, e sim motivado, e os motivos por trás da criação do signo devem ser formulados em relação ao criador do signo e o contexto no qual tal signo é produzido, em vez de formulá-los isoladamente a partir do ato de produzir analogias e classificações.

A gramática visual proposta por Kress e van Leeuwen (2006) é dividida em uma série de categorias que, por uma questão de espaço e foco de pesquisa, terá apenas alguns de seus aspectos descritos; aspectos esses que, acredita-se, apoiam a análise das capas das traduções de *Macunaíma*, aqui proposta.

Adaptadas da nomenclatura hallidayana, Kress e Van Leeuwen (idem) apresentam três funções que visam informar a análise de textos multimodais; são elas as funções de representação, de interação e de composição.⁹¹

Como sucintamente colocam Nascimento, Bezerra e Heberle (2011),

[t]anto a linguagem verbal como a visual permitem construir representações de mundo (função de representação), atribuir papéis aos participantes representados — pessoas, objetos, instituições — e estabelecer diferentes relações

⁹¹ Na LSF, ideacional, interpessoal e textual, respectivamente.

entre os participantes no texto, bem como entre esses e o leitor (função de interação), e ainda organizar esses sentidos na forma de um todo que entendemos por texto (função de composição). (NASCIMENTO; BEZERRA; HEBERLE, 2011, p. 533).

a) Função de representação

Como apresentam Kress e van Leeuwen (2006, p. 59), a função de representação divide-se em a) narrativa e b) conceitual. Enquanto as representações narrativas retratam os participantes realizando ações ou envolvidos em acontecimentos, as representações conceituais representam seus participantes em termos de classe e estrutura e em caráter menos temporal e mais estável.

Os autores indicam que, na função de representação, os participantes são identificados de acordo com seu papel funcional no contexto da imagem. Processos de ação são indicados por “linhas de ação” (*action line*), ou vetores, normalmente indicados por corpos e membros em imagens mais realistas, ou ainda, como apontam Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 534), pela presença de instrumentos sugerindo movimento e/ou direção. Os vetores partem de um participante principal (ator⁹²) para um outro participante (meta). Se tanto ator e meta aparecem na imagem, diz-se existir uma estrutura transacional; caso somente o ator apareça, tem-se uma estrutura não transacional.

Quando o vetor é formado pela linha do olhar de um ou mais participantes para “algo”, o processo é de “reação” em vez de “ação” e, nesse caso, os participantes são chamados de “reator” e “fenômeno” no lugar de “ator” e “meta”, respectivamente.

Além de participantes que agem (ou reagem) a metas (ou fenômenos), há também elementos que aparecem nas imagens, como o ambiente, por exemplo, que situam os participantes. Denominam-se tais elementos “circunstância”. Além de locais, as circunstâncias podem também retratar as maneiras pelas quais as ações são executadas, ou ter a função de acompanhamento.

⁹² Para os autores, os atores nas imagens são frequentemente “*the most salient participants, through size, place in the composition, contrast against background, colour saturation or conspicuousness, sharpness of focus, and through the ‘psychological salience’ which certain participants [...] have for viewers. [...] When images or diagrams have only one participant, this participant is usually an Actor*” (KRESS e van LEEUWEN, 2006, p.63).

b) Função de interação

Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 539) nos lembram que as relações descritas em imagens podem ser realizadas por meio da troca de olhar entre os participantes retratados na imagem e o leitor (contato); da proximidade ou distância desses participantes em relação ao leitor (distância social); do ângulo formado entre o corpo do participante e o leitor no eixo vertical (atitude) e horizontal (poder).

Kress e van Leeuwen (2006, p. 117) sugerem que quando humanos, animais e outras criaturas retratadas nas imagens têm o olhar direcionado ao espectador, existe uma relação interpessoal imaginária entre o(s) participante(s) e o espectador. Os autores se referem a esse tipo de imagem como “demanda”, pois ela sugere que os participantes rogam atenção. Por outro lado, quando o olhar não está voltado ao espectador, essa relação interpessoal imaginária é inexistente e os autores se referem a tal imagem como sendo uma “oferta”.

A dimensão da distância social, como apontam Kress e van Leeuwen (2006, p. 124) é usada para indicar a que distância os participantes se encontram em termos de relação interpessoal. Se um participante é apresentado em plano fechado (*close-up*), quando somente ombro, pescoço e cabeça aparecem, há uma maior intimidade nessa relação; em plano médio (*medium shot*), a relação é mantida em um plano social; no plano aberto (*long shot*), quando todo o corpo aparece, a interação passa a ser impessoal. Tais definições aplicam-se igualmente a participantes não humanos.

Proximidade ou distanciamento podem também ser estabelecidos por meio da perspectiva da imagem, ou atitude. Como colocam Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 540), o ângulo em que o participante é captado na imagem seria o determinante da perspectiva, “é como se pudéssemos girá-lo [o participante] em torno de um eixo vertical, tendo, assim, três posicionamentos de referência: de frente, de lado ou de costas.”. Há maior proximidade quando participante e espectador encontram-se de frente um para o outro, e maior distanciamento quando o participante for retratado em uma posição oblíqua em relação ao espectador.

Para Kress e van Leeuwen (2006, p. 140), como se percebe na linguagem cinematográfica, o ângulo no qual os participantes são retratados também pode transmitir a ideia de poder. Contudo, os autores destacam que em vez de analisar somente os participantes retratados na imagem, sua análise inclui também o espectador. Dependendo desse

ângulo, a imagem pode sugerir que os participantes têm poder sobre o espectador; que o espectador tem poder sobre os participantes retratados, ou que participantes e espectador são iguais. Se os participantes forem retratados em um ângulo alto, onde o espectador observa a imagem de um ponto de vista superior, denota poder por parte do espectador; no nível do olhar, denota igualdade, e se, por outro lado, os participantes forem retratados em ângulo baixo, o poder pertence aos participantes e não ao espectador. Logo, para os autores, igualdade é retratada com base na representação do nível do olhar.

c) Função de composição

Como elucidam Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 541), a função de composição permite descrever como os elementos representados na imagem se organizam dependendo do espaço que ocupam “no todo da imagem ou da página multimodal — aquela constituída por imagem e texto verbal”. Para Kress e van Leeuwen (2006, p. 177) a organização desses elementos pode ser observada por meio de três aspectos:

- a) Valor da informação: a disposição de elementos (participantes e outros sintagmas que os relacionam entre si e o espectador) confere a eles valores particulares conforme a área da página que ocupam (esquerda e direita, topo e base e centro e margem);
- b) Saliência: Participantes e determinados pontos na imagem atraem a atenção do espectador por meio de fatores como cor, tamanho relativo, contraste, posicionamento em primeiro ou segundo plano, diferenças de foco etc.;
- c) Enquadramento: a presença ou ausência de “moldura” que conecta ou desconecta os elementos da imagem, sugerindo que fazem/não fazem parte do mesmo grupo.

Em relação ao posicionamento dos elementos, tudo que estiver do lado esquerdo é geralmente mais familiar ao leitor/espectador⁹³. Tal posicionamento, apontam os autores, refere-se à informação dada, ao passo que tudo que estiver do lado direito refere-se à informação nova.

Quanto à disposição topo/base, Kress e van Leeuwen (2006, p. 186) qualificam como “ideal” tudo que estiver no topo e “real” tudo

⁹³ A noção de informação “dada” e “nova” corresponde aos elementos “tema” e “rema”, respectivamente, da LSF, que seguem o fluxo de leitura da esquerda para a direita das sociedades ocidentais.

que aparecer na base da página. No geral, a parte superior trata de informações conceituais abstratas enquanto a parte inferior trata de informações observáveis concretas.

Por fim, no posicionamento centro/margem, os elementos posicionados no centro representam a informação principal, e os elementos nas margens representam informação adicional/acessória à informação central.

Embora esses elementos sejam tratados separadamente, os autores salientam que as partes devem ser consideradas como se interagissem e afetassem umas às outras.

2.6 TEORIAS PÓS-COLONIALISTAS

Com base no estreito laço entre império e tradução, mencionado na introdução do presente texto, nesta seção objetiva-se delinear tal laço, trazendo lado a lado alguns dos conceitos discutidos dentro de teorias pós-colonialistas e conceitos de tradução. Como assinala Niranjana (1992):

Translation as a practice shapes, and takes shape within the asymmetrical relations of power that operate under colonialism [...] In forming a certain kind of subject, in presenting particular versions of the colonized, translation brings into being overarching concepts of reality and representation. These concepts, and what they allow us to assume, completely occlude the violence that accompanies the construction of the colonial subject. (NIRANJANA, 1992, p. 2).

Os trabalhos que serão discutidos neste capítulo relacionam conceitos pós-colonialistas e tradução, e dentre eles destacam-se, por sua particular relevância à presente pesquisa, alguns dos trabalhos de Tymoczko (1998, 1999, 2002, 2010) que focam na relação pós-colonial analisada em textos irlandeses e suas traduções; Niranjana (1992), que analisa a colonização da Índia pelos ingleses e a imagem criada pelo colonizador do hindu, sobretudo, por meio da tradução; e Bhabha (1994), teórico que também problematiza a colonização indiana, com particular ênfase nas relações de poder.

2.6.1 Do porquê do uso do pós-colonial

[Postcolonial perspectives] intervene in those ideological discourses of modernity that attempt to give a hegemonic 'normality' to the uneven development and the differential, often disadvantaged, histories of nations, races, communities, peoples. They formulate their critical revisions around issues of cultural difference, social authority, and political discrimination in order to reveal the antagonistic and ambivalent moments within the 'rationalizations' of modernity. (BHABHA, 1994, p. 245).

Tymoczko (2010) reconhece que as teorias pós-colonialistas não podem dar conta de todas as relações existentes no mundo globalizado atual, e sugere que um novo modelo teórico voltado à questão do poder seja buscado. Porém, aponta a autora, com a queda da União Soviética, em 1991 e do conseqüente enfraquecimento das teorias marxista de poder, as teorias pós-colonialistas tornaram-se populares como modelos para diversos contextos politizados em estudos culturais e literários, servindo como fio condutor a proeminentes teóricos como Gayatri Spivak e Homi Bhabha, entre tantos outros.

A autora indica que, em comparação à maioria das abordagens teóricas que lidam com agência⁹⁴ em tradução, os estudos pós-coloniais têm maior alcance, pois, ao invés de focarem em uma única cultura, mesmo quando o foco recai em um só tradutor ou país, eles refletem classes de culturas, tanto aquelas dos colonizados como aquelas dos colonizadores. Tymoczko (2010, p. 193) aponta ainda a importância de se mostrar que quaisquer conclusões advindas da análise de um único tradutor ou país “*relate to the broader sphere of translation in postcolonial situations and the cross-cultural, cross-temporal concept [of] translation in general*”. A autora adverte, contudo, que qualquer generalização deve ser balanceada com “*acknowledgement of the historical specificities and singularities of the materials under consideration*” (TYMOCZKO, 2010, p. 202).

Segundo a autora, por meio da análise das traduções pós-coloniais na Irlanda e outros países colonizados, observou-se que a

⁹⁴ Na tradição filosófica, grosso modo, agência é considerada a partir de pelos menos duas exigências: a capacidade de alguém avaliar e escolher entre várias opções de ação disponíveis e a de concretizar tal escolha. (Fonte: <<http://www.defnarede.com/a.html>>. Acesso em: 30 set. 2012). Para Tymoczko (2010, p. 211), a ênfase nas escolhas e decisões dos tradutores ao traduzir um texto é um dos primeiros passos a ser explorado em relação à agência do tradutor.

tradução, longe de acontecer em uma relação de igualdade entre as culturas envolvidas, com a livre transmissão de informação entre elas, as

differences in cultural power and prestige manifestly affect every level of choice in translation, from large decisions affecting whole texts and groups of texts (including when to translate and what to translate), to the microlevels of translation (right down to the level of the phomeme in decisions about how to represent names). (TYMOCZKO, 2010, p. 196)

Para a autora o multilinguismo e hibridismo cultural da maioria dos contextos pós-coloniais desafiam modelos dominantes que consideram a tradução como sendo, sobretudo, uma forma de mediação entre duas comunidades monolíngues. A tradução seria, ao invés disso, uma forma pela qual uma cultura ou nação heterogênea se autodefine, aceita seu hibridismo e constrói sua identidade nacional, tendo os tradutores um papel central na condução desses discursos.

Ao contrário de modelos dominantes, Tymoczko (2010, p. 198) assevera que traduções em um contexto pós-colonial não podem ser modeladas dentro de binários comumente estudados nos ET, como “tradução literal” vs. “tradução livre”, “equivalência formal” vs. “equivalência dinâmica”, “adequada” vs. “aceitável”, ou mesmo “domesticação” vs. “estrangeirização”. As traduções nesse contexto são *“complex, fragmentary, and even at times self-contradictory as translators operate within specific historical and political contexts to position their work ideologically and pragmatically”* (TYMOCZKO, 2010, p. 198). Definições limitantes de tradução, segundo a autora, acabam por se tornar maneiras normativas de se afirmar poder, ignorando produções culturais que desafiam poderes dominantes.

O estudo da tradução em um contexto pós-colonial, continua a teórica, *“has contributed to a reconceptualization of translation both theoretically and practically, offering insights about the processes and products of translation, and the identity and agency of translators”* (TYMOCZKO, 2010, p. 204).

Lane-Mercier (1997, p. 44), que também discorre sobre a agência do tradutor, sugere que não só a presença do tradutor estaria irredutivelmente inscrita no TC, como também o seu envolvimento no processo de tradução vai além do plano semântico, tendo este responsabilidade estética, ideológica e política nesse processo. Ao

discutir socioletos literários⁹⁵, a autora aponta a necessidade de se considerar os valores e as atitudes autorais nas representações criadas para certos padrões linguísticos. Para a autora,

[j]ust as literary sociolects give visibility to the plurilinguism that disrupts and invalidates the supposed unity of national languages and dominant ideologies, they perturb the supposed unity of narrative discourse, introducing discursive ruptures and discontinuities that “imitate” or transform real-world linguistic and social phenomena, confronting the reader with a variety of socially determined voices and interpretative possibilities. (LANE-MERCIER, 1997, p. 47)

Para a autora, socioletos literários no texto traduzido estão impregnados com a presença do tradutor, o que resulta na criação de significação estética, ideológica e política que, inevitavelmente, imprimem imagens e crenças do TC a respeito do Outro cultural.

E é exatamente a relação do próprio com o Outro que estabelece a tônica dos debates travados por teóricos pós-colonialistas, daí a pertinência de se trazerem vozes dessas teorias para analisar as traduções de *Macunaíma*, onde os termos de origem indígena usados por Mário de Andrade já representam um conflito entre o próprio e o Outro dentro da própria cultura de partida.

Também de pertinência é a questão do eurocentrismo discutido nas teorias pós-colonialistas, visto que duas das traduções aqui analisadas são para línguas de dois países europeus (inglês e italiano). Como observa Tymoczko (2010) ao refletir sobre o papel dominante da Europa e da América do Norte na globalização:

If the theory and practice of translation remain predicated upon and restricted to dominant Western European conceptions of translation, translators will ipso facto through their processes of translation, consciously or not, be enlisted in the political aspect of globalization from a

⁹⁵ Definidos pela autora como sendo “the textual representation of “non-standard” speech patterns that manifest both the socio-cultural forces which have shaped the speaker’s linguistic competence and the various socio-cultural groups to which the speaker belongs or has belonged” (LANE-MERCIER, 1997, p. 45).

dominant Western point of view, that is, the use of globalization to further the carrying across of Western dominance — military, political, economic, and cultural — in the world. (TYMOCZKO, 2010, p. 6)

Enquanto representantes de países europeus, das chamadas culturas centrais, teriam esses dois tradutores construído textos, por meio de suas escolhas tradutórias, que perpetuam um determinado discurso de dominação e que destaca, como acontece no caso específico do Brasil, elementos de exotização e sensualização?

Cunha (1997, p. 307), que discute a publicação de obras brasileiras na França, por exemplo, aponta que apesar de “mais velado”, o preconceito e o etnocentrismo francês manifesta-se ainda nas escolhas das obras para tradução, que buscam pelo exótico e o sensual, independentemente da qualidade da obra.

Por sua vez, Gentzler (2011, p. 3) deixa-nos com uma pergunta central no debate pós-colonial em relação à tradução e que a presente pesquisa busca responder descritivamente:

In translation, how does one, when writing in the language of the target culture, especially if that language is a descendent of a Western European language, give voice to the ideas, thoughts, language, sounds, metaphors, as expressed in another/foreign/different language, especially if that language is a Native American language? (GENTZLER, 2011, p. 3)

Após essa rápida introdução à pertinência do uso do pós-colonialismo, julgo apropriado iniciar a discussão com o contato primeiro entre colonizador e colonizado na América, ou seja, a chegada ali dos europeus, e a representação que dela foi criada ao longo dos séculos. Em seções subsequentes, discutir-se-ão representações criadas na relação colonial como um todo e as relações de poder, elemento basilar no discurso pós-colonial, trazendo conceitos como transculturação, o terceiro espaço, centro e periferia, assim como o papel da tradução nessas relações conflitantes entre os sujeitos coloniais. Espera-se com tal discussão elucidar como certas representações influenciam a tradução e são por ela influenciadas.

2.6.2. A representação da América

Segundo Tymoczko (2010), “representação”⁹⁶

has symbolic significance. It is a statement intended to convey a particular aspect of a subject so as to influence its receptors. A representation has a formal standing in society, presenting evidence or argument for a particular purpose, and translations must be considered in this light. (TYMOCZKO, 2010, p. 112).

Para a teórica, representações refletem e se estruturam por discursos prévios que indicam os pontos de vista dos que fazem tais representações. Assim, acredita que as representações antropológicas e etnográficas não podem ser de todo objetivas por dependerem dos pontos de vista e perspectivas de seus relatores, que são, normalmente, integrantes das culturas dominantes, acrescentando:

Increasingly it has also been recognized that such constructed images have ideological and ethical aspects; as with representation in general [...] there is an implicit or explicit social purpose, a claiming of authority, an intent to effect action, and an appropriation of the right to speak for another culture in all ethnographic representations, even if these facets are effaced or unacknowledged by the ethnographer. (TYMOCZKO, 2010, p. 114)

Discutir-se-á neste subcapítulo os relatos de viagem de descobridores e viajantes europeus, para melhor ilustrar a ligação destes com a imagem que se construiu da América. Pela natureza da presente pesquisa, tal discussão terá como foco os relatos de viagem feitas ao Brasil, com ênfase no trabalho do francês Jean de Léry por figurar entre os primeiros relatos sobre o Brasil e por ter tido grande influência na imagem que se criou do país a partir do século XVI.

Julgou-se de importância incluir algumas considerações sobre as

⁹⁶ A autora abre seu debate sobre representação baseando-se nas diversas definições encontradas para “*representation*” no *Oxford English Dictionary*, entre as quais está “*the fact of standing for, or in place of, some other thing or person, esp. with a right of authority to act on their account; substitution of one thing or person for another*”.

imagens iconográficas criadas do Brasil, pois, tal como paratextos servem para auxiliar uma análise tradutológica, as imagens ratificam e complementam os relatos de viagem, possibilitando uma visão mais ampla da maneira como a América foi representada a partir das primeiras explorações.

2.6.2.1 Relatos de viagem

Como indica Silva (2002), entre os séculos XV e XVI dá-se início à chamada “literatura de viagem”, com textos de natureza interdisciplinar que englobam antropologia, geografia e história. Segundo o autor, as navegações ultramarinas europeias revelam uma curiosidade sobre o mundo que marca uma ruptura com as estruturas medievais, sendo que

não só revelam inovações tecnológicas, transformações econômicas e mudanças políticas, mas também uma nova cultura: as solidariedades locais da organização social autocentrada e o imaginário fabuloso e mítico medieval cedem espaços para uma visão antropocêntrica e cosmopolita que vai, lentamente, transformar a curiosidade diletante em busca do conhecimento, o empírico em experimental e os dogmas em teorias e hipóteses. (SILVA, 2002, p. 73, grifo do autor).

Em resposta ao olhar europeu, continua o autor, que ao longo dos séculos ocupa-se com a observação das especificidades das terras distantes “inventariando e inventando, tornando o distante, o exótico e o diferente em algo passível de ser imaginado e decifrado em seu sentido e utilidade”, o relato de viagem surge “como uma liberação em que a fantasia de ser um outro diferente amplia horizontes, minimiza dores e renova expectativas, enquanto permite visualizar uma alteridade espetacular descortinada pelo seu desterro ficcional” (SILVA, 2002, p. 78).

2.6.2.1.1 *Pero Vaz de Caminha*

No primeiro documento escrito sobre a chegada dos exploradores portugueses na “terra de Vera Cruz”, a carta que Pero Vaz de Caminha

escreveu ao rei Dom Manuel em maio de 1500⁹⁷, o escrivão descreve o primeiro contato com os índios, sua nudez, beleza e inocência e a troca de objetos entre as partes. Descreve também a missa do “Domingo de Pascoela”, celebrada pelo padre frei Henrique e a dificuldade de comunicação com os nativos. Fala de frutas e peixes abundantes, da incerteza da existência de prata e ouro e da aparente falta de um teto que abrigasse aos índios, incerteza que é mais à frente dissipada, visto que dois “degredados” são enviados a acompanhar os índios e acabam se deparando com as ocas comunitárias. O escrivão destaca também a possibilidade de converter os nativos ao cristianismo por meio do intercâmbio da língua:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar. (CAMINHA, 1500).

2.6.2.1.2 *Jean de Léry*

Mas se por um lado, os portugueses visavam manter em sigilo tudo aquilo que foi encontrado na América⁹⁸, por outro lado, outros conquistadores davam à América grande visibilidade. Em 1557, Jean de Léry, um francês recentemente convertido ao calvinismo, chega à França Antártica⁹⁹, onde vive sob as ordens e a proteção de Nicolau

⁹⁷ CAMINHA, P. V. Carta, 1500. Disponível em:

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta_caminha.htm>. Acesso em: 15 ago. 2011.

⁹⁸ Devido à política de sigilo dos colonizadores portugueses, a carta de Caminha foi levada ao conhecimento público somente em 1817.

⁹⁹ Entre 1555 e 1624, franceses e holandeses promoveram invasões ao Brasil na tentativa de se instalar em partes do território colonial brasileiro. A França atravessava um período de conflito religioso, onde os protestantes (conhecidos como huguenotes), passaram a ser perseguidos pelos católicos. Na busca por refúgio, em 1555, liderados por Nicolau Durand Villegaignon, os huguenotes partiram para o Brasil. Os franceses tinham por plano se fixar permanentemente na Baía da Guanabara, onde os portugueses ainda não tinham povoado. Assim, instalaram-se nas ilhas de Serigipe (hoje Villegaignon) e Paranapuã (hoje ilha do Governador), Uruçu-mirim

Durand Villegaignon. Ao se desentender com seu protetor por questões religiosas, Léry passa a viver com os índios tupinambás, com quem ficou alguns meses antes de regressar à Europa.

Durante sua permanência no Brasil, Léry escreveu o livro *Histoire d'un voyage fait en la terra du Brésil (Viagem à Terra do Brasil)*, publicado somente em 1578, na França, e que em 1600 já estava em sua 6ª edição. O livro foi também distribuído em edições em latim¹⁰⁰ (a língua franca da época) por toda a Europa.

Para Silva (2002), o texto de Léry é

extremamente representativo, quer como exemplo de relato erudito do Renascimento francês (que se utiliza muitas vezes de modelos da antiguidade clássica para estabelecer uma valorização positiva dos homens do Novo Mundo), quer pela forma, já que é uma das primeiras narrativas no processo de invenção do Brasil do século XVI, (e que tem sido levado adiante nos séculos seguintes, quer pelo surgimento de outros relatos, quer pelas releituras dos já existentes. (SILVA, 2002, p. 80).

Apesar da nota de apresentação escrita por Sérgio Millet na edição brasileira do livro de Léry (1961), na qual o escritor recomenda sua leitura pela imparcialidade com a qual o francês descreve a vida e os costumes dos tupinambás, para Silva (2002), o discurso de Léry é “o discurso fragmentado do colonizador, do crente e do perseguido, em que as identidades se movimentam constantemente, se tocam, se chocam, se completam”. (SILVA, 2002, p. 82). Contudo, o autor não deixa de observar que o texto do calvinista francês apresenta tolerância e uma visão positiva em relação a muitas características dos povos nativos, o que comumente está ausente no discurso etnocêntrico dos relatos de viagem.

(hoje Flamengo) e em Laje, e denominaram toda essa região de França Antártica. (disponível em:

<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/franca-antartica-para-expulsar-franceses-portugueses-fundaram-o-rio-jhtm>). Acesso em: 29 set. 2011)

¹⁰⁰ Na Nota Bibliográfica que faz parte da edição aqui citada do *Viagem à Terra do Brasil*, escrita por Paul Gaffarel em 1878, o biógrafo aponta que a tradução latina mais conhecida da obra de Léry foi incluída na famosa coleção dos *Grands et petits voyages*, de Teodoro de Bry, de 1592. Segundo Gaffarel, essa tradução não é mais que uma “simples paráfrase” que omite tudo que é dito a respeito de Villegaignon e da colônia Francesa. O biógrafo aponta, por exemplo, que todo o Capítulo VI, *Do Desembarque no Porte de Coligny; da Acolhida de Villegaignon e de seu Comportamento em Relação à Religião e ao Governo do País*, foi totalmente omitido nessa tradução.

Léry (1961) intercala sua narrativa sobre a natureza, a vida e os costumes dos tupinambá, com ataques a André Thévet, um frade franciscano que também escreveu sobre esse povo¹⁰¹, assim como a outros oponentes religiosos. Léry dedica seu livro ao almirante francês Francisco Coligny, cujo pai, Francisco, também almirante e próximo do rei Henrique II, já tinha patrocinado a viagem de Villegaignon, sugerindo que este poderia “descobrir muitas riquezas e outras coisas de proveito para o rei” (LÉRY, 1961, p. 40)¹⁰². Perseguido em casa pelos católicos, Léry agradece, sobretudo, pelo apoio de Coligny em sua tentativa de levar a religião dos reformados ao “Novo Mundo”¹⁰³:

Em verdade, considerando que não houve em toda a antiguidade um chefe francês e cristão que estendesse o reino de Jesus Cristo, rei dos reis e senhor dos senhores, e os limites de seu príncipe soberano a país tão longínquo, ninguém poderá exaltar demasiado uma tão santa e realmente heróica empresa. Pois embora digam alguns, em vista do pouco tempo que tais coisas duraram, e de não haver no momento nesse país nenhuma religião verdadeira levada pelos franceses, que merece o fato pouca importância, afirmo o contrário e sustento que, assim como o evangelho do filho de Deus foi de nossos dias pregado nessa quarta parte do mundo chamada América, se o empreendimento tivesse continuado tão bem quanto começou tanto o reino espiritual como o temporal aí se achariam enraizados em nossa época e mais de dez mil súditos da nação francesa aí estariam agora em plena e segura posse, para nosso rei, daquilo que espanhóis e portugueses deram aos seus. (LÉRY, 1961, p. 19-20)

Em relação à sua descrição da natureza, como observa Silva

¹⁰¹ Além de muitas vezes fazer descrições, que Léry diz serem imprecisas, dos tupinambá e das terras brasileiras em sua *Cosmografia Universal*, de 1570, André Thévet acusa os protestantes pela eventual perda da França Antártica para os portugueses.

¹⁰² Como a versão do relato de Léry aqui usada é uma versão eletrônica sem paginação, as páginas citadas são aquelas fornecidas pelo próprio documento pdf.

¹⁰³ Termo usado pela primeira vez em carta de Pedro Mártir de Angleria, em novembro de 1492, referindo-se à primeira viagem de Colombo à América (fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Mundo>. Acesso em 29 set. 2011), e que seria posteriormente usado pelos vários viajantes à América. Pela diversidade vista no Brasil, Léry conclui seu relato dizendo concordar plenamente com tal denominação (LÉRY, 1961, p. 220).

(2001/2002, p. 90), ao tentar explicar a seus leitores tanta diversidade, Léry constantemente usa plantas e animais conhecidos dos europeus para que estes tenham uma melhor ideia de toda a diversidade que encontrou em solo brasileiro, mas ao mesmo tempo, essa natureza acaba esgotando seus aspectos de proximidade e similaridade, sendo que:

[e]ste é o momento em que não é mais possível manter o jogo consolante do reconhecimento. É [a] partir dessa exaustão da descrição daquilo que pode ligar o europeu ao índio, a natureza, que inicia-se o corte, o afastamento através da contraposição daquilo que afasta os dois: a cultura. (SILVA, 2002, p. 90)

Da visita de um ano em terras brasileiras, do qual dois meses foram passados exclusivamente ao lado dos tupinambás, Léry resume:

Como é fácil de imaginar, não possuem colégios nem escolas de ciências ou artes liberais; a ocupação ordinária de todos, grandes e pequenos, é a caça e a guerra, no que se mostram verdadeiros sucessores de Lamech, Nemrod e Essau; mas também se ocupam em matar e comer gente. (LERY, 1961, p. 181).

2.6.2.2 Canibalismo

No século XVI, a imagem do nativo do Brasil foi construída como ora sendo o “bom selvagem”¹⁰⁴, ora criatura monstruosa. Silva (2002, p. 84) aponta que a prática do canibalismo passa a dominar boa parte dos relatos de viagem, iniciando-se vários debates filosófico-religiosos. Como aponta o autor, o canibalismo passa, assim, a se transformar “na marca da diferença, e é tal marca que permite a apreensão da distância, e, ao mesmo tempo, converte-se no “comum” dos “outros”, naquilo que todos os múltiplos outros têm em comum”.

Cunha (2009, p. 188) observa que o canibalismo já fazia parte do

¹⁰⁴ Embora essa noção de ser humano, nobre e virtuoso por natureza, incorruptível desde que mantido longe dos vícios das relações civis, remeta imediatamente ao pensador suíço Jean-Jacques Rousseau, que a usou amplamente ao longo de sua obra, ela apareceu pela primeira vez na obra dramática *The Conquest of Granada*, do escritor inglês John Dryden, que assim descreve o herói Almanzor, que luta pelos mouros contra os espanhóis que tentam conquistar Granada. (VENTURELLA, [2005?]).

imaginário medieval sem, contudo, ter um posicionamento geográfico, mas quando Colombo retrata povos caraíba como devoradores dos pacíficos antilhanos, teria-se ali permitido uma localização americana à prática, numa duradoura identificação desses povos como canibais.

Silva (2002, p. 84-85) lembra que o canibalismo aparecerá em destaque no relato de viagem de 1530, de Pero Lopes de Souza, um navegador português; no relato de 1556 de Hans Standen, um explorador alemão que foi prisioneiro de índios canibais por sete anos, e que narra em detalhes a preparação da cerimônia na qual seria devorado; assim como nas descrições de André Thévet, de 1557, sobre o canibalismo dos Tupinambá. Para Silva, a prática do canibalismo teria se tornado um dos eixos do sensacionalismo da diferença nesses textos, assim como no texto de Léry.

Léry (1961), de fato, descreve amplamente essa prática em seu relato, esclarecendo que o canibalismo é praticado pelos Tupinambá como vingança à morte de seus antepassados. Contudo, o viajante não deixa de observar que crueldade não é exclusividade dos selvagens americanos:

Não abominemos, portanto demasiado a crueldade dos selvagens antropófagos. Existem entre nós criaturas tão abomináveis, se não mais, e mais detestáveis do que aquelas que só investem contra nações inimigas de que têm vingança a tomar. Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver coisas tão monstruosas. (LÉRY, 1961, p. 162)

Para Cunha (2009), para se entender a antropofagia, faz-se necessário entender, primeiramente, o que constitui a vingança. O inimigo morto é peça fundamental nesse ato elementar. A autora observa que “o ciclo de vida e o destino póstumo organizam-se ambos em torno da vingança. Um homem nasce como futuro vingador” (CUNHA, 2009, p. 82).

Segundo Cunha (2009, p. 82), a vingança confere honra ao guerreiro e lhe traz prestígio político, permitindo, inclusive, a poligamia¹⁰⁵. Além de mulheres, acrescenta a autora, o guerreiro também adquire novos nomes que vai escrevendo na própria pele. Ademais, o vingador recebe honras e privilégios póstumos, pois depois

¹⁰⁵ A autora chama a atenção para o fato de que Léry inverte causa e efeito ao afirmar que os guerreiros com o maior número de mulheres são considerados mais valentes e destemidos.

de morto é ele que saberá encontrar o caminho do lugar das almas. Pedir a um guerreiro que esqueça a vingança, como fez Thevet a um Tupinambá, “é o avesso da condição tupinambá de acesso ao paraíso, esse paraíso que privilegia os vingadores. À religião do perdão opõe a religião da vingança. A vingança é assim a instituição por excelência da sociedade tupinambá” (CUNHA, 2009, p. 84).

Cunha (2009, p. 89) resume o tema das falas trocadas entre captores e capturados: outras vinganças e devorações (as passadas e as futuras), onde a morte se apresenta como uma dívida de mortes passadas e pretexto para mortes futuras. A vingança tupinambá, continua a autora, “fala apenas, mas fala de forma essencial, do passado e do futuro. É ela que põe em conexão os que já viveram (e morreram) e os que viverão, que explicita uma continuidade que não é dada em nenhuma outra instância” (CUNHA, 2009, p. 90).

Em relação à vítima, Cunha (2009, p. 91) assinala que ela passa a ser “objeto de rememoração e prospecção das relações devoradoras entre dois grupos inimigos que, na ausência de mecanismos internos de constituição, parecem contar com os outros, seus contrários, para uma continuidade que só os inimigos podem garantir.” Com isso,

[o] inimigo torna-se o guardião da memória do grupo; e a memória do grupo (inscrita nos nomes que se tomaram, nas carnes tatuadas, nos cantos e discursos em que se recapitulam quantos se mataram e se comeram) é uma memória dos inimigos. Os inimigos passam a ser indispensáveis para a continuidade do grupo, ou melhor, a sociedade tupinambá existe no e através do inimigo (CUNHA, 2009, p. 93).

2.6.2.3 Imagens iconográficas

Juntamente com os relatos, as imagens iconográficas elaboradas pelos viajantes, como observa Belluzzo (1996, p. 10) “participam da construção da identidade europeia. Apontam modos como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro”. Para a autora,

[o] legado iconográfico e a literatura de viagem dos cronistas europeus trazem sempre a possibilidade de novas aproximações com a

história do Brasil. No entanto, essas obras só podem dar a ver um Brasil pensado por outros. O olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles. (BELLUZZO, 1996, p. 10)

Segundo Belluzzo (1996), as primeiras imagens da América no século XVI acompanharam as cartas do explorador italiano Américo Vespucci, que foram difundidas na forma de folhetim. O interesse pelas novas descobertas evidenciou-se com o aparecimento em diferentes cidades europeias de diversas edições dessas cartas, das quais cada edição apresentava uma nova gama de ilustrações encomendadas pelos editores. A autora aponta que

[a] rica imagem de Vespucci compreende a relatividade dos pontos de vista, a geometria perfeita a meio caminho entre a ordem divina e a ordem racional. Ele relaciona um lugar da terra com a esfera celeste, numa imagem em que coexistem magia e ciência, pois tanto evoca a determinação dos astros sobre o homem quanto aponta para novas possibilidades da construção de um espaço humano de teor projetivo, pelo qual o homem poderia estender os seus limites. (BELLUZZO, 1996, p. 11)

Em imagens criadas pelos artistas quinhentistas portugueses, vê-se uma aproximação entre o nativo das terras distantes e os valores da cultura europeia. Ao descrever o quadro *A Adoração dos Magos* (vide Anexo F), por exemplo, tela de 1505, atribuída a Vasco Fernandes, o Grão de Vasco, no qual um índio é retratado como um dos três reis magos, Belluzzo (1996, p. 12) afirma que o retratar do índio com cocar e flecha tupinambá, mas com as vestimentas que respeitavam as convenções religiosas e artísticas da época, pode ter parecido aos portugueses um procedimento dignificante, mas era de fato

a mais completa negação da cultura indígena, prenúncio do domínio pela catequese dos selvagens e de sua introdução em valores do cristianismo. A acolhida e a assimilação do novo personagem internacional, nos termos de uma relação de identidade pela qual o índio é

considerado igual, têm contraditoriamente o efeito de descaracterizá-lo. (BELLUZZO, 1996, p. 12)

Em outra tela, *O Inferno* (vide Anexo G), de autor ignorado e provavelmente datada da primeira metade do século XVI, aparece uma figura com cocar ocupando o trono do inferno, e outro capeta usando tanga de penas. Para Belluzzo (1996, p. 12), a mescla entre duas figuras do medo, o demônio e o índio, sugere que

o temor do desconhecido também se misturou com a condenação dos costumes indígenas, de acordo com as pregações dos missionários portugueses. Ao apresentar o demônio com atributos do indígena americano, a pintura provoca uma inversão de sentido, pela qual o índio passa a ter os atributos do demônio. (BELLUZZO, 1996, p. 12)

Para Belluzzo (1996), essas imagens do índio, ora príncipe de terras distantes, retratado como modelo de fé cristã, ora demônio cercado de europeus pecadores, representam a semelhança e a dessemelhança, o mesmo e o outro. Para a autora, tais imagens ajudaram a orientar o pensamento europeu até o final do século XVI e estabeleceram relações sociais de igualdade e diferença, e, juntamente com imagens criadas pelos holandeses no século XVII, revelam o país de forma fragmentada, quando se inventariou o país pouco a pouco. Na iconografia e na crônica de autores viajantes, aponta Belluzzo, “nem sempre chegamos a protagonistas. Somos vistos, sem nos termos feito visíveis. Fomos pensados. Ainda assim, essas visões alimentam lembranças do passado e povoam o nosso inconsciente” (BELLUZZO, 1996, p. 15-16).

2.6.2.4 Representação da natureza

Em relação à representação icônica da natureza, Belluzzo (1996, p.16) assinala que se procurou representar sua amplitude em obras que apontassem para a construção da “ideia de natureza” e que dessem conta do exotismo dos animais e vegetação descritos nos relatos de viagem. Ainda que no Séiscentos não faltasse a idealização da vida na floresta, deu-se maior ênfase nas formas de civilização, onde o índio aparece como símbolo da esperança de um Novo Mundo. No século XIX, as idealizações da vida natural ressurgem nas representações de artistas

românticos. Esse ressurgimento deve-se, principalmente, segundo a autora, à reconstrução da ideia de natureza do século XVI da arte e da ciência. Nos séculos XVII e XVIII, os viajantes procuraram catalogar os seres da natureza com a maior precisão possível, tanto em palavras como em imagens, e tais registros se tornaram “evidências do poder das nações que patrocinavam as missões e possuíam conhecimento de recursos das terras americanas, ainda mal conhecidas. Atrás do interesse pelo assunto estava, sem dúvida, o interesse econômico na exploração dos recursos da terra visitada” (BELLUZZO, 1996, p.16).

Segundo Belluzzo (1996, p. 18), os cientistas europeus que visitaram as terras brasileiras a partir do século XVIII, seguiram modelos de observação visual, com correspondentes conceitos de desenho e pintura, que ora seguiam a ciência clássica, como é o caso da História Natural, do cientista sueco Carl Linnaeu (Lineu), em que os seres do universo são recortados, comparados e classificados de maneira a estabelecer a ordem continua do universo, supondo-se que gêneros e espécies reproduzem outros à sua semelhança, ora seguiam a concepção paisagística do naturalista alemão Alexander von Humboldt, na qual a visão pictórica “pretende abraçar o todo, considerando a interdependência das formas de vida, diferentemente do recurso gráfico preconizado no modelo de Lineu, que individualiza e recorta figuras da natureza” (BELLUZZO, 1996, p. 18).

Por meio de seus relatos de viagem, como observa Pratt (1992), Humboldt, que, juntamente com o francês Aimé Bonpland, partiu no início do século XIX para explorar a fauna e a flora da América Latina, reinventou o continente, sobretudo, como natureza, mas não uma natureza imóvel, e sim, “*a nature in motion, powered by life forces many of which are invisible to the human eye; a nature that dwarfs humans, commands their being, arouses their passions, defies their powers of perception*” (PRATT, 1992, p. 120).

2.6.2.5 Oportunidade comercial

Como indica Pratt, as revoluções que se iniciaram na América do Sul na década de 20 daquele século, nas quais a França e a Inglaterra tinham grande participação militar e monetária, tornaram-se de grande interesse na Europa, pois com elas facilitaram-se as viagens e abriu-se uma grande oportunidade comercial que “*easily rivalled Humboldt’s scientific and esthetic passions*” (PRATT, 1992, p. 146). Formaram-se em muitas das capitais latino-americanas pequenas comunidades de exilados, abrindo-se, assim, oportunidade para todo tipo de aventura

econômica, tendo sido a mineração a grande obsessão da época. A autora aponta que, a partir de 1850, grandes investimentos foram feitos nos países sul-americanos, a maioria na forma de empréstimos, para que fossem construídas ferrovias e estradas e para a modernização de portos e minas, sendo que, por volta de 1880, vários países já tinham se tornado completamente dependentes econômicos de investidores europeus, sobretudo dos britânicos. Nesse cenário de oportunismo, Pratt (1992, p. 148) observa que floresceram os relatos de viagem que consagravam a política expansionista europeia, como foi o exemplo do relato de Joseph Andrews, que o autor dedicou ao Chanceler do Tesouro britânico pelo seu *“political talent and foresight which opened to Great Britain the full commercial advantages of the newly enfranchised states of South America”* (ANDREWS, 1827, p. III). Desta forma, a natureza primitiva, como lembra a autora, tinha bem menos interesse para os aventureiros econômicos do que teve para Humboldt. Tal primitivismo era retratado nos relatos de viagem como *“troubling or ugly, its very primalness a sign of the failure of human enterprise”* (PRATT, 1992, p. 149). A negligência retratada tornou-se, pois, uma justificativa para o intervencionismo europeu. As descrições da grandeza da natureza da América Latina de Humboldt já não eram suficientes, pois foram consideradas por muitos como sendo demasiadamente científicas.

Segundo Pratt (1992, p. 150), enquanto certos relatos elogiavam a elite latino-americana pela hospitalidade e costumes aristocráticos, a sociedade como um todo é retratada como atrasada e indolente. O viajante francês Gaspar Mollien, em seu relato da viagem feita à Colômbia, entre os anos de 1822 e 1823, por exemplo, registra tal raciocínio:

The greater propotion of the lands lie fallow; they would, however, produce considerable crops, if the inhabitants were less indifferent. No encouragement can rouse them from their indolent habits and usual routine. (MOLLIEN, 1824, p. 89)

Para a autora, muitos dos relatos escritos por viajantes à América Latina no século XIX carregavam uma clara mensagem de que o continente

must be transformed into a scene of industry and efficiency; its colonial population must be

transformed from an indolent, undifferentiated, uncleanly mass lacking appetite, hierarchy, taste, and cash, into a wage labor and a market for metropolitan consumer goods. (PRATT, 1992, p.155)

Como atesta Manthorne (1996, p. 62), foi no século XIX que teve início a procura por “El Dorado”, na América Meridional, tendo a busca pelo ouro se convertido em uma fábula do Novo Mundo.

Do ponto de vista norte-americano, Manthorne (1996, p. 64-65) aponta que nas ilustrações o Porto do Rio de Janeiro passa a ser o local mais retratado da América Latina e no fim do século, “fotografias e particularmente as vistas estereoscópicas amplamente disseminadas entraram no imaginário dos norte-americanos sobre a América Latina”. Nos textos, dão-se espaço aos elementos propícios ao investimento e ocupação, enfatizando as riquezas naturais do Brasil como pouco exploradas, principalmente em relação ao Amazonas, como mostra o trecho seguinte extraído do relato do americano Matthew Fontaine Maury, descendente de franceses huguenotes, conhecido como o “Pai da Oceanografia Moderna”:

For these and other reasons of import, the free navigation of the Amazon, and the settlement of its valley, become matters of deep interest to the world, and of especial interest to this country. Therefore it is incumbent upon this country to take the initiative in opening the trade and navigation of that river to the world. The policy of commerce requires it, and the necessities of Christendom demand it. (MAURY, 1853, p. 48)

Segundo Manthorne (1996, p. 64–65), por ser superintendente do Observatório Naval, e figura influente junto ao governo americano, Maury teve condições de implementar suas ideias, tendo, então, organizado uma expedição amazônica sobre a qual escreveu relatos que entusiasmaram aos jovens americanos pelas inúmeras oportunidades comerciais neles descritas, inclusive o transporte de recursos da floresta pelo Amazonas e o Mississipi.

Ao saltar dois séculos, as oportunidades comerciais da América Latina continuam a atrair as nações mais ricas. William Hague, o Ministro das Relações Exteriores britânico, em seu discurso na convenção anual do Partido Conservador em outubro de 2011, além de

ratificar a “*unbreakable alliance with the United States of America*” em defesa do planeta, esboçou o interesse de seu país em solidificar parcerias comerciais com as “*fastest growing regions of the world*”, entre elas “*Brazil and the rest of Latin America*”; e em criar alianças diplomáticas com um número cada vez crescente de nações. Para o Ministro

[i]t is the job of our diplomats to be immersed in the culture and history of other nations, not ensnared in management-speak. If we have these skills as a nation when we want to negotiate a Treaty it will be done correctly; when we want a Trade deal it will be won; when we intervene overseas we will do so successfully; and so we will ensure that in twenty years time Britain's Foreign office will remain the best diplomatic service in the world. (HAGUE, 2011)

Assim como certas representações feitas da América contribuíram para a imagem dela criada, sobretudo, pela Europa e pelos Estados Unidos, a falta de divulgação pode também alimentar uma determinada imagem. Para Stols, que discute a escassa representação icônica do Brasil na Holanda e na Bélgica, “a imagem do Brasil na iconografia se empobreceu estranha e infelizmente, dando assim margem à florescência dos estereótipos das palmeiras, das bananas e das serpentes. A fotografia, o cinema e a televisão pouco fizeram para corrigir esses estereótipos” (STOLS, 1996, p. 31).

No cenário da exploração da América Latina há falha em compreender os povos nativos, fruto de construções fantasiosas usadas para legitimar a subjugação de nações indígenas. O passar dos séculos viu um influxo contínuo de viajantes que retrataram aquilo que viram e perceberam, deixando marcas muitas vezes indelévels nas sociedades latino-americanas. Índios retratados, ora como monstruosos comedores de gente, ora como inocentes e de fácil conversão; uma sociedade constituída de indivíduos indolentes e incapazes de lidar com o gigantismo de seus recursos naturais. Assim, a América Latina ganha seu lugar cativo na pauta da política dos chamados países desenvolvidos — antes como esperança em um Novo Mundo, hoje como esperança de sólidas alianças comerciais e detentora do “pulmão verde”,¹⁰⁶ do mundo,

¹⁰⁶ Apesar do desmatamento de uma média de 750.000 hectares por ano no preparo de terras para uso na agricultura e na pecuária, a Floresta Amazônica segue sendo a maior área verde do

boa parte do qual destruído por esses próprios países desenvolvidos.

Discutir-se-ão a seguir os conceitos de “transculturação” e do “Terceiro Espaço”, com os quais, espere, verificar-se-á como as culturas ditas periféricas respondem às influências externas e como, ao mesmo tempo, elas lidam com suas próprias heranças. Como o termo “transculturação” foi usado pela primeira vez pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz no ensaio *Contrapunteo cubano del tabaco y del ron*, de 1940, o conceito é diretamente aplicável às trocas culturais entre colonizador e colonizado das Américas.

2.6.3. A transculturação e o Terceiro Espaço

*Yo non soy un aculturado: yo soy un peruano que orgullosamente, como un demonio feliz, habla en Cristiano y en indio, en español y en quechua.*¹⁰⁷

2.6.3.1 Transculturação

Muitos pensadores latino-americanos, como José Vasconcelos, Rubén Dario, Enrique Rodó entre outros, usaram o termo “transculturação” para discutir o impacto das trocas culturais entre colonizador e colonizado. Antes do aparecimento do termo, proposto, em 1940, pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz, em sua obra *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, vigorava o termo anglo-americano “aculturação”, termo este, segundo Rama (1982), questionado pela antropologia latino-americana, e assim substituído por “transculturação”. Para Ortiz (1987, p.96), o neologismo melhor definiria as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura à outra, pois tal processo

planeta, e nas últimas décadas tem se tornado alvo de preocupação mundial ante a ameaça de escassez de água e o desencadeamento de imensuráveis desastres naturais: “*The difficulties are immense. REDD (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation) projects will be effective only in places where the government sort-of works, and the tropical countries with the most important forests include some of the world’s worst-run places. Even in countries with functioning states, some of the money is bound to be stolen. Yet with sufficient attention to monitoring, verification and, crucially, making sure the cash goes to the people who can actually protect the forest, REDD could work.*” (*Forests and how to save them: The world’s lungs*. The Economist. 23 Set. 2010. Disponível em <<http://www.economist.com/node/17093495>>. Acessado em 13 Out. 2011.)

¹⁰⁷ Frase usada pelo antropólogo peruano José María Arguedas em discurso de aceitação do Prêmio “Inca Garcilazo de la Vega”, em 1968. Disponível em: <<http://logoiiv.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/arguedas.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

no consiste solamente en adquirir una cultura distinta, que es lo que en rigor indica la voz anglo-americana aculturación, sino que el proceso implica también necesariamente la pérdida o desarraigo de una cultura precedente, lo que pudiera decirse una parcial desculturación, y, además, significa la conseguinte creación de nuevos fenómenos culturales que pudieran denominarse neocultaración. (ORTIZ, 1987, p. 96)¹⁰⁸

Assim, como observam Aguiar & Vasconcelos (2004, p. 87), para quem a pertinência do conceito de “transculturização” no cenário contemporâneo precisa ser questionada, Ortiz procurou descrever um processo no qual “duas culturas, em situação de encontro ou confronto, resultam modificadas, dando origem a algo novo, original e independente”.

Rama (1982) , um dos principais pensadores da questão da América Latina e que incorporou, na década de 1970, o termo “transculturização” aos estudos literários, aponta que o conceito dessas transformações: “*revela resistencia a considerar la cultura propia, tradicional, que recibe el impacto externo que habrá de modificarla, como una entidad meramente pasiva o incluso inferior, destinada a las mayores pérdidas, sin ninguna clase de respuesta criadora*”¹⁰⁹ (RAMA, 1982, p. 33-34). Dessa maneira, prossegue o autor, o conceito registra, de um lado, que a cultura da comunidade latino-americana, em si um produto amplamente transculturado e em evolução permanente, compõe-se de valores idiossincráticos, reconhecíveis de épocas remotas, e por outro lado, fortalece a energia criadora que a move, o que a diferencia de um simples agregado de normas, comportamentos, crenças e objetos culturais, pois trata-se de uma força que atua tanto sobre a herança particular como sobre contribuições externas.

Tymoczko (2010), que analisa o termo “transculturização” no âmbito da tradução, aponta: “*When transculturation is operative, forms*

¹⁰⁸ “[...] não consiste somente em adquirir uma cultura distinta, o que de fato indica o termo anglo-americano *aculturização*, mas o processo também implica necessariamente na perda ou erradicação de uma cultura precedente, o que se pode chamar de uma *desculturização* parcial e, ademais, significa a criação conseguinte de novos fenômenos culturais que se poderia denominar *neoculturação*”.

¹⁰⁹ “mostra resistência em considerar sua própria cultura, tradicional, que recebe o impacto externo que haverá de modificá-la, como entidade meramente passiva ou mesmo inferior, destinada às maiores perdas, sem qualquer tipo de de resposta criadora”.

from one culture are appropriated by another and integrated with previous practices, beliefs, values, and knowledge. They become part of the life ways of those on the receiving end of transculturation” (TYMOCZKO, 2010, p. 121). A teórica vê a proposta de Ortiz não só como uma maneira de descrever o processo de troca cultural que caracterizou a cultura latino-americana, e que deu início a uma nova formação cultural, mas também como uma tentativa do cubano em separar os fluxos culturais do poder. A aculturação estaria associada, assim, com assimetrias em poder e influência. A autora compara as transculturações culturais da Cuba de Ortiz com aquela sofrida na Irlanda, onde fluxos culturais entre a cultura nativa e a inglesa levaram ao aparecimento de uma nova fusão cultural, lembrando que atualmente a maioria dos países passam por tal fenômeno como consequência do processo de globalização, *“changing rich and poor, powerful and subaltern alike”* (TYMOCZKO, 2010, p. 124).

Entretanto, segundo Pratt (1992, p. 6), a transculturação frequentemente se opera dentro de relações de desigualdade e muitas vezes conflitantes. A autora aponta que a etnografia moderna descreve o processo como sendo a maneira

how subordinated or marginal groups select and invent from material transmitted to them by a dominant or metropolitan culture’. While subjugated people cannot readily control what emanates from the dominant culture, they do determine to varying extents what they absorb into their own, and what they use it for. (PRATT, 1992, p. 6)

Para Pratt (1992, p. 6), a transculturação é um fenômeno da “zona de contato” (*contact zone*), descrito como sendo o espaço do encontro colonial, onde pessoas separadas geográfica e historicamente se encontram e estabelecem relações contínuas. A autora compara as sociedades dentro da zona de contato com o caos e falta de estrutura comumente associados às línguas de contato (*contact languages*), como descritas em Linguística, de onde empresta o termo “contato”, que seriam línguas improvisadas usadas na comunicação entre povos de línguas nativas diferentes, que recebem o nome de “crioulo” uma vez que possuam seus próprios falantes.

De acordo com a autora, um aspecto importante da zona de contato é que as relações entre colonizadores e colonizados não são de

separação, mas sim de interação, de troca, nas quais “*subjects are constituted in and by their relations to each other*” (PRATT, 1992, p. 6), mesmo que tais interações ocorram dentro de relações assimétricas de poder.

Pratt (1992, p. 7) sinaliza que, frequentemente, utiliza o termo “*contact zone*” como sinônimo de fronteira cultural (*cultural frontier*), embora este se baseie numa perspectiva expansionista europeia (segundo a autora, fronteira seria assim considerada somente com respeito à Europa), enquanto “*contact zone*” é uma tentativa de evocar a co-presença espaço-temporal de agentes outrora separados, cujas trajetórias agora se interceptam. Ao usar o termo, a autora assevera que seu objetivo é o de destacar “*the interactive, improvisational dimensions of colonial encounters so easily ignored or suppressed by diffusionist accounts of conquest and domination.*” (PRATT, 1992, p. 7).

Ao discutir a obra crítica de Rama, os autores Aguiar & Vasconcelos (2004) afirmam que, para o crítico, o romance, por sua liberdade formal e recursos linguísticos, possibilitaria “a invenção de uma linguagem que recupera e incorpora formas populares ou indígenas ao discurso literário” (p. 88). Assim sendo, o conceito de “transculturização” constituiria a base reflexiva da análise literária de obras latino-americanas. Segundo os autores, ao analisar à luz da transculturização autores como José Maria Arguedas, Gabriel García Marquez, João Guimarães Rosas, entre outros, Rama encontrou uma maneira de explicar o modo particular latino-americano de se inserir no sistema cultural mundial em uma posição de igualdade e não de subalternidade. Os autores, porém, indagam até que ponto o conceito continua atual no cenário de globalização em que vivemos. Nesse sentido, consideram-no ainda pertinente, porém, carente de uma revisão crítica.

A transculturização como pensada por Rama, apontam Aguiar & Vasconcelos (2004), revela-se como um processo de formação nacional e um processo revolucionário e libertador para a América Latina, pensado num momento quando vigorava a integração do continente latino-americano, integração essa de fato ocorrida à nova ordem mundial, ainda que numa posição de subalternidade aos organismos financeiros internacionais.

Assim, para os autores,

[o] processo formativo de transculturização, que perfaz a dialética entre a modernidade e a tradição, o nativo e o alheio, a vanguarda e o

regional e, por exemplo, por vezes, entre a forma moderna do romance e dicção rústica dos narradores e protagonistas, assim como cria novas sínteses, cria também novas “sombas”, que deslocamos para o “passado”, e que são continuamente transculturadas para o presente (AGUIAR & VASCONCELOS, 2004, p. 95).

Os autores acreditam que seja necessário repensar conceitos como “transculturização”, “América Latina”, “formação” e “sistema”, sem, contudo, esquecê-los. Ao questionarem se o outro lado — o central, as grandes metrópoles — reconhece-se transformado, ou é transformado sem que o perceba, para que haja a troca sugerida no conceito em escala mundial, refletem:

[...] os nossos axés, oloduns e pagodes desfilam nas ruas da Europa e do Japão, a música brasileira está em inúmeros supermercados do mundo inteiro, a telenovela brasileira é padrão pelo mundo, as vendas dos romances de Jorge Amado não caíram tanto assim e Machado de Assis vai aos poucos se tornando leitura obrigatória em certos círculos universitários. Já é um começo. Se é bom começo, é outra história. (AGUIAR & VASCONCELOS, 2004, p. 97)

2.6.3.2 Representação e transmissão

Em relação à tradução, Tymoczko (2010) posiciona o conceito de transculturização lado a lado ao de “representação” e ao de “transmissão”, ou “transferência”, e, seguindo a nomenclatura usada nos estudos literários, classifica-os como “modos” de troca cultural (*modes of cultural exchange*). Tais modos, segundo a autora, podem elucidar a natureza de tipos específicos de tradução e de como tais tipos estão ligados entre si por meio de correspondência parcial e sobreposta relacionada a esses modos. Além disso, a exploração desses conceitos oferece material para discussão sobre as diferenças que distinguem tipos específicos ou modelos de tradução.

Para a teórica, a tradução enquanto representação “*offers an image of likeness of another thing. It exhibits that thing in a tangible manner. It has symbolic significance. It is a statement intended to convey a particular aspect of a subject so as to influence its receptors*”

(TYMOCZKO, 2010, p. 112).

Segundo a autora, embora a representação seja de particular significância em muitos casos históricos de tradução relacionada ao império, tal significância se estende a todos os tipos de tradução.

No caso da transmissão, Tymoczko (2010) ressalta que o conceito é extremamente amplo, uma vez que textos, em sua grande maioria, envolvem a transferência de conhecimento ou informação. Assim sendo, aponta que a maioria dos materiais educacionais, por exemplo, é uma forma de transmissão, incluindo palestras, livros didáticos, enciclopédias e filmes. Enquanto representação é um modo sobretudo semiótico, expresso por meio de signos linguísticos ou outros signos audiovisuais, a transmissão, por sua vez, tende a ser material, exemplificada por um objeto mudando de mãos ao ser transferido de uma pessoa a outra. Mesmo quando a transferência é um processo simbólico, o resultado de tal transferência é geralmente material, como é o caso do exemplo dado pela autora de transferências bancárias.

A autora aponta ainda que nas culturas ocidentais, tradução sempre foi relacionada ao ato de transferência, e assegura que, ao se questionar a tradução pelo prisma do conceito de “transmissão”, pode-se ganhar uma visão mais ampla da noção de tradução enquanto transferência, uma vez que a relação entre tradução e transmissão é um dos principais parâmetros que distinguem práticas de tradução entre culturas. Elementos como práticas literárias, normas estéticas, tabus em relação a certos conteúdos, entre outros, influenciam o grau de transferência cultural e textual na prática tradutória. Ao analisar a tradução do ponto de vista da transmissão pode-se ainda, continua a teórica, entender porque certos tipos de traduções e traduções em certos contextos transferem para o TC certos aspectos do TP, mas não outros.

Transculturação, como representação e transmissão, é uma categoria bastante ampla, mas, segundo Tymoczko, indica um modo bastante diferente de troca, e ao contrário das outras duas categorias, “*requires the performance of the borrowed cultural forms in the receptor environment*” (TYMOCZKO, 2010, p. 121).

Em consonância com Pratt, Tymoczko (2010, p. 120) observa que a transculturação denota a crioulização e a mistura cultural típica da América Latina, processos que resultaram de um fluxo cultural bilateral. O conceito inclui a transmissão e assimilação de crenças, práticas religiosas, organização social, assim como divulgação de formas artísticas, como música, formas literárias etc. Transculturação também inclui vários aspectos da cultura material como empréstimo da tecnologia, ferramentas, roupas, culinária, entre outros, e pode se tornar

tão bem assimilada que a prática cultural “*shades into hybridization; what was transcultured ceases to be perceived as ‘other’*” (TYMOCZKO, 2010, p. 120).

Assim sendo, a autora aponta que o conceito nem sempre está atrelado à representação, pois tal assimilação pela cultura de chegada acaba por desvincular o elemento transculturado de qualquer forma de representação da cultura de partida. Um exemplo de tal mecanismo é o uso de mitos e formas literárias irlandesas na obra *Ulysses*, de James Joyce. Segundo Tymoczko (2010, p. 123), Joyce usou essas características formais típicas da literatura irlandesa sem nenhuma indicação de sua origem e acabou sendo considerado, por muitos críticos, como o seu criador. Assim fazendo, Joyce teria fundido tais elementos aos padrões narrativos ingleses, transformando a prosa inglesa e ilustrando a bilateralidade do conceito de “transculturação”. Como muitos outros escritores pós-coloniais, continua a teórica, Joyce se tornou conhecido por inovações formais, porém, a porção irlandesa de sua herança cultural raramente é reconhecida dentro dessas chamadas inovações.

Em relação à transmissão, a transculturação dela se difere no que tange à troca cultural, visto que transmissão não implica em assimilação do material transferido aos receptores. Tymoczko (2010) observa que é possível ensinar crianças sem que elas aprendam, enviar uma mensagem sem que ela seja recebida, ou uma sociedade imperialista ler a literatura oriunda de sua colônia, mas se recusar a reconhecer “*the wisdom, beauty, and power of that literature, instead relegating the texts to the imperial archive or using them to serve the imperial project of domination*” (TYMOCZKO, 2010, p. 124). Nesse sentido, nem toda tradução resulta em transculturação nem todos os tradutores têm a transculturação como objetivo.

Tymoczko (2010, p. 125) considera o conceito de “transculturação” relevante para os ET porque “*it illuminates certain performative types of translations that function primarily to insert elements from one culture into another*”. Mais que representação e transmissão, transculturação seria, assevera a autora, o objetivo principal de um grande número de traduções comerciais contemporâneas, principalmente as de propaganda e traduções multimodais.

Ao retornar ao modelo de Ortiz, no qual o antropólogo sugere que o conceito de “transculturação” implica em aculturação, desculturação e neoculturação, Tymoczko (2010, p. 126) chama a atenção para o processo de transferir e assimilar em operação em traduções nas quais o TP é adquirido pela cultura receptora, mas é modificado ou desculturado

ao entrar na cultura de chegada; por outro lado, o texto recebido tem o papel de modificar essa cultura de chegada por meio dos processos de desculturação e neoculturação.

A teórica conclui que o que se pode aprender da exploração da troca cultural que se opera nos mecanismos da transculturação

is potentially of great significance for understanding the cultural mediation effected by translation. Transculturation provides a frame of reference for translation that deserves more sustained attention in translation studies. It offers exciting possibilities for future research and theorization of aspects of translation that have heretofore been neglected. (TYMOCZKO, 2010, p. 127)

2.6.3.3 O Terceiro Espaço

[...] no culture is full unto itself, no culture is plainly plenitudinous, not only because there are other cultures which contradict its authority, but also because its own symbol-forming activity, its own interpellation in the process of representation, language, signification and meaning-making, always underscores the claim to an originary, holistic, organic identity. (BHABHA, 1990, p. 210)

A relação entre colonizador e colonizado constitui a base do trabalho do teórico indiano Homi Bhabha. No cenário pós-colonial, negociam-se as diferenças entre esses dois sujeitos, no que o autor denomina “Terceiro Espaço”, conceito que se liga de maneira indissociável aos conceitos de “hibridismo” e “tradução cultural”, que serão abordados nesta seção.

Para Bhabha (1990, p. 218), não há sincronia entre a história do ocidente como poder despótico e colonial e seu discurso de democracia e solidariedade. Prova de tal desalinhamento, observa o autor, foi o retorno dos povos pós-coloniais às metrópoles, o que afeta a política, as ideologias culturais e as tradições dessas metrópoles por que eles

as a people who have been recipients of a colonial cultural experience — displace some of the great metropolitan narratives of progress and law and

order, and question the authority and authenticity of those narratives [...] the history of colonialism is a counter-history to the normative, traditional history of the West. (BHABHA, 1990, p. 218)

É a partir desse encontro, dessas relações conflitantes, no qual a alteridade é elemento basilar, que ambos os sujeitos constroem sua identidade cultural e política, gerando o hibridismo como definido por Bhabha.

Hibridismo e o sujeito colonial

Hibridismo para Bhabha relaciona-se, sobretudo, com identificação, que o autor usa em um sentido psicanalítico:

Identification is a process of identifying with and through another object, an object of otherness, at which point the agency of identification — the subject — is itself always ambivalent, because of the intervention of that otherness. (BHABHA, 1990, p. 211).

Em meio à ambivalente relação colonial, Bhabha (1994, p. 63-64) apresenta três aspectos que fundamentam o processo de construção de identidade:

- a) Troca de lugar: o desejo colonial se articula em relação ao lugar do outro — o espaço de posse que nenhum sujeito pode ocupar sozinho ou de maneira fixa, o que lhe permite sonhar com a troca de papéis;
- b) Cisão (*splitting*): o espaço de identificação é um espaço de cisão, pois apesar de querer ocupar o lugar do colonizador, o colonizado quer simultaneamente manter a sua posição de colonizado para efetuar de lá o seu desejo de vingança. E é essa situação de se sentir em dois lugares que dificulta a aceitação pelo colonizado de se identificar com o colonizador;
- c) Transformação do sujeito: a questão de identificação não é nunca a afirmação de uma identidade predeterminada; cria-se uma imagem de identidade e a transformação do sujeito em assumir tal imagem. A demanda por identificação, ou seja, o ser para o outro, implica representar tal imagem.

Hibridismo e tradução cultural

Bhabha prefere a noção de “diferença cultural” à de “diversidade cultural”, pois, para ele, o que chamamos de população nacional vem de maneira crescente sendo construída a partir de vários tipos diferentes de interesses, histórias culturais, linhagens pós-coloniais, orientações sexuais. Com base nas mudanças na natureza da esfera pública, o autor sugere uma discussão com base em uma política de “*unequal, uneven, multiple and potentially antagonistic, political identities*” (1990, p. 208, grifo do autor). Com a escolha de diferença cultural, o autor se coloca “*in that position of liminality, in that productive space of the construction of culture as difference, in the spirit of alterity or otherness*” (BHABHA, 1990, p. 209).

É extremamente difícil, continua o autor, tentar juntar todas as formas de cultura e fazer de conta que podem coexistir, assim como pode ser limitante observar todas as formas de diversidade cultural com base em algum conceito universalista em particular, seja ele de “ser humano”, “classe” ou “raça”. Nesse sentido, com base no trabalho de Walter Benjamin¹¹⁰, o autor apresenta a noção de “tradução cultural” para sugerir que todas as formas de cultura são de alguma forma “*related to each other, because culture is a signifying or symbolic activity. The articulation of cultures is possible not because of the familiarity or similarity of contents, but because all cultures are symbol-forming and subject-constituting, interpellative practices*” (BHABHA, 1990, p. 210).

Em vez de olhar a cultura como algo estático, como observa Souza (2004, p. 15), Bhabha a vê como algo “híbrido, produtivo, dinâmico, aberto, em constante transformação; não mais um substantivo mas um verbo” (SOUZA, 2004, p. 15). O papel da tradução na cultura é, pois, o de resignificar os símbolos culturais tradicionais (literatura, arte, música etc), homogêneos e holísticos para revelar seu hibridismo.

Bhabha não vê apenas o aspecto interlingual da tradução, para ele tradução é também:

a way of imitating, but in a mischievous, displacing sense — imitating an original in such a way that the priority of the original is not reinforced but by the very fact that it can be simulated, copied, transferred, transformed, made into a simulacrum and so on: the ‘original’ is never

¹¹⁰ Benjamin, Walter. **ILLUMINATIONS**. London: Fontana, 1982.

finished or complete in itself. The 'originary' is always open to translation so that it can never be said to have a totalised prior moment of being or meaning — an essence. (BHABHA, 1990, p. 210, grifo do autor)

A noção de hibridismo para Bhabha (1990, p. 211) nasce da genealogia da diferença e da ideia de tradução, pois todas as formas de culturas estariam em constante processo de hibridismo, dado que a tradução cultural nega o essencialismo de um original ou de uma cultura originária. Hibridismo é para o autor o Terceiro Espaço que “*displaces the histories that constitute it, and sets up new structures of authority, new political initiatives, which are inadequately understood through received wisdom*” (BHABHA, 1990, p. 211).

Bhabha (1994) fala em “cosmopolitismo vernáculo”¹¹¹ (*vernacular cosmopolitanism*) ao se referir a grupos minoritários vivendo em metrópoles. São essas minorias que, como observa Souza (1994, p. 17), ocupam o espaço intersticial dessas diferentes culturas, valendo-se dos mecanismos da tradução cultural, de resignificação, num constante negociar entre culturas e tradições, para sobreviver. Esses encontros de culturas revelam o hibridismo não somente dos grupos minoritários, mas também das metrópoles que os hospedam.

Enunciação, hibridismo e o Terceiro Espaço

Bhabha (1994, p. 53) aponta para as diferenças linguísticas de qualquer performance cultural, em que o sujeito da proposição não é o mesmo sujeito da enunciação. O sujeito da enunciação, sugere o autor, “*is not represented in the statement but [...] is the acknowledgement of its discursive embeddedness and address, its cultural positionality, its reference to a present time and a specific space*”. Assim, a interpretação nunca é a comunicação entre o *eu* e o *você* que fazem parte do enunciado. Para o autor,

the production of meaning requires a Third Space, which represents both the general conditions of

¹¹¹ O autor diferencia esse tipo de cosmopolitismo do cosmopolitismo global, que se baseia na visão do planeta como um “*concentric world of national societies extending to global villages*”. Esse tipo de cosmopolitismo, segundo Bhabha, celebra o pluralismo cultural e os povos periféricos contanto que eles gerem bons lucros dentro das sociedades metropolitanas, contanto que “*the demography of diversity consists largely of educated economic migrants — computer engineers, medical technicians, and entrepreneurs, rather than refugees, political exiles, or the poor*” (BHABHA, 1994, p. xiv).

the language and the specific implication of the utterance in a performative and institutional strategy of which it cannot 'in itself' be conscious. What this unconscious relation introduces is an ambivalence in the act of interpretation. The pronominal I of the proposition cannot be made to address — in its own words — the subject of enunciation, for this is not personable, but remains a spatial relation within the schemata and strategies of discourse. (BHABHA, 1994, p. 53).

A intervenção desse Terceiro Espaço, prossegue Bhabha, desafia a ideia de cultura como uma força unificadora e homogênea, pois a ambivalência nele existente mostra seu hibridismo. Ainda que esse Terceiro Espaço não apareça de fato, ele é o que “*constitutes the discursive conditions of enunciation that ensure that the meaning and symbols of culture have no primordial unity or fixity; that even the same signs can be appropriated, translated, rehistoricized and read anew*” (BHABHA, 1994, p. 55).

Do ponto de vista de suas escolhas teóricas, Bhabha (1994, p. 56) assevera que reconhecer esse “*split-space of enunciation*” permite conceitualizar uma cultura internacional, porém não com base em exotismo ou multiculturalismo, mas sim na articulação do hibridismo da cultura.

Para Souza (1994, p. 21-22), Bhabha inverte a proposição de se ler uma língua a partir de uma outra tida como norma e, assim, lê a língua e as linguagens do colonizador (que constituíam a norma) a partir da língua e linguagens do colonizado “usurpando agora o lugar da ‘norma’”. O autor chama a atenção para o fato de que tal estratégia não é meramente uma inversão de papéis, e sim, um caminho para desvendar o hibridismo tanto nas linguagens do colonizador como nas linguagens do colonizado.

Após essa breve incursão pelo conceito de “transculturização” e do “Terceiro Espaço”, discutir-se-ão no próximo subcapítulo as relações de poder a partir do pensamento de Michael Foucault, Homi Bhabha e Franz Fanon.

2.6.4. Relações de poder

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou

relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social.¹¹²

Em sua introdução ao trabalho de Foucault (1979, p. X), Roberto Machado aponta que para o filósofo francês não existe algo unitário e global chamado poder e sim somente formas “dísparas, heterôgeneas, em constante transformação”. Por não ser o poder um objeto natural, e sim, uma prática social, ele é constituído historicamente. Porém, com base em suas inúmeras pesquisas, Foucault não considera que haja sempre uma conexão entre poder e Estado.

Foucault (1979, p. 176) propõe analisar o poder a partir do esquema dominação-repressão ou guerra-repressão, onde a oposição não seria entre o legítimo e o ilegítimo, mais pertinente ao campo jurídico, mas sim entre luta e submissão. O filósofo admite que o poder político, tentando impor a paz na sociedade civil, pode pôr fim à guerra, contudo, adverte, não o faz com o fim de neutralizar os desequilíbrios da batalha final. Ao invés disso, o poder político tem por objetivo

[r]einscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestas na guerra. (FOUCAULT, 1979, p. 176)

2.6.4.1 Panopticon

Para debater as relações de poder, Foucault (1979) evoca o *Panopticon*, obra arquitetônica proposta pelo filósofo e teórico social inglês Jeremy Bentham. Apesar de ter sido engendrada para uso por diferentes instituições, Bentham tinha o sistema prisional como principal alvo de aplicação. Ao procurar uma solução para os problemas de

¹¹² Reflexão do filósofo Roberto Machado na introdução da obra de Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, por ele traduzida (1979, p. XIV, grifo do autor).

vigilância, Bentham propôs um sistema que, para ele, permitia exercer o poder de maneira fácil e eficiente.

O *Panopticon*¹¹³ é uma construção em forma de anel, onde as celas, separadas de maneira a deixar os prisioneiros isolados e sem possibilidade de comunicação entre si, ocupam a circunferência. Na área central, uma torre com janelas que abrem para a parte interior do anel abriga o inspetor, ou vigia. As celas e essa área central estão separadas por um espaço vazio. Cada cela possui duas janelas, uma voltada para a torre e outra para a parte externa da prédio, permitindo que a luz atravesse a cela de um lado para o outro. O efeito de contraluz permite que o inspetor/vigia veja as silhuetas dos prisioneiros nas celas. Embora Bentham tenha tentado materializar seu projeto, nenhum *Panopticon* foi de fato construído, tendo servido somente como ponto de partida para construções semelhantes.

O espaço escuro foi, lembra-nos Foucault (1979, p. 216), o grande medo que assombrava a segunda metade do século XVIII (período em que o *Panopticon* foi planejado), pois a escuridão seria o grande empecilho à “total visibilidade das coisas, das pessoas, das verdades”; assim, almejava-se a destruição desses espaços escuros na sociedade. Se houve algum interesse pelo projeto de Bentham, continua Foucault (1979, p. 216), foi porque ele fornecia uma fórmula aplicável a diferentes domínios, de um “poder exercendo-se por transparências”, de uma “dominação por iluminação”. Sem precisar de armas ou violência física, a vigilância oferecida pelo *Panopticon* concentra-se apenas em um olhar, um olhar que, segundo Foucault (1979, p. 218), “vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo”. No *Panopticon*, aponta o filósofo, “cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências” (FOUCAULT, 1979, p. 221).

Mesmo em instituições, como o exército e tantas outras, aponta Foucault (1979, p. 221), onde a rede de poder funciona de forma piramidal, e onde, conseqüentemente existe um ápice, esse ápice não é a “fonte” de onde emanaria todo o poder, pois o ápice e os elementos inferiores da hierarquia “estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos”.

¹¹³ Para mais detalhes sobre os planos de Bentham vide <<http://cartome.org/panopticon2.htm>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Segundo Foucault (1979, p. 222), não se pode determinar uma origem individual ou coletiva a essas táticas, pois estas foram inventadas e organizadas de acordo com as condições locais e urgências particulares. Em vez de uma homogeneização, esses conjuntos consistem em uma “articulação complexa por meio da qual os diferentes mecanismos de poder procuram apoiar-se, mantendo sua especificidade”.

O *Panopticon*, ainda para Foucault (1979, p. 226), mostra-se irreal, pois Bentham não teria considerado a resistência das pessoas. Assim, seria preciso analisar tal resistência ao *Panopticon* em termos de tática e estratégia, “vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contraofensiva”, tendo-se que “demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros”.

O autor enfatiza a constante referência à palavra “luta” nas relações de força em alguns discursos políticos cuja afirmação, acredita, não basta para explicar as análises das relações de poder, pois esse tema da luta

só se torna operatório se for estabelecido concretamente, e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade [...] se o objetivo for levar a sério a afirmação de que a luta está no centro das relações de poder, é preciso perceber que a brava e velha “lógica” da contradição não é de forma alguma suficiente para elucidar os processos reais. (FOUCAULT, 1979, p. 226)

Ao ser questionado se faria sentido os prisioneiros do *Panopticon* se apoderarem da torre central, Foucault (1979, p. 227) aponta que tal invasão só faria sentido se ela não fosse o objetivo final da operação. Em conclusão, o autor indaga se a ocupação da torre pelos prisioneiros seria melhor que a ocupação pelo vigia.

2.6.4.2 O estereótipo colonial

Bhabha (1994, p. 95), como Foucault, recusa-se a olhar as relações de poder com base em uma normatividade política. Ao discutir a imagem estereotipada colonial, alega que esta só poderá ser afastada quando for abordada com base no reportório de posições de poder e

resistência, dominação e dependência que constrói o sujeito (tanto colonizador como colonizado) da identificação colonial. Para melhor entender a engrenagem do poder colonial, é necessário que se chegue a seu regime de verdade, somente assim, sugere o autor, “*it becomes possible to understand the productive ambivalence of the object of colonial discourse — that ‘otherness’ which is at once an object of desire and derision, an articulation of difference contained within the fantasy of origin and identity*” (BHABHA, 1994, p. 95).

Em relação ao estereótipo, Bhabha (1994) observa que ele

is not a simplification because it is a false representation of a given reality. It is a simplification because it is an arrested, fixated form of representation that, in denying the play of difference [...] constitutes a problem for the representation of the subject in significations of psychic and social relations (BHABHA, 1994, p. 107, grifo do autor).

Ao evocar o trabalho de Fanon, *Black Skins, White Masks* (2008), Bhabha (1994, p. 107) ressalta que, para o pensador martinicano, o negro no discurso colonial será sempre negro, pois sua raça se tornou um signo permanente de diferença negativa, pois o estereótipo não permite que “raça” seja vista de nenhuma outra maneira que não seja sob sua fixação como racismo.

Bhabha (1994, p. 106) busca na psicanálise conceitos como fetichismo¹¹⁴, voyeurismo e o imaginário para localizar o estereótipo dentro do discurso colonial e as estratégias de poder dominantes nesse discurso. O autor justifica sua leitura do estereótipo racial do discurso colonial em termos de fetichismo por que para ele,

[f]etishism is always a ‘play’ or vacillation between the archaic affirmation of wholeness/similarity [...] and the anxiety associated with lack and difference [...]. Within

¹¹⁴ O fetichismo é para Lacan um sintoma neurótico, sendo um exemplo particular de dinâmica do desejo, no qual o sujeito não se dirige ao objeto, mas sim à falta que está no objeto. Assim, o que é amado no objeto é aquilo que lhe falta. Lacan apresenta o objeto fetiche como sendo um falo simbólico, parte de uma tríade com a mãe e a criança. Esse falo, que a criança inicialmente descobre faltar à mãe, seria uma barreira para satisfazer o desejo da criança, que almeja ser ela o objeto exclusivo do desejo da mãe (cf. Lessi, Mariema C. **Algumas considerações teórico clínicas sobre objeto relíquia, objeto fetiche e objeto estético na melancolia**. Disponível em:

<http://www.psicologia.ufrj.br/nepecc/files/027_algumas_consideracoes.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

discourse, the fetish represents the simultaneous play between metaphor as substitution (masking absence and difference) and metonymy (which contiguously registers the perceived lack). The fetish or stereotype gives access to an 'identity' which is predicated as much on mastery and pleasure as it is on anxiety and defence, for it is a form of multiple and contradictory belief in its recognition of difference and disavowal of it. (BHABHA, 1994, p. 106-107)

O imaginário, aponta o autor, é a transformação que ocorre no sujeito no estágio do espelho¹¹⁵, quando ele assume uma imagem que lhe permite postular uma série de equivalências, semelhanças e identidades entre os objetos do mundo a seu redor; porém, esse sujeito se encontra ou se reconhece por meio de uma imagem que é simultaneamente hostil e, conseqüentemente, confrontante. Essa seria a base para as duas formas de identificação imbuídas no imaginário: narcisismo e agressividade que, segundo Bhabha (1994) seriam

the two forms of identification that constitute the dominant strategy of colonial power exercised in relation to the stereotype which, as a form of multiple and contradictory belief, gives knowledge of difference and simultaneously disavows or masks it. Like the mirror phase 'the fullness' of the stereotype — its image as identity — is always threatened by 'lack'. (BHABHA, 1994, p. 110)

¹¹⁵ Conceito desenvolvido por Jacques Lacan, dentro da teoria do imaginário, onde a imagem que uma criança de seis a dezoito meses tem de si mesma no espelho marca a fase da formação do *eu*. Essa experiência permite que a criança tenha uma percepção de unidade em uma fase de sua vida quando o despedaçamento e falta de coordenação motora ainda predominam. Apesar do estranhamento, a criança percebe a imagem como sendo a sua. Contudo, Sales (2005, p. 115) aponta que para Lacan tal fase estaria longe de conotar um fenômeno que se apresenta somente no desenvolvimento da criança, não estando relacionada apenas a um simples estágio ou somente à experiência do espelho e, sim, à alteridade. O Outro, no sentido lacaniano, lembra Mreck (2001), “revela uma posição simbólica de onde o sujeito se escuta e se vê. Não se trata de um Outro concreto ou de um outro especular, que revela apenas como o sujeito se vê no momento”. Um dos grandes perigos, observa a autora, é o sujeito acreditar na existência real do Outro, pois assim “ele passa a concretizar as suas relações e deixa de perceber que elas são tecidas na e pela linguagem e fala.” O imaginário para Lacan, acrescenta, “é a fonte de alienação do sujeito. É onde ele se paralisa através da visualização da imagem especular. Ou seja, o imaginário atua para que fiquemos presos na imagem do espelho e não na escuta do sujeito ou do objeto.”

A construção do discurso colonial é para Bhabha (1994, p. 110) um amálgama de articulações complexas que se desenrolam dentro do imaginário — tropos de fetichismo (metáfora e metonímia) e formas de identificação narcisísticas e agressivas. O sujeito no discurso colonial é, pois, constituído por um repertório de posições conflitantes.

Uma “identidade” colonial é formada com base em fixação e fantasia, colidindo com a existência da diferença. O estereótipo é validado por uma série de outros estereótipos, repetidos várias e várias vezes: “[...] *the same old stories of the Negro’s animality, the Coolie’s inscrutability or the stupidity of the Irish must be told (compulsively) again and afresh, and are differently gratifying and terrifying each time*” (BHABHA, 1994, p. 111, grifo do autor).

O sujeito do discurso colonial é para Bhabha (1994, p. 111) construído dentro de um aparato de poder que lhe nega conhecimento de que o Outro é construído com base em uma forma limitada de alteridade — o estereótipo.

Fanon (2008), que examina a questão do negro em geral e de seus compatriotas em particular, e que a estende ao cenário colonial, observa que existe uma identificação do negro para com o branco, pois o discurso a que tem acesso é construído por estereótipos que o negro, inconscientemente, toma para si:

Nas Antilhas, o jovem negro que, na escola, não para de repetir “nossos pais, os gauleses”, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, isto é, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco. Ele recarrega o herói, que é branco, com toda a sua agressividade — a qual, nessa idade, assemelha-se estreitamente a uma dádiva: uma dádiva carregada de sadismo [...] Pouco a pouco se forma e se cristaliza no jovem antilhano uma atitude, um hábito de pensar e perceber, que são essencialmente brancos. Quando, na escola, acontece-lhe ler histórias de selvagens nas obras dos brancos, ele logo pensa nos senegaleses. Quando éramos estudantes, discutíamos durante horas inteiras sobre os supostos costumes dos selvagens senegaleses. Havia, em nossos discursos, uma inconsciência pelo menos paradoxal. Mas é que o antilhano não se considera negro; ele se considera antilhano. O preto vive na

África. Subjetivamente, intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Ora, ele é um preto. E só o perceberá quando estiver na Europa; e quando por lá alguém falar de preto, ele saberá que está se referindo tanto a ele quanto ao senegalês. (FANON, 2008, p. 132).

A pele para Bhabha (1994), como significante chave de diferença cultural e racial no estereótipo, de discriminação,

is the most visible of fetishes, recognized as 'common knowledge' in a range of cultural and racial, political and historical discourses, and plays public part in the racial drama that is enacted every day in colonial societies (BHABHA, 1994, p. 112).

Essa visibilidade da pele, argumenta Bhabha, confere naturalidade ao estereótipo, pois a diferença do objeto de discriminação é visível e natural — “*colour as the cultural/political sign of inferiority or degeneracy, skin as its natural 'identity'.*” (1994, p. 114, grifos do autor). Contudo, o autor chama a atenção para o fato de a construção de práticas autoritárias estarem envoltas em contradição e ambivalência. O papel dessa identificação fetichista é causar cisão do ego¹¹⁶ e múltiplas crenças, multiplicidade essa que é uma forma não repressiva de conhecimento que permite que se adotem duas formas contraditórias de crença — “*one official and one secret, one archaic and one progressive, one that allows the myth of origins the other that articulates difference and division*” (BHABHA, 1994, p. 115).

A reflexão de Fanon (2008), a seguir, ratifica a asserção de Bhabha (1994) de que o estereótipo não é a simples construção de uma

¹¹⁶ “Expressão usada por Freud para designar o fenômeno muito particular — que ele vê operar sobretudo no fetichismo e nas psicoses — da coexistência, no seio do ego, de duas atitudes psíquicas para com a realidade exterior quando esta contraria uma exigência pulsional. Uma leva em conta a realidade, a outra nega a realidade em causa e coloca em seu lugar uma produção do desejo. Estas duas atitudes persistem lado a lado sem se influenciarem reciprocamente.” (cf. definição de Laplanche e Pontalis. In: OUTEIRAL, J. O mecanismo de cisão no pensamento clínico e teórico de Donald Winnicott: a propósito do filme “O médico e o monstro”, baseado na novela de R.Stevenson, 2004. Disponível em:

<<http://www.google.co.uk/url?sa=t&rct=j&q=cisao+do+ego%2C+freud&source=web&cd=5&ved=0CEgQFjAE&url=http%3A%2F%2Fjoseouteiral.com.br%2Ftextos%2FJ.Outeiral%2520-%2520O%2520Mecanismo%2520de%2520Cismo%2520no%2520Pensamento%2520Clinico%2520e%2520T.doc&ei=No-JUI2wHpG-9QTBM4CYCg&usq=AFOjCNFVL3vaauzNpXXzXz05WfbhJtFfg>>. Acesso em: 20 out. 2012.

falsa imagem que se torna o bode expiatório das práticas discriminatórias. Em vez disso, o estereótipo é muito mais ambivalente, pois há nele um jogo de projeção e introjeção, estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamento, culpa, agressividade, “*the masking and splitting of ‘official’ and phantasmatic knowledges to construct the positionalities and oppositionalities of racist discourse*” (BHABHA, 1994, p. 117).

Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer. (FANON, p. 106–107).

É esse cenário de fantasia colonial, continua Bhabha (1994, p. 117), que articula a demanda pelo negro; a demanda que é desfeita por esse negro, pois o estereótipo é substituto e sombra. Contudo, o autor aponta que um outro cenário do discurso colonial se desenha em paralelo. Um cenário em que o negro atende a essa demanda por meio da mistura e perversidade do estereótipo, da articulação das múltiplas crenças, que acabam por destacar a separação existente entre raças, culturas e histórias:

The black is both savage (cannibal) and yet the most obedient and dignified of servants (the bearer of food); he is the embodiment of rampant sexuality and yet innocent as a child; he is mystical, primitive, simple-minded and yet the most worldly and accomplished liar and manipulator of social forces. (BHABHA, 1994, p. 118)

Bhabha (1994, p. 118) aponta que no cenário ambivalente da dominação colonial, a reforma do colonizado é, por vezes, considerada viável, mas, por outras, esse colonizado é tido como separado, incapaz de se autogovernar, de ser independente, de ajustar-se aos modelos de

civilização ocidental, o que justifica, enfim, o projeto colonial.

O autor acrescenta que com base no reconhecimento da diferença de raça, cultura e história (como elaborada no estereótipo), institucionaliza-se uma série de ideologias culturais discriminatórias. Esse conhecimento fantasioso de populações nativas acaba por fazer que políticas de controle discriminatórias e autoritárias sejam consideradas apropriadas, fazendo do colonizado tanto a causa como o efeito do sistema, aprisionando-o “*in the circle of interpretation*”.

2.6.4.3 Centro e periferia

Como aponta Toro (1995, p. 11), pode-se qualificar “centro” como sendo

the producer of the ruling discourse, that is, the producer of power, for whoever has power imposes the discourse. Here it does not suffice to say “Wissen ist Macht” (knowledge is power), but rather “Macht ist Wissen” (power is knowledge), since the latter addresses the propagation of the imposition of a knowledge, its performance, and not its competence. (TORO, 1995, p. 11)

O autor identifica a comunicação como uma das fontes de poder mais fortes da atualidade, sobretudo pela rapidez e eficiência com as quais é gerenciada.

Segundo o autor, os termos “centro” e “periferia” não são estáticos nem unilaterais. Em graus variados, pertencem à periferia todos os países latino-americanos; os países europeus não detentores do discurso de poder tecnológico, científico e da informação (ex. Portugal, Espanha, Turquia, entre outros); os países do leste europeu, os asiáticos e islâmicos. Ocupam indubitavelmente o centro, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, o Japão. O autor coloca tanto o Canadá como os países escandinavos em uma posição intermediária.

Para Souza (1986, p. 14), o colonialismo é o traço distintivo entre centro e periferia. O autor observa que no início do século XVI, os europeus tinham o controle de 9% do território global, no século XIX tinham 35% e no início do século XX já tinham 85%. Na década de 30, do século XX, prossegue o autor, a expansão continuou para abarcar partes da Ásia, única região que ainda não tinha sido formalmente colonizada. O autor enfatiza a hegemonia resultante do domínio sobre

produção, comércio e economia, assim como a liderança política, de um poder central. O poder hegemônico, afirma o autor,

controls and owns the largest share of the world's production apparatus. It is the leading trading and investment country, its currency is the universal medium of exchange, and its primate city is the financial center of the world. Because of political and military superiority, the dominant country maintains order in the world-system and imposes solutions to international conflicts. (SOUZA, 1986, p. 15)

Segundo Miyoshi (1993), que escreve sobre a transformação das ex-colônias em estados-nação fracassados,

Western culture was to be the normative civilization, and the indigenous cultures were banished as premodern and marginal. And although subaltern resistance proved far more resilient than anticipated, and colonial programs were never really fulfilled anywhere, the victor's presence was powerful enough in most places to maintain a semblance of control and order despite unceasing resistance and opposition. (MIYOSHI, 1993 p. 729)

Ao discutir a colonização da Índia pelos ingleses, Niranjana (1992, p. 7) também aponta que do final do século XVII até meados da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e a França — e em menor escala, Espanha, Portugal, Alemanha, Rússia, Itália e Holanda — dominaram o mundo todo, sendo que o processo de descolonização não teve início antes do final da Primeira Guerra Mundial. A autora, porém, destaca que tal descolonização não significou uma transferência para uma sociedade pós-colonial, e sim uma “transferência de poder”, normalmente do poder colonial regente para elites locais.

Souza (2004) aponta para a situação ambígua dessas elites locais, cuja percepção era de estar em uma posição superior e hegemônica de dominação em relação a seus compatriotas colonizados, mas numa posição inferior em relação a seus colonizadores:

[u]ma sociedade que sofreu a experiência de ter sido colonizada é geralmente uma sociedade que

viveu plenamente sob o signo da ironia. Isso porque os seus membros — especialmente, mas não apenas, as suas elites — viveram num contexto onde pelo menos dois conjuntos desiguais de valores e verdades coexistiam simultaneamente: o conjunto de valores da cultura colonizadora e o conjunto de valores da cultura colonizada. (SOUZA, 2004, p. 1)

Robinson (1997, p. 77) assinala que o centro é “*the seat of power, the capital city of the colonizing power*”, enquanto a periferia é tudo que estiver fora dessa posição. O autor reflete sobre o processo imperial de incorporação e rejeição que se opera nesse modelo centro-periferia, no qual

everyone must become exactly like us; because you are not already exactly like us you must be converted or “translated” into our likeness; because of the necessity of this translation, and the likelihood of its failure, you will forever be a second-class citizen in the empire. (ROBINSON, 1997, p. 77)

Porém, o autor observa que, historicamente, nunca houve um único centro, assim como “periferia” também denota mobilidade. Dessa forma, tal terminologia pode parecer, por vezes, ilusória. O autor assinala que a “tradução do império”¹¹⁷ já denota tal mobilidade e sugere que o centro se movimenta pelos séculos — de Atenas para Roma, de Roma para Paris, de Paris para Londres e de Londres para Nova York. A tradução do império é, sobretudo, “*an attempt to transcend that historical motion by thinking of all successive centres as ‘the centre’- by treating empire as a stable and universal phenomenon even in all its historical change*” (ROBINSON, 1997, p. 78).

2.6.4.4 O poder da língua

Em sua *Minute on Indian Education*, o poeta, historiador e

¹¹⁷ Inferência feita aos estudos da tradução e império, do final da década de 1980, que vê a tradução como um canal indispensável de conquista e ocupação colonial (ROBINSON, 1997, p. 10). O autor igualmente se refere à antiga teoria da *translatio studii et imperii* (tradução do aprendizado e império), que versa que tanto o conhecimento como o controle imperial tendem a se mover em direção ao oeste — da China para o Egito; do Egito para a Grécia; da Grécia para Roma etc.

político britânico, T. B. Macaulay¹¹⁸, que elaborou o Código Penal Indiano, professa abertamente a superioridade europeia, em geral, e a britânica, em particular, sobre as sociedades hindus e árabes, propondo a formação de uma classe “*who may be interpreters between us and the millions whom we govern; a class of persons, Indians in blood and colour, but English in taste, in opinions, in morals, and in intellect*” (§34). Para tanto, Macaulay fervorosamente defendeu o uso da língua inglesa, para ele infinitamente superior ao sânscrito e ao árabe, como o idioma a ser usado para educar os colonizados.

É exatamente para o papel da língua na relação de assimetria de poder que Niranjana aponta, lamentando o fato de que os ET pareçam estar “*by and large unaware that an attempt should be made to account for the relationship between ‘unequal’ languages*” (1992, p. 48), assim como da natureza política da tradução, visto estar esta “*enmeshed in effective history and relations of power*”. A autora evoca algumas obras cujas traduções foram feitas por orientalistas do sânscrito — *Bhagavad-Gītā* (Charles Wilkins), *Śākuntala* (William Jones), *Manu’s Institutes* (Jones and Wilkins), *Kālidāsa* (H. H. Wilson) — que, segundo ela, formam

a canon, interpelate a colonial subject, construct a Hindu character, a Hindu psyche, a Hindu way of life. The “empirical science” of translation comes into being through the repression of the asymmetrical relations of power that inform the relations between languages. (NIRANJANA, 1992, p. 60)

Para Young (2003), línguas, assim como classes e nações, existem em uma hierarquia, o que espelha a relação na tradução, pensada em termos de original e sua cópia inferior. O autor aponta que no colonialismo, contudo,

the colonial copy becomes more powerful than the indigenous original that is devalued. It will even be claimed that the copy corrects deficiencies in the native version. The colonial language becomes culturally more powerful, devaluating the native language as it is brought into its

¹¹⁸ Cf. Minute by the Hon’ble T. B. Macaulay, dated the 2nd February 1835. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/mealc/pritchett/00generallinks/macaulay/txt_minute_education_1835.html>. Acesso em 24 jul. 2012.

domain, domesticated, and accommodated.
(YOUNG, 2003, p. 140).

Young acrescenta que, inicialmente, traduziram-se para a língua do colonizador os textos orais e escritos dos povos nativos considerados relevantes, transformando-os em uma teia de textos escritos acessíveis somente a poucos leitores privilegiados. Assim, a tradução passa a ser “*part of the process of domination, of achieving control, a violence carried out on the language, culture, and people being translated*” (2003, p. 140).

Como observam Bassnett e Trivedi (1999),

[t]he close relationship between colonization and translation has come under scrutiny; we can now perceive the extent to which translation was for centuries a one-way process, with texts being translated into European languages for European consumption, rather than as part of a reciprocal process of exchange. European norms have dominated literary production, and those norms have ensured that only certain kinds of text, those that will not prove alien to the receiving culture, come to be translated. (BASSNETT e TRIVEDI, 1999, p. 5, grifo dos autores)

Segundo Robinson (1997, p. 35) é notório o fato de que para ser lido, hoje em dia, precisa-se escrever, sobretudo, em inglês, a língua que se tornou língua franca depois de

a century and a half of first British and then American political, economic, military and cultural dominance. The language of the imperial centre, disseminated to the peripheries of the empire as the language of power, culture and knowledge, will not only be spoken by more people than the indigenous languages of the peripheries; it will also carry an unconscious power-charge, an almost universal sense that those who speak and write in this language know more and control more than those who don't. (ROBINSON, 1997, p. 35)

Em sua pesquisa sobre o mercado editorial de textos traduzidos, Sapiro (2010), ao constatar que, apesar de um aumento marginal no número de traduções feitas a partir de textos em outras línguas além do

inglês, conclui:

Though the increase in the number of translations in the world is an indicator of a higher number of connections, the cultural flows are asymmetrical [...] Far from fostering diversity, globalization strengthened the hegemony of English and the economic constraints on the world market of translation. (SAPIRO, 2010, p. 436)

Contudo, para Spivak (1993), que escreve tanto como teórica, como tradutora e feminista, não é suficiente contar os números de traduções para avaliar a dinâmica da troca cultural, pois faz-se igualmente necessário dar atenção às especificidades do texto. Spivak critica a tendência de se traduzir de línguas minoritárias para o inglês, de maneira uniforme, fazendo com que os textos percam essas especificidades. Nesse sentido, a autora sugere:

[...] if you are interested in talking about the other, and/or in making a claim to be the other, it is crucial to learn other languages. This should be distinguished from the learned tradition of language acquisition for academic work. I am talking about the importance of language acquisition for the woman from a hegemonic monolingual culture who makes everybody's life miserable by insisting on women's solidarity at her price. (SPIVAK, 1993, p. 192)

Com a apresentação aqui feita de um poder embutido nas entrelinhas das relações entre colonizador e colonizado, de um poder exercido a partir de um centro que se desloca no tempo, mas que se mantém perene, afirmando-se como catalisador de uma hegemonia político-econômica e cultural que se fortalece ainda mais por meio da língua, debruça-se na próxima seção, sobre o papel específico da tradução no contexto pós-colonial.

2.6.5 Pós-Colonialismo e Tradução

Esta seção tem por objetivo trazer algumas vozes dos ET sobre o papel da tradução no contexto pós-colonial e de descrever como mecanismos de tradução ora alimentam, ora rejeitam os preceitos do

discurso colonial. Como visto na proposta de Torop acima, o dominante de um texto tem papel fundamental no processo tradutório, pois é por meio dele que o tradutor tece as suas decisões de como traduzir um texto. Assim, julgou-se pertinente iniciar este subcapítulo com o conceito de “metonímia da tradução” de Tymoczko (1999), por ecoar essa necessidade de primeiramente se encontrar no TP aquele elemento central que o caracteriza. Fecha-se a seção com uma breve exposição da maneira como a tradução é utilizada no contexto pós-colonial a partir da América Latina.

2.6.5.1 Metonímia da Tradução

Em alguns dos trabalhos em que debate a respeito de tradução e pós-colonialismo, Tymoczko (1995, 1999, 2010) constantemente aponta para a escrita como uma reescrita, ecoando a máxima de teóricos como André Lefevere de que toda tradução é uma espécie de reescrita. Porém, ao debater textos marginais¹¹⁹, Tymoczko (1995, p. 13) assinala que, enquanto um texto marginal é uma reescrita para o público original, ele não o é para o público-alvo, pois o tradutor, mesmo que reescreva o TP, encontra-se na posição paradoxal de contar uma nova história a seu público, que será mais radicalmente nova à medida que a cultura e literatura de partida sejam mais remotas. Quando a informação contida no texto literário, continua a teórica, torna-se estranha ou pouco familiar, o público-alvo do texto traduzido pode ter problemas de compreensão, pois, em geral, os seres humanos não estão habituados a ouvir histórias novas, tendendo a reinterpretá-las de maneira que se tornem versões de histórias já conhecidas.

Para Tymoczko (1995, p. 15), os mitos são exemplos bastante pontuais de histórias que surgem da tradição oral e vão se propagando de maneira que cada texto produzido com base em um determinado mito leva o leitor a versões anteriores que acabam funcionando como ponto de referência. A teórica define tal referência como sendo metonímica¹²⁰, um importante aspecto de continuidade cultural das reescritas.

Aplicadas à tradução, Tymoczko (1999, p. 282) aponta que as metonímias encontram-se

¹¹⁹ A teórica define texto marginal como sendo “*texts that have been excluded or omitted from the canon — or, more properly speaking, canons — of world literature as defined by a Western perspective*” (TYMOCZKO, 1995, p. 12).

¹²⁰ A autora discute metonímia como sendo a figura de linguagem na qual “*an attribute or an aspect of an entity substitutes for the entity or in which a part substitutes for the whole*” (TYMOCZKO, 1999a, p. 42).

in the way that translation is always a partial process, whereby some but not all of the source text is transposed, and in the way that translations represent source texts by highlighting specific segments or parts, or by allowing specific attributes of the source texts to dominate and, hence, to represent the entirety of the work. Metonymy operates also in the way that translated texts are written and read as representations of their source cultures and in the way that translations, as elements of the receiving literary system, metonymically encode features of the receiving cultures. (TYMOCZKO, 1999, p. 282)

Para Tymoczko (1999, p. 16), tradutores constantemente lidam com o aspecto metonímico dos textos. Porém, se esses profissionais trabalham com textos pertencentes ao sistema literário da cultura de chegada, e tais sistemas formam, por exemplo, um megassistema, como é o caso da literatura francesa ou inglesa, alguns aspectos do texto original serão mais transparentes para o público-alvo; se o aspectos metonímicos do texto de partida forem, todavia, opacos, haverá, certamente, dificuldade de compreensão. A teórica questiona o papel do tradutor em tais casos, apontando que o tradutor assume a responsabilidade de produzir para o público-alvo um texto que seja representativo da literatura e da cultura de partida. O desconhecimento dos aspectos metonímicos do texto de culturas marginais “*makes it difficult for the audiences of dominant cultures to integrate marginalized texts into their canons, irrespective of any linguistic barrier*” (TYMOCZKO, 1999, p. 17).

A autora questiona o caminho a ser seguido pelo tradutor quando o público-alvo não entende a poética, forma, gênero, entre outros aspectos, do TP, levando o tradutor a contar uma nova história. Para ela há dois caminhos a seguir: ou o tradutor traduz parcialmente a informação literária no texto, ou faz uso de comentários na tradução (introduções, prefácios, notas de rodapé, textos paralelos etc.). Tymoczko (1999, p. 18) aponta que, no primeiro caso, normalmente se produz um texto popular porque o foco dado pelo tradutor recai em alguns aspectos do texto literário que atingem um público-alvo maior, e no segundo, um texto mais acadêmico, pois o texto traduzido é complementado por uma série de materiais paratextuais que explicam as metonímias do TP. Porém, todos os tradutores, mesmo o tradutor que

opta por uma tradução mais acadêmica, continua a autora, seleciona

specific aspects of the metonymic relationship between text and literary system or text and culture to realize and to privilege. [...] The choice of which metonymies to preserve has much to do with the translator's purpose, and the translator who wishes to challenge elements of the privileged center of the target system of poetics, will probably privilege metonymies of genre or poetics over those of content or language, while a translator who wishes to challenge the value structure, say, of the receptor audience will make different choices. (TYMOCZKO, 1999, p. 19)

A autora chama atenção para o uso de certas dicotomias¹²¹ na classificação das estratégias de tradução usadas em textos marginais, pois se por um lado o tradutor pode usar estratégias que privilegiem o TP para certos aspectos do texto original, por outro, ele pode usar estratégias que destaquem o TC a fim de torná-lo mais bem assimilado pela cultura de chegada. Para a teórica, “*it is the selection of metonymies to preserve and to relinquish, to assimilate and to resist, that principally characterizes the initial translation norms of marginalized texts, more than the standard polarities that are usually discussed in translation theory*” (TYMOCZKO, 1999, p. 22). Tais escolhas é que irão ajudar a seleção de estratégias mais pontuais pelo tradutor.

Entender as metonímias dos textos traduzidos, aponta a autora,

makes it possible to grade more finely the sorts of larger and relatively inoperable classifications of translation strategies that are generally proposed in the literature of Translation Studies. At the same time, awareness of the metonymies of translation are a key to the construction of representations that translations project—whether representations of history, culture, values, or literary form. (TYMOCZKO, 1999, p. 22)

¹²¹ A autora faz menção específica à classificação de Toury, “tradução adequada”, que privilegia o TP, e “tradução aceitável”, que privilegia o TC, assim como “tradução literal” vs “tradução livre”, “equivalência formal” vs “equivalência dinâmica”.

2.6.5.2 O tradutor no espaço pós-colonial

Segundo Simon (2007, p. 464), a análise das tendências tradutórias de uma determinada época nos permite um melhor entendimento das “*larger cultural forces at work in translation*”. Ao invés de procurar entender a cultura de partida, afirma Simon (2007, p. 464), o tradutor teria, sim, a tarefa de determinar o “significado cultural” que, para a autora, não está localizado na cultura em si, mas em um processo de negociação, que mantém esse significado cultural em permanente “*re-activation*”. Assim, para a autora,

[t]he solutions to many of the translator’s dilemmas are not to be found in dictionaries, but rather in an understanding of the way language is tied to local realities, to literary forms, and to changing identities. Translators must constantly make decisions about the cultural meaning which language carries, and evaluate the degree to which the two different worlds they inhabit are “the same.” (SIMON, 2007, p. 464)

O processo de transferência de significado, continua a autora, “*has less to do with finding the cultural inscription of a term than in reconstructing its value*” (SIMON, 2007, p. 464, grifo da autora). O tradutor deve, pois, ocupar-se com o valor do texto para determinar-lhe o significado. Nesse sentido, a autora assevera ser um projeto de tradução de importância fundamental: “*[t]he translating project is essential to this transaction; it activates the implicit cultural meanings which are brought to bear*” (SIMON, 2007, p. 466, grifo da autora).

Em seu trabalho *Translation and Conflict*, Baker (2006) discute o papel ambivalente de tradutores e intérpretes pegos em zonas de conflito, quando a tradução e a interpretação “*participate in shaping the way in which conflict unfolds in a number of ways*” (BAKER, 2006, p. 2). A autora, que apresenta um modelo de análise narrativa, debate a situação de conflitos mundiais em geral, com particular atenção aos vários conflitos espalhados pelo mundo árabe, como a guerra do Iraque, assim como a guerra de Kosovo e situações polêmicas como a prisão de supostos terroristas na Baía de Guantânamo. Para a teórica,

[t]ranslation and interpreting are essential for circulating and resisting the narratives that create the intellectual and moral environment for violent conflict in the first place, even though the

narratives in question may not directly depict conflict or war. Indeed, some of these narratives [...] may be packaged as disinterested, abstract scientific theories, others as literary texts, cartoons, or innocent entertainment. (BAKER, 2006, p. 2)

Baker claramente se posiciona a favor de uma postura mais crítica por parte de tradutores e intérpretes ao sugerir que não se pode dar atenção somente aos aspectos linguísticos de um texto, sem também considerar o contexto político e social no qual se insere tal texto. Esse contexto articulado nas entrelinhas das relações de poder é, frequentemente, alimentado por meio de mecanismos de tradução.

In all these elaborate cycles of dominance and contestation of dominance and the complex interplay between power and resistance, some form of translation is almost always present. This has always been the case, but it is particularly true of the twenty-first century, with its globalized economies and aggressive resurgence of colonial empire. (BAKER, 2006, p. 24).

Visão semelhante é compartilhada por Young (2003) ao olhar para a tradução no contexto pós-colonial. Para o autor, enquanto prática,

translation begins as a matter of intercultural communication, but it also always involves questions of power relations, and of forms of domination. It cannot therefore avoid political issues, or questions about its own links to current forms of power. No act of translation takes place in an entirely neutral space of absolute equality. Someone is translating something or someone. Someone or something is being translated, transformed from a subject to an object. (p. 140)

Da mesma maneira, ao falar em agência tradutória, Spivak afirma que, enquanto agente que é, a tradutora deve encarar o texto “*as one directs a play, as an actor interprets a script. That takes a different kind of effort from taking translation to be a matter of synonymy, syntax, and local color*” (SPIVAK, 1993, p. 181).

2.6.5.3 Tradução e pós-colonialismo na América Latina

Como observa Pagano (2000), que apresenta uma análise triangular entre pós-colonialismo, América Latina e tradução, o encontro entre pós-colonialismo e tradução se dá pelo fato de que

[a] vivência colonial leva os sujeitos a se deslocarem para outros espaços, outras temporalidades e outras línguas. Isso aplica-se tanto para aquele que se encontra num grau elevado da hierarquia de poder como para todos aqueles que encenam diversos graus de subordinação. (PAGANO, 2000, p. 158).

A autora reconhece que existem diferentes condições de multilinguismo, nos diferentes contextos de deslocamento e, embora o multilinguismo do imigrante voluntário difira daquele do exilado político ou das minorias subjugadas,, afirma que “ambos contextos são geradores de produções discursivas reveladoras para o teórico da tradução e do pós-colonialismo” (PAGANO, 2000, p. 159).

No caso particular da América Latina, Pagano (2000, p. 159) aponta haver controvérsia em relação à questão pós-colonial, sobretudo por ser objeto de análise dos teóricos pós-coloniais países díspares como Índia, África do Sul ou Argélia. Contudo, a autora assinala que o contato com o debate gerado em outros espaços pós-coloniais tem se mostrado igualmente frutífero no cenário latino-americano, onde a metalinguagem¹²² do tradutor é utilizada como fonte de teorização de processos de transferências interculturais. “Por estar localizado no ‘entrelugar’ de diversas línguas, tradições e histórias, o discurso do tradutor pode ser abordado como discurso que informa sobre processos inerentes ao movimento fluido de construção de identificações culturais” (PAGANO, 2000, p. 160).

Pagano (2000) reflete sobre a relação entre tradução e o contexto pós-colonial mediante a análise do poema *Poema con traducción simultánea español-español*¹²³, da argentina Susana Thénon, de 1987. O poema abre com uma epígrafe de um poema do poeta nicaraguense

¹²² Metalinguagem na forma de ensaios, depoimentos, prefácios, notas de rodapé e textos ficcionais e poéticos.

¹²³ Poema integral disponível em

<http://elhuesodelapalabra.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html> Acesso em: 9 jan. 2013.

Rubén Darío¹²⁴ que celebra os cem anos de independência argentina (1910), destacando o laço entre as nações latino-americanas e anglo-saxônicas. Dali, Thénon reescreve (usando parênteses) a narrativa histórica da conquista da América, como mostram os seguintes versos:

Cristóforo
 (el Portador de Cristo)
 hijo de un humilde cardador de lana
 (hijo de uno que iba por lana sin cardar)
 zarpó del puerto de Palos
 (palo en zarpa dejó el puerto)
 no sin antes persuadir a Su Majestad la Reina
 Isabel la Católica de las bondades de la empresa
 por él concebida
 (no sin antes persuadir a Her Royan
 Highness
 die Königin Chabela la Logística de empeñar
 la corona en el figón de Blumenthal con-
 verso)
 así se vertiesen litros y litros de
 genuina sangre vieja factor RH negativo
 (así costase sangre sudor y lágrimas
 antípodas)¹²⁵

Apesar da predominância do espanhol, Pagano (2000, p. 160) aponta que o poema de Thénon desafia o movimento convencional da tradução de uma língua para uma outra língua, valendo-se de múltiplas línguas e múltiplas histórias. Para a autora, essa é

uma produção que problematiza a escrita da História como operação redutora construída por aquele que detém a palavra e impõe uma língua, e também, de uma leitura que interroga os espaços inter e intra, que indaga as tensões geradas pelas

¹²⁴ “*Para ir hacia lo venidero,/ para hacer, si no el paraíso,/la casa feliz dei obrero/en la plenitud ciudadana/vínculo íntimo estabona/e impetu externo hermana/a la raza anglosajona/con la latinoamericana*”.

¹²⁵ Cristóforo (o Portador de Cristo)/ filho de um humilde cardador de lã (filho de um que viajava à procura de lã sem cardar)/ zarpou do porto de Paños (pau em mão deixou o porto)/não sem antes persuadir a Sua Majestade a Rainha Isabel a Católica das bondades da empresa por ele concebida/(não sem antes persuadir a Her Royal Highness die Königin Bebel a Logística de empenhar a coroa na tasca de Blumenthal com-verso)/mesmo que se vertessem litros e litros de genuíno sangue velho fator Rh negativo (mesmo que custasse sangue suor e lágrimas antípodas) (Tradução de Pagano, 2000, p. 162, 163).

assimetrias dentro e fora do espaço nacional. Trata-se, ainda, de uma visão que interroga a tradução como operação fundamentada numa lógica de equivalências e identidades. Trata-se, em última instância, de uma revisão pós-colonial que permite explorar outras leituras do latino-americano, neste caso específico, da nação argentina, fora de contextos de significação convencionais, incorporando à leitura da filiação hispânica dessa nação, outras filiações ou afiliações como a da Argentina com o império britânico. (PAGANO, 2000, p. 166)

Ao fazer uma releitura de narrativas predominantes, conclui a autora, o poema destaca a pertinência da tradução nas releituras dos espaços pós-coloniais latino-americanos.

Ao abordar pós-colonialismo e tradução nas Américas, Gentzler (2011) reflete sobre o impacto cultural do uso da metáfora do canibalismo por diversos escritores, tradutores e cineastas brasileiros, tornando-se

the primary conceits for illustrating Brazilian cultural difference, its bi-cultural development, and its complex and often contradictory identity as a nation [...]. By reinterpreting, rewriting, and translating their own culture, incorporating positive elements from both European and Brazilian traditions, but at the same time questioning European sources with ethnocentric prejudices against indigenous peoples, these writers have arrived at a theory of translation and identity formation that is historically rich, culturally diverse, and theoretically highly original, anticipating many of the debates characteristic of critical theory in the West today. (GENTZLER, 2011, p. 28)

Espero, com as vozes aqui trazidas, ter mostrado um pouco do que se discute no contexto das teorias pós-colonialistas e ter contribuído de alguma forma para o entendimento das relações do espaço colonial e do papel sempre presente da tradução na engrenagem dessas relações. No próximo capítulo, discutir-se-á a metodologia empregada na presente pesquisa, destacando-se o processo da coleta dos dados.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DAS TRADUÇÕES

Este capítulo tem por objetivo principal descrever os diferentes estágios da elaboração do *corpus*, suas peculiaridades e problemas oriundos de sua construção e apresentar a análise tanto das estratégias usadas pelos três tradutores como a dos paratextos — as capas e notas, prefácios e posfácios que acompanham os textos traduzidos.

3.1 METODOLOGIA

O *corpus* que serve como base para a presente pesquisa foi iniciado com a coleta dos termos indígenas que aparecem no original e seus correspondentes na tradução hispano-americana. Visto que as traduções inglesa e italiana foram trazidas para a discussão, os termos correspondentes dessas duas traduções foram adicionados ao *corpus* original. Alguns poucos termos foram incluídos, posteriormente, no *corpus* desde sua construção para a análise da tradução de Olea.

A presente análise não tem valor prescritivo. Ela está inserida nos estudos descritivos da tradução, cuja definição já foi apresentada no capítulo 2. Com ela, buscar-se-á descrever o comportamento tradutório dos três tradutores cujos trabalhos são aqui analisados, tomando-se como base conceitos das teorias apresentadas naquele mesmo capítulo.

Embora este estudo não se insira dentro do que se denomina Linguística de *Corpus*, a metodologia aqui usada tem como base a construção de um pequeno *corpus*, cuja classificação é baseada na definição de *corpus* dada por Berber Sardinha (2004, p. 18):

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise. (BERBER SARDINHA, 2004, p. 18).

No que diz respeito aos dados linguísticos, estes pertencem ao uso escrito. São, especificamente, termos de origem indígena como aparecem no TP e seus correspondentes nas traduções hispano-

americana, inglesa e italiana. Em relação à representatividade do *corpus*, segundo Berber Sardinha (2004, p. 23), esta é normalmente associada ao tamanho desse *corpus* — quanto maior for o *corpus*, melhor poder-se-á verificar as possibilidades linguísticas por ele oferecidas. O presente *corpus* é de grande representatividade, pois nele incluíram-se todos os termos que foram identificados como sendo de origem indígena, o que o classifica como sendo um “*corpus* de amostragem” que, segundo Berber Sardinha (2004, p. 20), é “composto por porções de textos ou de variedades textuais, planejado para ser uma amostra finita da linguagem como um todo.”

Com base em definição apresentada por Baker (1995, p. 230), o presente *corpus* é um *corpus paralelo*, por envolver um TP em uma língua A e suas traduções em língua B¹²⁶. De acordo com a teórica, a maior vantagem de um *corpus* paralelo é que ele permite ao pesquisador estabelecer de maneira objetiva como os tradutores superam dificuldades tradutórias na prática, e usar tais evidências para fornecer modelos realistas a tradutores em treinamento. Ademais, esse tipo de *corpus*, segundo a autora, seria um instrumento importante no que se refere à verificação de normas de tradução¹²⁷ em contextos socioculturais e históricos específicos.

Como já mencionado neste estudo, os textos não foram escaneados, pois não se usou nenhum software de leitura ou programas concordanceadores que necessitassem tal procedimento. Todo o processo de coleta e análise de dados foi viabilizado usando-se somente os dispositivos oferecidos pelo programa Excel.

Um outro fator que vale menção nessa discussão a respeito do uso de *corpora* na pesquisa é a intuição humana, que é vista de maneira bastante díspar dentro do campo. Desacordos à parte, é importante frisar que a intuição é um ponto de partida válido, como atestam Altenberg e

¹²⁶ Embora Baker defina o *corpus* paralelo como o envolvimento de um texto de partida em língua A com suas traduções em uma língua B, a formação das traduções aqui analisadas, que representam línguas B, C e D, apresenta as mesmas vantagens atribuídas àquela de Baker. Ademais, o fato de envolver três traduções em três idiomas distintos não classifica o *corpus* como sendo multilíngue, pois este implica o envolvimento de textos originais em línguas diferentes.

¹²⁷ Para Toury (1995), as normas de tradução “form a graded continuum along the scale: some are stronger, and hence more rule-like, others are weaker, and hence almost idiosyncratic. The borderlines between the various types of constraints are thus diffuse. Each of the concepts, including the grading itself, is relative too. Thus, what is just a favoured mode of behaviour within a heterogeneous group may well acquire much more binding force within a certain (more homogeneous) section thereof, in terms of either human agents (e.g., translators among texters in general) or types of activity (e.g., interpreting, or legal translation, within translation at large). (TOURY, 1995, p. 54)

Granger (2002):

o papel da análise de corpus nesse processo não é o de confirmar ou desautorizar a intuição do analista calcada em sua competência, mas sim o de refinar “initial assumptions of similarity”... Apesar de a intuição ser um ponto de partida importante, o corpus proporciona os elementos vitais necessários para que a pesquisa desvende aspectos não contemplados nos pressupostos iniciais. (ALTENBERG e GRANGER, 2002, p. 16)

Berber Sardinha (2004, p. 33) afirmar ser a intuição parte integrante de uma pesquisa com *corpus* que vai além das fronteiras da Linguística de *Corpus*:

[...] ao tomar a posição de não discriminar a intuição como componente da pesquisa com corpus, a tradução busca desenvolver metodologias de análise de corpus próprias, que tendem a distanciá-la da Linguística de Corpus. Além disso, à medida que o uso de corpora se torna mais comum na pesquisa em tradução, começam a surgir trabalhos que propõem metodologias específicas de exploração de corpora para fins tradutológicos. (BERBER SARDINHA, 2004, p. 33).

Como já mencionado anteriormente, a presente análise não se valeu de estratégias pressupostas antes da coleta de dados. A partir dos resultados obtidos, as estratégias foram avaliadas e, somente então, é que as teorias foram consultadas. Tal abordagem está em linha com o que Tognini-Bonelli (2002, p. 74) denomina “movida a *corpus*” (*corpus driven*) que, segundo a autora, visa à descrição abrangente de dados, e não, à seleção de exemplos que ilustrem elementos representativos de uma teoria específica, como é o caso da abordagem “baseada em *corpus*” (*corpus based*). Para a autora, a evidência empírica deve preceder a escolha teórica:

The theoretical statements, as well as the comments or recommendations made, arise directly from, and reflect, the evidence provided

by the corpus. (...) Linguistic description is arrived at, step by step, from the observation of language usage; recurrent language events and frequency distributions are expected to form the basis of linguistic categories. (TOGNINI-BONELLI, 2002, p. 74).

Em relação ao caráter qualitativo ou quantitativo da análise, William e Chesterman (2002, p. 65) apontam que muitos projetos de pesquisa apresentam os dois elementos. O presente trabalho se enquadra nesse grupo. Para os autores, a diferença fundamental entre uma e outra corrente é que enquanto a pesquisa quantitativa “*may aim at making claims about universality*” e “*to measure things, to count, and to compare statistically*”, a pesquisa qualitativa “*can lead to conclusions about what is possible, what can happen, or what can happen at least sometimes; it does not allow conclusions about what is possible, general or universal.*”

Enquanto a presente pesquisa se utiliza dos elementos objetivos da análise quantitativa, no que se refere ao uso de resultados estatísticos e à contagem de ocorrências para avaliar a frequência das diferentes estratégias usadas pelos tradutores de *Macunaíma*, seu objeto maior é a interpretação desses dados de maneira a responder pelas escolhas feitas pelos tradutores. Porém, se por um lado o recorte aqui proposto responderá pelo comportamento dos tradutores aqui representados, por outro lado, isso não impede que hipóteses de natureza mais generalizada possam ser levantadas.

Os próximos tópicos se incumbem de descrever o processo de elaboração do *corpus*.

3.1.1 Extração dos TOI no texto original e nas traduções

O primeiro passo em direção à construção do *corpus* (vide pequena amostra nos anexos H e I) foi elaborar uma coleta manual dos termos de origem indígena no texto original e inclui-los em uma planilha do programa Excel, cujo leiaute será mostrado mais adiante. Embora, nos dias atuais, existam aplicações de captação de dados, especificamente desenhadas para a área da tradução e mais complexas que o programa Excel, essa ferramenta mostrou-se bastante eficiente para o propósito da pesquisa e altamente prática no que diz respeito à organização dos dados coletados. O programa tem, por exemplo, recurso próprio de seleção por grupos de palavras, o que facilitou a leitura

quantitativa das estratégias escolhidas pelos tradutores.

Inicialmente, foram incluídos na planilha os termos que eu mesma julguei serem de origem indígena. Meu próprio conhecimento da língua possibilitou essa triagem inicial, sendo que o fator de “estranhamento” de certas palavras teve um papel importante em minhas escolhas. Os nomes dos personagens, por exemplo, não soam ao português de origem europeia, assim, foram incluídos no *corpus* desde o início, juntamente com outras palavras com as quais eu mesma não estivesse familiarizada. Por meio de consultas a dicionários da língua portuguesa, dicionários de línguas indígenas e do trabalho de Cavalcanti Proença (1987), alguns termos foram excluídos e tantos outros adicionados. Como Mário de Andrade também fez uso de palavras de origem africana, por exemplo, inicialmente algumas palavras tinham sido incluídas para, posteriormente, serem retiradas pela constatação de serem de origem africana, como é o caso dos termos “ganzá”, “macota”, “cafuné”, “cariapemba” entre outros.

Incluíram-se igualmente, composições como “cajueiro e tucunzeiro”, ou colocações como “Pai do Mutum” e “Tutu-Marambá” por serem parcialmente formados por termos de origem indígena. Nos dois primeiros exemplos, os termos indígenas se juntam ao sufixo português *-eiro*, e nos dois últimos, há o encontro de palavras indígenas (“Mutum” e “Marambá”) com palavra de origem latina (“Pai”) e africana (“Tutu”). Também fazem parte do *corpus* os nomes próprios com as explicitações com termo não indígena usados pelo autor, como “Ci, a Mãe do Mato” ou “Vei, a Lua”, em que os primeiros elementos são de origem indígena.

Quanto às enumerações criadas pelo autor, cada palavra foi incluída separadamente no banco de dados, não só por não serem compostas exclusivamente de termos indígenas¹²⁸, mas também para facilitar a classificação das estratégias usadas pelos tradutores para cada um dos termos dessas enumerações, visto que nem todas as palavras de uma lista foram por eles tratadas da mesma maneira, como se vê no Quadro 12, no qual se apresentam, separadamente, termos de uma dessas listas com diferentes designações para “urubu” (*Cathartes aura*).

¹²⁸ “[...] era o papagaio-trombeta era o papagaio-curraleiro era o periquito cutapado era o xarã o peito-roxo o ajuru-curau o ajuru-curica arari ararica araraúna araraí araguaí arara-taua [...]” (XV/108, elementos indígenas grifados).

Quadro 12 — Ex. tradução para “urubu”

Original/ (XVI/125)	Tradução h. americana	Estratégia/ grafia	Tradução Inglesa	Estratégia/ Grafia	Tradução italiana	Estratégia/ Grafia
Urubus (<i>Cathartes aura</i>)	iribús (<i>Cathartes aura</i>)	tradução/ AL	vultures (<i>Cathartes aura</i>)	tradução/LC	Urubus	cópia – GA
urubu-camiranga (<i>Cathartes aura</i>). Fam. Cathartidae	chino-chicora sapitiba (<i>Fregata magnificens</i>). Fam. Fregatidae	subst (OF)/ AL	black vultures (<i>Coragyps atratus</i>)	subst (OG)/ LC	urubù- camiranga	cópia/GA
urubu-jeregua (<i>Cathartes aura</i>)	Iribú-chato	tradução + adição/AL	turkey buzzards (<i>Cathartes aura</i>)	tradução/LC	urubù- jeregua	cópia/GA
urubu-peba (<i>Cathartes aura</i>)	aura (<i>Cathartes aura</i>)	tradução/ LC	carrion crows (<i>Cathartes aura</i>)	tradução/LC	urubù-peba	cópia/GA
urubu-ministro (<i>Cathartes aura</i>)	jote (<i>Cathartes aura</i>)	tradução/ AL	yellow-headed vultures (<i>Cathartes burrovianus</i>)	subst (OE/ LC)	urubù- ministro	cópia/GA
urubutinga (<i>Sarcoramphus papa</i>)	cuervo-de- cabeza-amarilla (<i>Cathartes urubutinga</i>)	subst (OG)/ LC	king vultures (<i>Sarcoramphus papa</i>)	tradução/LC	urubù-tinga	cópia/GA

Num primeiro momento, pensou-se em cerca de trezentas palavras de origem indígena, mas ao final da coleta, coletou-se um total de 2.253 termos, o que, de certa forma, já confirma a importância de tais termos na obra marioandradiana. É importante mencionar, porém, que nesse total estão incluídas todas as palavras de origem indígena que se repetem, como é o caso, sobretudo, dos nomes dos personagens, particularmente o nome “Macunaíma”, que aparece 499 vezes, e variantes de uma mesma designação como, por exemplo, “mandioca”, “macaxeira”, “aipim” e “maniva”. Visto que o objetivo da presente pesquisa é analisar as escolhas de estratégias dos tradutores, a inclusão dessas repetições e variantes é fundamental, pois permite que se observe se os tradutores usaram estratégias diferentes para elas. O termo “timbó” (*Ateleia glazoviana*), por exemplo, que é citado dez vezes no TP, foi traduzido por Olea por “barbasco” (*Lonchocarpus utilis*), por “ayaré” (*Tephrosia cinerea*) e “embarbasco”, um verbo derivado do termo “barbasco”; por Goodland, foi traduzido por “fish-fuddle”¹²⁹ para a maioria das ocorrências, por “stuff” e “poison”, e Giorgi usou o mesmo termo do original para todas as ocorrências.

No que concerne a extração dos termos correspondentes nas traduções, essa se deu por leitura dos trechos que correspondiam ao original. Como os três tradutores mantiveram a divisão em capítulo do original, todos os termos, incluindo os termos do TP foram extraídos por capítulo. Assim, os termos originais foram incluídos no *corpus*, seguidos dos termos correspondentes da tradução hispano-americana, da inglesa e da italiana.

Como a extração foi feita durante a leitura das traduções, fatores como inclusão de índice ou a composição dos parágrafos ajudaram na identificação dos termos correspondentes ao termo do original. A título de exemplo dessa questão, com exceção de Olea, os outros dois tradutores, como feito por Mário de Andrade, incluíram um índice no início do livro com o número, título e página de cada capítulo, o que facilitou, quando necessário, a procura de um determinado capítulo.

No TP, os parágrafos estão muito bem definidos, com a fala dos personagens marcada, sistematicamente, com o uso do travessão, no início de uma nova linha, como mostra o exemplo acompanhado das três traduções:

¹²⁹ Um dos nomes como é conhecida a *Piscidia erythrina* (*Jamaican dogwood tree*).

Então Macunaíma quis se divertir um pouco. Falou pros manos que inda tinha muita piaba muito jeju muito matrinchão e jatuaranas, todos esses peixes do rio, fossem bater timbó! Maanape disse:

— Não se encontra mais timbó.

Macunaíma disfarçando secundou:

— Junto daquela gruta onde tem dinheiro enterrado enxerguei um despotismo de timbó. (p. 13)

Tradução hispano-americana:

Entonces Macunaíma quiso divertirse un poco. Dijo a sus manos que aún había mucho mije, mucha guabina, mucho careperro y pez-banana, todos esos peces de río; que fueran a embarascar las aguas!y Maanape respondió:

— Ya no se encuentra más barbasco.

Macunaíma disimulando repiqueteó:

— Junto a aquella gruta donde hay guacas con dinero enterrado divisé ayaré a montones. (p. 58).

Tradução inglesa:

Macunaíma chose this time to tease his family. He said there must still be plenty of different kinds of fish in the river, so they ought to go and stupefy them with fish-fuddle, by pounding some sticks of this climbing vine and flogging the water with the frayed pieces. Maanape muttered, "I haven't seen any fish-fuddle around here lately."

Macunaíma craftly volunteered, "Near that cave where the coins are buried, I'm sure I saw masses of the stuff". (p. 8-9).

Tradução italiana:

Allora Macunaíma pensò divertirsi un pochino. Disse ai fratelli che c'erano ancora molti piabas, molti jejus, molti matrinchões e jatuaranas, che

*son tutti pesci di fiume, che andassero a cogliere
foglie di timbó*¹³⁰. *Maanape disse:*
— *Di timbó non se ne trova più.*
E Macunaíma ipocritamente rispose:
— *Accanto a quella grotta dove c'è denaro
sotterrato ho scoperto una gran quantità di timbó.*
(p. 24)

Quando foi necessário encontrar um termo, ou termos, em uma página repleta de palavras, naturalmente, foi muito mais fácil identificá-lo quando a composição do parágrafo seguia a do original, e os diálogos introduzidos de maneira similar, como é o caso das traduções hispano-americana e italiana. Como o tradutor inglês não faz quebra de linha para apresentar uma fala de personagem, e visto ter escolhido as aspas para introduzir os diálogos, a extração de termos nessa tradução foi mais difícil e demorada que nas outras duas.

Outro referencial visual na extração dos termos são os poemas que aparecem ao longo do texto, a busca por palavras que estejam “logo acima” ou “logo abaixo” desse ou daquele poema é, nesses casos, facilitada, principalmente, quando tais termos apresentam a mesma forma e semântica similar ao original, mas essa vantagem pode ser anulada em casos onde a tradução é bem diferente do original, como mostra o exemplo abaixo, em que o tradutor usou prosa em vez de verso:

Valei-me Nossa Senhora,
Santo Antônio de Nazaré,
A vaca mansa dá leite,
A braba dá si quisé! (p. 41)

*[...] he prayed to St. Antony and the Blessed
Virgin Mary to help him. He knew that the gentle
cows give milk upon first asking, while the wilder
cows give milk only if it suits them. (p. 47).*

Ademais, foi particularmente difícil lidar com as longas enumerações, pois nem sempre os termos traduzidos apresentam a mesma ordem do original. Notadamente, na tradução inglesa, o tradutor substituiu os termos por palavras mais conhecidas na LC e também omitiu alguns dos termos, o que não permite um alinhamento exato

¹³⁰ Tradutora usou nota de rodapé para explicar que se tratava de planta venenosa usada para pescar.

entre original e tradução. O exemplo a seguir mostra uma das enumerações no original e a tradução inglesa.

Perguntaram pra todos os seres, **aperemas sagüis tatus-mulitas tejus mussuãs** da terra e das árvores, **tapiucabas chabós matinta-pereras** pinicapaus e **aracuãs** do ar, pra ave **japiim** e seu compadre marimbondo, pra baratinha casadeira, pro pássaro que grita “Taám!” e sua companheira que responde “Taim!, pra lagartixa que anda de pique com o rato, pros **tambaquis tucunarés pirarucus curimatás** do rio, os **pecaís tapicurus** e **iererês** da praia, todos esses entes vivos [...] (p. 27)

Tradução inglesa:

*They inquired of all the creatures there: **tortoises, marmosets, little armadillos, river turtles, lizards, poisonous wasps, swallows, small owls of ill omen, woodpeckers, motmots**: they asked the **orioles** and their close friends and lodgers, the marabunta hornets; they asked the cockroach and the wood louse; they inquired from the bush turkey that cries “Tang” and from his wife that cries “Ting”; from the lizard that plays hide-and-seek with the rat; from **fish with scales and fish without**; and from **sandpipers** that skitter along the sandy beaches – all these living things they asked [...] (p. 28).*

Na enumeração de Mário de Andrade aparecem dezessete espécies de animais de origem indígena (em negrito), enquanto a tradução inglesa apresenta somente dez termos correspondentes. Desses termos correspondentes, pela suas definições, pode-se presumir que o tradutor tenha trocado a ordem dos termos “*river turtle*” e “*lizard*”, termos mais próximos ao original “muçuã” e “teju”, respectivamente. Em relação às espécies de peixes (*tambaquis, tucunarés, pirarucus, curimatás*) Goodland generalizou usando “*fish with scales and fish without*”¹³¹ e deixou de traduzir os termos “*tapicurus*” e “*iererês*”.

Embora o tradutor tenha mantido a lista com animais semelhantes

¹³¹ Todas as espécies de peixes mencionadas no original são de peixes de escama.

aos do original, a generalização e a não tradução de alguns termos dificultam o alinhamento entre original e tradução, conseqüentemente, afetando também a categorização das estratégias. Nesse exemplo, em particular, consideraram-se as estratégias elencadas no Quadro 13.

Quadro 13 — Ex. tradução de enumerações – trad. inglesa

Original	Tradução inglesa	Estratégia
aperemas Fam. Geoemydidae	tortoise Fam. Testudinidae	Subst (OF)
sagüis Fam. Callithrichidae	marmosets Fam. Callithrichidae	Tradução ¹³²
tatus-mulitas (<i>Dasyus septemcinctus</i>).	little armadillo (<i>Dasyus novemcinctus</i>)	Subst (OE) + adição
tejus designação indígena do lagarto	lizards	Tradução
mussuás Fam. Kinosternidae	river turtle Fam. Pelomedusidae	Subst (OF)
tapiucabas (<i>Polybia dimidiata</i>)	poisonous wasp (<i>Vespula vulgaris</i>)	Subst (OG) + adição
chabós (<i>Phaloprogne tapera fusca</i>)	swallows Gênero Hirundo	Subst (OG)
matinta-pereras (<i>Tapera naevia</i>)	small owl of ill omen	Paráfrase
aracuãs Fam. Cracidae	motmots Fam. Momotidae	Subst (OF)
japiim Fam. Icteridae	orioles Fam. Oriolidae	Subst (OF)
tampaquis	fish with scale	Paráfrase
tucunarés	fish without (scale)	Paráfrase
pirarucus	n/a	Omissão
curimatás	n/a	Omissão
pecaís Fam. Podicipedidae	sandpipers Fam. Scolopacidae	Subst (OF)
tapicurus	n/a	Omissão
iererês	n/a	Omissão

Uma vez coletados os dados, escolheram-se as categorias que se acreditou pudessem auxiliar na análise proposta. Assim, em relação ao TP, definiu-se como categorias: a) item do original; b) número do

¹³² Aqui, considerou-se a tradução como estratégias visto que ambos os termos designam várias espécies.

capítulo e da página¹³³; c) classe de palavra; d) categoria; e) origem; f) definição e g) fonte. Para as traduções, definiu-se como categorias: a) tradução; b) fonte; c) estratégia e d) grafia, em que “tradução” se refere ao termo correspondente ao termo do original; “fonte”, onde foi encontrado o termo traduzido¹³⁴; “estratégia”, a estratégia usada pelos tradutores seguindo classificação apresentada no capítulo 7, e “grafia” indica se o termo tem grafia da língua de chegada (LC), grafia idêntica ao termo do original (IO), ou se a grafia foi adaptada (GA).

Os Quadros 14 e 15, a seguir, mostram exemplos retirados do *corpus*. No Excel, todas as categorias foram alinhadas lado a lado, o que torna a análise mais rápida e prática.

Texto Original

Quadro 14 — Ex. termos retirados do *corpus* — TP

Termo Original	Capítulo/Página	Classe	Categoria	Origem	Definição	Fonte
Macunaíma	I/9	Subst.	Antropônimo	pemon	nome do herói	-
piá	II/14	Subst.	Grau parentesco	tupi	menino	Au
tatajuba	II/13	Subst.	Botânica	tupi	árvore da família das moráceas (<i>Bagassa guianensis</i>) ¹³⁵ . Fam. Moráceas	Au

Traduções

Quadro 15 — Ex. termos retirados do *corpus* — traduções

Hispano-Americana	Estratégia	Grafia	Inglesa	Estratégia	Grafia	Italiana	Estratégia	Grafia
Macunaíma	Cópia	IO	Macunaíma	cópia	IO	Macunaíma	cópia	IO
guacho	Tradução	AL	sonny	tradução	LC	Ragazzino	tradução	LC
tataíba (Morus tataíba)	Subst (OG)	AL	cow tree (Fam. Malvaceas)	Subst (OF)	LC	tatajuba	cópia	IO

Em relação à fonte nas traduções, para o original “piá”, todos os tradutores usaram termos encontrados nos dicionários consultados (o

¹³³ Quando citados ao longo do trabalho, os números dos capítulos e das páginas aparecem entre parênteses, em algarismo romano e arábico respectivamente, por exemplo, (I/9).

¹³⁴ Dado o grande número de páginas consultadas na Internet, indicar-se-á nessa categoria somente se o termo foi encontrado no dicionário ou Internet. Uma lista de algumas das páginas consultadas é fornecida no tópico “Referências”.

¹³⁵ Toda taxonomia citada entre parênteses em itálico corresponde a gênero e espécie e a descrição das abreviaturas das estratégias encontra-se na seção Abreviaturas da presente tese.

termo em italiano encontra-se no diminutivo), enquanto os demais termos foram encontrados somente na Internet, com exceção do termo “*tatajuba*” da tradução italiana que, naturalmente, não foi encontrada no dicionário italiano, mas faz parte do Dicionário Aurélio. Pela natureza dos nomes próprios, nomes como *Macunaíma* não foram procurados em dicionários/Internet, mas, como anteriormente citado, Proença (1997) cita a maioria dos nomes próprios, oferecendo uma breve descrição desses. Vale mencionar que não se encontrou nos dicionários impressos¹³⁶ consultados a grande maioria dos termos da fauna e da flora, exceção feita a ocorrências quando os tradutores usaram termos para elementos já familiares às culturas de chegada. Na tradução inglesa, por exemplo, o termo “*cassava*”, termo inglês para designar nossa mandioca, e de provável origem caribenha (“*casabe*” ou “*kassav*”), é encontrado em dicionários de língua inglesa.

3.1.2 Análise da classe de palavras

Em relação à classe de palavra, observou-se que a grande maioria dos termos, no original, pertence aos substantivos (*subst.*), com apenas 12 ocorrências de adjetivos (*adj.*). A classificação dessa categoria não apresentou dificuldade de identificação, sendo, inclusive, parte integrante dos verbetes dos dicionários. Na classe dos substantivos, coletaram-se nomes comuns (*mandioca*) e próprios (*Macunaíma*); primitivos (*pajé*) e derivados (*pajelança*); simples (*piá*) e compostos (*guarumá-membeca*) e concretos (*tapera*) e abstratos (*sapituca*). Os adjetivos se restringem a *açu* (1 ocorrência), *guaçu* (4 ocorrências), *jururu* (3 ocorrências), *pamonha*¹³⁷ (1 ocorrência) e *sarará* (3 ocorrências).

A inclusão da classe de palavra como uma das categorias no *corpus* serviu para identificar estratégias de tradução, como é o caso da transposição, que ocorre quando há uma mudança na classe de palavras como, por exemplo, de um substantivo por um adjetivo. O Quadro 16 mostra alguns exemplos dessa estratégia.

¹³⁶ Espanhol: Diccionario Porto Editora de la Lengua Española; inglês: Longman Dictionary of Contemporary English e italiano: Dizionario Pratico della Lingua Italiana.

¹³⁷ Aqui na acepção de “pessoa mole, inerte”.

Quadro 16 — Ex. de troca de classe de palavras - transposição

Original	Trad. americana	h. Trad. inglesa	Trad. Italiana
Macunaíma (I/9) (substantivo)			lui (pronome)
timbó (II/13) (substantivo)	embarbasar (verbo)		
Maanape (II/18) (substantivo)		who (pronome)	

3.1.3 Classificação por categorias semânticas

Quanto à categoria, é importante promover tal divisão, primeiro, por motivos organizacionais e, segundo, porque tal categorização possibilitou a análise por grupos similares de palavras, indicando se há diferença no comportamento tradutório entre categorias distintas.

As categorias foram divididas em:

- anatomia (ex. *chuí; nalachìchì*);
- antropônimo (ex. *Macunaíma; Jiguê*);
- artefato (ex. *muiraquitã; urupema*);
- bebida (ex. *tamorita; cachiri*);
- botânica, ou flora (ex. *cumacá; trapoerabas*);
- costumes (ex. *torê; cucuicogue*);
- culinária (ex. *tacacá; carimã*);
- estado (ex. *marupiara; panema*);
- etnias (ex. *icamiaba; tapanhumas*);
- folclore (ex. *Tutu-Marambá; boitatás*);
- geografia (ex. *paraná; tigüera*);
- geologia (ex. *sambaquis; gupiaras*);
- grau de parentesco (ex. *cunhatã; tapuitinga*);
- religião (ex. *Tupã; juruparis*);
- topônimo (ex. *Aratanha; Tietê*);
- zoologia, ou fauna (ex. *jaboti; jandaia*).

Conquanto a maioria dos termos não tenha apresentado problemas para ser categorizada — nomes de personagens são claramente antropônimos, assim como os de lugar são topônimos, nomes de animais pertencem à fauna e de plantas à flora — alguns apresentaram nuances mais sutis, pois compartilham elementos semânticos de categorias distintas, como é o caso de religião, folclore e costumes, definidos no Dicionário Aurélio como sendo:

Religião: (1) Crença na existência de uma força ou forças sobrenaturais, considerada(s) como criadora(s) do Universo, e que como tal deve(m) ser adorada(s) e obedecida(s); (2) A manifestação de tal crença por meio de doutrina e ritual próprios, que envolvem, em geral, preceitos éticos. (FERREIRA, 2010, s.v. religião)

Folclore: (1) Conjunto das tradições, conhecimentos ou crenças populares expressas em provérbios, contos ou canções (2) Conjunto das canções populares de uma época ou região; (3) Estudo e conhecimento das tradições de um povo, expressas nas suas lendas, crenças, canções e costumes; demologia, demopsicologia. (FERREIRA, 2010, s.v. folclore)

Costumes: (1) Procedimento, comportamento; (2) Numa sociedade determinada, os comportamentos que são prescritos, do ponto de vista moral; (3) Atitude ou valor social consagrado pela tradição e que se impõe aos indivíduos do grupo e se transmite através de gerações. (FERREIRA, 2010, s.v. costumes)

Pelas descrições, vê-se o uso comum de termos como crença, costumes e tradição entre as três acepções. Acredito que a dificuldade entre essas acepções resida, sobretudo, no termo “crença”, que aparece no verbete “religião” e “folclore”. A classificação de certos termos em uma dessas duas categorias depende, a meu ver, de que ponto de vista tais termos estão sendo considerados. Como é amplamente conhecido, muitos povos indígenas são politeístas, e o que para um cristão monoteísta pode ser visto como uma lenda, para esses povos pode ser visto como parte de sua religião. Assim, todos os termos cuja definição faz menção à crença, rito ou religião indígena foram considerados como pertencentes à categoria “religião”. Todos os termos relacionados à dança, música, ou a lendas, consideradas como tal por já estarem consolidadas em nossa cultura como lendas, foram incluídos na categoria “folclore” e aqueles relacionados com procedimento ou comportamento relacionado ao convívio social, foram considerados como parte da categoria “costumes”, como mostram os exemplos do Quadro 17.

Quadro 17 — Ex. termos das categorias “folklore”, “costumes” e “religião”

Termo original	Definição	Categoria
Ururau	Monstro d'água	folklore
Saci	Uma das mais populares entidades fantásticas do Brasil, negrinho de uma só perna, de cachimbo e com barrete vermelho	
Caapora	Ente fantástico oriundo da mitologia tupi, representado, segundo as regiões, ou com a forma de uma mulher unípede que anda aos saltos, ou como uma criança de cabeça grandíssima etc.	
taba	Aldeia ameríndia	Costumes
pacova	Gesto que se faz com o braço imitando o longo colo da cegonha	
cacaus	Em <i>Macunaíma</i> , tem sentido de “dinheiro”, lembrando os primórdios da vida amazônica, quando realmente teve valor de moeda.	
pajelança	Conjunto de atividades rituais realizadas por um pajé em determinada ocasião e com um fim específico, como cura, previsão de acontecimentos, propiciação de potências sobrenaturais, etc.	Religião
Tupã	Deus verdadeiro, criação dos catequistas, que o opuseram ao Jurupari	
Jurupari	Um demônio dos tupis	

Na categoria “grau de parentesco” foram incluídos todos os termos que se referem a representantes da raça humana que não se enquadrem em outras categorias, como é o caso de termos como “cunhã”, “piá”, “curumim” entre outros.

3.1.4 Análise da origem linguística étnica dos TOI do TP

A definição da origem dos termos do TP ajudou tanto na decisão de inclui-los, ou não, no *corpus*, como também na verificação das práticas tradutórias. Visto que Mário de Andrade usou termos de origens variadas para promover a “desgeograficação” como proposta de desvinculação territorial, é de interesse da presente pesquisa verificar se os tradutores utilizaram o mesmo expediente em seus textos. Como nem toda origem foi encontrada no dicionário principal de consulta, o Dicionário Aurélio, foi necessário consultar outros dicionários brasileiros de língua portuguesa, assim como dicionários de línguas indígenas. Entre outros materiais complementares, menção especial deve ser feita aos trabalhos de Proença (1997) e de Cunha (1999) que

contribuíram imensamente na questão da origem de certos termos indígenas.

Proença (1987, p.238-308) fornece um glossário de alguns termos que aparecem na obra, a maioria dos quais de origem indígena, seguidas de definição, referências e fontes, como o exemplo¹³⁸ que se segue (p. 254):

Anaquitã (VI, 55) – Formiga amazônica que, segundo o mito taulipáng, é a pimenta do gigante Piaimã.

O trabalho de Proença também discorre sobre a origem dos nomes dos personagens, apontando, por exemplo, que os nomes Macunaíma, Jiguê e Manaape foram retirados da obra de Koch-Grünberg. Apesar de esses terem sido, de fato, mencionados no trabalho do etnólogo — e ao contrário do tratamento dado à origem dos nomes dos personagens em minha dissertação de mestrado como sendo taulipáng, como também é considerada por Proença —, a presente pesquisa segue as tendências contemporâneas em usar a designação “pemon”, que abarca não só os povos Taulipáng, mas também os Arekuná, ambos os povos retratados por Koch-Grünberg e cuja relação entre si é bastante estreita. Como pertencem ao mesmo grupo linguístico, é difícil afirmar com total segurança se um nome pertence a uma ou outra língua. A origem dos nomes dos demais personagens receberam, em sua maioria, a denominação mais genérica “indígena”. Proença faz menção à grande maioria desses personagens em seu glossário, ou no corpo do livro, apresentando uma análise minuciosa de capítulo por capítulo da obra marioandradiana. A seguir, dois exemplos da menção de nomes de personagens:

Imaerô¹³⁹ (XVII, 14) – Nome da índia carajá que aparece na lenda de Taina-Can, a estrela vésper.

Ceiuci¹⁴⁰ (V, 77) – Velha gulosa que aparece numa lenda indígena registrada por C. de Magalhães, em *O Selvagem*.

¹³⁸ Entre parênteses, tem-se a indicação de capítulo e página (caracteres romanos e números arábicos respectivamente) da edição usada como fonte pelo autor.

¹³⁹ Termo incluído no *corpus* como sendo de origem carajá.

¹⁴⁰ Termo incluído no *corpus* como sendo de origem indígena.

Cunha (1999, p. 18), em seu importante histórico de palavras portuguesas de origem tupi, aponta as muitas dificuldades na identificação da origem de termos tupis e fala da impossibilidade de atestar, com absoluta certeza, se determinados termos são mesmo de origem dessa língua. Em seu dicionário, Cunha considerou um dado vocábulo português como sendo de origem tupi quando “o étimo tupi proposto está documentado no precioso *Vocabulário na Língua Brasileira...*, redigido por jesuítas na segunda metade do século XVI e conservado em manuscritos do século XVII” (CUNHA, 1999, p. 18). Em casos de persistência de qualquer dúvida, Cunha acrescentou uma interrogação na frente da palavra para indicar a incerteza.

Essa dificuldade em se estabelecer a origem exata de alguns termos indígenas se deve em parte pela natureza nômade das línguas indígenas, visto que, como nos lembra Rodrigues (1994, p. 18), as tribos indígenas têm o costume de migrar para outras regiões do continente, perdendo, desta maneira, o vínculo linguístico com o grupo que ficou no local de origem devido às inevitáveis modificações pelas quais as línguas são submetidas. Assim, apesar das línguas pertencerem a uma mesma família linguística, elas acabam por apresentar mais diferenças que similaridades, o que torna mais difícil a associação de um termo a uma determinada língua.

No caso particular da presente análise, um fator complicador na identificação da origem dos termos é que Mário de Andrade não se baseou somente em registros escritos para a composição de *Macunaíma*. O autor, que além de escritor, foi também músico e etnólogo, usou muito da linguagem oral como base para escrever sua obra. Nesse sentido, a identificação de um termo de tradição oral é mais complexa do que a identificação desses na tradição escrita.

Com base nesses critérios, considerou-se termo indígena todo o termo que tenha sido identificado como sendo dessa origem, de maneira generalizada ou pertencente a uma específica etnia indígena, tanto nos dicionários correntes da língua portuguesa aqui consultados¹⁴¹ como nos trabalhos de Proença (1987) e Cunha (1999). Incluíram-se igualmente, os termos cuja origem é supostamente indígena. Tal suposição é formulada pelos autores, não por mim. Assim, seguiu-se o critério de Cunha em relação a termos de origem tupi incerta, como “javari” (I/10), “cachiri” (I/10), “ata” (II/17), entre outros, identificando-os com um sinal de interrogação depois da letra *T* (tupi). Outros termos de origem incerta foram classificados somente como “indígena”, baseados na fonte

¹⁴¹ *Novo Dicionário Aurélio e Dicionário Houaiss*

de consulta. O termo “Nhamundá” (III/19), por exemplo, não encontrado nos dicionários consultados, apresenta o seguinte verbete em Proença (1987, p. 284):

Nhamundá (III,3) – O mesmo que Jamundá. Segundo Ferreira Pena, tornou-se célebre em virtude da lenda das amazonas. Sobre ele também escreveu B. Rodrigues, que o dá como afluente do Amazonas, contrariando a opinião de F. Pena que o considera tributário do Trombetas.

Nesse caso, o termo *Nhamundá* foi considerado como sendo de origem indígena pelo texto do verbete em si e pela sinonimização com “Jamundá”, esse sim, encontrado no Dicionário Aurélio como “indivíduo dos jamundás, povo indígena extinto que habitava a margem esquerda do rio Nhamundá (PA)” (FERREIRA, 2010, s.v. *jamundá*).

Um outro exemplo de termo, de origem supostamente indígena, incluído no *corpus* é “sapituca”, que aparece no Dicionário Aurélio como sendo de “possível origem indígena”.

3.1.5 Elaboração de uma definição dos TOI

A fonte para a maioria das palavras do original foi o *Dicionário Eletrônico Aurélio*. Em relação à definição dos termos, o uso desse dicionário foi bastante útil, não só pela definição em si, visto que houve muitos casos em que se fez necessário comparar definições para se estabelecer a correspondência semântica dos termos, mas também por apresentar os nomes científicos dos elementos da fauna e da flora, que ajudaram na classificação das estratégias, como será mostrado mais adiante. Somente nos casos em que não se encontrou nesse dicionário o nome científico de um certo termo, recorreu-se à ferramenta de busca Google. Quanto às traduções, usou-se muito mais a Internet porque a maioria dos termos de origem indígena não foi encontrada nos dicionários impressos, e se foi, não havia menção dos nomes científicos. Além dos dicionários impressos e do Google, a ferramenta Google Imagens também foi de grande auxílio, pois a imagem do original pôde ser comparada à imagem da tradução. Essa busca por definições e nomes científicos foi uma parte, particularmente, morosa do processo de elaboração, pois, dependendo do termo, teve-se que consultar muitas páginas antes de se fazer uma escolha. Deu-se prioridade a sítios ligados à natureza em geral ou à taxonomia em particular.

O termo do original “assacu”, por exemplo, encontrado no Dicionário Aurélio com a grafia “açacu”¹⁴², foi definido como sendo: “Grande árvore da família das euforbiáceas (*Hura crepitans*), de látex venenosíssimo, empregado para envenenar as águas dos rios, na captura de peixes [...]”. O tradutor inglês usou o termo “hiari”, encontrado na Internet. Após algumas consultas, concluiu-se tratar de planta, também usada como veneno para peixe, mas de família distinta da planta do original. Foi necessário seguir vários passos para se chegar a tal conclusão: primeiramente, digitei no Google britânico “hiari, scientific name. Trezentas e quarenta e três (343) ocorrências foram disponibilizadas em suas páginas. Ao entrar em uma dessas páginas¹⁴³, tive que digitar novamente o nome da planta para ir a uma outra página¹⁴⁴, onde encontrei a imagem de um índio preparando a planta *hiari* para ser usada na pesca, com a legenda:

Sean Williams, an Amerindian, crushes the roots of a hiari plant, then stirs them in the water to flush out the fish. The roots' toxic juices impairs a fish's gills, forcing it to swim closer to the surface where there's more oxygen—and where the fisherman eagerly awaits.

A partir da imagem e da legenda que a acompanhava, pude pressupor que a planta em questão era de origem indígena e tratava-se de uma planta tóxica usada na pesca. O próximo passo seria procurar mais detalhes que pudessem me indicar se a planta tinha alguma relação com a planta do original. Voltando à busca no Google, entrei em outra página¹⁴⁵, do Royal Botanic Gardens, na Grã-Bretanha, que continha a seguinte entrada:

Headley sends Thiselton-Dyer some seeds of the Coonami tree, used by the Aboriginal Indians in the region to catch fish. Headley describes how the Indians knot together the leaves, stem and seeds of the plant and then wash it out in the water causing the fish, for a distance of a couple hundred feet, to float 'belly upwards' to the

¹⁴² O verbete em Proença (1987, p. 244), que mostra a grafia usada por Mário de Andrade, também menciona a outra grafia que, posteriormente, foi procurada no Dicionário Aurélio.

¹⁴³ <http://pipl.com/directory/people/Jonathan/Armbuster>

¹⁴⁴ <http://ngm.nationalgeographic.com/print/features/world/south-america/brazil/catfish-text>

¹⁴⁵ <http://plants.istor.org/visual/kldc11566>

surface. The fish are then eaten with no ill effects. Headley also describes two other plants that are used in a similar manner, one by the name of 'Hiari'. He promises to send specimens of these at a later date. Additional notes, written by Otto Stapf record the scientific name for Coonami and Hiari as Clibadium asperum and Lonchocarpus densiflorus. Annotated.

A partir do nome científico fornecido nessa página, *Lonchocarpus densiflorus*, tentei encontrar outro site, onde o nome comum e o nome científico viessem associados. No site¹⁴⁶ do Iabin – Red Interamericana de Información sobre Biodiversidad, apontou-se que o nome científico pertencia à família das Fabaceae, e era de origem colombiana, mas não havia menção do nome comum da planta. Continuei a busca e constatei que, no arquivo de plantas venenosas, no site da FDA US Food and Drug Administration¹⁴⁷, os nomes científico e comum aparecem associados e com menção à mesma família das Fabaceae. Outra página onde os nomes aparecem associados é no *Dictionary of Caribbean English*, porém, indicado como de origem guiana. Com base nessas consultas, classifiquei a planta no *corpus* como sendo da família das Fabaceae, família diferente do termo original. Em relação à origem, visto que houve menção à Colômbia e à Guiana, optei pela designação mais genérica “indígena”.

Esse é, naturalmente, somente um exemplo em um *corpus* com mais de 600 ocorrências de elementos da fauna e da flora. As outras duas traduções exigiram um nível de consulta similar, embora a tradução italiana tenha sido mais simples, pois a tradutora usou o empréstimo para a maioria dos elementos dessas categorias. Esse número inclui também as repetições, assim como termos que foram traduzidos pelos outros dois tradutores também valendo-se do empréstimo.

Apesar da morosidade, a definição do nome científico desses elementos, como se viu, foi de grande importância para verificar, sobretudo, se os tradutores usaram a estratégia da tradução ou da substituição, cuja diferença será mais amplamente discutida durante os resultados da análise. No exemplo da tradução do termo “assacu” acima,

¹⁴⁶ <http://ara.inbio.ac.cr/SSTN-IABIN/occurrences/4441704>

¹⁴⁷ http://google2.fda.gov/search?q=Lonchocarpus+densiflorus&client=FDAgov&site=FDAgov&lr=&proxystylesheet=FDAgov&output=xml_no_dtd&getfields=*&x=13&y=10

o tradutor usou a estratégia de subst (OF).

O Quadro 18 mostra alguns outros exemplos de termos cujas estratégias de tradução foram definidas com base nos nomes científicos:

Quadro 18 — Ex. termos estratégias definidas pelo nome científico

Original/ Origem	Definição	Trad. hispano- americana	Estrat./ grafia	Trad. Inglesa	Estrat./ Grafia	Trad. Italiana	Estrat./ Grafia
tajás (I/10) Tupi	Erva da família das aráceas: (<i>Caladium bicolor</i>)	malangas: (Xanthosoma sagittifolium)	Subst. (OG)/AL	eddoers (sic): (<i>Colocasia esculenta</i>)	Subst. (OG)/LC	tajás	Cópia/IO
tejus (IV/27) Tupi	Réptil lacertílio; maior lagarto do Brasil Fam. <i>Teiidae</i>	iguana (Fam. Iguanidea)	Subst. (OF)	river turtle (Fam. Pelomedusidae)	Subst. (OF)/LC	lucertole (Fam. Lacertidi)	Subst. (OF)/LC

3.1.6 Análise da grafia dos TOI

Foram incluídos na planilha os termos do TP tal qual aparecem na edição aqui analisada, ou seja, a 20^a. edição, datada de 1984, ainda Ainda que a presente pesquisa tenha sido elaborada em meio ao processo de transição da última reforma ortográfica, que teve início em 1^o de Janeiro de 2009. Ademais, desde a publicação de *Macunaíma* em 1928, a língua portuguesa já passou por várias outras reformas ortográficas (1931, 1943, 1945 e 1971)¹⁴⁸, que podem ter sido absorvidas em edições de *Macunaíma*. Como não há indicação de qual edição, exatamente, cada tradutor usou como base para sua tradução e, visto que as três traduções foram feitas entre os anos de 1977 e 1984, algumas das grafias usadas pelos tradutores podem estar baseadas em qualquer uma dessas distintas ortografias.¹⁴⁹

Outro aspecto importante em relação à grafia é o fato de que Mário de Andrade não usou necessariamente a grafia mais comumente usada, ou que apareça dicionarizada, como é o caso da palavra “teju”, originária do tupi “te’yu”, e que aparece em Cunha (1999) como “teiú”. Tanto o Dicionário Aurélio como Proença (1997) citam o termo original como sendo uma variação de “teiú”, levando a crer que esse último seja a forma mais comum. Em tais casos, anotou-se na planilha as variações existentes do termo, como é o caso de, entre outros, “jutai”/“jatai”

¹⁴⁸ O acordo de 1945 tornou-se lei somente em Portugal. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

¹⁴⁹ Aqui me refiro, sobretudo, a termos que os tradutores somente copiaram para seus textos, como, por exemplo, nomes próprios e termos da fauna e da flora.

(V/35) e “corimã”/“curimã” (XI/82).

O uso de variações gráficas pelo autor para alguns dos termos de origem indígena foi um fator complicador, pois teve-se que consultar diferentes fontes até chegar à grafia usada no TP. O termo “uirauaçus” (IX/67), por exemplo, não foi encontrado no Dicionário Aurélio com tal grafia, sendo que somente em Cunha (1999, p. 396) encontrou-se o termo “uraçu”, designando ave falconiforme (*Harpia harpyja*). De volta ao dicionário, encontram-se duas grafias: “uraçu” e “uirauçu”, ambas designações da mesma ave.

Diferentes grafias usadas por Mário de Andrade para um mesmo termo, como é o caso de “curumi”, “curumim” e “culumi”, foram registradas. Tal fator demonstra a ocorrência de pequenas variações da mesma palavra, usadas por pessoas de diferentes regiões, fenômeno recorrente no uso prático de nossa língua.

Em relação à grafia, na tradução hispano-americana, quando um termo foi encontrado no dicionário impresso ou nos dicionários *on-line* de espanhol europeu, considerou-se a grafia como sendo espanhola. Caso o termo não tenha sido encontrado dessa maneira, ou se os dicionários especificaram ser o termo de origem latina, a grafia mostra um “AL” de “América Latina”. Sempre que possível, apresentou-se também o país da América Latina de onde se originou o termo. Na tradução inglesa, verificou-se que a grande maioria dos termos é de origem inglesa. Sendo assim, identificaram-se esses termos com “LC” de “língua de chegada”. Em alguns casos, indicou-se, igualmente, se o termo era oriundo de outra língua, como é o caso do termo “hairi”, visto em 3.1.6 acima, ou da palavra “matapi” que, como o termo do original “tipiti”, é de origem tupi. Na tradução italiana, a grande maioria dos TOI foi traduzida valendo-se da estratégia do empréstimo com grafia idêntica ao original. As adaptações gráficas sofridas por alguns termos, muitas das vezes, não foram além de um acento gráfico quando não havia nada no original, como é o caso de termos como “guaimùs”, “Iriqui” e “Candirùs”. Para a palavra “pajelança”, a tradutora adaptou a grafia para “”, visto que a letra “j” não faz parte do alfabeto italiano, sendo usada, normalmente, para palavras estrangeiras. Porém, a tradutora escolheu manter o “ç”, que tampouco faz parte daquele alfabeto.

3.1.7 Análise da estratégia de tradução aplicada

Chegar, finalmente, à classificação das estratégias exigiu uma leitura cuidadosa das consultas feitas durante a coleta de dados. Tal classificação foi sendo reavaliada e melhorada à medida que algum novo detalhe vinha à tona ao longo da pesquisa. Uma classificação completa das estratégias usadas pelos tradutores será apresentada no próximo capítulo.

Por ora, ocupo-me em apontar que, embora tenha procurado me restringir à nomenclatura existente dentro da disciplina, não foi possível valer-me somente dela, sendo que tive que subdividir a estratégia da substituição, por exemplo, para melhor refletir as escolhas tradutórias.

Quando a análise da tradução hispano-americana foi feita, a ideia inicial era dar uma classificação mais generalizada das estratégias de tradução para verificar se Olea tinha copiado ou traduzido os termos originais na LC. A classificação da estratégia da cópia (ou empréstimo) não se mostrou muito problemática, embora tenha sido necessário considerar a grafia do termo traduzido para estabelecer se o tradutor tinha apenas copiado o termo como aparecia no TP ou feito alguma adaptação que indicasse maior aproximação gráfica ou fonética ao TC. As dificuldades começaram, sobretudo, na classificação das estratégias usadas para os termos da fauna e da flora.

Optou-se, inicialmente, por considerar a maioria das escolhas tradutórias como tradução. Assim, reconhecia-se o esforço do tradutor em corresponder parcialmente termos que apresentam grande variedade. Entretanto, acabou-se julgando necessário levar em consideração a gama de gêneros e espécies desses elementos, pois não se pode falar que houve uma tradução propriamente dita quando, na verdade, um certo elemento só existe em seu hábitat natural, não oferecendo um correspondente direto na LC. Consequentemente, isso implicaria em uma não remissão exata do leitor ao mesmo animal/planta pensada pelo autor do texto original. Diante de tal cenário, considerou-se que a estratégia da substituição melhor refletiria tal comportamento, visto que, grosso modo, é a estratégia que envolve o uso de equivalentes funcionais no TC para maior conformidade com a LC.

Um bom exemplo dessa equivalência funcional é a tradução dada por Olea do termo “saúva”: “*tambocha*”. Enquanto o termo original designa formiga do gênero *Atta*, considerada uma praga da lavoura, e amplamente distribuída pelo território brasileiro, o segundo designa formiga do gênero *Crematogaster*, originária da Colômbia, venenosa, também considerada uma praga. Devido à diferença de gêneros, não se

considerou a escolha de *Olea* como sendo tradução e, sim, como substituição. É interessante observar que, apesar de se estar falando de formigas distintas, ambos insetos remetem a uma mesma noção semântica, ou seja, aquela de pragas para a lavoura, e que o termo traduzido parece estar mais presente no dia a dia colombiano, o que ratifica o conceito de equivalência funcional da substituição.

Para analisar a contento casos como o de “saúva”/“*tambocha*”, julgou-se necessário um desdobramento adicional da estratégia da substituição para explicar diferenças mais sutis nas escolhas tradutórias. Desta maneira, levou-se em consideração a taxonomia dos elementos para verificar se o tradutor estava fazendo uma substituição em um dos seguintes níveis, com base na Taxonomia de Lineu¹⁵⁰:

- **Reino**
 - **Filo**
 - **Classe**
 - **Ordem**
 - **Família**
 - **Gêneros**
 - **Espécie**

O nível da classificação se torna mais específico em direção à parte inferior da escala. Muitos elementos pertencem ao mesmo reino, mas não ao mesmo filo, e tampouco ainda à mesma classe, e assim por diante, até chegar à espécie, que é a classificação mais específica. A classificação também estabelece o grau de parentesco entre diferentes elementos. Dois animais que pertencem à mesma família e gênero têm uma relação mais próxima que se pertencessem à mesma família somente.

Além dessa classificação, com base na taxonomia, consideraram-se, igualmente, termos usados pelos tradutores que fossem mais familiares¹⁵¹ à LC, o que ocorreu, geralmente, quando os tradutores substituíram os termos do original por termos de origem não indígena, ou se fossem de origem indígena, termos amplamente conhecidos nas culturas de chegada, como é o caso da tradução de *Olea* para “*jacaré*”¹⁵²: “*lagarto*”, expressão usada por superciosos quando ocorre algo que consideram ser de má sorte, ou das traduções de Goodland e Giorgi para

¹⁵⁰ Assim denominada em honra ao biólogo sueco Carolus Linnaeus (1770-1778). Disponível em: <<https://www.msu.edu/~nixonjos/armadillo/taxonomy.html>>. Acesso em: 24 nov.2010.

¹⁵¹ Substituição por elemento mais familiar – Subst (+fam).

¹⁵² Aqui usado pelo autor em expressões como “Porém *jacaré* abriu? nem eles!”. (p.26).

“caatinga”: “*open forest*” e “*boscaglia*”, respectivamente, ambas designando um tipo de floresta que, naturalmente, são de fácil assimilação pelos leitores de chegada, mas que, certamente, não remetem à imagem da caatinga brasileira.

Outra categoria de substituição que se julgou necessário criar foi a substituição por termo caracterizador – Subst (TC), com base em casos nos quais o termo original foi substituído por termo que o caracterize, como é o exemplo da substituição do nome “Macunaíma” pelo termo “herói” nas traduções de Olea e Goodland (“*héroe*” e “*hero*”, respectivamente). É importante ressaltar que, embora o termo traduzido não seja uma substituição de um termo menos familiar por um mais familiar, o termo traduzido já é conhecido do leitor pelo próprio contexto da história como sendo de imediata associação ao personagem, visto que Macunaíma é assim referido em muitas ocasiões. Outro exemplo desta estratégia foi o uso do termo “*giant*”, na tradução inglesa, como substituição para “Piaimã” — termo também usado ao longo do TP para descrever o personagem. O oposto também ocorreu: os tradutores usaram nomes dos personagens em ocorrências que, no original, o autor usou termos que os caracterizem. (Ex. “*Oibe*”, na tradução inglesa, para “minhocão”, no original).

Criou-se também a substituição por termo generalizador – Subst (Tge), para a análise de termos substituídos pelos tradutores cujo valor é mais geral que o original, porém mais específico que um hiperônimo, como é o caso do uso do termo “*turtle*” por Goodland para o termo “tracajá” (*Podocnemis unifilis*), do original.

Consideraram-se como tradução, termos das traduções que designassem o mesmo elemento do original, como é o caso da tradução de Goodland para “capoeira”¹⁵³: “*clearing*”¹⁵⁴, ambos designando terreno sem árvores; ou do termo “*ragazza*”, tradução italiana para o termo original “*cunhatã*”, ambos designando “moça”. Outro exemplo do uso de tradução é de termos que designam elementos mais genéricos, como é o caso do termo “*saguis*”, traduzido por Goodland por “*marmosets*”, ambos correspondentes a vários gêneros e espécies. Ao contrário dos casos de Subst (Tge), nesse caso, tanto o original como o termo traduzido são termos menos específicos.

No próximo capítulo, ampliar-se-á a discussão em torno das

¹⁵³“Terreno em que o mato foi roçado e/ou queimado para cultivo da terra ou para outro fim” (Dicionário Aurélio).

¹⁵⁴ “*Small area where there are no trees in the middle of a wood*” (Longman Dictionary); “[...] tract of land within a wood or other overgrown area from which trees and other obstructions have been removed [...]” (<http://www.thefreedictionary.com/clearing>).

estratégias de tradução aqui iniciada.

É importante salientar que é possível fazer uma filtragem de tudo o que foi descrito no processo de elaboração do *corpus* usando mecanismos do próprio programa Excel. Pode-se, por exemplo, selecionar qualquer uma das colunas na planilha – por exemplo, a coluna das estratégias de tradução usadas pela tradutora italiana – e clicar em “classificar e filtrar”, na barra de ferramentas e selecionar “filtrar”. Uma seta no canto direito da coluna escolhida passará a compor a interface. Essa, ao ser clicada, disponibilizará a lista de todas as estratégias usadas. Uma vez escolhida uma dada estratégia, todas as ocorrências onde tal estratégia foi usada serão listadas. Por meio dessa simples ferramenta, pode-se fazer a contagem de qualquer uma das categorias do *corpus*.

Vale ratificar que, a partir da metodologia aqui empregada (em que se incluíram detalhes da origem e significado dos TCM), foi possível classificar, mais pontualmente, as estratégias, solidificando-se, assim, a base da pesquisa. As numerosas consultas feitas a dicionários e às páginas da internet foram de importância fundamental tanto para a classificação das estratégias, como para a compreensão do comportamento dos tradutores. Essas consultas foram conduzidas da maneira mais objetiva e abrangente possível.

No capítulo seguinte, apresentar-se-á a análise das traduções, que será iniciada com a análise dos paratextos (capas, notas, prefácios, notas de rodapé e posfácios), seguida de uma breve discussão sobre a ocorrência de termos tupis, a classificação das estratégias usadas pelos tradutores e finalizando com a análise das escolhas tradutórias, com a apresentação do número de ocorrências e discutir-se-ão peculiaridades e exemplos mais representativos de cada uma das traduções, fazendo-se o cotejo entre elas e traçando um paralelo entre os resultados e a teoria aqui apresentada.

3.2 ANÁLISE DAS TRADUÇÕES

Esta análise se inicia com os paratextos, elementos de grande riqueza analítica no caso da tradução de Olea, que forneceu em nota de prefácio detalhes importantes de seu projeto de tradução e de sua metodologia de trabalho. Embora as traduções inglesa e italiana não sejam tão detalhadas, a análise das capas, prefácio, posfácio e notas de rodapé, certamente, auxiliam a discussão das escolhas de estratégias dos tradutores dessas duas traduções também.

Após a análise dos paratextos e antes de dar início à análise

propriamente dita, que será feita seguindo o agrupamento de categorias usado ao longo desta pesquisa (antropônimos, topônimos e outros termos indígenas), apresentar-se-á em 3.2.4 um quadro das ocorrências dos termos tupi em *Macunaíma* e, em 3.2.5, uma lista das estratégias usadas pelos três tradutores, acompanhadas de suas definições baseadas, sobretudo, nos trabalhos de teóricos dos ET. Como já mencionado, contudo, no capítulo anterior, adaptações à nomenclatura das estratégias tiveram que ser feitas para abarcar as escolhas feitas pelos tradutores.

3.2.1 Análise dos Paratextos

Segundo Genette (1997, p. 261), uma obra literária é composta “*entirely or essentially, of a text, defined (very minimally) as a more or less long sequence of verbal statements that are more or less endowed with significance*”. Porém, ressalta o autor, tal texto, raramente, é apresentado isoladamente. Geralmente, o texto vem acompanhado de outras produções, verbais ou não verbais, como, entre outras: o nome do autor, título, ilustrações, prefácio, posfácio. Em suma, uma gama de “*in-between phenomena that mediate between the text and the reader and serve to ‘present’ the work*”. Tais produções são o que Genette denomina “paratextos”.

Para Torop (2010, p. 63), os paratextos são aspectos observáveis do ponto de vista da tradução e auxiliam na análise tradutológica. Para o autor, apesar do essencial do TP ser traduzido no corpo do TC, alguns aspectos podem ser traduzidos em forma de comentários, glossários, prefácios etc. Ademais, como já aqui mencionado, o teórico vê os paratextos, não como tolhimento da liberdade do leitor em encontrar por si só as complexidades do texto, mas sim, como uma apresentação dos mecanismos e dominantes do texto.

No caso das traduções aqui analisadas, sobretudo a tradução hispano-americana, há grande riqueza de informação paratextual que traz uma contribuição significativa para o estudo aqui proposto enquanto complemento à análise das estratégias de tradução usadas pelos tradutores. Vale mencionar que a análise dos paratextos aqui apresentada é feita tão somente com base nas edições apresentadas na Referência e não leva em conta nenhum material paratextual de outras edições.

Cunha (1997, p. 298), que discorre sobre a tradução francesa de *Macunaíma*, analisa os paratextos (capa, contra-capas, folha de rosto, prefácios, notas etc.) como elementos que servem para preparar a recepção da obra por parte do público. A autora aponta que, em se

tratando de um romance brasileiro, alguns estereótipos e mitos são imediatamente acionados por parte do público, como exotismo, sensualidade, paisagens tropicais, mulheres bonitas e seminuas, preguiça e irracionalidade endêmicas. A autora observa que, mesmo em forma de paródia, tal expectativa se confirma, e acredita ser a possível explicação pelo sucesso da obra entre os franceses.

3.2.2 Capas

As imagens das capas das três traduções estão disponíveis nos Anexos de A a E da presente análise e servem como ilustração da análise apresentada neste tópico.

A análise da capa está incluída na análise de paratextos apresentada por Torop (2010, p. 83), que compartilha a visão de Blok¹⁵⁵ de que o livro em si é como uma amostra, no sentido de que está repleto de material escolhido. No caso particular das traduções aqui analisadas, as imagens são importante fonte de análise, sobretudo, na tradução hispano-americana que, além da imagem de capa, traz uma coleção de gravuras assinadas por Carybé no corpo do texto.

3.2.2.1 Capa da Tradução Hispano-americana

A capa da versão hispano-americana apresenta uma gravura de Carybé, conhecido artista plástico argentino, naturalizado e radicado no Brasil, e que foi o autor da primeira tradução espanhola de *Macunaíma* (não publicada). A cor verde do desenho remete à ideia de natureza, e os vários nativos nele retratados aparecem engajados em tarefas ou situações do dia a dia. A disposição espacial desses nativos sugere comunhão, organização e espírito de grupo. Além dessa gravura de capa, há outras vinte e uma gravuras (em preto) do artista, aprovadas pelo próprio Mário de Andrade, distribuídas pelas trezentas páginas do livro. Ainda que essas gravuras mostrem homens e mulheres *seminus*, a maioria delas é de temática indianista, logo, a nudez é subentendida como um aspecto cultural e natural dos povos nelas representados. O nome da obra, sem o apositivo “o herói sem nenhum caráter”, aparece no topo da página em letras graúdas verdes (o que também associaria o nome do herói à natureza), enquanto o nome de Mário de Andrade aparece logo abaixo, em preto, em letras menores, ambos na mesma fonte que lembra letras cursivas. O nome da editora encontra-se no pé da

¹⁵⁵ Cf. BLOK, A. *Õóbjuaed*, Tallinn, 1972.

página em letras de forma pretas, em tamanho pequeno.¹⁵⁶

Na capa traseira, um pequeno texto traz alguns dados do autor, incluindo sua formação musical, a autoria do poema *Paulicéia Desvairada* e sua participação na Semana de Arte Moderna. A inspiração em Koch-Grünberg para a criação de *Macunaíma*, “rapsodia épica”, também é mencionada. Em relação à obra em si, faz-se menção à mescla entre mitos antigos e situações atuais do homem entre o mundo das máquinas. Uma pequena reprodução de uma pintura de Lasar Segall, em cores, mostrando uma imagem de Mário de Andrade já clássica entre os brasileiros, ocupa o canto direito superior da capa. Menção é também feita às ilustrações de Carybé que, pela primeira vez, são publicadas com o texto de Mário de Andrade.

O nome da obra, do autor e a editora aparecem na lombada do livro. Nas orelhas, apresenta-se brevemente a coleção a qual pertence a tradução de *Macunaíma*, “Límites”, descrevendo o tipo de obra nela inclusa: “*aquello sin lo cual nada existe, y con lo cual nada acaba de existir totalmente. Abrir un campo, limitarlo, no cercalo. Hacer correr por él ideas transgresoras de estos limites para sobrepasarlos continuamente.*” Outras obras da coleção são citadas nas orelhas, como *El Quilombo de Palmares*, de Benjamin Péret, *La Violencia y la Burla*, de Albert Cossery, *Escritos (1940-1948)*, de George Orwell, *Memoria Escueta*, de Ngo Van, entre outras. No geral, a aparência do livro transmite a ideia de uma edição bastante primorosa.

A combinação de capa e contracapa mostra de maneira bastante evidente a importância dada ao elemento indígena, tanto pela gravura da capa frontal como pelo texto da capa traseira. Pela análise das capas, poder-se-ia pressupor um leitor-modelo, com algum conhecimento em literatura, e que, ainda que não conheça Mário de Andrade e seu trabalho, conhece algo do ambiente literário onde o autor produziu sua obra. Esse leitor também teria noção de outras áreas das artes, visto a menção feita a Carybé. Em se tratando de uma versão hispânica, deve-se lembrar que a pressuposição de um leitor-modelo não é tarefa exatamente simples, pois os leitores potenciais, apesar de possuírem muitos pontos em comum, vêm de culturas variadas, com possíveis hábitos de leitura também variados.

Do ponto de vista da tradução, não fica claro pelo exame das capas que a obra se trata de uma tradução, simplesmente porque o nome

¹⁵⁶ A fonte usada para o nome *Macunaíma* e para o nome do autor foi especialmente criada para a edição aqui analisada. A fonte para o nome da editora é a *Trade Gothic* (informação fornecida pela Editora Octaedro em 2009).

do tradutor não aparece em lugar algum, ainda que se trate de uma figura conhecida, como é o caso de Olea, um respeitado escritor mexicano. Apesar da existência de um texto na capa detrás que fala do autor e da obra, alguns leitores podem pensar, por exemplo, que Mário de Andrade escreveu o livro em espanhol. O nome de Olea aparece pela primeira vez na terceira página, não como tradutor, e sim, como prefaciador. A tradução lhe é atribuída somente na página seguinte, junto aos detalhes catalográficos.

3.2.2.2 Capa da Tradução Inglesa

Ambas as capas frontal e traseira da tradução inglesa são em tons de azul (cobalto, escuro e médio). O fundo da gravura, sem indicação de autoria¹⁵⁷, é pincelado de preto (ocupa 80% da capa) – representando, supõe-se, a noite – o que empresta à capa frontal um ar bastante soturno, embora dê mais proeminência à imagem, que mostra um homem de grande porte, com o corpo desproporcionalmente grande e contorcido, lutando com um grande jacaré (tão alto quanto o homem). A figura humana, com ar de aflição, é feita com pinceladas bem definidas em tons laranja avermelhado, que sugere sangue, enquanto a do jacaré é em azul-claro com detalhes em verde-limão que pode sugerir a mata. A cauda e uma das patas do animal aparecem entre as pernas do homem, dando a impressão de um falo ereto, e os corpos estão em uma tal fusão que faz supor uma metamorfose. No lugar da orelha, o homem exibe um pequeno relógio com a mesma cor do jacaré, o que pode ser alusão à questão temporal da rapsódia, na qual não há uma sequência lógica do tempo (Macunaíma, por exemplo, já nasce adulto). As cabeças de ambos estão voltadas para cima, assim como um dos braços do homem e uma das patas dianteiras do animal, quiçá em reverência à natureza misteriosa (escura) que os cerca.

Pode-se supor, igualmente, que a figura humana seja uma alusão ao Caliban¹⁵⁸ de Shakespeare, cujo nome é um anagrama para “canibal”. Como já mostrado no capítulo 2, o canibalismo ocupou um papel de destaque no imaginário do europeu a partir da colonização. Segundo Campos (2001, p. 90), a peça está ligada pela metáfora entre Próspero e

¹⁵⁷ Contato foi feito com a editora pedindo detalhes sobre a imagem de capa, mas não se obteve nenhuma resposta. Porém, pelo estilo e pontualidade da imagem, pressupõe-se que tenha sido comissionada pela própria editora.

¹⁵⁸ Personagem da peça shakespeariana *A Tempestade*, escrita entre a segunda metade de 1610 e a primeira de 1611. Segundo Campos (2001, p. 90), Shakespeare teria provavelmente lido sobre os nativos do Novo Mundo, uma vez que eles “ecoam em sua obra”.

Caliban — enquanto aquele representaria o colonizador, este representaria o colonizado, embora, observa a autora que, inicialmente, alguns autores latino-americanos, como Rubén Darfo, por exemplo, viam Caliban como o opressor, numa alusão direta aos Estados Unidos, que de colonizado passa a colonizador. A mudança de percepção teria ocorrido quando os intelectuais latino-americanos passaram a valorizar a herança indígena de seus países. Como observa Jamieson¹⁵⁹, Caliban é visto pelos demais personagens como um monstro, embora admita que haja uma certa empatia entre o personagem e sua audiência, notadamente pela sua “*passion for the island and his desire to be loved.*”.

O nome da obra, que também aparece sem o apositivo, aparece no topo da página em letras de tamanho mediano, em fonte *Times New Roman*, e cor laranja, logo abaixo do nome do autor, em cor branca e letras um pouco menores. Devido à cor da capa, os nomes não estão tão destacados como o nome na tradução hispano-americana, por exemplo.

A capa traseira traz quatro textos de diferentes fontes:

This is the first translation into English of a landmark precursor of Latin American magical realism, which has informed the work of contemporary writers from García Márquez to Salman Rushdie. Macunaíma, first published in Portuguese in 1928, and one of the masterworks of Brazilian literature, is a comic folkloric rhapsody about the adventures of a popular hero whose fate is intended to define the national character of Brazil

Editores

[Macunaíma] is perhaps the finest work by the leader of the Modernist movement... brilliant, genuine, exotic... the expression of a precarious moment of exuberance in Brazilian culture.

The Times Literary Supplement

‘A Brazilian Ulysses, with some of the linguistic fecundity of Finnegans Wake’

Literary Review

¹⁵⁹ JAMIESON, Lee. Caliban in The Tempest: Man or Monster? Disponível em <<http://shakespeare.about.com/od/thetempest/a/Caliban-tempest.htm>>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

'A truly extraordinary book'

City Limits

Como se vê pelos textos, o nome de Mário de Andrade é diretamente associado ao realismo mágico e a escritores bem conhecidos nas culturas anglo-saxãs (Márquez, Rushdie e Joyce), o que faz crer que o leitor pretendido possa ser aquele que aprecia os trabalhos desses escritores. Em relação ao realismo mágico, em particular, tal associação, ainda que discutível¹⁶⁰, seria um elemento bastante apelativo, visto a sua popularidade a partir do *boom* da literatura latino-americana, na década de 1960, como atesta Hegerfeldt (2005):

for almost four decades now magic realism has been an amazingly steadfast favourite both with critics and publishers, and, if publishers' predilections for using the term on back-over blurbs are anything to go by, with the public as well. (HEGERFELDT, 2005, p.3).

No pé da página, o design é atribuído à Namara, grupo editorial a qual pertence a Quartet Books. O nome *Macunaíma* e o de Mário de Andrade, juntamente com a letra “Q”, logo da editora, aparecem na lombada do livro.

Pela capa, nota-se que o nome da obra e do autor estão bastante evidenciados e, apesar da cor um tanto quanto sombria, o livro tem uma aparência convidativa, e a imagem é bastante pertinente ao enredo da rapsódia. Não se pode deixar de mencionar, porém, que, por outro lado, a imagem de um jacaré, facilmente associada à selva, cujo corpo praticamente se funde ao corpo do homem, pode representar o compartilhamento de um mesmo logo pelo homem e pelo animal selvagem, o que faz com que esse homem também seja visto como selvagem, reforçando, assim, o elemento de “exotismo”, tão invocativo ao olhar estrangeiro.

Embora o nome do tradutor não apareça na capa, o texto na capa detrás menciona se tratar de uma tradução.

¹⁶⁰ O nome de Mário de Andrade é por vezes associado com esse estilo literário por alguns estudiosos, embora tal associação não seja generalizada. Porém, tal debate está fora do escopo da presente análise, e o estilo é aqui referido pela menção feita na capa da tradução inglesa.

3.2.2.3 Capa da Tradução Italiana

A capa da tradução italiana é em tom de verde-claro, com um papel bastante fino, com ares de fotocópia colorida. Na metade superior da página, o nome *Macunaíma* vem em destaque, em negrito, em fonte *Times New Roman*, seguido, logo abaixo, do apositivo “*l’eroe senza nessun carattere*”, em letras bem menores, em itálico. O nome do autor aparece acima do nome da obra, em letras menores, mas maiores que as letras do apositivo, e também em itálico. No topo da página há uma faixa preta com os seguintes dizeres, no mesmo tom de verde da capa: “*Biblioteca Adelphi 32*”, que a princípio se pensou tratar da editora, mas que os detalhes da ficha catalográfica deixam claro se tratar do nome da coleção e o número do volume.

Na metade inferior da página, há uma reprodução de uma pintura, *Joie de Vivre*, de Max Ernst¹⁶¹ descrita pela curadoria da National Galleries of Scotland, onde a obra se encontra, como sendo uma das

*so-called 'jungle' pictures that Max Ernst painted in the late 1930s. His paintings of forests and tangled undergrowth derive from the rich Romantic heritage in German art. They also symbolise the fears and suppressed desires of the human mind. Looking at the picture more closely, the title becomes bitterly ironic. This jungle is actually ordinary undergrowth grown to enormous proportions, dwarfing a sculpture of a woman and animal living together in harmony. Instead of a paradise, the scene is a nightmarish one in which giant praying mantises do battle with other monsters in the entangled undergrowth.*¹⁶²

Apesar da temática descrita acima, a capa não evoca nenhuma associação imediata com *Macunaíma*, sendo, inclusive, difícil visualizar todos os detalhes descritos devido à qualidade da impressão da imagem. O sobrenome do autor, o nome da obra, o número do volume e o logo da editora aparecem na lombada do livro. A capa traseira traz somente o

¹⁶¹ Pintor alemão nascido em Colônia que, em 1919, tornou-se líder do grupo dadaísta dessa cidade. Ele se mudou para Paris, em 1922, onde trabalhou com surrealistas, adaptando técnicas de colagem e foto montagem para serem usadas pelo grupo.

¹⁶² Disponível em: http://www.nationalgalleries.org/collection/online_az/4:322/result/0/8943?initial=E&artistId=3237&artistName=Max%20Ernst&submit=1. Acesso em: 13 jun. 2011.

código de barras, o que, conseqüentemente, não dá nenhuma indicação de que se trate de uma tradução.

Como nas outras traduções, a capa da tradução italiana também destaca a obra e seu autor, fazendo uso de uma gravura que alude ao “selvagem”, mas que à primeira vista parece ser apenas uma alusão à flora, à natureza.

3.2.3 Notas, prefácios e notas de rodapé

Se para a análise das capas valeu-se de elementos quantitativamente similares, o mesmo não pode ser dito dos demais paratextos, visto que enquanto a tradução hispano-americana, além de duas notas preliminares, traz um prefácio assinado pelo tradutor que ocupa 25 páginas, as traduções inglesa e italiana oferecem números bem mais reduzidos, e os tradutores pouco comentam sobre suas estratégias de tradução. Conseqüentemente, o tópico referente à tradução hispano-americana oferece mais material de análise que as outras duas traduções. Porém, é inegável que a falta de informação em si já possa ser indicação de certas tendências, como a importância dada à obra em si ou a traduções em geral pelos editores, ou a autonomia de expressão oferecida aos tradutores, por exemplo.

3.2.3.1 Tradução Hispano-americana

Notas e Prefácio

A nota preliminar, que ocupa uma página, apresenta dados complementares de Mário de Andrade e aponta Héctor Olea como grande conhecedor do folclore e da mitologia latino-americana. Essa nota preliminar é seguida de uma nota, escrita por Júlio Henriques com tradução de Josep Maria Nunes, que fala sobre o autor e a obra, apresentando-se informações mais detalhadas sobre Mário de Andrade e o movimento modernista o qual, segundo Henriques, refletia um Brasil que “*vivía una oleada de fiebre de nacionalismo optimista; la intelectualidad manifestándose dispuesta a romper con su tradicional atadura cultural a Portugal, con su dependencia de los esquemas europeos, y dispuesta a proclamar su independencia estética*” (p.10). Henriques relaciona *Macunaíma* diretamente ao manifesto antropofágico de Oswald de Andrade, como sendo uma das principais obras desse movimento.

Após as notas, Olea assina o prefácio que continua a discussão

sobre o Modernismo brasileiro, citando alguns de seus nomes mais famosos e mesclando-os a nomes de outros autores latino-americanos como Borges, Miguel Angel Astúrias, García Márquez entre outros. Porém, é a descrição do processo tradutório que mais se destaca, pois o tradutor o apresenta com grande detalhamento, o que o torna uma importante ferramenta de análise para sua tradução.

De uma lista bibliográfica extensa, Olea destaca os trabalhos de Proença (1987)¹⁶³ e Haroldo de Campos, sobretudo o seu *Morfologia do Macunaíma* (1973), como fontes indispensáveis para sua pesquisa.

O tradutor compartilha o pensamento do escritor mexicano Octavio Paz que, ao se referir à América Hispânica e a algo que a sustente como “literatura de fundación”, escreve: “[...] *desarraigada y cosmopolita, la literatura hispano-americana es regreso y búsqueda de una tradición. Al buscarla, la inventa.*” (p.18). Nessa busca, aponta Olea, linguagem, mito e poesia se fundem, e o relegar das línguas da cultura ocidental em favor do resgate das línguas ameríndias, não é um ato de desconhecimento ou excentricidade, e sim, uma tentativa de ritualizar o mito americano:

[...] asimilarnos a la idea homo brasílicus es un intento de ritualizar el mito americano. Reflexionar sobre nuestro propio reflejo. Revelar y redimir tradiciones inapreciables para que sean vistas por todos. Identificar una utopía que nos es común en un lenguaje plural que redescubra su transplante (p. 20).

Assim, caberia ao idioma espanhol que se fala na América, prossegue Olea, por ser mais aberto a influências externas que o ibérico, “*la concepción de la imagen textual de su cosmogonía interna*”.

Segundo o tradutor, sua intenção é a de recriar o cenário de reconstrução e restauração da literatura oral promovida por Mário de Andrade valendo-se de empréstimos de elementos de outras culturas ameríndias. Um exemplo de tal empréstimo é a substituição feita por Olea do “Bumba-meu-Boi”, do original, pela “*Danza del Torito*”, uma manifestação folclórica da região central do México. Segundo Olea (p.25), ambas manifestações folclóricas não estariam vinculadas, por meio da figura do boi, a outras festas de cunho peninsular, como é o caso das festas pré-natalinas de *Posadas* e *Retablos* do México e Guatemala. Para o tradutor, seria mais autêntico “*intercalar al texto*

¹⁶³ A edição usada pelo tradutor foi a de 1969, como é indicado na bibliografia (p. 297).

marioandradiano, el Ready-made de algunos fragmentos de los Estribillos cantados em la Danza del Torito en vez de intentar reproducir em español las cuartetos del Boi-Espacio que aparecen em la rapsodia” (p.27). Desta forma, Olea teria utilizado o que chama de estratégia criativa da interpolação (*interpolación*), usada pelo escritor pré-romântico Odorico Mendes, que introduz versos de outros poetas quando suas imagens combinam com a frase do autor escolhido. Como se observou na análise dos resultados, um outro exemplo em que o tradutor intercalou trechos de outros textos foi no estribilho de origem tupi do original, “*mandu sarará*” (VIII/55), que aparece quatro vezes, substituídos pelo tradutor por estribilhos do poema “*Ébano Real*”, do poeta cubano Nicolás Guillén, “*arará cuevano*” (duas vezes) e “*arará sabalú*” (duas vezes), termos de origem africana.

Proceso Tradutório

A apresentação do processo tradutório feita por Olea (p. 29) é uma alternativa a um glossário, cujo uso, aponta o tradutor, teria a desvantagem de quebrar o texto com notas explicativas. Tal processo foi elaborado em várias etapas, como, atesta o próprio tradutor:

Desmenuzamiento de los diferentes elementos del libro (palabras, música, refranes, proverbios, sentencias, americanismos, sincretismo-religioso, flora, fauna, folklore)...estudio particular de los temas (investigación sistemática de taxonomía, de cábalas fónicas, de ruidos internos); restructuración del primer intento de traducción con el material reunido; y, finalmente, una revisión conjunta con la versión francesa. (p. 29).

Olea compromete-se a recriar o herói marioandradiano de um ponto de vista latino-americano. Para isso, o tradutor vale-se da “desgeograficação”, como usada por Mário de Andrade: “[...] *este héroe incaracterístico y ‘desgeograficado’ — sin coordenadas fijas, que tiene hábitos, creencias, alimentación y lenguaje exentos de algun trazo regional predominante — me orilló por así decir, a su re/invencción latinoamericana*” (p. 29). Essa “desgeograficação” dá-se no uso, como feito por Mário de Andrade, de termos de diferentes regiões da América Latina que designam o mesmo termo. Um exemplo é o termo “*mandioca*”, que aparece no original também como “*macaxeira*”,

“maniva” e “aipim”. Na tradução, Olea utiliza os termos “*mandioca*”(Caribe); “*ñani*” (Colômbia); “*yuca*”, “*yuca amarga*” (América Central) e “*guacamote*” (México).

Conquanto os elementos africanos não sejam parte do escopo da presente análise, vale mencionar que o tradutor vinculou tudo o que se refere ao sincretismo afro-cristão aos cultos ñaíngos, iorubas, lucimis, congos e dahomeanos, que também foram levados por escravos à Cuba. Para tal, indica ter-se valido, sobretudo, do trabalho de Lydiá Cabrera¹⁶⁴.

Segundo Olea, (p. 31), para os termos da fauna e da flora, assim como das lendas e do léxico amazônico, foi consultada literatura especializada de países como a Venezuela, Colômbia e Peru. O tradutor também valeu-se do auxílio de profissionais da área de botânica e afins. Exemplos de algumas das personagens folclóricas que aparecem em *Macunaíma*, cujas definições Olea encontrou, sobretudo na obra de José Eustasio Rivera¹⁶⁵, foram *Maraguigana*, *Mapinguarí*, *Iara*, *saci*, e o *Currupira*, transpostos para a tradução como *Maraguigana*, *Mapinguarí*, *Uiara*, *pernimocho saci* e *Poirá*. O tradutor usou, assim, o empréstimo simples ou com adaptação e explicitação para todos os termos, com exceção do termo *Currupira*, substituído pela *Poirá*, personagem de uma lenda de povos indígenas da Colômbia.

Além de botânicos, Olea também consultou biólogos, herpetologistas (répteis), ictiologistas (na classificação de quarenta e seis espécies de peixes) e ornitologistas (na classificação de cento e seis espécies de aves). O tradutor indica, por exemplo, que foi somente por meio de tais consultas que teve conhecimento que o pirarucu (*Arapaima gigas*) do original, em sua distribuição geográfica, chega ao Peru com o nome de “*paiche*”, termo por ele escolhido na tradução.

Segundo Olea, o linguajar do norte do Brasil seria o que mais se aproxima da tradição peninsular e, portanto, da hispano-americana, e afirma que vê “*una enorme coincidencia entre el vocabulario y la sintaxis del hablar nordestal com aquel empleado en las inmediaciones del Vale del Anáhuac*”. Ter transposto o linguajar nortista para o mexicano teria, igualmente, obedecido “*a la gran profusión de vocablos indígenas en ambos*” (p.34). Para o tradutor, o fato da palavra “*abacate*”, originária do termo nauátle “*aguacate*”, ser o nome pelo qual esse fruto é conhecido no Brasil, enquanto em outros países próximos, como Argentina, Uruguai e Chile, é conhecido como “*palta*”, seria exemplo da

¹⁶⁴ Cf. Cabrera, L. El monte y Porqué. In *Cuentos negros de Cuba*, Chicherekú, La Habana, 1948.

¹⁶⁵ Cf. Rivera, J. E. *La Vorágine*, Losada, Buenos Aires, 1971.

familiaridade existente entre os dois países.

Observou-se pelos resultados da análise de sua tradução que todos os termos de origem náuatle usados por Mário de Andrade foram mantidos, tendo somente sofrido adaptações gráficas. Por exemplo, “cacao” foi transposto para “*cacao*”, “sapota” para “*zapota*”; “sapotilha” para “*zapotilla*”. Curiosamente, o termo “abacate” foi transposto para “*palta*”, em vez de “*aguacate*”.

Em relação aos termos de outras origens, Olea (p. 35) indica ter mantido o máximo possível de termos de origem taulipáng, arecuná, maxuruna e, sobretudo, tupi, pela representação dessa língua dentro do movimento modernista, a não ser quando “*la castellanización de otros vocablos em guaraní, taíno, quiché, chibcha, quechua o náhuatl, fueran de uso muy difundido*” (p. 35). O termo “cunhã”, por exemplo, de origem tupi, foi transposto em alguns casos para “*cuñataí*”, termo usado por índios guaranis do Paraguai; e “mutum” (*Crax globulosa*), também de origem tupi, foi traduzido por “*paují*”, pois é o nome pelo qual a ave é conhecida na Venezuela e América Central, usado, por Olea, “*por quedar más próximo a la raíz indígena de la leyenda del Roroima*” (p. 25).

Outro aspecto que Olea fez questão de manter foi a sonoridade do original “*tal y como proponía el juego fonético del original.*” (p.33), assim, “Tudo que Macunaíma pegava ela engolia, tamorita mangarito inhame biribá cajuí guaimbê guacá uxi ingá bacuri capuaçu pupunha taperebá graviola grumixama.” (XVI/122), foi traduzido por “*Todo lo que Macunaíma atrapaba la sombra se lo tragaba: -tamorita mangarito ñame merey mamey plátano-dominico caimito banana-enana ananá guanábana fruta-bomba.*”.

Olea conclui seu prefácio sugerindo que *Macunaíma* é mostra da “*conciencia de separación pero es, al mismo tiempo, la tentativa de reunir lo que fue desmembrado.*” (p. 42).

3.2.3.2 Tradução Inglesa

Além dos elementos analisados das capas, a edição da versão inglesa traz três textos — um com agradecimentos do tradutor, um posfácio dos editores, que serão analisados abaixo, e também uma breve dedicatória que aparece nas primeiras páginas:

This translation is dedicated to
Edwina Melville
who introduced me to

Macunaíma
near that mountain called
The Stump of the Tree of Life.

Depois de duas páginas em branco (falsa folha de rosto), o nome *Macunaíma* aparece na terceira página, sozinho e grifado. Segue-se a folha de rosto onde novamente aparece o nome *Macunaíma* em destaque no topo da página seguido do nome do autor, em fonte menor, e, logo abaixo, o crédito da tradução a Goodland: “*translated from the Brazilian Portuguese by E.A. Goodland*”, em letras ainda menores. Logo abaixo, vê-se uma gravura, que remete a uma paisagem tropical, de uma bananeira e o nome da editora e das cidades de Londres, Melbourne e Nova York no pé dá página em letras também pequenas. A página seguinte ocupa-se dos detalhes catalográficos. O livro não tem orelhas.

Goodland começa sua nota de agradecimento com um a Cavalcanti Proença (já falecido na época) pelo trabalho, *Roteiro de Macunaíma*, que, segundo ele, foi fundamental na elaboração de sua tradução. Logo em seguida, o tradutor menciona a ajuda do sobrinho do próprio Mário de Andrade, Carlos A. de A. Camargo, detentor de seus direitos autorais, que teria colaborado com Goodland na primeira parte do livro e quem lhe mostrou o “espírito” do texto: “[...] *we examined together the letter and spirit of every line in the first half of the book. Much of the meaning and most of the music would have escaped me had it not been for his painstaking criticisms and patient coaching*”.

Goodland continua, sucintamente, agradecendo a Sra. Gilda Aquino, cujo conhecimento do TP e comando do idioma inglês foram de grande ajuda, e que, juntamente com a ajuda de Camargo na primeira metade do livro, levaram-no a encontrar

the appropriate words and phrases and developing a style capable of conveying the author's intentions into English, as far as lay within my powers. I must therefore accept full responsibility for failure of comprehension and communication. I fear there must be many, because of the multivalent nature of the work.

O tradutor não deixa de agradecer “*those very many people*” que o ajudaram com a linguagem regional, gírias e expressões idiomáticas do TP, dificilmente encontradas em dicionários.

Entre o prefácio e o corpo da tradução ainda há duas páginas —

uma com o sumário dos capítulos, que seguem a mesma ordem apresentada no TP, e uma outra página somente com o nome *Macunaíma* no topo.

O posfácio, que ocupa uma página, é dividido em dois momentos: metade da página trata do autor e a obra, e a outra metade do tradutor. O texto começa com o nome e data do nascimento e da morte de Mário de Andrade. Em seguida, a leitura das obras do autor é recomendada a todos aqueles interessados em folclore. Mário de Andrade é apresentado como uma das figuras centrais da literatura brasileira, e seu trabalho é descrito como sendo “*authentically Brazilian*”. Não só o autor é lembrado por ter sido o líder de um “*new artistic nationalist movement*”, como também por ter organizado e participado de viagens a áreas remotas do Brasil a fim de coletar material de canções folclóricas e filmar os costumes dos povos dessas regiões antes que desaparecessem.

Macunaíma é citado como a obra mais relevante de Mário de Andrade, além de ter sido traduzida em cinco idiomas (espanhol, italiano, francês, alemão e húngaro). O filme e uma das peças também são mencionados, bem como o fato de essa última ter sido recebida “*rapturously*” por audiências nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha. A justificativa dada para a tradução é a tentativa “*to transmit the flavor of Mário de Andrade’s unique style.*”.

Na segunda metade do texto, Goodland é apresentado como um engenheiro químico que se mudou para Guiana, em 1958, para exercer sua profissão. Durante os treze anos que lá viveu, Goodland teria viajado, extensivamente, pelo interior do país como curador arqueológico para o Museu da Guiana, tendo se familiarizado, desta forma, com comunidades ameríndias, seu folclore e com a “*varied fauna and flora, including ticks, ants mosquitoes and razor-grass.*”. A partir de 1972, Goodland se aposenta e vai morar em Pernambuco, onde começa a trabalhar na tradução de *Macunaíma*. Segundo o texto, o tradutor teria viajado, consideravelmente, pelo país, tendo visitado até mesmo lugares aludidos em *Macunaíma*.

Apesar da pouca informação oferecida nos textos, vê-se que o nome da obra e do autor, como na capa, receberam bastante destaque. Diferentemente de Olea, o texto de Goodland é quase um pedido de desculpas por sua falta de conhecimento do TP e experiência tradutória. O texto dá a entender que Goodland teve a preocupação em consultar material suplementar para poder elaborar a tradução.

No breve texto sobre o autor e a obra, transparece uma certa insistência em mencionar países europeus e os Estados Unidos como consumidores da obra marioandradiana — tanto a tradução interlingual

como as traduções intersemióticas (filme e a peça) — como que para legitimar interesse pela obra e o autor, assim como associar o livro à imagem que se tem do Brasil, tanto dentro do livro (imagem da bananeira, um autor “autenticamente brasileiro”), como nas capas, onde há sugestões de um país exótico, selvagem e mágico.

3.2.3.3 Tradução Italiana

Os paratextos da versão italiana são um meio-termo entre as outras duas traduções, visto que já é possível extrair mais informação sobre as possíveis estratégias tradutórias de Giorgi e, sobretudo, sobre o autor e a obra.

Giorgi foi a única entre os três tradutores que usou a estratégia das notas de rodapé. Tais notas serão analisadas no final deste tópico.

Ao contrário da tradução inglesa, a edição italiana é apresentada com orelhas, nas quais é fornecido um breve resumo da história, que assim começa:

Nella foresta vergine brasiliana, in un momento ancora prodigioso, dove uomini e animali si parlano e si trasformano gli uni negli altri, dove i grandi morti diventano astri e costellazioni, nasce Macunaíma, “l’eroe senza nessun carattere”, nuova incarnazione del trickster¹⁶⁶, essere dai grandi poteri e dai grandi vizi, pigro, lussurioso, candido e violento come la sua terra¹⁶⁷.

Depois do resumo, apresentam-se alguns dados da obra e do autor (ano que *Macunaíma* foi escrito, a linguagem mestiça usada por Mário de Andrade com “*virtuosistica abilità*”, a participação do autor na “*vanguardia brasiliana*” etc).

Uma falsa folha de rosto traz o nome da coleção e o número do volume, seguida da folha de rosto que apresenta o nome de Mário de

¹⁶⁶ Alusão a termo cunhado com base em personagem indígena da literatura norte-americana, que passou a ser usado por outras literaturas ao redor do mundo. O termo define um caráter de contradições, de moral duvidosa e que apresenta “*troublesome psychological discrepancy*” (SÁ, 2008, p. 7).

¹⁶⁷ “Na floresta virgem brasileira, em um momento ainda prodigioso, onde homens e animais conversam entre si e se transformam um no outro, onde os grandes mortos se transformam em astros e constelações, nasce Macunaíma, ‘o herói sem nenhum caráter’, reincarnação do *trickster*, ser de grande poder e de grandes vícios, preguiçoso, libidinoso, cândido e violento como sua terra.”

Andrade no topo, o nome da obra logo abaixo, seguido do apositivo e da atribuição da tradução à Giuliana Segre Giorgi. O nome da editora aparece, juntamente com o logo, no pé da página. A próxima página apresenta os dados catalográficos, segue-se a página com o sumário dos capítulos, que também respeita a ordem do TP, embora os capítulos sejam identificados por números arábicos em vez de romanos. Antes do corpo da tradução há também uma outra página contendo o nome da obra e o apositivo.

O posfácio, assinado pela tradutora e que ocupa oito páginas, trata, na maior parte, da obra e seu autor, expandindo o resumo oferecido nas orelhas do livro. Giorgi começa seu texto se dizendo surpresa que, em tempos quando a curiosidade e interesse europeu por coisas do “*detto terzo mondo*”, em geral, e pela América Latina, em particular, estão aflorados, a obra marioandradiana, que responde melhor a tal interesse, tenha somente agora vindo à tona. Ainda mais estranho, segunda ela, é o fato de tal obra ser dos idos de 1926, visto ser “*un’opera única nel suo genere: poema in prosa quasi una rapsodia, ma anche satira, che trascende il tempo e l’ambiente in cui l’autore l’ha situata.*” (p. 257).¹⁶⁸

A tradutora fala do Modernismo, explicando não se tratar do mesmo Modernismo europeu, ligando-o, mais diretamente, ao Futurismo italiano. Há menção a outros grandes nomes do Modernismo brasileiro, como Villa-Lobos, Oswald de Andrade, Raul Bopp, Tarsila do Amaral entre outros, assim como em outras obras de Mário de Andrade, como *Há uma Gota de Sangue em cada Poema*, *Paulicéia Desvairada*, *Losango Cáqui* e *Clã do Jaboti*. Faz menção também ao *Roteiro de Macunaíma*, de Cavalcanti Proença, e ao trabalho de Koch-Grünberg.

Giorgi aponta as dificuldades pelas quais passou a obra quando foi publicada, por ser uma obra à frente de seu tempo, que retratava um caráter dúbio como representante do caráter brasileiro e o excesso de imoralidade do herói. A tradutora também menciona as dificuldades de compreensão de sua linguagem, mesmo por leitores mais cultos. A tradutora sugere que em relação ao caráter do herói, seus defeitos não aludem somente ao povo brasileiro, mas aos defeitos da raça humana, por isso a obra estaria sempre tão atual. Quanto à linguagem, essa estaria em linha com os princípios modernistas. A língua usada por Mário de Andrade é aquela da tradição oral, falada por negros, mulatos,

¹⁶⁸ “[...] uma obra única em seu gênero: poema em prosa, quase uma rapsódia, mas também sátira, que transcende o tempo e o ambiente no qual o autor a situou.”

imigrantes pobres, enfim, a língua do povo que se contrapõe à língua de origem lusitana. Dos idiomas indígenas, Giorgi menciona a relevância do tupi-guarani, e também o significado do nome *Macunaíma* (“grande mau”).

A descrição do processo tradutório é restrita a um parágrafo, no qual a tradutora menciona as inúmeras notas de rodapé que visam, segundo ela, ajudar na compreensão das várias referências do TP. Giorgi assinala também ter tentado manter os neologismos e invenções lexicais acessíveis e claros, mas de tal maneira que conservasse um pouco do “sabor” que proporcionavam. Em relação aos termos da fauna, da flora e objetos, a tradutora indica que manteve a maioria deles como aparecem no original, salvo pela inclusão do acento agudo, em alguns termos, quando no original não houvesse nada que lhes indicasse a tonicidade. Em alguns casos usou também um termo mais genérico após o termo original para facilitar a compreensão, como foi feito igualmente com os nomes de lugar. Segundo Giorgi, tais estratégias lhe parecem as mais apropriadas para manter-se “*assolutamente fedeli al testo*”¹⁶⁹ (p. 264).

Notas de Rodapé

O uso de tal recurso, que tem valor domesticador, é polêmico entre teóricos da tradução. Alguns, como é o caso de Christiane Nord (2003, p. 195), ao discorrer sobre a tradução de nomes em textos infantojuvenis, por exemplo, veem-no como interferência no efeito comunicativo de um texto:

[...] the reader receives two texts i.e., a text where the names seem to be purely identifying or referential, and another text that explains why these names are not purely referential. This procedure will necessarily change the whole communicative effect of a text. (NORD, 2003, p. 195)

A autora é particularmente contrária a este recurso no que diz respeito à tradução de literatura infantil, embora admita que para adultos, pode ser interessante ter dois textos aos quais se referir. O semiólogo e escritor italiano Umberto Eco não se mostra nada receptivo ao uso de notas de rodapé:

¹⁶⁹ “[...] absolutamente fiel ao texto.”

[e]xistem perdas que poderíamos definir como absolutas. São os casos em que não é possível traduzir e, se casos do gênero acontecem, digamos, no curso de um romance, o tradutor recorre à ultima ratio, a de anexar uma nota de pé de página — e a nota de pé de página ratifica a sua derrota. (ECO, 2007, p. 109).

Geralmente, notas são usadas de acordo com o estilo do tradutor, ou seguindo normas preexistentes dentro da comunidade de um determinado tradutor. No caso de Giorgi¹⁷⁰, como indicou na nota de posfácio, foi a maneira mais eficiente que encontrou para promover melhor compreensão por parte dos leitores.

Naturalmente, notas de rodapé podem, sim, ser intrusivas, mas não podemos nos esquecer de que o leitor também tem a escolha de lê-las ou não. O Quadro 19 mostra alguns exemplos das notas utilizadas pela tradutora.

Quadro 19 — Ex. notas de rodapé – trad. italiana

Original	Tradução	Estratégia/grafia	Nota de rodapé
pajelança	pagelança	cópia (GA)	Cerimonia rituale di scongiuro
suçuarana	sussuarana	cópia (GA)	Specie di piccolo giaguaro
timbó	timbó	cópia (IO)	Pianta velenosa usata nella pesca per avvelenare le acque
Vei, a Sol	Vei, la Sole	cópia + tradução (IO/LC)	L'autore há conservato il genere femminile per la divinità solare, come nella mitologia india ¹⁷¹
mani	manì	cópia (GA)	La manioca, secondo una leggenda, spuntò per la prima volta sulla tomba di Manì, figlia di un capo indio che era stata ingravidata misteriosamente e che morì dopo aver data alla luce la bianca Manì. ¹⁷²

¹⁷⁰ A tradutora usou um total de 178 notas de rodapé, 61 das quais usadas para os termos de origem indígena.

¹⁷¹ O autor conservou o gênero feminino para a divindade solar como é feito na mitologia indígena.

¹⁷² “A mandioca, segundo uma lenda, apareceu pela primeira vez no túmulo de Mani, filha de um chefe indígena, que engravidou misteriosamente e morreu após dar à luz à branca Mani.”

samaúna	albero di samaúna	cópia + explicitação por hiperônimo (LC/IO)	Albero le cui radici sono assai ricche di liquido dissetante
tapuitinga	tapuitinga	cópia (IO)	Nome con cui gli indigeni chiamano i bianchi

Ainda que a maioria das notas de rodapé sirva para descrever o termo original, em língua italiana, algumas indicam peculiaridades culturais (exemplo do termo “mani”) ou estratégias usadas pelo autor (exemplo de “Vei, a Sol”).

Como as outras duas edições, a italiana também evidencia o autor e sua obra,¹⁷³ situando-a no cenário modernista e aludindo a outras obras do período, o que, a exemplo da tradução hispano-americana e inglesa, leva-nos a pressupor um leitor específico, um leitor que tenha interesse na literatura dos países periféricos, em geral, e da América Latina, em particular.

Após analisar os paratextos, algumas das expectativas mencionadas por Cunha (1997, p. 298) confirmam-se, tanto na tradução inglesa, como na italiana, visto que alguns estereótipos como exotismo, sensualidade, preguiça, paisagens tropicais são aludidos, seja imageticamente ou textualmente.

Acredito que tal análise seja prova de que, como propõe Torop com sua “tradução total”, os paratextos oferecem elementos importantes para auxiliar a análise tradutológica. Uma vez que se tenham os resultados das demais análises, tais elementos irão se juntar às estratégias de tradução escolhidas pelos tradutores e, como um todo, irão fundamentar a discussão dos resultados.

3.2.4 Ocorrência de Termos Tupi

Diante do que já se apresentou nesta pesquisa sobre a língua tupi — sua importância histórica e as inúmeras contribuições ao português falado no Brasil, assim como pela grande representatividade em *Macunaíma*, julgou-se necessário apresentar esta brevíssima análise das ocorrências dos termos de origem dessa língua no TP. O número de ocorrência desses termos usado por Mário de Andrade, por si só, já confirma sua relevância na obra, observada também tanto por Olea como Giorgi em seus prefácio/posfácio.

¹⁷³ A tradução inglesa é a que mais repete o nome da obra de maneira destacada (4 vezes) entre a capa e o início da tradução; seguida da hispano-americana (3 vezes), como no original; e a tradução italiana (2 vezes).

Os termos de origem tupi equivalem a 45% do número total de ocorrências dos termos de origem indígena em *Macunaíma*, e a maioria desses termos está relacionada à fauna e a flora (57% do total de termos tupi). Das 77 ocorrências de topônimos, 70% delas são de origem tupi. Os gráficos nas Figuras 1 e 2 comparam a incidência de termos tupis com termos de outras línguas indígenas em *Macunaíma*.

Figura 1 — Termos de origem tupi vs outras línguas indígenas

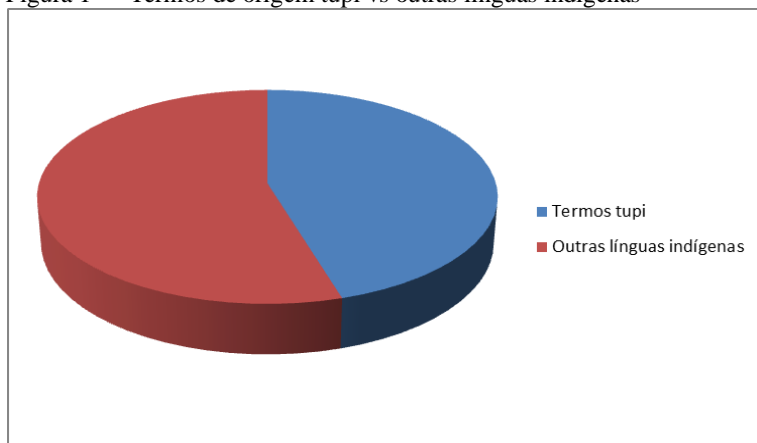
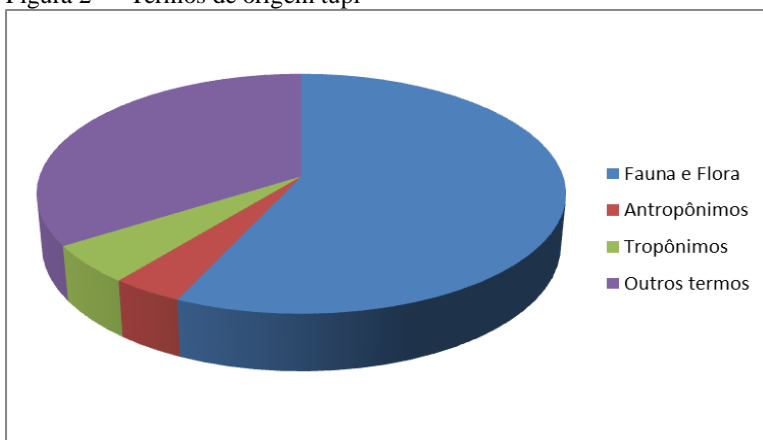
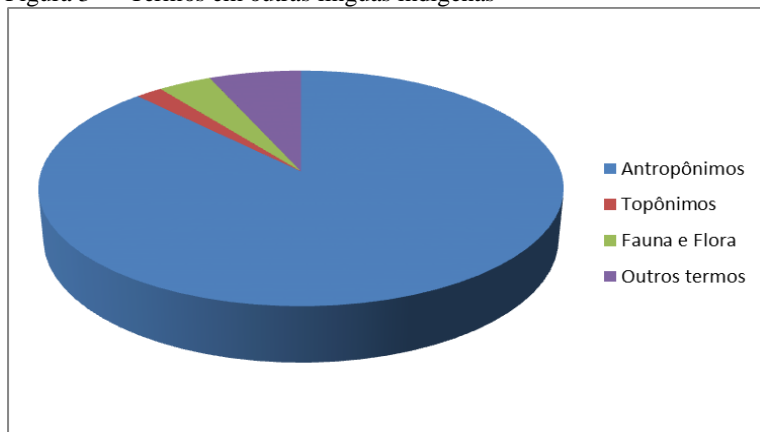


Figura 2 — Termos de origem tupi



Vê-se aqui a clara predominância do tupi nos elementos da fauna e da flora. “Outros termos” englobam aqueles de outras categorias aqui analisadas, a saber: anatomia, artefato, bebida, costumes, culinária, estado, etnia, folclore, geografia, geologia, grau de parentesco e religião.

Figura 3 — Termos em outras línguas indígenas



A grande representatividade de antropônimos em outras línguas indígenas é devida à derivação da maioria dos nomes de personagens da obra de Koch-Grünberg, considerada, pois, como sendo de origem pemon.

3.2.5 Estratégias Usadas pelos Tradutores

A presente seção tem por finalidade apresentar as estratégias de tradução usadas pelos três tradutores, devidamente acompanhadas de definições com base em conceitos apresentados nos ET, e de exemplos ilustrativos extraídos do *corpus* para cada uma delas.

A classificação dos empréstimos e suas variantes, apresentada a seguir, foi baseada no trabalho de Aubert (2003), embora as definições de outros autores também sejam apresentadas para algumas das estratégias como forma de comparação ou complementação. Mesmo que Aubert não apresente definições, propriamente ditas, ele fornece um quadro com estratégias de tradução (p. 33) extraídas da análise das traduções de duas obras literárias brasileiras (*Os Sertões*,¹⁷⁴ de Euclides

¹⁷⁴ Tradução norte-americana de Putnam, S. *Rebellion in the backlands*, 1956.

da Cunha, e *Teresa Batista Cansada de Guerra*,¹⁷⁵ de Jorge Amado). Entre essas estratégias está o empréstimo simples, com adaptação gráfica ou com acréscimo de outras estratégias.¹⁷⁶ Como tal variedade também se confirma na presente análise, procurou-se fazer uma interpretação do que foi apresentado por Aubert para definir as variedades dos empréstimos.

Embora as demais estratégias tenham sido classificadas com base no trabalho de Chesterman (2000) que, como visto em 2.2 acima, não só apresenta uma classificação bastante abrangente de estratégias de tradução como oferece definições objetivas, discutindo possíveis efeitos no texto traduzido, outros teóricos dos ET também serão mencionados quando se julgar pertinente mencionar nomenclaturas distintas ou informação complementar às apresentadas por Chesterman.

Nos quadros abaixo, entre os exemplos em que os tradutores usaram estratégias diferentes para um determinado termo do TP, aparecerá(em) em negrito aquele(s) que exemplifica(m) a estratégia em questão.

1. Adição ou omissão (Ad/Omis)

Chesterman (2000, p. 109) apresenta a adição como sendo parte da estratégia de mudança de informação (*information change*), consistindo em “*addition of new (non-inferable) information deemed to be relevant to the TT readership*” e a omissão, como o oposto, ou seja, a omissão de informação do TP considerada como sendo irrelevante.

A adição é uma das três técnicas de ajuste (*techniques of adjustment*) de Nida (1964, p. 227) e inclui vários outros procedimentos. Nida apresenta uma lista de diferentes circunstâncias que poderiam obrigar o tradutor a usar a adição como estratégia tradutória: para clarificar uma expressão elíptica, para evitar ambiguidade na LC, para mudar uma categoria gramatical (corresponde à transposição de Vinay e Darbelnet), para explicitar elementos implícitos (corresponde à explicitação de Vinay e Darbelnet), para adicionar conectores (corresponde à articulação exigida pelas características da LC).

Para Fernandes (2006, p. 53), que aplica a estratégia diretamente na tradução de nomes próprios, a adição é um procedimento no qual se adiciona informação ao nome original, tornando-o mais compreensível

¹⁷⁵ Tradução norte-americana de Shelby, B. **Teresa Batista home from the wars**, 1975.

¹⁷⁶ Aubert inclui os seguintes tipos de empréstimos em seu quadro: empréstimo simples, empréstimo + tradução literal, empréstimo + transposição, empréstimo + explicitação, empréstimo + adaptação e empréstimo + omissão.

ou, talvez, mais atrativo para o leitor da LC. É também usada para resolver ambiguidades que possam existir na tradução de um nome, em particular.

Para efeito da presente análise, visto que foram observados diferentes níveis de adição, julgou-se mais pertinente usar maior especificidade na nomenclatura para melhor ilustrar as escolhas tradutórias. Sendo assim, foram considerados como sendo adição casos em que os tradutores acrescentaram elementos que não existiam no TP, mas sem que tal adição tenha valor explicativo — quando houve adição dos nomes dos personagens onde não havia nada no TP, ou adição de termo que indique diminutivo ou aumentativo: “*little boy*” para “piá”, por exemplo. Casos de adição de termos explicativos usados pelos tradutores foram considerados como sendo explicitação que, por sua vez, foi subdividida em explicitação por hiperônimo. As notas de rodapé também foram consideradas como sendo uma categoria separada. Por terem sido usadas somente na tradução italiana, tal separação possibilita maior destaque para a estratégia que, embora seja considerada um tipo de explicitação, tem caráter diverso das explicitações feitas no corpo da tradução uma vez que notas de rodapé, como visto na presente pesquisa, fazem parte dos paratextos.

Quadro 20 — Ex. de adição e omissão

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
-	-	Macunaíma (adição)	-
-	-	-	Jiguê (adição)
igarapé (IV/28)	igarapé	river	Omissão
cunhatãs (VI/42)	Omissão	young women	ragazze

2. Cópia ou empréstimo (C.)

Quando o termo é reproduzido no texto traduzido exatamente como aparece no TP sem sofrer nenhum tipo de adaptação gráfica:

Quadro 21 — Ex. cópia ou empréstimo

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Guanabara (VIII/53)	Guanabara	Guanabara	Guanabara
tapir (XI/77)	tapir	tapir	Tapiro
Tietê (XI/82)	Tieté	Tietê	Tietê

2.1 Cópia com adaptação gráfica (C/adap)

O termo é copiado do TP, porém com mudanças gráficas que visam, *a priori*, aproximar o termo da grafia ou fonética da LC:

Quadro 22 — Ex. cópia com adaptação gráfica

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
suçuarana (I/11)	Puma	Puma	Sussuarana
tapanhumas (II/16)	tapañumas	Tapanhuma	Negra
Piaimã (V/29)	Piaíma	Piaiman	Piaimã
Caiuanogue (VIII/53)	Cayuanog	Kaiuanog	Caiuanogue
muraquê-itã (IX/59)	muraquéitan	muraquéitã	muraqué-itã

2.2 Cópia com explicitação (C/expl)

O termo é copiado, com adaptação, gráfica ou não, acompanhado de termo com valor explicativo.

Segundo Chesterman (2000, p. 108), a explicitação “*refers to the way in which translators add components explicitly in the TT which are only implicit in the ST.*” Na classificação apresentada por Molina e Hurtado (2002, p. 510), a explicitação seria parte da estratégia de “amplificação”, que englobaria outras estratégias como a explicitação, paráfrase, paráfrase explicativa e perífrase. Tal procedimento, segundo as autoras, é usado “*to introduce details that are not formulated in the ST: information, explicative paraphrasing.*”

Quadro 23 — Ex. cópia com explicitação

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Sacis (V/31)	pernimochos- sacís	crippled dwarfs	diavoletti
cuia (XIII/95)	totumo	calabash	un bacile, una cuia
Uiara (XVII/129)	Uiara	Uiara, a siren	Uiara

2.3 Cópia com explicitação por hiperônimo (C + exp/hip)

Este procedimento difere do anterior somente na especificidade do termo acrescentado na tradução, que é um termo com significado mais genérico. Aubert não apresenta essa combinação de estratégias, mas julgou-se apropriado fazê-la para dar uma ideia mais pontual das escolhas feitas pelos tradutores.

Quadro 24 — Ex. cópia com explicitação por hiperônimo

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Uraricoera (I/9)	Río Uraricoera	Uraricoera River	Uraricoera
candirus (II/13)	candirús	candirú fish	candirús
cachiri (II/17)	chicha de caxiri	cassiri drink	cachiri
Piranhas (V/29)	pirañas	caribe fish	pesci piranha

2.4 Cópia + tradução (C/trad)

Neste caso, parte do termo composto é transposto igual ao original ou com adaptação gráfica, e outro(s) termo(s) é (são) traduzido(s).

Quadro 25 — Ex. cópia + tradução

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Vei, a Sol (II/16)	Vei, la sol	Vei, the Sun	Vei, la sole
sabiá-laranjeira (V/30)	paraulata-calandria	red-bellied thrush	sabiá d'orancio
Capei, a Lua (XV/109)	Capei, la Luna	Capei, the Moon	Capêi, la Luna

2.5 Cópia + nota de rodapé (C/NR)

Aqui, o termo é copiado para o TC, com ou sem mudança gráfica,

acrescido de nota de rodapé na língua de chegada. A tradutora italiana foi a única a utilizar notas de rodapé.

Quadro 26 — Ex. cópia + nota de rodapé

Original	Tradução	Nota de Rodapé
saúva (I/9)	saúvas	formiche diffusissime, considerate flagello nazionale del Brasile
pajelança (I/9)	pagelança	cerimonia rituale di scongiuro
tatu (VIII/55)	tatu	Armadillo

3. Mudança de Nível (Mniv)

Esta estratégia é apresentada em Chesterman (2000, p. 99), a qual faz parte também da classificação de Catford.¹⁷⁷ Ela envolve mudança no nível fonológico, morfológico, sintático ou lexical, na qual o modo de expressão de um determinado termo passa de um nível para outro. Tal estratégia depende, grandemente, das línguas envolvidas, visto serem umas mais analíticas que outras. Envolve mudança de um grupo nominal para uma palavra apenas ou vice-versa.

Quadro 27 — Ex. mudança de nível

Original	H. americana	Inglesa	Italiana
açazeiro (IV/23)	palmera de asaí	palm tree	albero di assai
apuizeiro (XIV/101)	copey del monte	fig tree	ramo di apuizeiro
cajueiro (XVI/121)	marañon	cashew tree	pianta de cajù

4. Paráfrase (Pfr)

Chesterman (1997, p. 104) descreve a paráfrase como sendo “*loose, free, in some contexts even undertranslated. Semantic components at the lexeme level tend to be disregarded in favour of the pragmatic sense of some higher unit*”. Molina e Hurtado (2002, p. 503) notam que tanto Nida como Taber e Margot distinguem entre paráfrase legítima e ilegítima. A primeira é uma “*lexical change that makes the TT longer than the ST but does not change the meaning*”, e a segunda, “*makes ST items explicit in the TT*”. As autoras acrescentam que os três teóricos concordam que tal explicitação não deveria ser a tarefa do

¹⁷⁷ Cf. CATFORD, John C. A linguistic theory of translation. Oxford: Oxford University Press, 1965.

tradutor, pois ela pode introduzir subjetividade.

Quadro 28 — Ex. paráfrase

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
pajelança (I/9; III/19)	brujería de payés	tribal assembly	pagelança
carimã (II/17)	cazabe	fish balls	budino di manioca
ipê (IV/25)	lapacho	little golden poui flowers	ipê
mangarás (IV/38)	corimbo de plátano	banana-plant buds	fiori di banana

5. Substituição (Subst)

Visto que tal estratégia envolve, *a priori*, o uso de termos que se aproximem mais do TC, ela pode, em alguns casos, corresponder ao que Chesterman (1997, p. 108) denomina “naturalização” (*naturalization*), “domesticação” (*domestication*) ou “adaptação” (*adaptation*). Para o autor, essa estratégia “*describes the way in which SL items, particularly culture-specific items, are translated as TL cultural or functional equivalents, so that they conform to TL norms*”.

Nida (1964, p. 166), igualmente, nomeia a estratégia como “naturalização”, após usar o termo “natural” para definir “equivalência dinâmica” (“[...] *the closest natural equivalent to the source language message [...]*”) e aponta que a estratégia “*can be achieved by taking into account: 1) the source language and culture understood as a whole; 2) the cultural context of the message; 3) the target audience.*”.

É importante salientar, contudo, que na tradução hispano-americana, na maioria dos casos em que o tradutor usou tal estratégia, não se pode considerar como um caso exato de “domesticação” ou “naturalização. Tal fato explica-se porque Olea, simplesmente, substituiu o termo do original por outro que não é, necessariamente, mais familiar para os leitores do TC visto que, em outros momentos, o tradutor também faz uso extensivo de termos indígenas extraídos de várias línguas da América do Sul. Esses, possivelmente, causam a mesma estranheza que causariam os termos indígenas do original ao leitor do TP.

Como já mencionado, observou-se na presente análise que os tradutores utilizaram diversos níveis de substituições, sobretudo, aquelas com elementos da fauna e da flora. Para abarcar essas diferenças, explicitou-se o tipo de substituição efetuada pelos tradutores como

mostra o Quadro 29. Como elemento comparador de estratégia, falar-se-á somente em “substituição” vs. “tradução”, mas para analisar os resultados, levar-se-á em consideração o tipo de substituição efetuada pelos tradutores.

- a) Substituição por elemento mais familiar: subst. (+fam);
- b) Substituição por outro elemento indígena: subst. (OI);
- c) Substituição por elemento de outra espécie: subst.(OE);
- d) Substituição por elemento de outra família: subst.(OF);
- e) Substituição por elemento de outro filo: subst. (Ofi);
- f) Substituição por elemento de outro gênero: subst. (OG);
- g) Substituição por termo caracterizador: subst. (TC);
- h) Substituição por termo generalizante: subst. (Tge).

Quadro 29 — Ex. substituição

Original	Tradução	Estratégia
maparás (II/17) (tipo de peixe)	shrimp (inglesa) (crustáceo – tipo de camarão)	Subst. (Ofi)
taba (III/22)	villagio (italiana)	Subst. (+fam)
apiacás (IV/25)	hornets (inglesa)	Subst. (Tge)
teju (IV/27) família Teiidae	lacertole (italiana) família Lacertidi	Subst. (OF)
jararaca (VI/42) gênero Bothrops	vipera (italiana) gênero vipera	Subst. (OG)
mandu-sarará (VIII/55)	arará cuevano	Subst (OI)
micura (XII/89) (<i>Didelphis marsupialis</i>)	zarigüeya (hispano-americana) (<i>Didelphis virginiana</i>)	Subst (OE)
Macunaíma Piaimã	héroe (hispano-americana) giant (inglesa)	Subst (TC)

6. Tradução (Trad)

Procedimento conhecido como “tradução literal”, é definido por Chesterman (2000, p. 94) como “[...] *maximally close to the SL form but nevertheless grammatical*”. O autor nos lembra que para teóricos como Newmark e Vinay e Darbelnet esta estratégia teria um “*default value*” e, como tal, o tradutor só precisaria desviar dela se, por algum motivo, ela não funcionasse.

Molina e Hurtado (2002, p. 510) definem a tradução literal não como definem Vinay e Dalbelnet — “*translating one word for another*” — mas sim, como a equivalência formal de Nida “*when form coincides with function and meaning*”.

Preferi usar o termo “tradução” somente, pois pareceu-me mais diretamente identificável quando contrastado com a substituição.

Quadro 30 — Ex. tradução

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
cunhatã (I/9)	cuñatai	girl	ragazza
suçuarana (I/11) (<i>Puma concolor</i>)	puma (<i>Puma concolor</i>)	puma (<i>Puma concolor</i>)	suçuarana
tembetá (IV/23)	tembetá	labret	Tembetá
tejúpá (IV/24)	choza	thatched hut	capanna

6.1 Tradução por hiperônimo (Trad/hip)

O termo é traduzido por um de caráter mais generalizado.

Quadro 31 — Ex. tradução por hiperônimo

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
sacassaia (IV/24)	hormigas-cabezonas	ants	formiche sacassaiais
acapu (X/72)	vucapúa	partridgewood tree	albero
surucucu (XI/85)	víbora	snake	surucucù

6.2 Tradução + explicitação (Trad/expl)

O termo traduzido é seguido de termo explicativo.

Quadro 32 — Ex. tradução + explicitação

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
igaçaba (III/22)	mucura	funeral urn	urna
membí (VI/38)	quena de guádua	bamboo flute	bacca
tuiuí (XI/85) (<i>Jabiru mycteria</i>)	tuyuyú	jabiru stork (<i>Jabiru mycteria</i>)	uccello tuyuyú
vigilenga (XIII/93)	trajinerá	Tub	canoa de vela

6.3 Tradução + explicitação por hiperônimo (Trad + exp/hip)

O termo é traduzido acrescido de termo explicativo de caráter genérico.

Quadro 33 — Ex. tradução + explicitação por hiperônimo

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
mandioca (I/9)	yuca	cassava tubers	Manioca
curuatás (V/32)	palmas capembas	plumes	Spata

7. Transposição

Quando ocorre uma mudança na classe das palavras, de substantivo para verbo, ou de adjetivo para advérbio, para citar alguns exemplos, Chesterman (2000, p. 95) empresta o termo de Vinay e Darbelnet para designar “[...] *any change of word class, e.g. from verb, adjective to adverb.*”. O autor adverte que tal estratégia, normalmente, envolve mudanças estruturais, mas a mudança de classe de palavra por si só é de interesse investigativo.

Quadro 34 — Ex. transposição

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Macunaíma (I/9)	Macunaíma	he	Lui
timbó (II/13)	embarbascar	fish fuddle	Timbó
Maanape (II/18)	Maanape	who	Maanape
Macunaíma (XVII/132)	lo	Macunaíma	Macunaíma

8. Mudança de Conteúdo

No grupo de estratégias semânticas apresentadas por Chesterman (2000, p. 101), o autor indica outras mudanças no plano semântico que são derivadas, sobretudo, da noção de modulação de Vinay e Darbelnet.¹⁷⁸ Esta estratégia envolve mudanças de significação ou sentido. No *corpus*, observou-se que as escolhas de termos pelos tradutores, na maioria dos casos, deveu-se possivelmente a um entendimento errôneo por parte do tradutor.

¹⁷⁸ Cf. VINAY, Jean-Paul; DARBELNET, Jean (1969).

Quadro 35 — Ex. mudança de conteúdo

Original	H. Americana	Inglesa	Italiana
membí (VI/38)	quena de guádua	bamboo flute	bacca
Acará (V/35)	Acará	rupununi (<i>Apistogramma</i> <i>rupununi</i>)	conciato (curtido)

No caso de “membí”, por exemplo, conforme o dicionário Aurélio e Proença (1987), o termo é usado para uma flauta feita de tibia humana ou de animal. A tradutora italiana usou o termo “*bacca*” (“baga”), pois, no original, o termo aparece no excerto: “[e]nfiou um membí na goela, virou Jiguê na máquina telefone e telefonou pra Venceslau Pietro Pietra...”. O termo “acará”, por sua vez, tanto no dicionário Aurélio como em Proença (1987) encontra-se como designação de peixe (*Pterophyllum scalare*), usado com essa acepção em outras passagens. No trecho em questão, todavia, o termo é usado para designar um tipo de fumo: “um naco de fumo do Acará”. Goodland usou “*rupununi*”, um outro gênero de peixe, e Giorgi usou “*conciato*” (“curtido”, em português). Ao pesquisar na internet, encontrou-se uma cidade do Pará chamada Acará. Supõe-se que nesse caso, o topônimo seria mais apropriado, principalmente porque Mário de Andrade usou o termo com letra maiúscula.

Os próximos tópicos apresentam uma análise quantitativa das ocorrências dos antropônimos, topônimos e OTI, ressaltando algumas das particularidades das traduções dessas categorias em cada uma das três traduções.

3.2.6 Análise dos antropônimos

O resultado da coleta de dados dos antropônimos de origem indígena em *Macunaíma* mostra que, com exceção da tradução espanhola, em que houve uma adaptação gráfica do nome de um dos irmãos de Macunaíma (de “Jiguê” para “Yiguê”), os nomes dos quatro personagens principais (ver Quadro 36) foram mantidos como no original, nas três traduções.

Do total de ocorrências de antropônimos (1108¹⁷⁹), o empréstimo simples foi a estratégia mais usada pelos tradutores (84% na inglesa,

¹⁷⁹ Nesse total, incluem-se somente os termos de origem indígena de fato retirados do TP. Não se incluem nele os termos que foram adicionados pelos tradutores.

91% na italiana e 65% na hispano-americana). Mas não podemos nos esquecer, naturalmente, que os nomes se repetem várias vezes, e que a maioria das ocorrências é a do nome “Macunaíma”, que aparece 499 vezes, 45% do total de todas as ocorrências de antropônimos.

No Quadro 36, encontram-se exemplos das estratégias usadas com os antropônimos pelos três tradutores.

Cópia simples

Quadro 36 — Ex. cópia simples: antropônimos

Original/origem	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Macunaíma	Macunaíma	Macunaíma	Macunaíma
Maanape	Maanape	Maanape	Maanape
Jiguê	Yiguê	Jiguê	Jiguê
Ci	Ci	Ci	Ci

Que o nome “Macunaíma” tenha sido mantido sem nenhuma alteração não é surpresa, pois já tendo sido adaptado da obra de Koch-Grünberg, é um nome de forte representação da mitologia indígena que, afinal, dá nome à obra. Ademais, o fato de o nome ocorrer tantas vezes no TP influenciaria os tradutores a mantê-lo o mais próximo possível do original, como nos lembra Aixelá (1996, p. 64), e como visto na análise dos paratextos. Neles, a relevância do nome “Macunaíma” já é destacada na própria apresentação das traduções (nas capas, contracapas e páginas de rosto). Nas traduções inglesa e hispano-americana, os tradutores até mesmo dispensam o apositivo “o herói sem nenhum caráter” do título, evidenciando ainda mais o nome.

É na tradução inglesa, porém, que há maior variação no tipo de estratégia escolhida pelo tradutor para traduzir o nome do herói. Goodland usou a transposição, substituindo o nome “Macunaíma” por um pronome (“he”/“him”), a omissão, a adição, muitas vezes como solução para o sujeito oculto no original, ou a substituição pelo termo “hero”, estratégia também usada por Olea (“héroe”) que, como já mencionado, reproduz o uso do termo pelo próprio Mário de Andrade ao se referir a Macunaíma ao longo do texto. Por outro lado, houve casos em que o original “herói” foi transposto como *Macunaíma* por Goodland. Assim, as adições do nome acabam por compensar as omissões. A tradução italiana mostra o maior número de omissões, na

maioria das quais a tradutora utiliza-se de sujeito oculto para o nome do herói.

Alguns exemplos de adição, omissão e transposição nas duas traduções:

Adição

Tradução Inglesa:

“Bento deu uma agüinha e fez reza cantada.”
(p. 87).

“*For Macunaíma, Bento prescribed a sip of jug water and a cantrip.*” (p. 104).

Tradução italiana:

“Mais pra diante depois de atravessado um chato quando subia por um espigão cheio de crocas topou com o Monstro Mapinguari [...]” (p. 110).

“*Più avanti, dopo aver attraversato una zona piatta e risalito un displuvio pieno di protuberanze, Macunaíma s’imbatté nel mostro Mapinguari [...]*” (p. 208).

Omissão

Tradução italiana:

“[...] Macunaíma falou pros manos:
—Paciência, manos! não! Não vou na Europa não.” (p. 90).

“— *Pazienza, fratelli! – disse. – No! Non andrò in Europa.*” (p. 168).

Transposição/Subst (TC)

Tradução inglesa:

“Nem bem os padres esconderam Macunaíma num pote vazio que a caapora chegou montada no tapir.” (p. 84).

“The priests had hardly time to conceal him in an empty honey jar when the old witch arrived, mounted on a tapir.” (p. 100).

“Macunaíma se lembrou de armar arapuca pros curios mas faltava isca.” (p. 99).

“The hero thought of setting trap for one of these little pigeons but he had no beans for bait.” (p. 121).

O Quadro 37 mostra o número de ocorrências dessas estratégias usadas na tradução do nome “Macunaíma”.

Quadro 37 — Ex. cópia simples: nome *Macunaíma*

Tradução	Adição	Omissão	Subst (TC)	Transposição
H. americana	-	1	3	1
Inglesa	9	1	16	17
Italiana	2	9	-	3

Cópia com adaptação gráfica:

Quadro 38 — Ex. cópia com adaptação gráfica: antropônimos

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Jiguê	Yiguê	Jiguê	Jiguê
Piaimã	Piaíma	Piaiman	Piaimã
Ceiuci	Ceiucí	Ceiuci	Ceiuci
Iriqui	Iriquí	Iriqui	Iriquí
Capei	Capei	Capei	Capêi
Emoron-Pódole	Emoron-Pódole	Emeron-Pódole	Emeron-Pódole

Nos empréstimos com adaptação, a maioria das mudanças feitas pelos tradutores não vai além do acréscimo de um acento, como mostrado nos exemplos acima. Exceção é feita ao nome do irmão de Macunaíma, Jiguê, transposto para “Yiguê”, na tradução hispano-americana, “Emoron-Pódole”, tanto na tradução inglesa como na italiana

teve uma troca do primeiro “o” pelo “e”.

O epíteto de Venceslau Pietro Pietra, *Piaimã*, usado como nome próprio pelo autor, sofre adaptações nas traduções inglesa e hispano-americana. O termo remete a *xamã*¹⁸⁰. Em inglês, a definição para “*piaiman*” é a de “*medicine man*”, mas o termo não foi encontrado no dicionário Longman aqui consultado e, sim, na Internet. Em Proença (1987, p. 290), “*Piaimã*” é definido como “gigante da mitologia taulipáng”, exatamente como é retratado em *Macunaíma*. Mário de Andrade, por vezes, completa o nome com o apodo “comedor de gente”.

Cópia mais tradução:

Quadro 39 — Ex. cópia + tradução: antropônimos

Original	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Vei, a Sol	Vei, la Sol	Vei, the Sun	Vei, la Sole
Ci, Mãe do Mato	Ci, la Madre de las Matas	Ci, mother of the Forest	Ci, Madre del Mato

Em casos em que, no original, nomes de personagens vêm seguidos de aposto, os tradutores consistentemente usaram o empréstimo para os nomes e traduziram o restante para suas respectivas línguas. Vale notar que no caso de “Vei”, o nome vem seguido do seu significado em taulipáng. Mário de Andrade manteve a tradição indígena de usar a forma feminina para designar certos elementos da natureza, o que se perde, totalmente, em inglês, devido à ausência de declinação do artigo definido.

Cópia + nota de rodapé:

Quadro 40 — Ex. cópia + nota de rodapé: antropônimos

Original	Tradução	Nota de rodapé
Currupira	Currupira	Dio protettore delle foreste che hai i piedi voltati all'indietro ¹⁸¹ .

¹⁸⁰ “Em diversos povos e sociedades, especialista a que se atribui a função e o poder, de natureza ritual mágico-religiosa, de recorrer a forças ou entidades sobrenaturais para realizar curas, adivinhação, exorcismo, encantamentos, etc., e cuja atuação pode ou não envolver um estado de transe. [Não há, na antropologia, consenso geral quanto à diferenciação precisa entre *xamã*, feiticeiro e sacerdote. Costuma-se empregar o termo “*xamã*” (assim como “*xamanismo*” [q. v.]) no contexto dos povos asiáticos setentrionais (inclusive os esquimós) e ameríndios, em que esse tipo de especialista tem papel social de destaque.]” (FERREIRA, 2010, s.v. *xamã*).

¹⁸¹ “Deus protetor da floresta que tem os pés voltados para trás.”

O Quadro 41 apresenta exemplos de algumas das outras estratégias usadas com menor frequência para os antropônimos. Os números em parênteses representam o número de ocorrências para alguns dos termos.

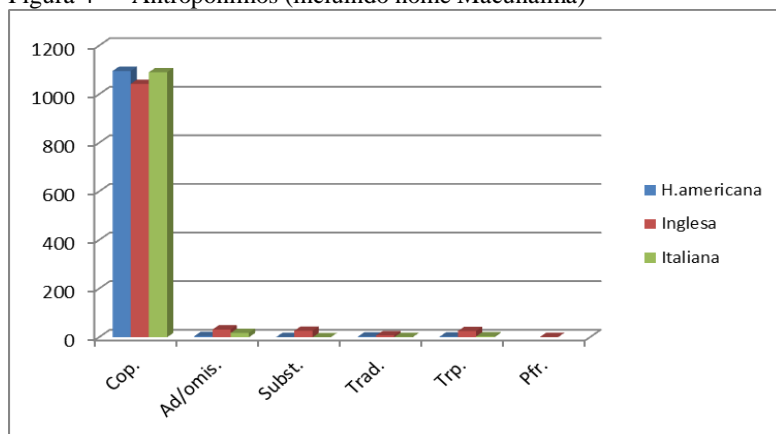
Quadro 41 — Ex. outras estratégias: antropônimos

Estratégia	Tradução hispano-americana	Tradução inglesa	Tradução italiana
Omissão	Macunaíma (1); Jiguê (1); Paluá (1); Oibê (1); Pai do Urubu (1)	Macunaíma (1); Vei (1); Maanape (2); Jiguê (3); Titçatê (1); Naipi (1); Pai do Mutum(1); Palauá (1); Iriqui (1); Piaimã (1); Taína-Cã (1)	Macunaíma (9); Maanape (2); Ci (1); Piaimã (1)
Adição		Macunaíma (9); Jiguê (2); Iriqui (2); Ci (1); Piaimã (1); Camaiuí (1); Emeron-Pódole (1)	Macunaíma (2); Maanape (2); Jiguê (1)
Paráfrase		Old hag (Ceiuici)	
Tradução	Padre del Yrybú (Pai do Urubu); Jurel (Xaréu)	Father of the Crested Curassows (Pai do Mutum)	
Subst (TC)	Macunaíma (1)	Macunaíma (18); Piaimã (3); Vei (2); Capei (1); Oibê (1); Jiguê (1)	
Transposição	Macunaíma (3)	Macunaíma (17); Jiguê (3); Titçatê (1); Taína-Cã (1)	Macunaíma (3)
Subst. (OI)	Poira (Currupira)		

Se incluirmos todas as variantes do empréstimo aqui apresentadas em uma só, ele representará quase 100% de todas as estratégias utilizadas para os antropônimos, como se pode verificar no Quadro 42 e nos gráficos das Figuras 4 e 5, onde se faz uma comparação com as estratégias usadas com e sem o nome *Macunaíma*. Somente na tradução inglesa vê-se uma variação um pouco maior, porém, ainda com grande predomínio dos empréstimos (94%). As 1.108 ocorrências do original distribuem-se da seguinte forma nas traduções:

Quadro 42 — Estratégias usadas: antropônimos

Estratégia	No. de ocorrências (incluindo nome <i>Macunaíma</i>)			No. de ocorrências (excluindo nome <i>Macunaíma</i>)		
	hispano-americana	Inglesa	italiana	hispano-americana	Inglesa	italiana
Cópia simples	725	932	1005	232	461	518
Cópia com adaptação	358	91	62	357	91	64
Cópia + adição	2			2		
Cópia + nota rodapé			10			10
Cópia + omissão		2	1		1	1
Cópia + explicitação		9			9	
Cópia + tradução	11	9	13	11	11	13
Adição		17	5		8	3
Omissão	5	16	13	4	15	4
Paráfrase		1			1	
Subst (TC)	1	27			9	
Tradução	3	6	1	3	6	1
Tradução + adição		1			1	
Tradução + explicitação		1			1	
Transposição	3	25	4	-	8	-
Total de ocorrências ¹⁸²	1108	1137	1114	609	622	614

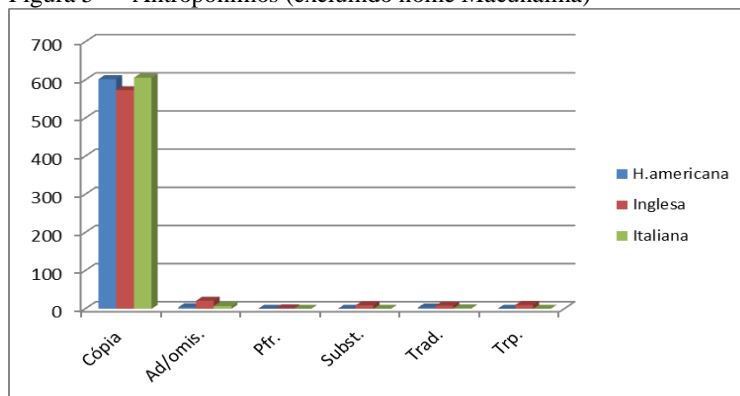
Figura 4 — Antropônimos (incluindo nome *Macunaíma*)¹⁸³

¹⁸² A disparidade nos totais deve-se ao fato de que as adições não fazem parte do número de termos de origem indígena coletados no *corpus*, assim como as substituições por termo caracterizador em que o original não pertence a essa categoria (12 ocorrências na tradução inglesa) e 1 ocorrência de transposição na tradução italiana, em que a tradutora usou o nome “Macunaíma” para o pronome “ele” no TP. Não se incluiu uma ocorrência na qual Goodland usou o nome “Macunaíma” para o original “Maanape”, pois, pressupõe-se, ter sido um engano do tradutor ou de edição.

¹⁸³ Ad/Omis. = adição/omissão; subst = substituição; trad = tradução e trp = transposição

Embora os tradutores tenham usado outras estratégias, elas são insignificantes, numericamente, quando comparadas aos empréstimos em geral.

Figura 5 — Antropônimos (excluindo nome Macunaíma)



Aqui, nota-se a considerável redução no número de ocorrências de cópia, pois o nome “Macunaíma” representa 45% do total dos antropônimos, mas os empréstimo são ainda as estratégias mais utilizadas. Em relação às demais estratégias, não houve transposições nas traduções italiana e hispano-americana, pois as únicas existentes eram relacionadas ao nome “Macunaíma”, e na tradução inglesa, elas baixaram de 25 ocorrências para apenas 8, mostrando, assim, que nessa tradução o nome “Macunaíma” também representa o maior número dessa estratégia.

3.2.7 Análise dos Topônimos

Em relação aos topônimos, bem menos numerosos que os antropônimos, os tradutores utilizaram as estratégias que são apresentadas no Quadro 43 (os termos entre parênteses são os termos do TP).

Quadro 43 — Ex. estratégias: topônimos

Estratégia	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
Cópia com adaptação gráfica	Namundá (Nhamundá); Tieté (Tietê); Roroima (Roraima); Araguaya (Araguaia); Cunaní (Cunani); Yaciuruá (Jaciuuruá); Ereret (Ererê); Manaus (Manaus); Paranaguara (Paranacoara); Iñamún (Inhamún)	Ibiraçoaba (Ibiraçoiaaba); Assu (Açu); Urucaia (Urucuia)	
Cópia + tradução	Isla de Marajó (Ilha de Marajó)	Uraricoera River (Rio Uraricoera); Alegre Creek (Igarapé Alegre); Marajó Island;	Fiume Tietê (Rio Tietê); fiume Cunani (Rio Cunani); Isola de Marajó
Cópia + expl/hip	Rio Uraricoera (Uraricoera); Sierra Paranaguara (Paranaguara)	Uraricoera River (Uraricoera)	Lo stato de Sergipe (Sergipe)
Cópia + expl/hip + ad.		Rio Araguaia, River of Macaws (Araguaia)	
Omissão			Manguape
Subst (+fam)	Montón (Açu) ¹⁸⁴	Wistle Hill ¹⁸⁵	Ararat ¹⁸⁶ (Ererê)
Tradução		Lobcock river (rio Chuf) Tinamon ¹⁸⁷ (Inhamun)	

Os exemplos incluem todas as estratégias usadas além do empréstimo simples, que foi a estratégia mais usada entre os tradutores.

Como se pode observar nos exemplos do Quadro 43, Mário de Andrade usou duas grafias distintas para designar a mesma serra: “Paranaguara” e “Paranacoara”. Olea usou somente a grafia “Paranaguara” (Goodland e Giorgi seguiram a grafia do TP, ainda que adaptadas: “*Paranagua*”¹⁸⁸ e “*Paranacoará*”, respectivamente).

¹⁸⁴ O tradutor substituiu “Açu”, cidade do Rio Grande do Norte, por “*Montón*”, cidade espanhola, para poder rimar com “*marañon*” (tradução para “caju”, que aparecia no TP).

¹⁸⁵ Substituição feita para rimar com outras palavras do verso na tradução (*hill, still, spill, will*).

¹⁸⁶ Monte na Turquia (o mais alto da Europa).

¹⁸⁷ Ave sul-americana do gênero Tinamus (mesmo que “nhambu”).

¹⁸⁸ A ausência do *-ra* no final da palavra a transformou em um outro topônimo, a cidade de Paranaguá, no estado do Paraná. Contudo, considerou-se somente como uma cópia com GA, pressupondo-se ter havido deslize por parte do tradutor ao transcrever a palavra do original.

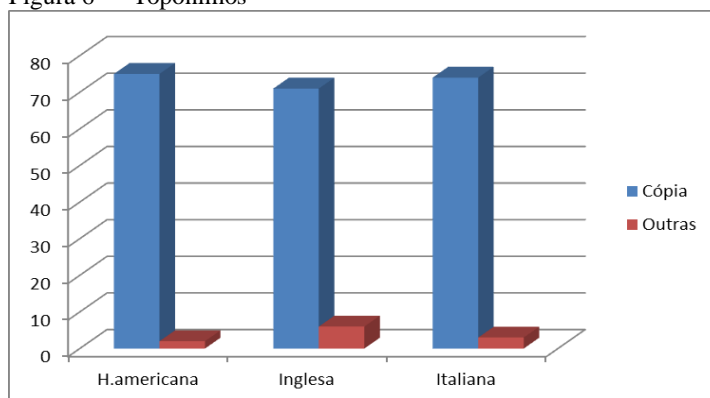
Olea foi o que mais usou adaptações gráficas. Parte delas para melhor adaptar os termos para a fonética espanhola, e parte porque alguns nomes, como “Roraima” e “Manaus” já são conhecidos de falantes espanhóis com a grafia adaptada.

As estratégias usadas com os topônimos estão representadas no Quadro 44 e no quadro da Fig. 6.

Quadro 44 — Total ocorrências de estratégias: topônimos

Estratégia	No. de ocorrências hispano-americana	No. de ocorrências Inglesa	No. de ocorrências Italiana
Cópia simples	43	47	58
Cópia com adaptação	30	7	8
Cópia + explicitação (por hiperônimo)	2	13	2
Cópia + nota rodapé			1
Cópia + tradução		4	5
Omissão		1	1
Cópia + expl/hip + adição		1	
Mudança de conteúdo		1	1
Tradução		2	
Subst (+fam)	2	1	1
Total de ocorrências	77	77	77

Figura 6 — Topônimos



Com uma pequena representação numérica (77 ocorrências), os topônimos foram quase que totalmente copiados como aparecem no TP ou com algumas modificações e acréscimos.

3.2.8 Análise dos Outros Termos Indígenas

Dentro da categoria dos OTI, os elementos da fauna e da flora são os mais numerosos. Tal superioridade numérica pode ser considerada como representativa do cotidiano dos povos indígenas, constantemente expostos aos elementos da natureza. Como se mostrou no gráfico da Figura 2 em 3.2.4, esses termos representam a maioria dos termos tupis.

Os Quadros 45 a 57 mostram as estratégias mais usadas pelos tradutores para esses termos.

Cópia simples ou com mudança gráfica

Quadro 45 — Ex. cópia simples ou com mudança gráfica: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
umiri (II/13)	humirí	balsam	umirì
boiúna (IV/24)	Boiúna	The Moon Water-Mamma	boiúna
carnaúba (VI/40)	caranday	carnauba	carnaúba

Cópia + explicitação

Quadro 46 — Ex. cópia + explicitação: OTI

Original	Tradução hispano-americana	uTradução Inglesa	Tradução Italiana
tapanhumas (I/15)	tapañumas	Tapanhuma tribe	neri tapanhumas
tembetá (IV/26)	bezote-tembetá	labret	tembetá
Capei (XV/110)	Capei	Capei, the Moon	Capèi

Cópia + explicitação por hiperônimo

Quadro 47 — Ex. cópia + explicitação por hiperônimo: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
cachiri (II/17)	chicha de caxiri	cassiri drink	cachirì
tacuri (X/72)	tacuri	tacuri ant	formichina tacuri
guaraná (XII/92)	guaraná	drink of guarana	bibita di guaraná

Cópia + Nota de Rodapé

Quadro 48 — Ex. cópia + nota de rodapé: OTI

Original	Tradução	Nota de Rodapé
murucu (III/19)	murucu	Lunga lancia com fregi intagliati, guarnita di piume, che serve da insegna ai capi di molte tribù, specialmente tupi-guarani ¹⁸⁹
craguatá (XV/108)	craguatá	Bromeliacea molto diffusa ¹⁹⁰
maniva (XVI/121)	maniva	L'inutile fogliame della manioca: solo il tubero è commestibile ¹⁹¹

Cópia + tradução

Quadro 49 — Ex. cópia + tradução: OTI

Original		Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
coquinho de açaf (II/13)		coquito de asaí	fruit from the manicole palm	frutto di assaí
formigas (III/20)	taiocas	hormigas tayocas	sugar ants	formiche taiocas
passarinho (IV/28)	uirapurú	pajarito güirapurú	musician wren	uccellino uirapurù

Mudança de Nível

Quadro 50 — Ex. mudança de nível: OTI

Original	Tradução H. Americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
ingazeiras (V/30)	pacayes	river side trees	alberi di ingá
ingazeira (XVI/118)	pico-de-loro	fragrant mimosa tree ¹⁹²	albero di ingá
cajeiro (XVI/112)	marañon	cashew tree	pianta di cajù

¹⁸⁹ Longa lança com frisos esculpidos, decorados com penas, que serve como insígnia para a cabeça em muitas tribos, sobretudo, a tupi-guarani.

¹⁹⁰ Bromelacia de grande proliferação.

¹⁹¹ A folhagem inútil da mandioca: somente o tubérculo é comestível.

¹⁹² Subst (OG) + Mniv.

Omissão

Quadro 51 — Ex. omissão: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
jeju (II/13)	guabina	Omissão	jejùs
macuco (V/34)	macuco	Omissão	Omissão
pupunha (XVI/122)	Omissão	soursop	pupunha

Paráfrase

Quadro 52 — Ex. paráfrase: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
txaras (III/20)	txaras	three-pointed lance	lance a tre punte
matinta-pereras (IV/27)	crespines	small owl of ill omen	civetti
mandarás (VI/42)	corimbo de plátano	banana buds	fiori di banana
tigüera (XVI/117)	quemada	overgrown clearing	campo abbandonato

Substituição

Quadro 53 — Ex. substituição: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
maparás (II/17)	mapará	shrimps subst (Ofi)	maparas
aturiás (IV/25)	castañetas subst (OF)	hoatzins	piante di aturiá
tejus (IV/27)	iguana subst (OF)	lizards subst (OE)	lucertole subst (OF)
Saci (V/31)	pernimochos-sacís	crippled dwarfs	diavoletti subst (+fam)
jacarandá (VI/39)	jacarandá	jacaranda	palissandro subst (OG)
taba (VIII/57)	cabañal subst (+fam)	Indian hamlet	taba

Tradução

Quadro 54 — Ex. tradução: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
petum (I/10)	humo de chimó	tobacco	Tabacco
cuña (I/9)	cuñataí	girl	Ragazza
suçuarana (I/11) (<i>Puma concolor</i>)	puma (<i>Puma concolor</i>)	puma (<i>Puma concolor</i>)	Sussuarana

Quadro 55 — Ex. Tradução por hiperônimo: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
urubu (VIII/53)	gallinazo	-	Urubù
mamoranas (II/13)	comejenes	trees	Mamoranas
inajás (V/32)	moriches-cananguches	royal palms	Palme

Tradução + explicitação

Quadro 56 — Ex. Tradução + explicitação: OTI

Original	Tradução hispano-americana	Tradução Inglesa	Tradução Italiana
membí (VI/38)	quena de guádua	bamboo flute	Bacca
vigilenga (XIII/93)	trajinera	Tub	canoas a vela

Além dessas estratégias, houve casos isolados de algumas outras estratégias, como é o caso da modulação, em que ocorre uma mudança no ponto de vista (como a tradução de “*leg of the table*”, do inglês, para “pé da mesa”, em português). A tradutora italiana usou “*randellata*” (“porretada”) para o original “*mirassanga*” (“porrete”), assim como outras combinações das estratégias acima com adição ou algum tipo de explicitação, ou no caso de Giorgi, acompanhadas de nota de rodapé, o que mostra que os tradutores necessitaram de uma maior variação para dar conta desses elementos.

Quadro 57 — Ex. de outras estratégias usadas com OTI: trad. inglesa

Original	Tradução	Estratégia
caçuma (VI/39)	acquavite caçuma di tapioca (italiana)	C. + expl/hip + ad
anaquilãs (VI/42)	fire ant	Trad/hip + ad.
peroba (XIV/99) (<i>Aspidosperma polyneuron</i>)	paddlewood tree (<i>Aspidosperma excelsum</i>) (inglesa)	Subst (OE) + exp/hip
mandi (XVI/119) (<i>Pimelodella lateristriga</i>)	delicious tiger catfish (<i>Phseudoplatystoma fasciatum</i>) (inglesa)	Subst (OG) + ad.
urubu camiranga (XVI/125) Fam. Cathartidae	chino-chicora sapitiba (Fam. Fregatae) (h. americana)	Subst (OF) + ad.

Os resultados das estratégias usadas nessa categoria estão representados no Quadro e no quadro da Figura 7. Ao contrário do que ocorreu com os antropônimos e os topônimos, nota-se uma maior distribuição entre as diferentes estratégias nessa categoria.

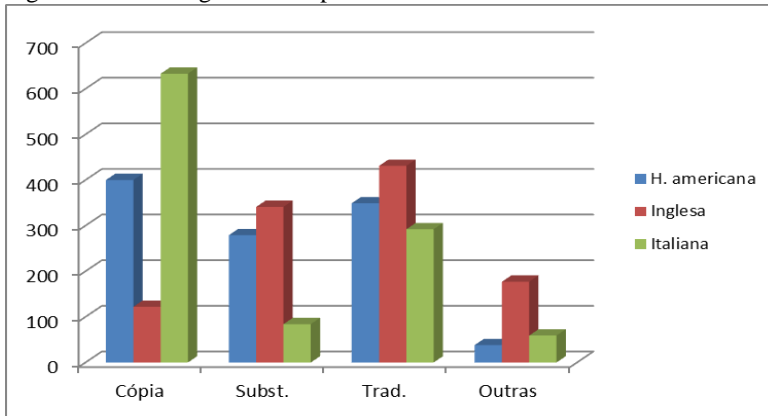
Quadro 58 — Estratégias usadas para os OTI

	Trad. H. americana	Trad. Inglesa	Trad. italiana
Cópia	143	44	222
C/adap	230	47	224
C/NR			96
C/ad.	2		4
C/expl	12	18	7
C. + exp/hip	8	9	63
C/ad + expl		2	
C + exp/hip + ad.			1
C + exp/hip + NR			3
C/omis			1
C/Trad	5		11
C/Trad + expl		2	
C + trad/hip			1

Total cópia	400	122	633
Subst (OE)	52	50	5
Subst (OE)/ad		1	
Subst (OE)/Mniv		1	
Subst (OE)/trad		11	
Subst (OE)/expl		1	
Subst (OE) + exp/hip		4	1
Subst (OF)	93	105	14
Subst (OF)/ad	1	6	2
Subst (OF)/expl		2	
Subst (OF) + expl/hip		1	
Subst (OF)/Mniv		2	
Subst (OF) + trad			
Subst (Ofi)		8	1
Subst (OG)	104	73	18
Subst (OG)/ad		3	1
Subst (OG)/Mniv		1	
Subst (OG)/expl	4	3	
Subst (OG) + exp/hip	7	7	2
Subst (OI)	7	1	2
Subst (OI) + NR			7
Subst (TC)		5	3
Subst (TC)/ad		1	
Subst (Tge)		17	6
Subst (+fam)	11	39	17
Total subst.	279	342	84
Trad.	317	312	260
Trad/ad	13	21	1
Trad/expl	11	29	1
Trad + expl/hip	1	6	

Trad/NR			2
Trad/hip	6	60	26
Trad/Hip + ad		2	1
Total tradução	349	430	291
Adição		5	
Mod.			1
Mniv.	1	6	10
Mcon		2	2
Mniv + ad		1	
Omis.	13	60	21
Pfr	24	99	26
transp.	1	5	
Outras estratégias	38	177	60
Total¹⁹³	1066	1071	1068

Figura 7 — Estratégias usadas para os OTI



¹⁹³ A disparidade dos totais se deve às adições na tradução inglesa e a não inclusão de 2 termos na tradução espanhola (“*palambre*” e “*chacharaco*” para “*piracanjuba*” e “*terbia*” do TP, respectivamente) e 2 na tradução inglesa (“*quake*” e “*wabray*” para “*sapiquá*” e “*lambari*” no TP, respectivamente), para os quais não se encontrou definição para as acepções usadas nos textos.

Observou-se que os empréstimos, embora tenham sido numerosos, não representam a maioria, como ocorreu com os antropônimos e topônimos, exceção feita à tradução italiana, onde os empréstimos ainda superam as outras estratégias.

Entre os empréstimos sem explicitações ou adições, houve um número considerável de adaptações gráficas — 62% do total de empréstimos, na tradução hispano-americana, 51%, na inglesa, e 50%, na italiana. Porém, há de se levar em consideração que o total de empréstimos na tradução inglesa é significativamente inferior às traduções hispano-americana e italiana (somente 122 ocorrências contra 400 e 633, respectivamente). Embora haja maior diversidade de palavras dentro da categoria dos OTI, os tradutores poderiam, naturalmente, ter optado pela cópia simples, mas suas escolhas parecem mostrar que preferiram “facilitar” a leitura dos termos no TC. Tal fato não implicou, como já discutido, que os termos tenham se tornado mais familiares ao leitor da tradução de Olea, por exemplo, pois termos como “jananaíra”, “Anhanga”, “guajuguaju”, transpostos por Olea como “*yananaíra*”, “*Añanga*” e “*guayuguayús*”, respectivamente, tiveram a grafia adaptada para parecerem e soarem mais como o espanhol. Esses termos, entretanto, estão tão distantes do vocabulário diário de um leitor de chegada urbano, por exemplo, como o original está para os leitores urbanos de partida, ainda que a maioria dos termos usados por Mário de Andrade, igualmente, conformem-se à grafia e fonética do português.

As adaptações mais comuns promovidas por Olea foram a troca do “j” pelo “y” (“jacaré” = “*yacaré*”, “inajá” = “*inayá*”), do “nh” pelo “ñ” (“cunhã” = “*cuñã*”, “piranha” = “*piraña*”, “tapanhumas” = “*tapañumas*”), o “ç” pelo “z” (“guaçu” = “*guazú*”, “taiaçu” = “*tayazú*”, “puça” = “*puzá*”), assim como acréscimos ou mudanças na acentuação (“torê” = “*tore*”, “poracê” = “*poracé*”, “tatu” = “*tatú*”, “muiraquitã” = “*muiraquitán*”).

Goodland eliminou alguns acentos que apareciam no TP (“*jacaranda*”, “*guarana*” e “*timbo*”), trocou o “ç” por “ss” (“*babassu*” e “*assu*”), usou o “n”/“ng” para denotar a nasalidade do acento til (“*Piaman*”, “*Camang*”, “*queriman*” e “*Kang*” para os originais “*Piaimã*”, “*Camã*”, “*corimã*” e “*Cã*”), assim como deu preferência ao “g” mudo, tão comum na língua inglesa, quando no original se tinha “gue” (“*llag*” e “*mig*” em vez de “*llague*” e “*megue*”).

Na tradução italiana, Giorgi, ao contrário de Goodland, acrescentou acentos onde nada existia no original. A grande parte das adaptações é o acréscimo de acentos (“*guaimùs*”, “*cachirì*”, “*Iriqui*”, “*umiri*”, “*Capêl*”, “*uarùs-uarás*”). Segundo a tradutora, os acentos

foram usados para indicar tonicidade. Outras adaptações incluem o uso do sufixo que indica diminutivo/aumentativo em palavras copiadas do original (“*chupinzone*”, “*ticotichino*”, “*urubusino*” para “chupinzão”, “ticotiquinho”, “urubusinho”) ou o uso do “s” ou “z” em vez do “x” usado no original (“*cosciú*”, “*paziúba*” para “coxíu” e “paxiúba”), embora a tradutora tenha usado palavras com “x”, como é o caso do termo “*caxipara*”.

Alguns casos de empréstimo, na tradução hispano-americana, foram de termos similares tanto na LC quanto na LP, não constituindo um grande problema de tradução, por exemplo, “piranha”, “coatá”, “tucano”, “tatu”, “tapir”, “tapera”, “paca”, “acuti”, conhecidos em alguns países hispano-falantes, e transpostos por Olea como “*piraña*”, “*coatá*”, “*tucana*”, “*tatú*”, “*tapir*”, “*tapera*”, “*paca*”, “*acuti*”. Desses termos, “piranha” e “tucano” são também parecidos com os nomes usados em inglês e italiano: “*piranha*”/“*toucan*” e “*piranha*”/“*tucano*”, respectivamente, por já terem sido copiados/adaptados do português. Goodland e Giorgi também mantiveram outros termos, com grafia adaptada, que já são conhecidos das respectivas culturas de chegada como, por exemplo, para os termos “cacau” e “mandioca”, usaram-se os termos “*cocoa*”/“*cacao*” e “*manioc*”/“*manioca*”, em inglês e italiano, respectivamente.

As explicitações, em combinação com uma outra estratégia, figuram entre as estratégias mais frequentes nas três traduções, notadamente na tradução italiana, totalizando 74 ocorrências somente com os empréstimos, além das notas de rodapé usadas pela tradutora (96 ocorrências). Porém, nesse total de ocorrências estão incluídas repetições de palavras que geraram uma nota de rodapé inicial. Se levarmos em conta somente as notas de rodapé que aparecem no texto, tem-se um total de 178 notas, 61 das quais usadas para explicitar termos de origem indígena. Esse número elevado de explicitações na tradução italiana segue o que preconizou a tradutora, em sua nota de posfácio, quando apontou ser essa uma das principais estratégias usadas.

Observou-se que a maioria das explicitações feitas nas traduções foi para explicitar os termos da fauna e flora, elementos que também são explicitados por Mário de Andrade, notadamente, em suas extensas enumerações.

Ao contrário de Olea e Giorgi, Goodland usou um número bem menor de empréstimos para os OTI, porém, ele usou o maior número de estratégia de tradução (incluindo a explicitação/adição). A categoria “grau de parentesco” foi a que se sobressaiu, com uma porcentagem de 90%, seguida da categoria “artefato”, 67%, “flora” (23%) e “fauna”

(22%). Contudo, a grande maioria dessas estratégias (e também nas substituições) foi traduzida por termos não indígenas.

O número de ocorrências da estratégia de tradução pode ser reflexo do acesso que teve o tradutor, como menciona em sua nota de agradecimento, ao trabalho de Proença (1987), cuja primeira edição data de 1950, como fonte de consulta. Logo, supõe-se que a partir dos nomes científicos fornecidos por Proença, Goodland tenha chegado aos nomes comuns de alguns dos elementos, valendo-se de pesquisa em fontes impressas. Além disso, o próprio tradutor, de acordo com a nota de edição, ao aproximar-se de comunidades ameríndias, acumulou conhecimento sobre elementos da fauna e da flora.

O uso, por parte do tradutor, sobretudo, de termos da LC leva a crer que, para os nomes que apresentassem um nome comum em inglês em suas fontes de consulta, o tradutor tenha conseguido correspondência com o termo original, e para os quais não tenha encontrado, substituiu por outros. Pelas pesquisas efetuadas na internet, por exemplo, vê-se que há um arsenal de informação a respeito de classificação científica. Muitas das páginas pertencem a sociedades especializadas ou mostram excertos de livros com registros de termos da fauna e da flora. Para o termo “ubussus”, por exemplo, Goodland usou “*trollie palms*”, ambos classificados como *Manicaria saccifera* (como se pode verificar em Proença) cujo “*common name*”, na página da Palm & Cycad Societies of Australia.¹⁹⁴ é, justamente, “*trollie palm*”. Entre outras informações, no referido sítio, fala-se de seu habitat: “[s]wampy areas of Central and northern South America.” Ainda que o tradutor não tivesse, na época, acesso à internet, teria tido acesso a outras fontes impressas.

Goodland usou termos de origem inglesa ou termos de outras origens, com grafias adaptadas, ou não, já incorporados ao idioma, podendo, inclusive, serem encontrados no dicionário, como é o caso de palavras como “*cashew*”, “*cassava*”, “*banana*”, traduzidos de “caju”, “mandioca” e “pacova”, respectivamente. O tradutor também usou nomes já conhecidos por falantes da LC, ainda que esses possam não ser de conhecimento geral dada a tecnicidade que os caracteriza. É representante desse grupo, por exemplo, uma lista de palmeiras, da qual fazem parte os ubussus, apresentados no TP como “inajás”, “ouricuris”, “ubussus”, “bacabas”, “mucajás”, “miritis” e “tucumãs”, traduzidas para o inglês como “*royal palms*”, “*oil palms*”, “*trollie palms*”, “*toddy palms*”, “*macaw palms*”, “*cheesy palms*” e “*cabbage palms*”. Mesmo

¹⁹⁴ Disponível em: <<http://www.pacsoa.org.au/palms/Manicaria/saccifera.html>> Acesso em 10 Jan. 2013.

que tais plantas não façam parte do dia a dia dos falantes de língua inglesa de certos países no hemisfério norte, por exemplo, os nomes são facilmente associados ao idioma. Entre os termos de origem indígena mantidos pelo tradutor estão: “*labba*” (“cutiara”), “*rupununi*” (“acarã”), “*tubular matapi*” (“tipiti”), “*hiari*” (“assacu”), “*hard mora wood*” (“pracuúba”) — alguns desses termos são acompanhados de termo explicativo. A maioria dos termos de origem indígena usados por Goodland é da Guiana, talvez refletindo o fato de que o tradutor tenha vivido naquele país por vários anos.

Depois da tradução sem complemento, a tradução por hiperônimo foi a mais usada pelo tradutor (60 ocorrências). Termos como “mamoranas”, “quenquém”, “bacuparis” e “tejupar” foram traduzidos por “*trees*”, “*ant*”, “*fruit*” e “*dwelling*”, respectivamente. Vale mencionar que o termo “tejupar” foi também traduzido por Goodland como “*country ‘cottage’*” (aspas usadas pelo tradutor), quando no original o termo é usado para se referir a mansão do Piaimã. Não só o termo não reflete uma mansão paulistana como também elimina o ponto de vista de Macunaíma, pois o herói denomina tudo de acordo com o que lhe é familiar.

Além das estratégias de tradução e substituição, Goodland foi o tradutor que mais usou a estratégia da omissão (60 ocorrências) e da paráfrase (99 ocorrências). Boa parte de suas omissões ocorreu na tradução das enumerações apresentadas no TP, em que Goodland, algumas vezes, deixou de mencionar alguns dos termos, completando a lista traduzindo a explicitação de Mário de Andrade, como mostra o exemplo abaixo:

[...] guaribas jaós mutuns mutum-de-vargem
mutum-se-fava mutuporanga urus urumutum,
todas essas casas. (p. 29)

[...] *monkeys and tinamou and bush turkeys and
all sorts of game they had got.*

Neste exemplo, de oito termos de origem indígena, do original, somente três foram traduzidos.

Quanto às paráfrases, as categorias dentro dos OTI com o maior número de ocorrência são “folclore” (25), “fauna” (20), “flora” (11) e “artefato” (9). O Quadro 59 mostra alguns exemplos dessa estratégia.

Quadro 59 — Ex. paráfrase – trad. inglesa: OTI

Original	Categoria	Tradução
tambauis (IV/27)	Fauna	fish with scale
sapopemba (XIV/99)	Flora	buttressed trunk
traíra (XV/101)	Fauna	fresh-water sharks
muiraquitã (XV/109)	Artefato	precious labret
tapera (XVI/117)	Artefato	tumble-down old dwelling
Uiara (XVII/130)	Folclore	dangerous siren

Com um número bem inferior de ocorrências das estratégias de tradução e substituição comparado às outras duas traduções, a tradutora italiana, a exemplo de Goodland, usou pouquíssimos termos de origem indígena nessas duas estratégias: “maloca”, “gambá”, “tapioca”, traduções dos originais “tejupar” “micura” e “aipim”, respectivamente. O primeiro termo, de origem araucana, e os dois últimos, de origem tupi, são termos que também aparecem no TP em diferentes partes do texto. Houve 26 casos de tradução por hiperônimo, nos quais termos como “pacova”, “guaxe”, “rabo-de-tatu”, “quenquém” e “inajás” foram traduzidos por “fruta”, “ucelino”, “frusta”, “formica” e “palme”, respectivamente. Dito isso, porém, o texto italiano apresenta um número muito maior de termos indígenas se comparado à tradução inglesa devido aos inúmeros empréstimos feito por Giorgi. Porém, muitos desses termos são seguidos de explicitações ou notas de rodapé.

Ao contrário de Goodland e Giorgi, Olea mantém sua proposta de conservar os elementos indígenas, como visto na análise dos paratextos. Tanto as substituições como as traduções são também, em grande parte, de origem indígena: 73% das substituições e 57% das traduções são de origem indígena, e 10% das substituições e 14% das traduções são de termos compostos, em que um elemento é indígena e outro espanhol (ex. “Padre del Pauji”, “suribi-pintado”, “palma de palapa”, “cazabe-blando”), ou de termos de origem indígena, mas amplamente difundidos entre culturas não-indígenas (“yuca”, “cacique”, “catinga”, “jicara”). Alguns exemplos de elementos de origem não indígena usados por Olea, são “ácaro” (do latim “*acarus*”), “fruta-bomba” (do latim “*fructa*” e “*bombu*”), “doñas” (do latim “*domna*”), “contrafuertes” (do latim “*contra*” e “*forte*”), “esteros” (do latim “*exterus*”), “carapálida” (do grego “*kára*”, e do latim “*pallidu*”) que, no original, correspondem a “mucuí”, “cupuaçu”, “piá”, “cunhãs”, “sapopembas”, “igarapós” e “tapuitinga”, respectivamente. Vale mencionar que no termo “jacaré-açu” do original, “açu” corresponderia a uma “indigenização” do termo “jacaré”, também de origem indígena,

mas amplamente difundido na cultura de partida, que não foi captado na tradução de Olea: “*gran-caimán*”.

Em relação à substituição, em particular, tanto na tradução hispano-americana como na inglesa, os números ficaram bem próximos em relação à substituição por outra família (93 ocorrências contra 105, respectivamente). Houve uma oscilação um pouco maior na substituição por outro gênero (104 ocorrências contra 73, respectivamente) e, praticamente, o mesmo número de substituição pela mesma espécie (52 ocorrências contra 50, respectivamente).

Em meio a uma riquíssima fauna e flora, como é o caso da latino-americana, onde facilmente se encontram animais ou plantas com vários gêneros e espécies, como é o caso do jacaré que apresenta quatro gêneros (*Alligator*, *Caiman*, *Melassonichus* e *Paleosuchus*), dos quais derivam oito espécies; ou da arara, com seis gêneros (*Ara*, *Anodorhynchus*, *Cyanopsitta*, *Orthopsittaca*, *Propyrrhura* e *Diopsittaca*). Dos três primeiros derivam nove espécies, o que indica ser natural que certos gêneros e espécies sejam mais conhecidos em alguns lugares que em outros, ou que só existam em uma determinada região.

Pelo que declara Olea em seu prefácio, o tradutor teve o cuidado de procurar, em catálogos especializados, a taxonomia da região, assim como consultar especialistas para poder reconstruir em seu texto o ambiente retratado em *Macunaíma*. Assim, os termos do original substituídos por Olea por termos de outro gênero ou espécie, podem tanto indicar casos de ausência de determinados gêneros e espécies fora das fronteiras brasileiras, assim como gêneros e espécies menos conhecidas em outros países latinos.

Quanto às famílias, a substituição dessas pode também indicar ausência do espécime fora das fronteiras brasileiras. A “araraúba”, por exemplo, árvore da família das apocináceas, e típica do Brasil, foi substituída pela “*paraguatán*”, árvore da família das rubráceas, nativa da América Central. Naturalmente, em casos como esse, o tradutor poderia ter transposto o termo como aparece no original, contudo, supõe-se que ele preferiu usar um termo que fosse mais comum em outros países latinos, ratificando, dessa forma, sua intenção de usar termos de diferentes países latinos.

As escolhas de Goodland também refletem ser produto de consulta que, como mencionado, teve origem no trabalho de Proença. Pelo fato do tradutor ter se valido, sobretudo, de termos em língua inglesa, supõe-se que as substituições foram feitas quando não conseguiu encontrar um nome comum em inglês, evitando, assim, o uso de termo em língua estrangeira. O termo “*timbó*” (*Ateleia glazoviana*),

por exemplo, foi substituído, por Goodland, pelo termo “*fish fiddle*” (*Piscidia erythrina*). Nas páginas inglesas da Internet, “*timbó*” é o nome comum atribuído a essa classificação científica, sem qualquer outra ocorrência de outro termo em língua inglesa. Do total das ocorrências de tradução isolada (sem explicitações ou adições), 90% são na LC e 91% das substituições isoladas são também em LC. Termos de outras origens incluem: “*ballahoo*” (Bermuda), “*caribe*” (Venezuela), “*sapodilla*” (México) e “*anaconda*” (tâmil).

Giorgi, como Goodland, ao usar tanto a estratégia da substituição como a da tradução, utilizar, sobretudo, termos da LC (97% e 96%, respectivamente), como é o exemplo do termo “*aperemas*” (*Geomyda punctularia*), do original, por ela substituído pelo termo mais geral para designação da tartaruga terrestre, “*testuggine*”, termo de origem latina que se encontra dicionarizado. Outros exemplos de substituições por termos da LC na tradução italiana são: “*lucertole*”, “*cotone*”, “*liana*”, “*civetta*”, “*picchio*” e “*zanzare*” para o original “*teju*”, “*embiroçu*”, “*japecanga*”, “*caboré*”, “*arapaçu*” e “*mucum*”, respectivamente. Todos os termos italianos foram encontrados no dicionário aqui consultado. Exemplos de tradução por termos da LC: “*are rosse*”, “*armadilli*”, “*termitai*”, e “*giaguaro*” para o original “*araras vermelhas*”, “*tatu*”, “*cupim*” e “*canguçu*”, respectivamente. Embora os termos em LC também sejam predominantes na tradução de Goodland, o tradutor fez uso de um número significativo de termos encontrados somente em dicionários especializados. Vale lembrar que o número de ocorrências das estratégias de substituição e tradução feitas por Giorgi, especialmente para os termos da fauna e da flora, são bem mais baixos que dos outros dois tradutores. Logo, a maioria foi simplesmente copiada do original, com ou sem adaptações gráficas.

Em relação à “desgeograficação” proposta por Mário de Andrade nas escolhas dos tradutores, tal proposta foi levada a cabo pelos tradutores pela utilização da estratégia da tradução. Na tradução de Olea, por exemplo, o termo “*pacuera*” do original foi traduzido como “*mondongo*”, “*triperío*”, “*achuras*” e “*chinchulines*”. Os dois primeiros de origem incerta, e os dois últimos de origem quéchua; ou o termo “*piá*”, traduzido como “*mocoso*” (do latim “*muccu*”), “*guricito*” (Argentina e Uruguai), “*guacho*” e “*guacho-chico*” (quéchua) e “*chavalo*” (Nicarágua).

Tanto Goodland como Giorgi, em menor escala, também tentaram reproduzir a variação linguística do original, usando nomes diferentes para o mesmo termo. Para a palavra “*piá*”, por exemplo, temos na tradução inglesa os termos “*lad*”, “*little boy*”, “*brai*”, “*child*”,

“sonny”, “baby” e “boy”, todas dicionarizadas; já na italiana, tem-se “ragazzo”, “ragazzino”, “bimbo”, “marmocchio”, “piccino”, “lattante” e “infante”, igualmente, todas palavras da LC. Para “pacuera”, enquanto Giorgi usou somente o termo “coratella”, Goodland usou “offal”, “meat”, e “pluck, my liver, my lungs, my kidneys”. O termo “tapera”, usado no TP como “habitação ou aldeia abandonada, casa arruinada”¹⁹⁵, foi mantido sem mudança por Olea. Giorgi usou os termos “cappana”, “catapecchia” e “casa”. Goodland foi o tradutor que usou a maior variedade de termos, na maioria dos quais a noção de “arruinada” aparece explicitada: “nook”, “hut”, “thatched hut”, “tumble-down old dwelling”, “ruined hut”, “rundown hut” e “broken-down hut”.

Enquanto o uso de termos diferentes por Goodland e Giorgi possa dar conta da variação linguística, ele não reproduz o efeito de “desgeograficação” criado por Mário de Andrade — e reproduzido por Olea —, pois não são termos de regiões distintas.

Outro exemplo de uso de diferentes termos para um mesmo termo do original foi observado na tradução inglesa para os termos “cunhã” e “cunhatã”. Ainda que Mário de Andrade também use esses termos para se referir às prostitutas que vivem em São Paulo (notadamente no capítulo V), mais comumente eles designam simplesmente “mulher jovem”, “jovem”, “moça”, como definido no dicionário consultado. Pressupõe-se que Mário de Andrade use o termo único para ilustrar a falta de distinção feita pelo protagonista entre uma e outra, visto que o herói não vem de um ambiente onde mulheres “brincam” por dinheiro. Goodland, por outro lado, usou várias palavras com clara conotação sexual, muitas vezes buscando termos arcaizantes ou em desuso (definidos no Quadro 60), não necessariamente quando no original era usado para se referir a uma prostituta, como mostram os exemplos abaixo, todos usados para traduzir “cunhã” ou “cunhatã”:

Lá por debaixo das árvores passavam muitas **cunhãs** cunhé cunhé se mexemexendo com talento e formosura (p. 56)

There under the trees he could see plenty of young colored hussies strolling to and fro, flaunting their charms; a parade of beauty and talent. (p. 64)

— Ara ara, ara, meus cuidados! Pois não falei pra você não dar em cima de nenhuma **cunhã** não!...

¹⁹⁵ Cf. Dicionário Aurélio.

Falei sim! E inda por cima você brinca com ela na jangada minha e agora estão se rindo um pro outro (p. 56).

*Now, now, now, you arrant whoreson beetle-headed flapeared rascally knave! Didn't I tell you to leave those **poxy bitches** alone? I most certainly did! But instead, I find you grinding this... this creature, and on my raft too; and there you are, still at it. (p. 65)*

Quadro 60 — Tradução de *cunhã* e *cunhatã*: trad. inglesa

Tradução	Fonte/definição
cunt	internet: <i>vulgar slang</i> 1 the female genital organs 2 sexual intercourse with a woman 3 a. <i>offensive</i> used as a disparaging term for a woman b. used as a disparaging term for a person one dislikes or finds extremely disagreeable
doxies	internet: <i>slang</i> 1 A female lover; a mistress 2 A sexually promiscuous woman
poxy bitches	(poxy, internet): rotten; lousy; (bitches, dicionário): 1 a female dog 2 informal an insulting word for a woman that you dislike or think is unpleasant
tart	dicionário: a woman whose appearance or behaviour makes you think that she is too willing to have sex; slang a prostitute
trollop	dicionário: 1 <i>old fashioned</i> an offensive word for a very untidy woman 2 an offensive word for a sexually immoral woman
wenches	dicionário: <i>humorous</i> young girl, especially a servant. Internet: 1.A young woman or girl, especially a peasant girl.2. Archaic a female servant; 3. Archaic a prostitute
young colored hussies	dicionário: <i>old-fashioned</i> a woman who is sexually immoral

Outros termos usados para *cunhã/cunhatã*:

Quadro 61 — Outros termos usados para *cunhã* e *cunhatã*: trad. inglesa

Tradução	Fonte/Definição
betrothed	dicionário: a person that someone has agreed to marry
chick	dicionário: 1 a baby bird 2 a word meaning a young woman, that some people think is offensive
creature (referindo-se à Uiara)	dicionário: 1. Something created. 2 a. A living being, especially an animal b A human c An imaginary or fantastical being 3. One dependent on or subservient to another
damsel	dicionário: old use a young woman who is not married
dolly	internet: also called <i>dolly bird</i> Slang chiefly Brit an attractive and fashionable girl, esp one who is considered to be unintelligent
girl	dicionário: female child
judy	internet: <i>slang</i> girlfriend

poppet	internet: chiefly British A darling
shopgirl	internet: a woman employed to sell merchandise especially in a store
sisters	internet: 1 A female having the same parents as another or one parent in common with another 2. A girl or woman who shares a common ancestry, allegiance, character, or purpose with another or others
woman	dicionário: an adult female person

Das 44 ocorrências que aparecem no original, somente seis se referem claramente a prostitutas; na tradução de Goodland elas ocorrem nove vezes, com clara conotação sexual ou ofensivos e duas com conotação negativa ou depreciativa (“*chick*”, “*dolly*”). Embora não sejam muitas as ocorrências, vale lembrar que não há nenhuma conotação sexual nos termos originais em si, o que eleva a proporção para 9:0 entre tradução e original. É fato que parte do furor causado pela publicação da rapsódia tenha sido o teor erótico do texto. Contudo, os termos escolhidos pelo tradutor remetem mais a um ambiente de disponibilidade sexual generalizada do que de erotismo, o que não deixa de criar uma certa representação depreciativa das mulheres ali retratadas e reforçar o estereótipo europeu de que as mulheres nos trópicos são sensuais, fáceis e objetos. Como sugere Lane-Mercier:

[w]hat is at stake when we render a stretch of text or utterance from one language into another 'is not so much linguistic difference, as the social and cultural representations of the Other that linguistic difference invariably presupposes. (LANE-MERCIER, 1997, p. 46).

Conquanto tenham-se incluído no *corpus* somente termos isolados, pois é dessa forma que a maioria dos termos indígenas ocorrem, Mário de Andrade fez uso de uma frase em pemon e de várias cantigas¹⁹⁶ ao longo da rapsódia em que incluiu termos indígenas. Pelas escolhas tradutórias, sobretudo, as de Goodland, alguns exemplos são dignos de menção:

No capítulo XI, Macunaíma, que tenta enganar os irmãos dizendo ter visto rasto de tapir próximo à Bolsa de Valores, repete a frase “*tetápe, dzónanei pemonéite hêhê zeténe netaíte*” (p.77), duas vezes na íntegra e uma vez pela metade.

¹⁹⁶ Os termos de origem indígenas que aparecem nas cantigas foram incluídos isoladamente no *corpus*. É natural que os tradutores tenham buscado soluções globais para tais cantigas, mas incluindo-os separada-mente pôde-se verificar até que ponto os tradutores mantiveram o elemento indígena.

Em Cavalcanti Proença (1987, p. 183), a tradução dada à frase é “Achei-os neste lugar, aí há gente, ela sabe esconder o seu rasto”. Tanto o tradutor da versão hispano-americana e a tradutora italiana mantiveram a frase original, tendo Olea somente adaptado o primeiro termo para “*tatapé*”. O tradutor inglês, por outro lado, optou por uma frase em galês: “*mi roeddyn nhw yma; mae wedi cuddio efo hoel traed*” (“*they were here, they have hidden their footprints*”)¹⁹⁷. Lefevere (2007, p. 84) que discute as traduções da *Lysistrata* de Aristófanos por Lindsay e Sutherland, observa que ambos os tradutores adaptaram a linguagem da comédia grega para a variante escocesa e a do sul dos Estados Unidos respectivamente, esquecendo-se, além da solidificação de estereótipos, o efeito anacrônico de se usar tais variantes linguísticas em plena Atenas clássica. Ainda que não seja o efeito anacrônico que sirva como um ponto de comparação em relação à tradução de Goodland, as observações de Lefevere são pertinentes, no sentido de que Goodland não ponderou a inadequação do uso do galês, uma língua que certamente traz certas associações aos leitores de língua inglesa que destoam do ambiente retratado na história.

Em relação às cantigas, no capítulo XV (p.109), Mário de Andrade faz um jogo de palavras iniciando com “panapaná”, borboleta do gênero *Callydrias*. Os termos indígenas foram mantidos, com algumas modificações e adaptações gráficas, tanto por Olea como Giorgi, como se vê nos exemplos do Quadro 62. Nesse sentido, Goodland foi o tradutor que mais modificou o poema, adaptando-o para uma antiga brincadeira infantil de palavras — *The Pretty, Playful, Tortoise-shell Cat*¹⁹⁸ —, substituindo o nome de alguns animais que aparecem no original inglês por outros animais (“*monkeys*”, “*tapirs*” e “*pumas*”). Ao utilizar um texto conhecido da língua de chegada, Goodland eliminou, assim, o tom indígena da cantiga. Chama, igualmente, atenção o uso pelo tradutor do verso “*Five whores going to France*”. Como nos exemplos da tradução dos termos “cunhã” e “cunhatã” acima, em que Goodland usou termos depreciativos ou de cunho sexual, vê-se aqui o uso da palavra “*whore*” quando, no verso original, não há nenhuma palavra que aluda à uma prostituta, ainda que no parágrafo seguinte o herói expresse saudade das “polacas depois de

¹⁹⁷ Agradeço à Tracey Sharratt Was Beech, pela tradução.

¹⁹⁸ “Six Barbers dressing wigs/For a dozen learned pigs/Five Hens going to France/To learn a fashionable dance./Four Hares making a mat./Three Tigers catching a rat./Two Cows, each in a hat./With a pretty, playful, tortoise-shell Cat”. Texto parcial disponível em:

http://www.archive.org/stream/pagespicturesfro00tueruoft/pagespicturesfro00tueruoft_djvu.txt.

Acesso em: 21 ago. 2012.

uma noite daquelas”, de muita “cunã bonita” e de “cachiri”. Além do tom depreciativo, o uso de tal termo pode, inclusive, sugerir “exportação” de prostitutas para a Europa.

Quadro 62 — Traduções cantiga

Original	H. americana	Italiana	Inglesa
Panapaná pá- panapaná, Panapaná pá- panapanema: Papa de papo na popa, - Maninha, Na beira do Uraricoera!	Panapaná pá- panapaná Panapaná pa- panpanema Papa de papada- popa, - Manita, En la vera del Uraricoera!	Panapanà pà- panapanà, Panapanà- pàpananema A poppa in pancia la pappa, Sorellina, In riva all’Uraricoera!	“Six monkeys dressing wigs For a dozen learned pigs, Five whores going to France To learn a fashionable dance, Four frogs making a mat, Three pumas stalking a rat, Two tapirs each in a hat, With a pretty, playful, tortoise- shell cat, On the banks of the Uraricoera!” ¹⁹⁹

¹⁹⁹ Aspas usadas na tradução.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

RESUMO DO RESULTADO DA ANÁLISE

Ao cumprir o objetivo de analisar as estratégias de tradução utilizadas pelos tradutores de *Macunaíma*, para os 2253 termos coletados no *corpus* (1108 antropônimos, 77 topônimos e 1068 OTI) observou-se que:

1. houve convergência nas escolhas tradutórias em relação aos antropônimos e topônimos. Os três tradutores valeram-se, sobretudo, do empréstimo isolado ou com adaptações gráficas para essas categorias;
2. houve maior variação nas escolhas tradutórias em relação aos OTI, embora Giorgi tenha ainda usado um número superior de empréstimo em comparação às outras estratégias;
3. as traduções de Olea e Goodland apresentam números parecidos nas ocorrências das estratégias de tradução e substituição, porém, enquanto o primeiro usou termos de origem de várias etnias ameríndias, o último usou, sobretudo, termos da LC;
4. o cotejo entre as traduções inglesa e italiana revelam grande disparidade nas escolhas de estratégias e na conservação dos elementos indígenas, pois, enquanto a tradução de Goodland se volta à LC, a de Giorgi mantém grande parte dos elementos do TP.

Antropônimos e Topônimos

A clara predominância do empréstimo na tradução dos elementos dessas duas categorias empresta aos TC um tom estrangeirizante, ainda que tenha havido adaptação gráfica e fônica em muitos dos termos, tais adaptações não tornaram os nomes menos “estrangeiros” para os leitores de chegada, pois os nomes apresentados em *Macunaíma* não são nomes que comumente se relacionem às línguas das traduções.

Os tradutores decidiram, assim, manter seus textos mais próximos do TP, ainda que tivessem à sua disposição, como aqui já mencionado, uma série de estratégias de tradução possíveis para os nomes próprios. Em relação à tradução hispano-americana, em seu prefácio, Olea deixa evidente a intenção de manter o elemento indígena do original, em geral, e termos de origem tupi e taulipáng, em particular. Giorgi não fala dos nomes próprios diretamente, porém, indica a intenção de manter o elemento indígena como uma maneira de alcançar “fidelidade”. Quanto

à tradução inglesa, supõe-se que tenha sido uma maneira de manter o “exótico” a partir da utilização desses nomes estrangeiros sem causar problema de compreensão por parte dos leitores da LC, visto ser a função de tais nomes bastante evidente no contexto da história.

Ademais, como já mencionado neste trabalho, a frequência com a qual determinados marcadores culturais são apresentados, identifica-os como elementos de relevância, levando, assim, os tradutores a mantê-los. Os nomes apresentados por Mário de Andrade funcionam como representantes significativos dos elementos ameríndios do TP, sobretudo, o nome “Macunaima” e de seus irmãos, que são repetidos várias vezes.

Outros Termos Indígenas

Observou-se que os tradutores trataram os OTI de maneira diferente daquela utilizada com os nomes próprios. Tal fato atesta-se pelo número maior de traduções e substituições usado pelos tradutores, embora a tradutora italiana tenha mantido sua proposta de conservar o máximo possível dos termos do original, o que fez com que o empréstimo, com ou sem adaptação, fosse a estratégia mais usada por ela para essa categoria também.

O tradutor inglês, ao contrário, transpôs a maioria dos termos do TP para termos de origem da LC, causando o chamado “efeito domesticante”, salvo pelos nomes próprios que ele manteve no original. Tal efeito é reforçado pelo número significativo de ocorrências de paráfrase e omissão; a primeira põe ainda mais ênfase na LC e a segunda elimina os TOI. Não obstante o tradutor tenha declarado em sua nota de prefácio que a ajuda de seus colaboradores brasileiros foi imprescindível para a sua compreensão do conteúdo e sutilezas do TP, possibilitando que ele desenvolvesse “*a style capable of conveying the author’s intentions into English*”. De acordo com o que aqui já se expôs, nota-se que em seu texto, Goodland deixa de lado os elementos que melhor representam a intenção do autor; elementos que foram criativamente captados e reproduzidos por Olea, minimizando o estranhamento que os termos de origem indígena causam nos leitores da LP.

Considerada do ponto de vista da dicotomia domesticante vs. estrangeirizante, uma tradução com poucas mudanças, automaticamente, emprestaria um tom estrangeirizante ao texto e uma tradução com muitas mudanças (como é o caso da tradução de Goodland) geraria um texto domesticante. Na tradução hispano-americana, contudo, mediante

os resultados da análise, conquanto o conceito por trás da dicotomia sirva para descrever os resultados obtidos para os nomes próprios, ele não basta para descrever os resultados dos OTI nessa tradução. Se, por um lado, o tradutor efetuou várias mudanças, favorecendo, dessa forma, a domesticação, por outro lado, essas mudanças têm efeito paralelo ao do texto original. Esse efeito é estrangeirizante, simplesmente, porque os elementos no TC são vistos como TCM por uma boa parcela dos leitores do TC, ou seja, àqueles leitores, pouco familiarizados, com termos de origem indígena dos seus respectivos países.

O texto de Giorgi, igualmente, é repleto de termos de origem indígena, em todas as categorias, produzindo também um texto estrangeirizante. Mas, ao contrário de Olea, Giorgi não efetuou tantas mudanças, pois preferiu manter os termos como aparecem no original.

A grande diferença entre essas três traduções é que enquanto a tradução de Goodland e Giorgi teriam alcançado um efeito já esperado pelas escolhas tradutórias, a tradução de Olea conseguiu o efeito oposto, ou seja, conseguiu um estranhamento ainda que tenha efetuado mudanças consideráveis nos termos de origem indígena.

Tais resultados ratificam a atenção pedida por alguns teóricos — entre os quais, Tymoczko (2004) — ao se fazer uso de dicotomias. Visto que escolhas tradutórias, dificilmente, privilegiam somente o TP ou o TC, esses resultados indicam a necessidade de se olhar para os efeitos das escolhas tradutórias para além do óbvio.

Tradução Expressiva

No caso da tradução hispano-americana, por exemplo, seria mais apropriado evocar os tipos de tradução apresentados por Torop, cuja base está no conceito de dominante.

Entende-se pelo prefácio de Olea que o tradutor destaca como centrais à sua proposta tradutória a) manter o elemento indígena como marca do primitivismo promovido pelo movimento modernista e b) recriar o herói marioandradiano do ponto de vista hispano-americano. Retornando ao modelo proposto por Torop, enquanto a primeira proposta foi realizada no *plano da recodificação*, um plano predominantemente formal, por meio do uso extensivo feito pelo tradutor de termos de origem indígena, a segunda foi alcançada pelo uso de termos de várias regiões hispano-americanas, realizada no *plano da transposição*, no qual o dominante se encontra no nível do conteúdo.

Como já visto, para se alcançar a tradução “adequada” no modelo de Torop, é preciso que se mantenha uma inter-relação entre esses dois

planos para se captar seu dominante. Em *Macunaíma*, ao mesmo tempo em que o elemento indígena é forma, ele é parte da formação da “descharacterização” do herói, que dependendo da ocasião é ora branco, ora negro, ora índio.

Assim, ao manter o elemento indígena e reproduzir a “desgeograficação” de Mário de Andrade, Olea criou um tipo de tradução que Torop denomina “tradução expressiva”, cujo dominante está no plano do conteúdo e no qual o TC produz, teoricamente, efeito semelhante entre os “leitores ideais” do TP e TC.

Conquanto seja difícil precisar a cultura de chegada, no caso da tradução hispano-americana, e, conseqüentemente, o leitor ideal, devido ao tamanho e variedade da comunidade hispano-falante, podemos pressupor que a maioria dos leitores em potencial do texto de Olea é de língua espanhola, simplesmente, pelo histórico das línguas indígenas no continente americano, onde muitas dessas línguas deram lugar às línguas do “homem branco”, como foi mostrado em 1.3. Assim, pressupõe-se que os termos de origem indígena, que aparecem na tradução, não sejam de amplo conhecimento da maioria dos leitores de chegada, da mesma maneira que os termos do original não são de amplo conhecimento dos leitores de partida. Mesmo a presença de muitos dos termos, nos dicionários correntes do português e do espanhol, não implica, necessariamente, que se tratem de termos amplamente usados dentro das comunidades em questão.

Por meio da análise aqui elaborada, não se pode questionar que os três tradutores empenharam-se sobremaneira na elaboração de seus textos, visto, como o próprio Goodland atesta, a natureza polivalente do texto de Mário de Andrade. Tampouco se nega aqui que o TP tenha recebido tratamento de obra canônica, pois há indícios nos paratextos de ter assim sido — o nome do autor e da obra aparecem destacados nas capas; os textos complementares, uns mais sucintos que outros, exaltam o autor e a obra, além de oferecerem um panorama do movimento modernista. Contudo, os resultados indicam que cada tradutor lidou de maneira bastante diversa com os desafios linguísticos do TP, assim como com a responsabilidade de traduzir um cânone literário, o que pode tanto ser resultado de escolhas pessoais dos tradutores como observância de normas de tradução.

OS RESULTADOS À LUZ DAS TEORIAS

Ao seguir a proposta de Torop (2010), que em seu parâmetro da obra sugere que se olhe a tradução em “forma de livro”²⁰⁰, a presente pesquisa levou a análise para além da descrição das estratégias usadas pelos tradutores, ao nela incluir os elementos paratextuais que, acredito, mostraram-se de valia como complemento das ponderações aqui apresentadas.

Em relação à sua função como elemento de traduzibilidade, observou-se que, sobretudo, na tradução hispano-americana, as asserções feitas por Olea em seu prefácio não só serviram para revelar um projeto de tradução extremamente bem formulado, como também para descrever as diferentes facetas do TP, sem com isso ter afetado, contudo, a maneira pela qual o leitor possa vir a se identificar com a obra. A identificação é, de fato, o que torna possível a traduzibilidade do TP em sua versão hispano-americana. “*El héroe de los nuestros*” carrega, em si, uma carga tão integrativa como “o herói de nossa gente”.

Na tradução inglesa, por outro lado, pela escassez de informação nas notas da editora, é difícil acreditar que essas possam auxiliar o leitor a uma melhor compreensão do texto. As próprias escolhas de estratégias funcionam como mecanismo facilitador, mas ao preço de se perder o elemento indígena que caracteriza o TP.

Na tradução italiana, ainda que as notas não sejam tão extensas como as de Olea, elas exercem a contento a função de contextualização do leitor, o que pode levar a uma melhor compreensão do texto traduzido. Quanto às notas de rodapé, sua principal função, segunda a tradutora, é de aclarar as diversas referências culturais feita pelo autor, como nomes reais por ele usados, santos, divindades indígenas etc. Mas em um texto como *Macunaíma*, em que uma das grandes inovações é o casamento entre os diferentes falares (fato destacado pela própria tradutora), a intervenção das notas é, por vezes, uma quebra indesejável.

À luz da proposta de Torop (2010), e levando-se ainda em consideração uma visão menos restrita de tradução, pode-se afirmar que *Macunaíma* não é um texto intraduzível. Entretanto, como sugere Torop, é necessário entender o TP para que dele se extraia aquele elemento intransponível — o seu dominante — para se chegar à tradução adequada.

²⁰⁰ Não somente o texto traduzido, mas a tradução enquanto volume publicado, incluindo-se, assim, seus possíveis paratextos e, até mesmo, material fora do volume, como é o caso de textos críticos sobre o autor e TP.

Naturalmente, uma obra literária está aberta a várias interpretações²⁰¹ e, aqui, apresenta-se somente uma possibilidade de leitura. Contudo, discutiram-se certos aspectos na presente análise que torna difícil negar a importância do elemento indígena em *Macunaíma*. Por meio desse importante elemento chegou-se, inevitavelmente, a já conhecida questão de identidade nacional que a obra retrata. Essa é aqui investigada por meio dos conceitos discutidos nas teorias pós-colonialistas, as quais também possibilitaram contemplar o papel específico da tradução nas negociações entre o nativo e o europeu a partir de seu encontro no espaço colonial.

Mostrou-se que, desde a chegada do europeu, construiu-se uma certa imagem do nativo que viajou séculos e séculos para chegar a um ponto, aparentemente, estanque. Porém, mostrou-se também que, no espaço que se criou a partir da colonização, ao longo desses mesmos séculos, para uns mais lentamente que para outros, iniciaram-se diálogos entre colonizador e colonizado, sejam eles no *Terceiro Espaço* de Bhabha (1994), na *zona de contato* de Pratt (1992) ou na *semiosfera* de Lotman (1996) e Torop (2010). Todos esses diálogos são realizados por mecanismos de tradução, o que faz deles todos um logo dinâmico, um verdadeiro campo de negociação das diferenças culturais.

Tanto o Terceiro Espaço como a semiosfera são particularmente relevantes para pensarmos as traduções inglesa e italiana. A relevância desses conceitos já se aplica ao próprio TP, visto ser o seu hibridismo derivado do cerne da proposta marioandradiana. É com o caráter híbrido e ambivalente de *Macunaíma* que Mário de Andrade leva o seu leitor a se identificar; uma identificação aos moldes de Bhabha (1994) — com e por meio do objeto de alteridade, em que o sujeito está envolto em ambivalência pela intervenção do Outro.

E o leitor brasileiro, claramente, identifica-se, pois percebe que aquilo que lhe é oferecido é diferente e semelhante ao mesmo tempo; um diferente que o assusta, mas que também o instiga por perceber-se parte dessa diferença. O hibridismo em *Macunaíma* desabona qualquer desejo por homogeneidade cultural e questiona o legado europeu. *Macunaíma* transforma-se em príncipe, deslocando-se da periferia para o centro, Mas é enquanto príncipe que deseja voltar a ser o “imperador da floresta”, o índio, condição não mais possível, pois foi, irremediavelmente, modificado pelo Outro.

201 Entre algumas das interpretações mais conhecidas de *Macunaíma*, além da já mencionada *Morfologia do Macunaíma* de Haroldo de Campos, está a de Gilda de Mello e Souza, *O Tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*, de 1979.

O hibridismo em *Macunaíma* é, sobretudo, representado pelos termos de origem indígena usados pelo autor. Ao mesmo tempo que esses termos revelam a interferência das tantas línguas que integram a língua nacional, eles possibilitam a identificação do leitor; uma identificação que as traduções inglesa e italiana têm dificuldade em estabelecer.

Se retornarmos o espaço da semiosfera, cuja função é a de fazer com que o indivíduo reconheça o seu lugar, podemos dizer que a cópia dos termos indígenas da tradução italiana e a omissão do elemento indígena na tradução inglesa não alcançam o objetivo do reconhecimento do leitor — a identificação —, como ocorre com o TP. Assim se dá porque suas escolhas tradutórias criaram um distanciamento entre o texto e esse leitor. O cenário de *Macunaíma* lhe é apresentado a partir de uma perspectiva que não envolve o europeu. Podemos ver isso até mesmo nas capas das traduções: enquanto a capa da tradução hispano-americana retrata um grupo harmonioso, que compartilha uma identidade coletiva, a capa da tradução inglesa retrata um confronto monstruoso entre um nativo e um animal. A italiana, por sua vez, traz a imagem de uma suposta selva cujo recorte a distancia do contexto. As escolhas de estratégias de Giorgi, por exemplo, minimizam a importante integração que os termos indígenas possuem no texto de Mário de Andrade, ainda que esses tenham sido mantidos próximos ou iguais ao original. Essa falta de integração pode, inclusive, ser vista no uso das notas de rodapé, não por retratarem uma falha pela busca de uma tradução perfeita, mas porque elas acabam por manter os termos indígenas fora do “cenário” principal. Como observa Tymoczko (1999), esse cenário acaba por dar um ar mais acadêmico ao texto, o que cria distanciamento com o leitor.

Retomo aqui a proposição feita em minha dissertação de mestrado de se olhar *Macunaíma* não como uma cópia dos relatos de Koch-Grünberg, como afirmou abertamente o próprio autor, mas, sim, como tradução; uma tradução, diga-se, com altíssimo grau de criatividade. Mário de Andrade mesclou, ao predominantemente indígena dos relatos, situações da sociedade brasileira como um todo, o que, inevitavelmente, inclui a relação colonial. Essa foi metaforicamente representada não só pela mudança de logo (da floresta para uma cidade que era, e continua sendo, o epítome de hibridismo cultural), mas também pelo compartilhamento de uma língua mestiça. Com tal tradução, Mário de Andrade criou uma fronteira já diferente da fronteira existente entre o etnólogo alemão e seu objeto de estudo. O Makunaíma dos índios pemon transforma-se no Macunaíma de Mário de Andrade e

passa a negociar suas diferenças na fronteira da semiosfera da cidade de São Paulo, no Terceiro Espaço da maior cidade brasileira por meio da tradução. Na qual, porém, é indispensável que os termos indígenas, marca identitária do “imperador da floresta”, continuem a existir, pois são eles que revelam o hibridismo existente na “língua oficial”. Tal fato gera a necessidade de se continuar contando a história do “herói de nossa gente”, o que é feito pelo papagaio que primeiro conta a história ao autor e o autor ao leitor, usando, como diz o narrador, uma “fala impura”.

Na proposta de Tymoczko (1999), o autor declara, repetidas vezes, que todo texto é uma reescrita. O tradutor deve assumir a responsabilidade de produzir para o público-alvo um texto que seja representativo da literatura e da cultura de partida, identificando os aspectos metonímicos desse texto. Se dos relatos de Koch-Grünberg, Mário de Andrade trouxe a narrativa e os termos indígenas, acredito que podemos considerar tais elementos como sendo os elementos metonímicos de que fala Tymoczko e assumir que uma tradução consciente tentaria, tal qual o narrador da história, incumbir-se de levá-los avante.

Vê-se na tradução de Olea que este conseguiu manter a língua como marca de identidade e reproduzir a mesma conscientização do hibridismo linguístico dos países hispanofalantes. Ainda que fosse, naturalmente, mais fácil estabelecer um elo de identificação entre o cenário descrito em *Macunaíma* e leitores latino-americanos pelo fato dos países latino-americanos compartilharem o passado de nações colonizadas, a escolha de transpor os termos para diversas etnias da América do Sul, tal como preconizou, acabou, de fato, dando a seu *Macunaíma* uma identidade ainda mais latino-americana. Como a tradução de Mário de Andrade do *Makunaíma* dos Pemon, a tradução de Olea ratifica a asserção de Bhabha (1994) de que significado e símbolos culturais podem ser “*appropriated, translated, rehistoricized and read anew.*” (BHABHA, 1994, p. 55), embora, como visto pela análise, elementos centrais foram nesses casos mantidos.

Assim, tanto a tradução inglesa como a italiana são, igualmente, apropriações do texto marioandradiano que oferecem cada uma a sua maneira, uma releitura possível. Porém, da análise dos paratextos, viu-se que na capa traseira da tradução inglesa, *Macunaíma* é apresentado como sendo “*the adventures of a popular hero whose fate is intended to define the national character of Brazil*” e no posfácio da tradução italiana, Giorgio indica que o tema da obra “*é quello di una ricerca dell'inconscio brasiliano, che viene individuato, attraverso il folclore,*

nel linguaggio popolare elevato a dignità d'arte.”²⁰² (p. 260). Logo, claro está que a questão da identidade nacional foi por eles também entendida como sendo um fator de destaque na obra marioandriana. As escolhas tradutórias terão, conseqüentemente, impacto na maneira que tal identidade é transmitida para suas respectivas culturas.

No caso da tradução inglesa, a eliminação da maioria dos termos de origem indígena (exceção feita aos atropônimos e topônimos), naturalmente, acabam por retratar uma homogeneidade que inexiste no TP. Uma homogeneidade, como mostrado na discussão das teorias pós-colonialistas, que tenta se manter no discurso colonial, uma homogeneidade que é também representada pelo domínio da língua, como é o caso da língua inglesa no cenário mundial atual. Sem o hibridismo que os termos indígenas representam, sem os elementos de resistência ao colonial, resta uma identidade brasileira fixada pelo olhar do colonizador.

Essa significativa diminuição do elemento indígena na tradução de Goodland acaba por negar o dinamismo do espaço da semiosfera, pois, nega-se acesso à informação nova, tornada possível pelos mecanismos da tradução. Ratifica-se, assim, as asserções de Lotman (1990) de que quanto mais distante da periferia da semiosfera, maior é a resistência a esse dinamismo, pois no centro encontram-se estruturas mais rígidas. Suas escolhas tradutórias não estabelecem a relação enantiomorfa da qual fala Lotman, que está no centro do diálogo entre o próprio e o outro. Minimiza-se o estranhamento e minimiza-se o necessário conflito das diferenças.

A chamada de Tymoczko (2010) para traduções culturais que desafiem os poderes dominantes se torna ainda mais premente no contexto de *Macunaíma*, uma vez que a questão de identidade nacional confere à obra o importante papel da autodescrição; é o colonizado se manifestando por meio da “cultura” (com aspas) de Cunha (2000). Com a eliminação ou atenuação dos termos indígenas, corre-se o risco de se destacarem os estereótipos.

HIPÓTESE INICIAL

Retomando, finalmente, a hipótese inicial: em comparação com o tradutor de um país com experiência de colonização semelhante à do Brasil, os tradutores das culturas centrais (Inglaterra e Itália), usariam

²⁰² “[...] o de uma busca pelo inconsciente brasileiro, que é identificado, por meio do folclore, na linguagem popular elevada à dignidade de arte”.

outras estratégias de tradução para os termos culturalmente marcados. Com base no que foi aqui exposto, observou-se uma mescla de escolhas por parte de Goodland e Giorgi.

É fato que, se por um lado, ambos os tradutores usaram um número significativo das mesmas estratégias escolhidas por Olea — tradução e substituição no caso de Goodland e empréstimo, no caso de Giorgi — os efeitos alcançados com tais escolhas não se equipararam ao efeito causado pelas escolhas de Olea. Na tradução de Goodland, o tradutor usou predominantemente termos da LC, e, na tradução de Giorgi, o uso das notas de rodapé, além de explicarem alguns dos termos que a tradutora manteve no original, acabou dando ao texto o ar acadêmico do qual fala Tymoczko (1999). Nenhuma das duas traduções, com suas escolhas, atingiu o efeito de estranhamento que as escolhas de Olea atingiram — estranhamento com o qual o leitor se identifica.

Vale retomar aqui o conceito de transculturação, pois é natural supor que Olea, sendo um escritor latino-americano e conhecedor do cenário literário do continente, queira manter o espírito transculturador de *Macunaíma* intacto. O que se explica por ser esse um fenômeno, como já mostrado, nascido na região como mecanismo de resistência ao elemento colonial. *Macunaíma* é a invenção literária discutida por Rama (1982), que recupera e incorpora o indígena e o elemento oral ao discurso literário. Por meio de suas escolhas, o texto de Olea, como o TP, presta-se igualmente à recusa do colonial e traz para o final do século XX o ideal de integração do continente latino-americano como descrito por Ortiz na década de 1940 e defendido por Rama na década de 1980.

Ainda que as escolhas tradutórias de Goodland e Giorgi possam, à primeira vista, parecer similares às escolhas de Olea, elas se distanciam por não se permitirem participar da troca que implica o conceito de *transculturação*. Estariam, sim, mais próximas tanto do modo de *representação* como do modo da *transmissão*, como apresentados por Tymoczko (2010), em que a tradução serve para retratar certos aspectos da outra cultura ou fazer uma transferência limitada desses, mas sem envolver a importante assimilação que a *transculturação* permite. Mesmo que Giorgi tenha mantido o elemento indígena, ele se apresenta como um Outro distante e não como um Outro capaz de entrar em diálogo com os termos da LC, como o indígena faz com o português na LP.

Se comparadas entre si, porém, nota-se que as traduções inglesa e italiana usaram estratégias, significativamente, diferentes. Tal disparidade, como previamente mencionado, pode tanto ser resultado de

preferências pessoais. Giorgi menciona a intenção de manter o elemento indígena, como possíveis normas de tradução literária específicas das duas culturas, mas também pode ser, simplesmente, reflexo do status de língua dominante que ocupa o inglês, o que confere a seus tradutores maior tranquilidade em apagar elementos culturalmente marcados de textos produzidos em línguas periféricas. A situação parece diferente no caso da tradução para o italiano, ou seja, de uma língua periférica para uma língua menos dominante do que o inglês.

Além disso, é curioso que Mário de Andrade tenha destacado em *Macunaíma* exatamente as características do construto colonial a respeito do colonizado (mentiroso, preguiçoso, lascivo). A meu ver, tal qual faz com a questão da linguagem, o autor acaba por chamar o brasileiro a se conscientizar de que essas características nos foram atribuídas pelo colonizador. É a performance do brasileiro em relação ao papel que lhe foi atribuído. O autor nos apresenta um herói cujo caráter é um produto do conflito identitário gerado entre as relações entre colonizador e colonizado como tão bem descrito por Fanon (2008) e Bhabha (2004). Na tradução de Goodland, muitos dos termos indígenas não foram mantidos, mas essas características foram mantidas e intensificadas nas suas outras escolhas tradutórias (que fogem do escopo desta análise).

Seguindo a proposta da presente pesquisa em olhar às estratégias do ponto de vista cultural, observa-se que as escolhas mostram um certo conflito entre as “lealdades” dos tradutores. Claramente, ambos os tradutores, a sua maneira, tentaram reproduzir *Macunaíma* de maneira a refletir suas complexidades culturais e identitárias – Giorgi tentando uma estrangeirização total, valorizando, aparentemente, o original (talvez já influenciada pelo fenômeno do “politicamente correto”); e Goodland uma domesticação de uma obra “indomesticável”. Nenhum consegue o que atingiu Olea com suas escolhas surpreendentes, porque o abismo cultural e as diferenças linguísticas da dimensão apresentada em *Macunaíma* não permitem uma maior aproximação nessas duas traduções. Mesmo que não tenha sido intencional, Goodland, por exemplo, cai na atitude colonialista, acabando por sucumbir aos ditames de sua cultura. Assim, se por um lado o tradutor tem escolha, por outro, ele não consegue escapar de sua própria cultura.

Embora os resultados aqui discutidos refiram-se tão somente à análise da tradução dos termos indígenas pela sua importância dentro do TP e com base na análise dos paratextos, pode-se dizer que as escolhas tradutórias para esses elementos estabelecem o tom, o espírito tradutório e a tônica ideológica subjacentes à tradução.

LIMITAÇÕES DA PRESENTE TESE E PERSPECTIVAS PARA FUTURAS PESQUISAS

A presente tese é produto da minha tentativa de ampliar os resultados obtidos na dissertação de mestrado, trazendo as traduções inglesa e italiana, o que intensificou as dificuldades de classificação das estratégias dos elementos que compõem o *corpus*. Estendeu-se também o arcabouço teórico para incluir as teorias pós-colonialistas que, acredito, trouxeram uma perspectiva nova e instigante de se olhar algumas das traduções de uma das obras de maior vulto no cânone literário nacional. Com elas, foi possível estabelecer uma ligação entre o cenário colonial e o objeto da pesquisa, mostrando que essas teorias, longe de ultrapassadas, constituem-se base sólida de pesquisa e são pontualmente aplicáveis ao campo dos ET, visto que a relação colonial, que certamente não se restringe ao passado, foi construída e mantida por meio dos mecanismos de tradução. Ademais, como as imagens construídas no período colonial se propagaram até os dias de hoje, é de vital importância que o pesquisador em tradução apresente certos construtos para que sirvam de reflexão para tradutores já consolidados ou em formação, pois ainda que o tradutor não possa escapar de sua cultura, ele pode escapar de estereótipos.

Macunaíma sendo *Macunaíma*, é sempre difícil encapsular suas várias nuances em um único trabalho. Prova disso são os inúmeros trabalhos que a obra inspirou, e continua a inspirar e que sempre apresentam um pedaço diferente do herói marioandradiano. Espero que a presente pesquisa tenha conseguido acrescentar mais um pedaço a essa prazerosa discussão.

Ainda que o cotejo entre as três traduções tenha gerado resultados significativos, há ainda outras possibilidades a serem exploradas valendo-se tanto dos termos de origem indígena como das teorias pós-colonialistas. Com as significativas diferenças entre as traduções aqui apresentadas, as normas de tradução seriam, por exemplo, um caminho promissor, uma vez que poder-se-ia verificar se as escolhas dos tradutores das culturas centrais refletem normas literárias de suas respectivas culturas.

Com base na proposta de se olhar *Macunaíma* como uma tradução, como uma reescrita, outra possibilidade para futuras pesquisas seria analisá-lo como texto de chegada, no qual Mário de Andrade, o tradutor, teria se valido de inúmeras estratégias de tradução para produzir um texto que é prova contundente do aspecto criativo da

tradução. Poder-se-ia ainda, levando em consideração os diferentes tipos de tradução discutidos nos ET, submeter o texto marioandradiano a uma tradução intralingual, adaptando-o ao público infantojuvenil, por exemplo, introduzindo o jovem leitor ao um texto que privilegia elementos da cultura brasileira, resgatando lendas e mitos de origem indígena.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra G. O conceito de transculturação na obra de Ángel Rama. In: ABDALA, Benjamin Jr. (org). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 87-97.

AIXELÁ, Javier Franco. Culture-specific items in translation. In: ÁLVAREZ R.; VIDAL, M.C.-Á. (eds). **Translation power subversion**. Clevedon: Multilingual Matters, 1996. v. 8. p. 52-78.

ALAMBERT, Francisco. **A Semana de 22**: a aventura modernista no Brasil. São Paulo: Editora Scipione, 1999.

ALTENBERG, Bengt; GRANGER, Sylviane. Recent trends in cross-linguistic lexical studies. In: B. Altenberg & S. Granger (orgs.) **Lexis in contrast**: corpus-based approaches. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p 3-49,

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma** – o herói sem nenhum caráter. 20. ed. São Paulo e Belo Horizonte: Martins e Itatiaia, 1984a.

_____. **Macunaíma**. Tradução de E. A. Goodland. 1. ed. London: Quartet Books, 1984b.

_____. **Macunaíma** – L'eroe senza nessun carattere. Tradução de G. S. Giorgi. 6. ed. Milano: Adelphi Edizioni, 2006.

_____. **Macunaíma**. Tradução de Héctor Olea. 1. ed. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2004.

ANDREWS, Joseph. **Journey from Buenos Ayres, through the provinces of Cordova, Tucuman, and Salta, to Potosi, thence by the deserts of Caranja to Arica, and subsequently to Santiago de Chili and Coquimbo, undertaken on behalf of the Chilian and Peruvian mining association, in the years 1825-26**. London: J. Murray, 1827.

Disponível em: <

<http://www.archive.org/stream/journeyfrombueno01andruoft#page/n9/mode/2up>>. Acesso em: 12 out. 2011.

_____. ANTELO, Raúl. Macunaíma: apropriação e originalidade. In: LOPEZ, Telê Porto A. (coord.). **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**: edição crítica. Florianópolis: UFSC/UNESCO, 1988. p. 255-265.

ARÁN, Pampa Olga. El (im) posible diálogo Bajtín-Lotman. Para una interpretación de las culturas. **Entretextos – Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura**. Granada, n.6, p. 1-14, 2005. Disponível em: <http://www.ugr.es/~mcaceres/Entretextos/entre6/dialogo.htm>. Acesso em : 11 dez. 2012.

AUBERT, Francis H. As variedades de empréstimos. **D.E.L.T.A**, 19: Especial, p. 27-42, 2003.

_____. Indagações sobre marcadores culturais na tradução. **Revista de Estudos Orientais**, n.5, p. 23-36, 2006.

BAKER, Mona. **Translation and conflict: a narrative account**. Oxon: Routledge, 2006.

_____. Corpora in Translation Studies. An overview and suggestions for future research, **Target** 7(2), p. 223-243, 1995.

BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (ed). **Post-colonial translation – theory and practice**. London: Routledge, 1999.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'o Brasil dos viajantes. **Revista USP**. Dossiê Brasil dos Viajantes. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 30, p. 6-19, 1996. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/30/01-beluzzo.pdf>. Acesso em: 26 set. 2011.

BERBER SARDINHA, Tony. **Linguística de corpus**. Barueri: Manola, 2004.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. Londres: Routledge, 1994.

_____. The third space - interview with Homi Bhabha. In: RUTHERFORD, Jonathan. **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990. p. 207-221

BOSI, Alfredo. Situação de Macunaíma. In: LOPEZ, Telê Porto Ancona (coord.). **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**: edição crítica. Florianópolis: UFSC/UNESCO, 1988.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. 3. ed. - São Paulo: Cultrix, 1987. p. 341-428.

BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani – português**. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.

CAMPOS, Sirlei S. Leituras pós-coloniais d' a tempestade: um breve panorama. **Revista de Ciências Humanas**, v. 01, n. 01, p. 89 - 96, fev. 2001. Disponível em <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo8voll1-1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CHEYFITZ, Eric. **The poetics of imperialism**: translation and colonization from The Tempest to Tarzan. New York: Oxford University Press, 1991.

CHESTERMAN, Andrew. **Memes of translation**: the spread of ideas in translation theory. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Teresa Dias C. A literatura brasileira traduzida na França: o caso de Macunaíma. **Cadernos de Tradução**, n. II, p. 287-329, 1997.

DaMATTA, Roberto. Você tem Cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, p. 1-4, 1981. Disponível em: <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/14467/material/voce%20tem%20cultura.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

DAWKINS, Richard. **The Selfish Gene**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

DOURADO Maura Regina; POSHAR, Heliane A. A cultura na educação linguística do português como língua estrangeira. **Revista Letra Magna**, ano 4, n. 6, não paginada, 1º. semestre 2007. Disponível

em: < <http://www.letramagna.com/culturaeduca.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ECO, Humberto. **Quase a mesma coisa**: experiências de tradução. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Daniel. Makunaima e Macunaíma: entre a natureza e a história. *Rev. Bras. Hist.* [online]. v..26, n..51, p. 263-280, 2006. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/13.pdf>>. Acesso em: 24. ago. 2011.

FERNANDES, Lincoln. Translation of names in children's fantasy literature: bringing the young reader into play. **New Voices in Translation Studies**, n.2, p. 44-57, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Versão eletrônica de Lexicon Informática Ltda (SP.)

FIORIN, José Luiz. Relações entre sistemas no interior da semiosfera. In: MACHADO, Irene (org.). **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 175-204. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=VaD3VkW54qUC&pg=PA175&lpg=PA175&dq=alosseme%C3%B3tico&source=bl&ots=rAPuvpwRNp&sig=Tr4MjVbLPU5MsNrYg63pEhTXzYk&hl=en&sa=X&ei=BIvAUPy-I5O89QSe6oDIBg&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=alosseme%C3%B3tico&f=false>>Acesso em: 06 dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal 1979.

GADSBY, Adam (org.). **Longman dictionary of contemporary English**. 3ª ed. Essex: Pearson Educational Limited, 2001.

GARCÍA, Sofía A. (org.). **Diccionario Porto editora de la lengua española**. 1.ª ed. Barcelona: Larousse, 2007.

GENETTE, Gerard. Introduction to the paratext. **New Literary History**, 22 (2), p. 261-272, 1991.

GENTZLER, Edwin. Translation, postcolonial studies, and the Americas. **EnterText 2.2**, p. 12-38, 2011. Disponível em <http://arts.brunel.ac.uk/gate/entertext/2_2_pdfs/gentzler.pdf>. Acesso em: 20 nov 2012.

GOODENOUGH, Ward H. Cultural Anthropology and Linguistics. In: HYMES, Dell (ed). **Language in Culture and Society: a reader in linguistics and anthropology**, New York: Harper & Row, 1964. p. 36-40.

HAGUE, William. Speech to the conservative party conference. 2011. Não paginado. Disponível em: < <http://www.politics.co.uk/comment-analysis/2011/10/05/william-hague-speech-in-full>> . Acesso em: 10 de out. 2011.

HALL, Stuart (ed). Representation: cultural representations and signifying practices. Milton Keynes: The Open University, 1997.

HEGERFELDT, Anne C. **Lies that tell the truth – magic realism seen through contemporary fiction from Britain**. Amsterdam: Editions Rodopi , 2005.

HERMAN, Theo. Translation norms and correct translation. In: van LEUVEN-ZWART, Kitty e NAAIJKENS, Ton (eds.). **Translation Studies**. The State of the Art, Amsterdam: Rodopi, 1991. p. 155-169.

_____. On translating proper names, with reference to De Witte and Max Havelaar. In: WINTLE, M.J. (ed). **Modern Dutch Studies**. London: The Athlone Press, 1988. p.11-24.

HERRERA, Eduardo Chávez. Esbozo de la semiosfera del té. **Entretexos – Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura**. Granada, n. 14-15-16, , 2009/2010, não paginado. Disponível em: <<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretexos/entre14-16/chavez.html>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología: introducción a la traductología**. Madrid: Cátedra, 2011.

IZZO, João A. **Noosfera e midiosfera**: o imaginário humano e o engenho da mídia. Disponível em:
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-noosfera-joao.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

JAFFE, Noemi. Macunaíma. **Coleção Folha Explica**. São Paulo: Publifolha, 2001.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor [1924]. **Del Roraima al Orinoco**. Tomo II. Traducción Federica de Ritter. Caracas: Banco Central de Venezuela, 1981.

KRESS, Gunther; LEEUWEN, Theo van. **Reading images: the grammar of visual design**. 2. ed. London: Routledge. 2006.

LANE-MERCIER, Gillian. Translating the untranslatable: the translator's aesthetic, ideological and political responsibility. **Target** 9:1. Amsterdam: John Benjamins, p. 43-68, 1997.

LARAIA, Roque B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961. Versão digital, disponível em:
 <http://irpmarica.com.br/livros/viagem_a_terra_do_brasil.pdf>. Acesso em: 30 set. 2011.

LEFEVERE, André. **Tradução, reescrita e manipulação da fama literária**. Tradução de Cláudia Matos Seligmann. Bauru: EDUSC, 2007.

LOPEZ, Telê Porto A. (coord.). **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter** - Edição Crítica de Macunaíma. Florianópolis: Editora da UFSC/UNESCO, 1988.

LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera I**: semiótica de la cultura y del texto. Tradução de Desiderio Navarro. Madri: Cátedra, 1996.

MACHADO, Irene. SEMIOSFERA
 Um novo domínio de idéias científicas para o estudo da cultura. **Pluricom Comunicação Integrada**, 2006. não paginado. Disponível em:

<<http://www.pluricom.com.br/forum/semiosfera-br-um-novo-dominio-de-ideias>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MANTHORNE, Katherine E. O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX. **Revista USP**, n. 30. Dossiê Brasil dos Viajantes. São Paulo: Universidade de São Paulo, p.58-71, 1996.

Disponível em:

<<http://www.usp.br/revistausp/30/05-katherine.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2011.

MARTIGNON, Roberta (org). **Dizionario pratico della lingua italiana**. 2.. ed. Milano: Arnoldo Mondadori., 1987

MARTINS, Beatriz Cintra. O texto semiótico da cibercultura: uma análise do processo modelizante da autoria no website Overmundo.

Rumores, ed. 5, não paginado. 2009. Disponível em: <

http://www3.usp.br/rumores/artigos2.asp?cod_atual=146> Acesso em 18 dez. 2012

MAURY, Matthew F. [Inca, pseudônimo]. **The Amazon and the Atlantic Slopes of South America**. Washington, D. C.: Franck Taylor, p. 48, 1853. Disponível em:

<<http://www.archive.org/stream/cu31924020010991#page/n53/mode/2up>>. Acesso em: 12 out. 2011.

MIYOSHI, Masao . A Borderless world? From colonialism to transnationalism and the decline of the nation-state. **Critical Inquiry**, n. 4, p. 726-751, 1993. v. 19. Disponível em <

<http://www.jstor.org/stable/1343904>> . Acesso em: 22 nov. 2012.

MOLINA, Lucía; HURTADO, Amparo A. Translation techniques revisited: a dynamic and functionalist approach. **Meta**, XLVII, .4, p. 498-512, 2002.

MOLLIEN, Gaspar. **Travels in the Republic of Colombia in the years 1822-23**. London: C.Knight, 1824. Disponível em:

<

<http://www.archive.org/stream/travelsinrepubli00moll#page/90/mode/2up>>. Acesso em: 12 out. 2011.

MRECH, Leny M. **A transferência do imaginário ou o imaginário da transferência: aspectos diferenciais da atuação do psicopedagogo e do psicanalista em instituição.** São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=10%3Apsicopedagogia&id=171%3Aa-transferencia-do-imaginario&Itemid=21>. Acesso em: 15 out. 2012.

NASCIMENTO, Roseli G.; BEZERRA, Fábio A. S.; HEBERLE, Viviane M. Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. **Linguagem & Ensino.** Pelotas, v. 14, n. 1, p. 529-552, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 26 out. 2012.

NIDA, Eugene A. **Toward a science of translating with special reference to principles and procedures involved in bible translating,** Leiden: E.J. Brill, 1964.

NIRANJANA, Tejaswini. **Siting translation: history, post-structuralism, and the colonial context.** Oxford: University of California Press, 1992.

NORD, Christiane. Proper names in translations for children: Alice in Wonderland as a case in point, UK, **Meta XLVIII**, 1-2, p. 182-196, 2003.

_____. **Translating as a purposeful Activity – Functionalist Approaches Explained.** Manchester: St. Jerome, 2001.

_____. Proper names in translations for children: Alice in Wonderland as a case in point, UK, **Meta XLVIII**, 1-2, p. 182-196, 2003.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunto cubano del tabaco y el azúcar.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

OSIMO, Bruno. **Curso de Tradução.** Tradução de Mauro Rubens da Silva e Nadia Fossa, 2008. Disponível em: http://courses.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.traduzione_bp?lang=bp. Acesso em: 27 nov. 2012.

PAGANO, Adriana Silvina. América Latina, tradução e pós-colonialismo. **Alfa – Revista de Linguística**. São Paulo, v. 44. Especial: Tradução, desconstrução e pós-modernidade, p. 157-167, 2000. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4286>. Acesso em: 04 jan. 2013.

POZO, Juan Inacio e POSTIGO, Yolanda. Las estrategias de elaboración en el currículo: estudios sobre el aprendizaje de procedimientos en diferentes dominios. In: MONEREO, C. (ed). **Estrategias de aprendizaje**. Barcelona: Domenech, 1993. p. 106-112.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel writing and transculturation**. London: Routledge, 1992.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. **Roteiro de Macunaíma**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

RAMA, Angel. Transculturación y género narrativo. In: _____. **Transculturación narrativa en América Latina**. México: Siglo XXI Editores, cap. I:3, 1982.

REHEN, Reheniglei. **Semiosfera**, 1998. Não paginado. Disponível em: < <http://www4.pucsp.br/cos/cultura/conceito.htm#Semiosfera>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

ROBINSON, Douglas. **Translation and empire: postcolonial theories explained**. Manchester: St Jerome, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência & Cultura**, v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SÁ, Lúcia. **Rain forest literatures – Amazonian texts and Latin American culture**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2004.

SALES, Léa Silveira. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 17 - nº 1, p. 113-127, Jan./Jun. 2005

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Impulso**, n. 27, v. 12, p. 233-256, 2000. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/mostraitemsumario.php>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”. **Social Text**. Third World and Post-Colonial Issues, 31/32, p. 99-113, 1992.

SHUTTLEWORTH, Mark; COWIE, Moira. **Dictionary of translation studies**. Manchester: St. Jerome, 1997.

SILVA, Márcia Moura da. **Análise da tradução de termos indígenas em Macunaíma de Mário de Andrade na tradução de Héctor Olea para o espanhol**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Wilton C.L. A Invenção de um Olhar: Jean de Léry e os Tupinambás. **História social**. Campinas, n. 8/9, p. 72-103, 2002

SIMON, Sherry; ST-PIERRE, Paul (eds). **Changing the terms: translating in the postcolonial era**. Ottawa: University of Ottawa Press, 2000.

SIMON, Sherry. Translation, postcolonialism and cultural studies. **Meta**, XLII, 2, Montreal: Concordia University, p. 462-477, 1997.

SOUZA, Anthony R. de . To Have and have not: colonialism and core-periphery relations. **American Geographical Society’s Focus**. p. 14-19, 1986. Disponível em: [http://houstonhs.scsk12.org/~mrobinson/Mr. Robinsons Web Site at Houston High School/Industry files/To%20Have%20and%20Have%20Not.pdf](http://houstonhs.scsk12.org/~mrobinson/Mr._Robinsons_Web_Site_at_Houston_High_School/Industry_files/To%20Have%20and%20Have%20Not.pdf). Acesso em: 24 dez. 2012.

SOUZA, Lynn Mario T. M. de. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha**. 2004, p.1-24. Disponível em:

<<http://www.osdemethodology.org.uk/texts/lynnbhabha.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2012.

SPIVAK, Chakravorty Gayatri. The Politics of Translation. In: **Outside in the teaching machine**. New York: Routledge, 1993. p. 179-200

STOLS, Eddy. A iconografia do Brasil nos Países Baixos do século XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, Dossiê Brasil dos Viajantes, p. 20-31, 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/30/11-seixo.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

TORO, Alfonso de. Post-coloniality and post-modernity: Jorge Luis Borges: the periphery in the centre, the periphery as the centre, the centre of the periphery. In: TORO, Alfonso; TORO, Fernando (eds.). **Borders and Margins: post-colonialism and post-modernism**. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1995. p. 11-43,

TOROP, Peeter. Translation as translating as culture. **Sign Systems Studies**, 30.2, p. 593-603, 2002. Disponível em: <<http://www.ut.ee/SOSE/sss/pdf/torop302.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

TOURY, Gideon. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. Semiótica de la traducción, traducción de la semiótica. Tradução Rafael Guzmán. **Entretextos – Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura**. No. 1, p. 1-7, 2003,. Disponível em: <http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/pdf/entre1/torop1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2012.

_____. Semiosphere and/as the research object of semiotics of culture. **Sign Systems Studies** 33.1, p. 159-173, 2005.

_____. La Semiosfera y/como el objeto de investigación de la semiótica de la cultura. Tradução Klaarika Kaldjärv. **Entretextos – Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura**. No.7, não .paginado, 2006. Disponível em:

< <http://www.ugr.es/~mcaceres/Entretextos/entre7/torop.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. **La traduzione totale:** tipi di processo traduttivo nella cultura. Tradução de Bruno Osimo. Milano: Ulrico Hoepli Editore, 2010.

TOURY, Gideon. **Descriptive translation studies and beyond.** Amsterdam: John Benjamins, 1995.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Cultures.** London: John Murray, 1920. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/25176004/Primitive-Culture-Tylor-Edward-Burnett-vol-1>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

TYMOCZKO, Maria. The Metonymics of Translating Marginalized Texts. **Comparative Literature**, v. 47, n. 1, On Translation, p. 11-24, 1995.

_____. Computerized corpora and the future of translation studies. **Meta**, v.. 43, n. 4, p.652-660, 1998.

_____. **Translation in a postcolonial context.** Manchester: St Jerome, 1999.

_____. **Enlarging translation, empowering translators.** Manchester: St. Jerome Publishing. 2010.

TYMOCZKO, Maria; GENTZLER, Edwin (eds). **Translation and power.** Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

VENTURELLA, Valéria Moura. O Bom Selvagem e a Utopia da Plenitude Humana. [2005?]. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/27053264/O-Bom-Selvagem-e-a-Utopia-Da-Plenitude-Humana>>. Acesso em: 10 set. 2011.

VIERA, Else Ribeiro Pires: Liberating Calibans: readings of antropofagia and Haroldo de Campos' poetics of transcreation. In: BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (eds). **Translation in a postcolonial context:** theory and practice. London: Routledge, 1999. cap. 5, p. 95-113.

VINAY, Jean-Paul e DARBELNET, Jean. **Stylistique comparée du français et de l'anglais**: méthode de traduction. Paris: Didier, 1969.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. **The Map**. A Beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies. Manchester: St. Jerome, 2002.

YILMAZ, İsmail; YALÇIN, Necati. The Relationship of procedural and declarative knowledge of science teacher candidates in Newton's laws of motion to understanding. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 2, n. 3, p. 50-56, 2012.

YOUNG, Robert J.C. **Postcolonialism**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2003.

Ferramentas de Busca na Internet:

<http://www.google.com.br>
<http://www.google.com.uk>
<http://www.google.com.mx>
<http://www.google.es>
<http://www.google.it>

Páginas consultadas com mais frequência:

Dicionários on-line de línguas espanhola, ameríndias, inglesa e italiana:

<http://buscon.rae.es/draeI/>
<http://www.wordreference.com/definicion/>
<http://www.elpais.com/diccionarios/castellano/bosquejar>
<http://www.acanomas.com/39/Diccionario-Espanol.htm>
<http://www.diclib.com/cgi-bin/d1.cgi?l=es&base=alikonageneral&page=showid&id=103112>
<http://aulex.org/es-oto/>
<http://www.proyectosalonhogar.com/Diccionario/DicctainoA.htm>
http://www.felipex.com.br/bra_cid_tupi.htm
<http://www.educar.org/diccionarios/index.asp>
<http://dictionary.reference.com/>

Dicionários on-line da fauna e flora:

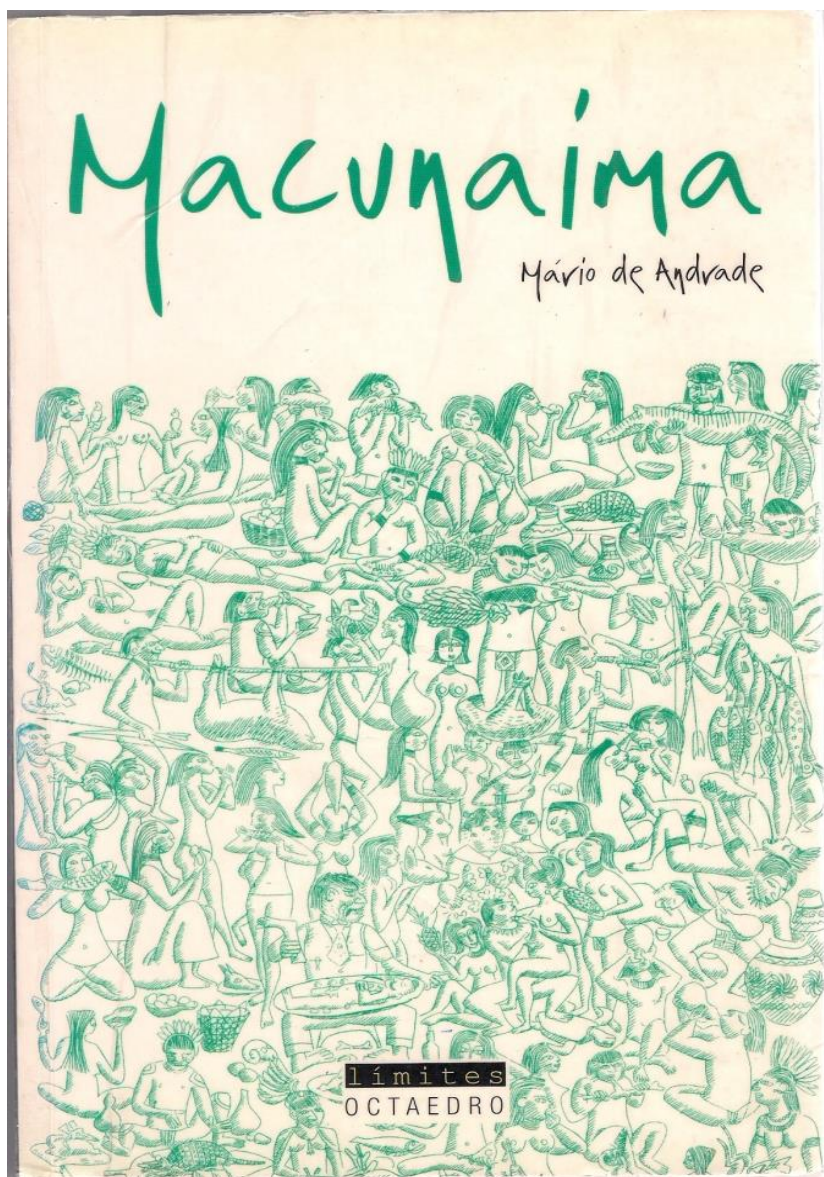
<http://www.clubedamente.org.br>

<http://www.plantamed.com.br/>
http://etnolingüística.wdfiles.com/local--files/mono:1/cadernos_mono_1.pdf
http://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/14/TH_14_123_202_0.pdf
<http://mail.fq.edu.uy/tematres/index.php?letra=A&PHPSESSID=770144a5f31637d13fe8f273dc75d029>
<http://www.conabio.gob.mx/malezasdemexico/oxalidaceae/oxalis-divergens/fichas/ficha.htm>
<http://www.pacsoa.org.au/palms/Manicaria/saccifera.html>
<http://www.herbotecnia.com.ar/aut-ambai.html>
http://www.mayasautenticos.com/medicina_maya.htm
<http://www.scielo.org.ve/scielo.php>
<http://www.rarepalmseeds.com/es/archive.shtml>
<http://www.ecologia.edu.mx/jardin/JBC/secciones.htm>
<http://www.unex.es/polen>
<http://www.ecoaldea.com>
<http://www.yinyangperu.com/>
<http://www.arbolesornamentales.com/glosario.htm>
<http://www.maca-peruana.com/>
<http://www.avesvenezuela.net/>
<http://www.yucatan.com.mx/especiales/faunaenextincion/>
<http://darnis.inbio.ac.cr/ubis/>
<http://colombiacuriosa.blogspot.com/>
http://www.andes.net/azulita/aves_azulita.html
<http://www.guije.com/dic/dc/>
http://www.pecesdevenezuela.com/TAXONOMIA_AGUA_DULCE.html
<http://www.edufuturo.com/educacion.php?c=2451>
<http://www.unal.edu.co/imani/pdf/Cartilla%20II%20Definitiva.pdf>
http://zoosanmartinaves.8m.com/zoo_avesaramacao.htm
<http://www.maracaibo24.com/es-parque-sur.htm>
http://www.audubonvenezuela.org/html_registros/lista.php?n=26&a=4
<http://www.ambientemadariaga.com.ar/noticias.php?id=100>
http://manutours.com/index.php?option=com_content&task=view&id=35
<http://www.siac.net.co/sib/catalogoespecies/>
http://www.labomar.ufc.br/arquivos_extras/PDF_Rev41_1/07_Artigo_Sandra.pdf
<http://www.guarani-raity.com/html/medicinatural2.html>
<http://portalsaofrancisco.com.br/>
http://www.ascaniobirding.com/pdf/indice/spanish_index.pdf

<http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/Revista%20Dialogos/DI%20C1LOGOS10.doc>
<http://www.insecta-inspecta.com/ants/leafcutter/index.html>
<http://www.palmguide.org/palmsearch.php?clicksrc=cloud&query=royal>
<http://www.cantoverde.org/150plantas/s.html>
<http://botanical.com/>
<http://animal-world.com/encyclo/birds/parakeets/budgies.php>
http://www.birdcare.com.au/scientific_names.htm
http://www.ces.ncsu.edu/depts/hort/consumer/factsheets/trees-new/scientific_namesko.html
<http://digimorph.org/listbygroup.phtml?grp=turtle&sort=SpeciesName>
http://www.palmguide.org/palm_common.php
<http://www.holoweb.com/cannon/turkedy.htm>
<http://www.ao.com.br/avesbahi.htm>
http://www.aracruz.com.br/show_amb.do?act=stcNews&menu=true&lastRoot=14&id=39&lang=1
<http://avemissoes.blogspot.com/p/aves-da-regiao-das-missoes.html>
<http://www.iucn-tftsg.org/ind-lat/>
<http://www.junglephotos.com/amazon/animals/ammammals/smlmonkeysnathist.shtml>
<http://web.giardinaggio.net/Fiori/significato-dei-fiori/Bucaneve.asp>
<http://www.tradewindsfruit.com/fruitsscientific.htm>
<http://www.bristolzoo.org.uk/leafcutter-ant>
<http://www.antark.net/>
<http://www.ninha.bio.br/biologia/macacos.html>
<http://www.sk.com.br/sk-fruit.html>
http://specieslist.com/endangered/common_name/F/Fiddlewood.shtml
<http://www.etymonline.com>
<http://www.antweb.org/description.do?genus=atta&name=cephalotes&rank=species>
<http://www.pescanoxingu.com.br/agua-doce/>
http://caripestnetwork.org/vtt/docs/datasheets/hymenoptera/atta_cephalotes.pdf
<http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/RioDoce/website/peixes.htm>
<http://www-3.unipv.it/webbio/api/nomiprim.htm>
http://www.hobbyuccelli.it/versi-uccelli/uccello2_sparviero.html
http://www.infs-epe.it/media/Specie_Anelli_Permissi.pdf
<http://www.comune.stazzano.al.it/download/N%2025%20QUADERNO%20-%20Dicembre%202011.pdf>
<http://luirig.altervista.org/flora/taxa/floraspecie.php?genere=Colocasia>

<http://www.ebooksread.com/authors-eng/british-museum-nat-hist-dept-of-zoology/catalogue-of-hymenopterous-insects-in-the-span-classsearchtermspan-class-hci-210/page-16-catalogue-of-hymenopterous-insects-in-the-span-classsearchtermspan-class-hci-210.shtml>

ANEXO A – CAPA DA TRADUÇÃO HISPANO-AMERICANA



ANEXO B – CONTRACAPA DA TRADUÇÃO HISPANO-AMERICANA

l í m i t e s

Mário de Andrade (Sao Paulo, 1893-1945)

Figura clave del modernismo brasileño.

Nace en São Paulo, donde estudia Filosofía,

Literatura y Música. En 1913 es profesor

de piano en el Conservatorio, y empieza

a escribir poesía. En 1922, participa en

la famosa semana de Arte Moderno con

sus poemas musicales «Paulicéia

desvairada»". La lectura del trabajo del

etnólogo Theodor Koch-Grünberg, sobre mitos

y leyendas de los indios Taulipang y Arekuná

en la zona amazónica, le inspira Macunaíma,

rapsodia épica, que aparece en 1928.

Mário de Andrade muere en 1945, en su casa

de São Paulo.

Macunaíma, obra cumbre del modernismo

brasileño, es el héroe/antihéroe popular,

exento de carácter y de civilización, que

representa el alma brasileña. A lo largo de

sus aventuras fantásticas, Macunaíma y sus

dos hermanos nos ofrecen una exhaustiva

antología del folclore brasileño, mezclando

mitos antiguos y situaciones actuales del

hombre entre el mundo de las máquinas.

Por primera vez publicamos en esta edición

los grabados de Carybé junto al texto de

Andrade.



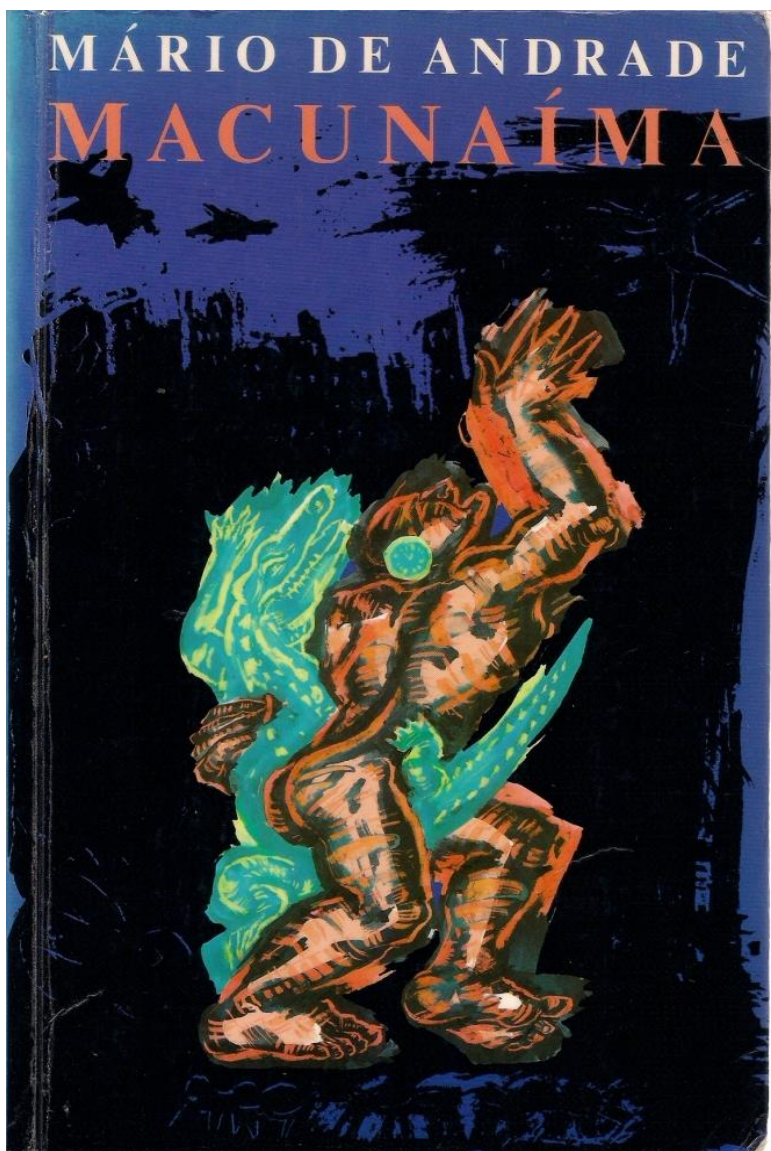
Mário de Andrade.
Pintura de Lasar Segall

Dibujo de la cubierta:
Carybé.



OCTAEDRO

ANEXO C – CAPA DA TRADUÇÃO INGLESA



ANEXO D – CONTRACAPA DA TRADUÇÃO INGLESA

This is the first translation into English of a landmark precursor of Latin American magical realism, which has informed the work of contemporary writers from García Márquez to Salman Rushdie. *Macunaíma*, first published in Portuguese in 1928, and one of the masterworks of Brazilian literature, is a comic folkloric rhapsody about the adventures of a popular hero whose fate is intended to define the national character of Brazil.

'[*Macunaíma*] is perhaps the finest work by the leader of the Modernist movement... brilliant, genuine, exotic... the expression of a precarious moment of exuberance in Brazilian culture'

The Times Literary Supplement

'A Brazilian *Ulysses*, with some of the linguistic fecundity of *Finnegans Wake*'

Literary Review

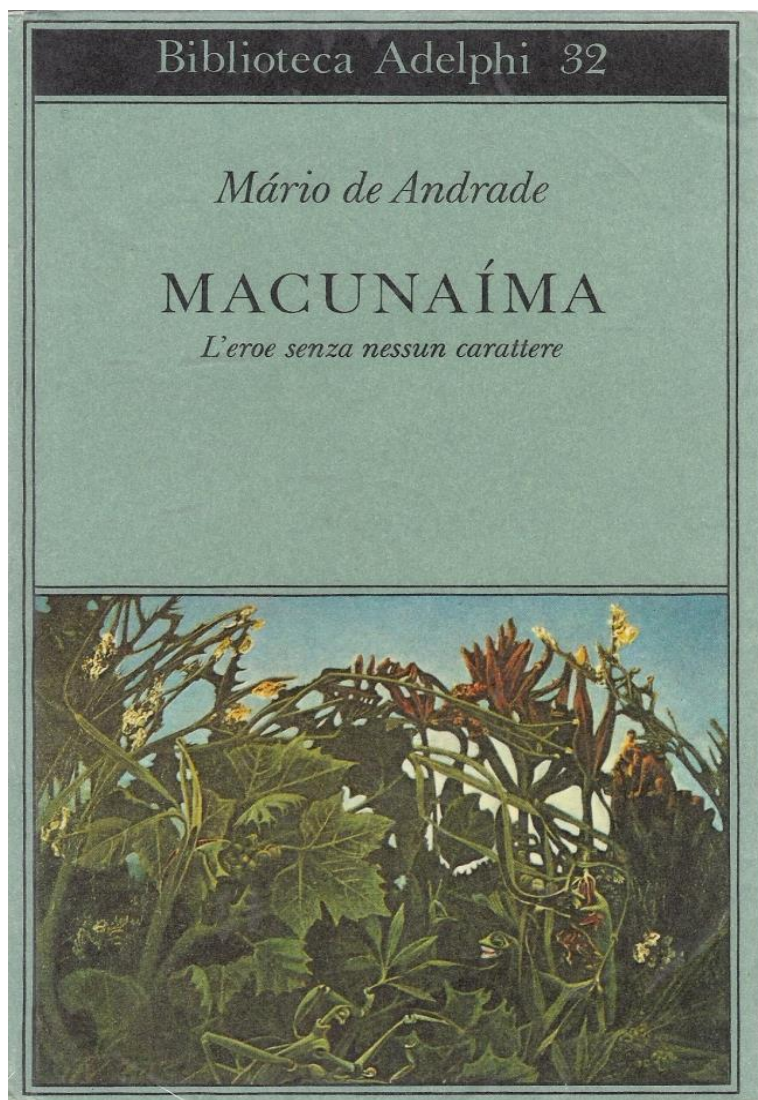
'A truly extraordinary book'

City Limits

£5.95
ISBN 0 7043 0088 5
Design by Namara



ANEXO E – CAPA DA TRADUÇÃO ITALIANA



ANEXO F



ANEXO G



ANEXO H

Item do original	Cap/pág.	Classe palavra	Categoria	Origem	Definição	Fonte	Trad. H. Americana	Fonte	Estr.	Grafia	Trad. Ing.	Fonte	Estr.	Grafia	Trad. Italiana	Fonte	Estr.	Grafia
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói	MA	Macunaíma		C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói	MA	Macunaíma		C.	IO	n/a	MA	Omis.	n/a	Macunaíma	MA	C.	IO
Uraricoera	I/9	Subst	Top.	pemon	nome do rio	MA	Rio Uraricoera		C. + expl/hip	LC/IO	Uraricoera River	MA	C. + exp/hip	IO + LC	Uraricoera	MA	C.	IO
Tapanhumas	I/9	Subst	Etn.	tupi	indivíduo da tribo Tapaíunas	MA	Tapaíumas	MA	C.	GA	Tapanhuma tribe	MA/dic	C. + exp/hip	GA + LC	india-negra	dic.	Pfr.	LC
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói	MA	Macunaíma		C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO
paziúba	I/9	Subst	flora	tupi	Palmeira habitante dos igapós	Au	palma de palapa	int.	Subst (OG) + expl/hip	LC/AL	trunks of the rasp palm	dic.	Pfr	LC	paziúba	MA	C.	GA
Maanape	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome de personagem	MA	Maanape		C.	IO	Maanape	MA	C.	IO	Maanape	MA	C.	IO
Jiguê	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome de personagem	MA	Yiguê		C.	GA	Jiguê	MA	C.	IO	Jiguê	MA	C.	IO
saúva	I/9	Subst	fauna	tupi	Formiga cortadeira (<i>Atta cephalotes</i>)	Au	formigas tambochas (<i>Crematogaster scutellaris</i>)	int.	Subst (OG) + expl/hip	LC/AL	leaf-cutting ants	int.	Trad.	LC	saúvas	MA	C/NR	IO
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói	MA	Macunaíma		C.	IO	he	dic.	Trp	LC	Macunaíma	MA	C.	IO
guaimuns	I/9	Subst	fauna	tupi	Cf. guaiamu: Crustáceo decápode, braquiúro, gecarcinídeo (<i>Cardisoma guanhumí</i>). Fam. dos gecarcinídeos.	Au	jaibas (<i>Callinectes toxotes</i>). Fam.: Portunidae	int.	Subst (OF)	AL	crabs	dic.	Trad/hip	LC	guaimuns	MA	C.	GA
cunhatá	I/9	Subst	g.parco	tupi	moça	Au	cuñatái	int.	Trad.	AL	girl	dic.	Trad.	LC	ragazza	dic.	Trad.	LC
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói	MA	Macunaíma		C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	lui		Trp	LC
cunhatá	I/9	Subst	g.parco	tupi	moça	Au	cuñatái	int.	Trad.	AL	girl(s)	dic.	Trad.	LC	ragazza	dic.	Trad.	LC
murua	I/9	Subst	Folc.	taul.	dança indígena	CP	murua	MA	C.	GA	(their songs and dances prescribed) for birth and death for coming of age	dic.	Pfr	LC	murúa	MA	C.	GA
poracê	I/9	Subst	Folc.	tupi	Dança indígena com cantos; ajuntamento popular para folguedos (festas)	CP	poracê	MA	C.	GA	fertility and harvest	dic.	Pfr	LC	poracê	MA	C.	IO
torê	I/9	Subst	Folc.	tupi	dança indígena de saudação aos elementos ar, terra e água.	int	toré	MA	C.	GA	for fun	dic.	Pfr	LC	torê	MA	C.	IO
bacororó	I/9	Subst	Folc.	bororó	dança dos índios bororós	CP	bacororó	MA	C.	GA	for war	dic.	Pfr	LC	bacororó	MA	C.	IO
cucuicogue	I/9	Subst	Folc.	taul.	dança religiosa dos índios Cocuicogue	CP	ciucog	MA	C.	GA		dic.	Pfr	LC	cucuicogue	MA	C.	IO
macuru	I/9	Subst	Artef.	tupi	Balanço formado por dois círculos de grossas talas ou de madeira flexível, separados de um palmo um do outro e ligados por cordas que o suspendem do teto, onde deixam as crianças entregues a si próprias.	Au	chinchorro	DRAE	Trad.	LC	bed	dic.	Subst	LC	arnaca	dic.	Subst	LC
													(+fam)				(+fam)	

pajelança	I/9	Subst	rel.	tupi	ritual indígena		brujeria de payé	Pfr.	LC	tribal assembly	dic.	Pfr	LC	pagelança	MA	C/NR	GA	
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói		Macunaíma	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma		C.	IO	
mandioca	I/9	Subst	flora	tupi	Planta leitosa, da família das euforbiáceas cujos grossos tubérculos radiculares, ricos em amido, são de largo emprego na alimentação,		yuca	Dic	Trad.	Tainó cassava tubers	dic.	Trad +	LC		MA	C.	GA	
mandioca	I/9	Subst	flora	tupi	id.		mandioca	MA	C.	IO	n/a	exp/hip	LC	manioca	MA	C.	GA	
Macunaíma	I/9	Subst	Antr.	pemon	nome do herói		Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO
guarumá-	I/10	Subst	flora	tupi	espécie de planta (<i>Calathea juncea</i>), Fam. das Musáceas		guarumá-	int.	C/trad	IO + split cane	int.	Subst	LC	guarumá-	MA	C.	IO	
membeca							blando			LC	<i>amabilis</i>			membeca				
Jiguê	I/10	Subst	Antr.	pemon	nome de personagem		Yguê	MA	C.	GA	Jiguê	MA	C.	IO	Jiguê	MA	C.	IO
Jiguê	I/10	Subst	Antr.	pemon	nome de personagem		Yguê	MA	C.	GA	Jiguê	MA	C.	IO	Jiguê	MA	C.	IO
Sofará	I/10	Subst	Antr.	indigen	nome de personagem		Sofará	MA	C.	IO	Sofará	MA	C.	IO	Sofará	MA	C.	IO
Macunaíma	I/10	Subst	Antr.	pemon	nome do herói		Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO
piá	I/10	Subst	g.partco	tupi	menino		piá	MA	C.	IO	lad	dic.	Trad.	LC	bimbo	dic.	Trad.	LC
aninga	I/10	Subst	flora	tupi	Planta (<i>Montrichardia linifera</i>) de fibras aproveitáveis para cordoalha, no fabrico de papel, etc. Fam. Aráceas		aningas	int.	C.	IO	giant arum lily (<i>Zantedeschia aethiopica</i>)	int.	Subst (OG)	LC	aninga	MA	C.	IO
javari	I/10	Subst	flora	T (?)	Espécie de palmeira (<i>Astrocaryum jauari</i>), Fam. Palmae	C	yraguano (<i>Coccothrinax torrida</i>)	int.	Subst (OG)	AL	spiny palm (<i>Licuala spinosa</i>)	int.	Subst (OF)	LC	palma javari	dic/MA	C. + expl/hip	LC/IO
biguás	I/10	Subst	fauna	tupi	Ave passeriforme, falacrocorácea (<i>Phalacrocorax olivaceus</i>)		biguá	int.	C.	AL	cormorants (<i>Phalacrocorax carbo</i>)	int.	Subst (OE)	LC	biguás	MA	C.	IO
biguatingas	I/10	Subst	fauna	tupi	Ave pelicaniforme anhingídea (<i>Anhinga anhinga</i>)		cotúa-agujita (<i>Anhinga</i>)	int.	Trad.	AL	ducklars (<i>Anhinga anhinga</i>)	int.	Trad.	LC	biguatingas	MA	C.	LC
Macunaíma	I/10	Subst	Antr.	pemon	nome do herói		Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO	Macunaíma	MA	C.	IO
Sofará	I/10	Subst	Antr.	indigen	nome de personagem		Sofará	MA	C.	IO	Sofará	MA	C.	IO	Sofará	MA	C.	IO
curumin	I/10	Subst	g.partco	tupi	menino		guacho-chico	dic/int	Trad/ad	LC/AL	child	dic.	Trad.	LC	marmocchio	dic.	Trad.	LC
tiriricas	I/10	Subst	flora	tupi	Erva daninha, graminiforme, da família das ciperáceas (<i>Cyperus rotundus</i>).		cayumbos (<i>juncus sp.</i>). Fam. Juncaceae	int.	Subst (OF)	AL/Cu	sedges	int.	Subst (OE)	LC	tiriricas	MA	C.	IO
tajás	I/10	Subst	flora	tupi	Erva da família das aráceas (<i>Caladium bicolor</i>).		malangas (<i>Xanthosoma sagittifolium</i>)	int.	Subst (OG)	AL	eddoers	int.	Subst (OG)	LC	tajás	MA	C.	IO